

A EPÍSTOLA DE PAULO AOS ROMANOS

Franklin Ferreira

A Epístola aos Romanos é a mais rica e abrangente declaração de Paulo sobre o evangelho. Esta carta é também a chave para o entendimento das Escrituras, já que aqui Paulo une todos os grandes temas da Bíblia – pecado, lei, julgamento, destino humano, fé, obras, graça, justificação, santificação, eleição, a obra de Cristo e do Espírito Santo, a esperança cristã, a natureza da igreja, o lugar do judeu e do gentio (não-judeu) nos propósitos de Deus, o significado da mensagem do Antigo Testamento, os deveres do cristão frente ao estado e os princípios de retidão moral. A Epístola aos Romanos abre uma perspectiva para o entendimento de como todas as partes da Bíblia se ajustam de modo claro.¹

1) A Igreja Cristã em Roma:

Talvez a igreja na cidade de Roma tenha sido fundada por convertidos presentes no Pentecostes (At 2.1-10). O que se sabe é que em 49 d.C. a igreja já estava estabelecida, já tendo havido choques com os judeus (At 18.1-3). A carta foi escrita para uma igreja predominantemente gentílica (Rm 1.5s, 13s; 11.13s), uma comunidade grande e ativa, com boa reputação no mundo cristão mediterrâneo (Rm 1.8; 15.14). Muitos membros provavelmente foram ganhos para o evangelho dentro das sinagogas, fruto da obra missionária entre os judeus. Depois da expulsão dos cristãos de origem judaica, os cristãos de origem gentílica não podiam mais se reunir nas sinagogas, mas somente em casas particulares. O retorno subsequente dos cristãos judaicos em 54 a.C., com a sua observância segundo a *Torah* de rituais etnicamente orientados, criou tensão com os cristãos gentílicos agora mais independentes. É em vista dessa situação que se entende a discussão de Romanos 14–15 acerca dos cristãos “fracos” (predominantemente judeus) e os cristãos “fortes” (predominantemente gentios). Esses grupos distintos devem aprender a conviver (15.7s). Os cristãos judaicos não devem insistir em reivindicações baseadas na etnia (Rm 9), mas na finalidade de Cristo em todas as coisas, inclusive na Lei (Rm 10). E os cristãos gentílicos devem humildemente reconhecer a sua dívida para com Israel e crescer no seu apreço (Rm 11).

2) Data e lugar da escrita:

A Epístola aos Romanos foi escrita no tempo da permanência de Paulo na Grécia, ao término da terceira viagem missionária (At 20.2), ditada a Tércio (Rm 16.22). Há uma sugestão de que a carta foi enviada de Corinto, em casa de Gaio, que “hospeda a mim e a toda a igreja” (Rm 16.23, cf. 1Co 1,14-15). Ele está prestes a partir (alguns pensam até que já tivesse partido) para Jerusalém (Rm 15.25-33), levando o produto da coleta que organizara na Macedônia e na Acaia em proveito dos “santos de Jerusalém que estão na pobreza” (Rm 15.25-26). Acabava de passar três meses em Corinto (At 20.3) no fim de sua terceira viagem missionária, no decurso da qual escrevera, alguns meses antes, as epístolas aos Coríntios, aos Gálatas e talvez aos Filipenses. Acha-se, pois, no fim de um dos períodos mais movimentados de sua atividade epistolar e teológica. Ele julga ter cumprido a sua tarefa no Oriente (Rm 15.19-20). Doravante, propõe-se levar o Evangelho ao Ocidente. Ele deseja evangelizar o ocidente, buscando chegar à Espanha (Rm 15.24, 18). Uma data entre o fim de 55 e o começo de 57 d.C. parece encaixar-se bem dentro dos informes conhecidos. A autenticidade paulina desta carta jamais foi posta em dúvida. Somente os dois últimos capítulos levantam uma questão de crítica literária ante as hesitações da transmissão manuscrita a seu respeito.

¹ De todas as cartas do apóstolo Paulo, a Epístola aos Romanos é inegavelmente a mais importante. E isso, não só por ser a mais extensa. Do ponto de vista doutrinal, é uma das mais ricas e a mais notavelmente estruturada. “Esta epístola toda inteira”, asseverava Calvino, “é disposta metodicamente”. Historicamente, enfim, nenhuma outra exerceu igual influência; um teólogo protestante chegou recentemente a dizer (não sem uma ponta de exagero) que a história da Igreja se confundia com a da interpretação desta epístola. Não há como negar que este texto sempre ocupou um lugar privilegiado na história da exegese. Foi comentado, quer de forma continuada, quer não, por Orígenes, João Crisóstomo, Teodoreto, o Ambrosiástico, Agostinho, Tomás de Aquino, etc. Sua interpretação desempenhou um papel decisivo, entretanto, em dois momentos da história da Igreja: no século V, por ocasião da crise pelagiana e das grandes controvérsias sobre a gratuidade da salvação, e no século XVI, quando dos inícios da Reforma protestante. O estudo de Romanos, então, é vital para a saúde e entendimento espiritual dos cristãos.



3) O propósito da Epístola:

Paulo escreveu provavelmente para buscar o apoio da igreja em Roma para seu trabalho missionário na Espanha (Rm 15.24). Parece que a carta também foi escrita para solucionar algumas tensões entre os cristãos de origem judaica e os cristãos de origem gentílica. É em vista dessa situação que se entende a discussão de Romanos 14–15 acerca dos cristãos “fracos” (predominantemente judeus) e os cristãos “fortes” (predominantemente gentios). Mas a forma teológica da epístola se parece com um tratado. Então, outra sugestão seria que o apóstolo escreveu aos romanos para, além de prepará-los para uma futura visita, se esta não fosse possível, ainda assim estes receberiam o “evangelho segundo Paulo”.

4) Seu lugar no Cânon:

O mais antigo manuscrito das epístolas paulinas é do segundo século, que contém 10 livros de Paulo (excluindo as cartas “pessoais”) e Hebreus, provindo do Egito (c.180). Romanos vêm em primeiro lugar. No Cânon Muratoriano, de Roma (c.180), Romanos ocupa o último lugar, e foram incluídas Filemon, Timóteo e Tito. Romanos tem lugar de honra por ser a maior epístola e o “Evangelho segundo Paulo”.

5) Estilo:

O estilo usado é a “diatribe”, que era uma forma retórica em que o escritor (ou orador) entrava num debate imaginário com um interlocutor, levantando pontos ou fazendo objeções que então eram respondidas no texto (Ralph Martin), como pode ser visto em Rm 2.1, 3, 17; 3.1-4, 9. Basta ler uma tradução vernácula para se ficar impressionado com o incessante emprego que o apóstolo faz da interrogação retórica, da interjeição, da exclamação, da frase incidente ou do parêntese. Em nenhuma outra de suas epístolas ele recorre tanto a processos oratórios, tais como, por exemplo, as fórmulas “Que diremos, pois?”, “Ignorais então?”, “Ó homem, quem quer que sejas”. Joachim Jeremias sugere que o vívido estilo de Paulo em Romanos foi fruto das experiências missionárias do apóstolo – certamente o apóstolo foi interrompido muitas vezes por um ouvinte judeu que levantava uma objeção à sua mensagem, o que o obrigava a dar uma resposta imediata. Ele também usou o método rabínico de argumentação: citação conjunta de passagens do Antigo Testamento (3.10, *charaz*, “rosário” de citações); *peshet*: uma adaptação do Antigo Testamento e sua interpretação a outro contexto.

6) Os temas principais de Romanos:

Na epístola inteira o pensamento de Paulo é dominado por seu conceito de Deus.

a) A justiça de Deus: este é o tema da epístola (Rm 1.17). Em Romanos temos quatro diferentes usos do termo “justiça”: Fidelidade: as promessas de Deus têm de ser cumpridas para estarem de acordo com a natureza divina (Rm 3.3,4). Ira: um aspecto específico da justiça e retidão de Deus, que significa sua aversão ao pecado (Rm 1.17s; 2.5). A manifestação da justiça na morte de Cristo (Rm 3.25): o dom de Deus, que é Cristo como sacrifício propiciatório, manifesta sua justiça. A ligação da justiça e fé: a justiça de Deus é recebida pela fé somente.

Deus declara justos aqueles que por natureza são inimigos de Deus (Rm 5.10). Este é o significado de justificação: não que os homens são feitos retos, mas antes, que são contados como justos. Segundo João Calvino, a carta inteira é uma exposição da justiça de Deus: “O homem encontra sua justificação única e exclusivamente na misericórdia de Deus, em Cristo, ao ser ela oferecida no evangelho e recebida pela fé”.

b) *A bondade de Deus*: A justiça de Deus, que é concebida ativamente na salvação do homem, salienta o amor ligado com santidade. Paulo chama a atenção para a bondade, clemência e paciência de Deus (Rm 2.4). O amor de Deus é salientado no fato de que Cristo morreu por nós quando ainda éramos pecadores (Rm 5.8). Coisa alguma pode nos separar do amor de Deus, que nos escolheu e justificou (Rm 8.31-39). Mesmo na rejeição de Israel a misericórdia permanece e Deus não é injusto (Rm 9.15) – ele estendia as mãos todo dia ao povo desobediente de Israel (Rm 10.21).

Deus equilibra severidade e bondade para aqueles que permanecem nele (Rm 11.22). A liberdade de Deus é ressaltada em usar misericórdia (Rm 11.32). Ele é chamado de Deus da “esperança” (15.3), da “constância e do encorajamento” (Rm 15.5), e devemos desenvolver qualidades semelhantes.

c) *Soberania de Deus*: Focalizado principalmente nos capítulos 9 a 11, o apóstolo ilustra o tema apelando para o poder que o oleiro tem sobre o barro demonstrando a soberania de Deus. Ainda assim, a misericórdia é mais ressaltada que o julgamento. Como toda verdade a respeito de Deus, a doutrina da eleição envolve mistério e, às vezes, levanta controvérsia.

Porém, nas Escrituras, a eleição em Cristo é uma verdade pastoral, que ajuda os cristãos a verem quão grande é a graça que os salva e os move a responder com humildade, confiança e louvor. Em Rm 11.3-36, Paulo se admira perante a sabedoria de Deus, que ele descreve como insondável e inescrutável. Esta é sua âncora diante dos mistérios de Deus.

d) *A graça de Deus*: Esta carta é a descrição da atividade salvadora de Deus. Ele tomou a iniciativa, e a obra de Cristo na cruz é vista como um sacrifício objetivo preparado por Deus, por meio do qual os pecados podem ser remidos (Rm 3.24-25). A superabundância da graça jamais deve ser considerada como ocasião para a prática de pecado maior (Rm 6.1). Isto é impossível por causa da união íntima do crente com Cristo.

O pecado não tem mais domínio sobre nós, porque agora estamos debaixo da graça (Rm 6.14). Não obstante, a graça nos tornou escravos de Deus, pelo que uma nova obrigação tomou o lugar da antiga (Rm 6.20ss). A graça é a resposta divina ao fato de que o homem nunca pode satisfazer o padrão de santidade exigido pelo Senhor.

e) *A lei de Deus*: Em Romanos, a lei refere-se a Deus em seu ódio ao pecado, seu juízo e sua ira, sendo completamente ineficaz como meio de salvação, por causa da própria deficiência humana (Rm 7.22). Por outro lado, a lei reflete a santidade do caráter de Deus. Se Ele fosse se privar dela, tornar-se-ia um Deus amoral em vez de um Deus santo. Então, Sua obra de santificação não está divorciada de uma íntima conexão com a lei (Rm 8.1-17).

Os mandamentos são escritos no coração, mediante a operação do Espírito Santo – que é contrastado com a carne (Rm 8.4ss), proporcionando vida em lugar de morte (Rm 8.11), dando testemunho da filiação cristã (Rm 8.14ss) e intercedendo pelos crentes (Rm 8.26). A vida cristã não é questão de submissão a um código de leis, mas é uma questão de vida controlada pelo Espírito, que envolve qualidades tais como retidão, paz, alegria, esperança e amor (Rm 5.3ss; 12.11; 14.17; 15.13-30).

7) Divisões na Carta aos Romanos:

João Calvino: “O homem encontra sua justificação única e exclusivamente na misericórdia de Deus, em Cristo, ao ser ela oferecida no evangelho e recebida pela fé.”				
Condenação	Justificação	Santificação	Predestinação	Exortação
1.1-3.20	3.21-5.21	6-8	9-11	12-16
Condenação dos pagãos	Justificação pela fé	Significado do batismo	Eleição de Israel	Deveres cristãos
Condenação dos moralistas	Exemplo de fé: Abraão	Um mercado de escravos	Rejeição de Israel	Deveres com o Estado
Condenação dos judeus	As bênçãos da justificação	A Lei Analogia do casamento	Restauração de Israel	Deveres com os irmãos fracos
Condenação universal	Comparação entre Adão e Cristo	A Lei e a consciência		O exemplo de Cristo
		O andar no Espírito		

8) A influência de Romanos na história da Igreja:

Muitos líderes da igreja influentes, em diferentes séculos, dão testemunho do impacto produzido pela Epístola aos Romanos em suas vidas, tendo sido ela, em diversos casos, o instrumento para sua conversão.

Santo Agostinho, em 386: “Não li mais nada, e não precisei de coisa alguma. Instantaneamente, ao terminar a sentença [Rm 13.13-14], uma clara luz inundou meu coração e todas as trevas da dúvida se desvaneceram” (*Confissões* VIII.29)

Martinho Lutero, em 1515: “Ansiava muito por compreender a Epístola de Paulo aos Romanos, e nada me impedia o caminho, senão a expressão: ‘a justiça de Deus’, por que a entendia como se referindo àquela justiça pela qual Deus é justo e age com justiça quando pune os injustos... Noite e dia refleti até que... captei a verdade de que a justiça de Deus é aquela justiça pela qual, mediante a graça e a pura misericórdia, Ele nos justifica pela fé. Daí por diante, senti-me renascer e atravessar os portais abertos do paraíso. Toda a Escritura ganhou novo significado e, ao passo que antes ‘a justiça de Deus’ me enchia de ódio, agora se me tornava indizivelmente bela e me enchia de maior amor. Esta passagem veio a ser para mim uma porta para o céu.” (*Luther’s Work*, edição de Weimar, vol. 54) “Esta Epístola é o mais importante documento do Novo Testamento, o evangelho na sua expressão mais pura”. Aos olhos de numerosos historiadores, o comentário à Epístola aos Romanos por Lutero, em 1516, foi o verdadeiro ponto de partida da Reforma.

Philip Melancthon escreveu em 1521 sua famosa obra *Loci Communes* (“Tópicos comuns” da Teologia), que é de fato uma explicação da Epístola aos Romanos. Em seu entendimento, esta carta “fornecia o sumário da doutrina cristã”. A dogmática luterana primitiva confundiu-se, na realidade, com uma dogmática da Epístola aos Romanos.

William Tyndale, em 1534: “Visto que esta epístola é a principal e a mais excelente parte do Novo Testamento, e o mais puro *Euangelion*, quer dizer, boas novas e aquilo que chamamos de Evangelho, como também luz e caminho, que penetra o conjunto da Escritura, creio que convém que todo cristão não somente a conheça de cor, mas também se exercite nela sempre e sem cessar, como se fosse o pão

cotidiano da alma. Na verdade, ninguém pode lê-la demasiadas vezes nem estudá-la suficientemente bem. Sim, pois, quanto mais é estudada, mais fácil fica; quanto mais é meditada, mais agradável se torna, e quanto mais profundamente é pesquisada, mais coisas preciosas se encontram nela, tão grande é o tesouro de bens espirituais que nela jaz oculto”.

João Calvino, em 1539: “Se... conseguirmos atingir uma genuína compreensão desta Epístola, teremos aberto uma amplíssima porta de acesso aos mais profundos tesouros das Escrituras”. Foi explicando a Epístola aos Romanos, seu primeiro comentário bíblico (publicado somente em 1540), que Calvino preparou a segunda edição das *Institutas da religião cristã* (1539), formulando as principais teses da sua doutrina.

John Wesley, na noite de 24 de maio de 1738: Leitura do prefácio de Lutero, da Epístola de Romanos: “... Senti meu coração aquecer-se estranhamente. Senti que confiava em Cristo, somente em Cristo, para minha salvação. Foi-me dada a certeza de que Ele tinha levado embora os meus pecados, sim, os meus. E me salvou da lei do pecado e da morte.” (*Works* [1872], vol. 1)

Karl Barth, agosto de 1918: “O leitor perceberá por si mesmo que foi escrito com um jubiloso sentimento de descoberta. A poderosa voz de Paulo era nova para mim. E se o era para mim, certamente o seria para muitos outros também. Entretanto, agora que terminei minha obra, vejo que resta muita coisa que ainda não ouvi...”

C. E. B. Cranfield, professor emérito de teologia, na Universidade de Durham, 1985: “Tendo-me empenhado muito seriamente com a epístola aos Romanos durante mais de um quarto de século, ainda a encontro sempre nova e não posso lê-la sem prazer. Minha mais séria esperança é que cada vez mais pessoas se comprometam seriamente com ela, e, ouvindo o que ela tem a dizer, encontrem no Deus fie, compassivo e todo-poderoso, como que ela se preocupa, alegria e esperança, bem como força até nestes sombrios, ameaçadores e – para muitos – dias carregados de angustia, através dos quais temos que viver”.

John R. W. Stott, durante muitos anos reitor da Igreja anglicana de *All Souls*, em Londres, 1994: “Ela é a mais completa, a mais pura e a mais grandiosa declaração do evangelho encontrada no Novo Testamento”.

Conclusão:

Então terminemos citando F. F. Bruce. Segundo ele, “não é possível predizer o que pode acontecer quando as pessoas começam a estudar a Epístola aos Romanos. O que sucedeu com Agostinho, Lutero, Wesley e Barth acionou grandes movimentos espirituais que deixaram sua marca na história do mundo. Mas coisas parecidas com essas aconteceram muito mais vezes com pessoas bem comuns, quando as palavras desta epístola penetraram nelas com poder. Assim, aqueles que a lerem até esse ponto, estejam preparados para as conseqüências de prosseguirem na leitura. O leitor está avisado!”

Bibliografia:

Adolf Pohl, *Carta aos Romanos – comentário Esperança* (Curitiba: Evangélica Esperança, 1999).

C. Timóteo Carriker, “A Missiologia apocalíptica da carta aos Romanos: com ênfase em 15.14-21 e 9–11” em *Fides Reformata* volume III número 1 (Janeiro-Junho 1998), pp. 124-148.

C. E. B. Cranfield, *Carta aos Romanos* (São Paulo: Paulinas, 1992).

Carlos Osvaldo Pinto, “As citações de Isaías em Romanos 9-11: um teste para as técnicas hermenêuticas paulinas” em *Vox Scripturae* volume I número 1 (Março de 1991), pp. 19-32.

D. A. Carson, Douglas Moo e Leon Morris, *Introdução ao Novo Testamento*. (SP: Vida Nova, 1997), pp. 267-286.

- D. M. Lloyd-Jones, *Romanos: exposição sobre o capítulo 1 – O evangelho de Deus* (SP: PES, 1998).
- D. M. Lloyd-Jones, *Romanos: exposição sobre o capítulo 2.1-3.20 – O justo juízo de Deus* (SP: PES, 1999).
- D. M. Lloyd-Jones, *Romanos: exposição sobre o capítulo 3.30-4.25 – Expição e justificação* (SP: PES, 2000).
- D. M. Lloyd-Jones, *Romanos: exposição sobre o capítulo 5 – A certeza da fé* (SP: PES, 2000).
- F. F. Bruce, *Romanos – Introdução e comentário* (SP: Vida Nova & Mundo Cristão, 1991).
- George Eldon Ladd, *Teologia do Novo Testamento* (São Paulo: Exodus, 1997), pp. 339-525.
- G. T. Thomson e F. Davidson, “A Epístola aos Romanos” em F. Davidson (ed.), *O Novo Comentário da Bíblia*. (SP: Vida Nova, s/d), pp. 1151-1185.
- João Calvino, *Exposição de Romanos* (São Bernardo do Campo: Paracletos, 1997).
- John R. W. Stott, *Romanos* (SP: ABU, 2000).
- Karl Barth, *Carta aos Romanos* (São Paulo: Novo Século, 1999).
- Martinho Lutero, “Prefácio à Epístola de São Paulo aos Romanos” em *Pelo Evangelho de Cristo: Obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma* (Porto Alegre: Concórdia & São Leopoldo: Sinodal, 1984), pp. 179-192.
- Merril Tenney, *O Novo Testamento: sua origem e análise* (SP: Vida Nova, 1995), pp. 317-320.
- Paulo Sérgio Gomes, “O significado de ‘fim da lei’ em Romanos 10.4” em *Fides Reformata* volume II número 1 (Janeiro-Junho 1997), pp. 123-136.
- Robert Gundry, *Panorama do Novo Testamento* (SP: Vida Nova, 1985), pp. 324-336.
- R. C. Sproul (ed.), *Bíblia de Estudo de Genebra* (São Paulo & Barueri, Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999).

Esboço da Epístola de Paulo aos Romanos

por
Franklin Ferreira¹

F. F. Bruce, <i>Romanos; introdução e comentário</i> (SP: Vida Nova & Mundo Cristão, 1991), 57-58	C. E. B. Cranfield, <i>Carta aos Romanos</i> (São Paulo: Paulinas, 1992), 361-363.
Prólogo (1.1-15) a. Saudação (1.1-7) b. Introdução (1.8-15) A. O EVANGELHO SEGUNDO PAULO (1.16-11.36) 1. O tema do evangelho: a justiça de Deus revelada (1.16, 17) 2. Pecado e retribuição: diagnóstico da necessidade universal 9.18-3.20) a. O mundo pagão (1.18-32) b. O moralista (2.1-16) c. O judeu (2.17-3.8) (1) Privilégio traz responsabilidade (2.17-29) (2) Objeções respondidas (3.1-8) d. Toda a humanidade achada culpada (3.9-20) 3. O meio de alcançar a justiça: Satisfeita a necessidade universal (3.21-5.21) a. A provisão de Deus (3.21-31) b. Um precedente do Velho Testamento (4.1-25) c. As bênçãos que acompanham a justificação: paz, alegria, esperança (5.1-11) d. A velha e a nova solidariedade (5.12-21) 4. O meio para a santidade (6.1-8.39) a. Livres do pecado (6.1-23) (1) Objeções por hipótese (6.1, 2) (2) O significado do batismo (6.3-14) (3) Analogia do mercado de escravos (6.15-23) b. Livres da lei (7.1-25) (1) Analogia do casamento (7.1-6) (2) O despertar da consciência (7.7-13) (3) O conflito interior (7.14-25) c. Livres da morte (8.1-39) (1) Vida no Espírito (8.1-17) (2) A glória por vir (8.18-30) (3) A vitória da fé (8.31-39) 5. A incredulidade humana e a graça divina (9.1-11.36) a. O problema da incredulidade de Israel (9.1-5) b. A escolha soberana de Deus (9.6-29) c. Responsabilidade do homem (9.30-10.21) (1) A pedra de tropeço (9.30-33) (2) Os dois meios para a justiça (10.1-13) (3) Proclamação universal (10.14-21) d. O propósito de Deus para Israel (11.1-29) (1) A alienação de Israel não é final (11.1-16) (2) A parábola da oliveira (11.17-24) (3) A restauração de Israel (11.25-29) e. O propósito de Deus para a humanidade (11.30-36)	I. Fórmula de abertura da epístola (1.1-7) II. Paulo e a igreja romana (1.8-16a) III. Declaração do tema da epístola (1.16b-17) IV. A revelação da justiça que é de Deus só pela fé – explanação da “aquele que é justo pela fé” (1.18-4.25) 1. À luz do evangelho não há dúvida de que o homem é justo diante de Deus só pela fé (1.18-3.20) (i) O homem sob o julgamento do evangelho (1.18-32) (ii) O homem judeu não constitui exceção (2.1-3.20) 2. Manifestação da justiça que é de Deus nos eventos do evangelho (3.21-26) 3. Todo gloriar-se fica excluído (3.27-31) V. Explanação de a vida prometida aos que são justos pela fé – “viverão” (5.1-8.39) 1. Vida caracterizada pela paz com Deus (5.1-21) (i) Paz com Deus (5.1-11) (ii) Cristo e Adão (5.12-21) 2. Vida caracterizada pela santificação (6.1-23) (i) Mortos para o pecado, vivos para Deus (6.1-14) (ii) Uma escolha entre amos (6.15-23) 3. Vida caracterizada pela liberdade da condenação da lei (7.1-25) (i) Liberdade da condenação da lei (7.1-6) (ii) Esclarecimento necessário do que foi dito concernente à lei (7.7-25) 4. Vida caracterizada pela habitação do Espírito de Deus (8.1-39) (i) A habitação do Espírito (8.1-11) (ii) A habitação do Espírito – o estabelecimento da lei de Deus (8.12-16) (iii) A habitação do Espírito – o dom da esperança (8.17-30) (iv) Conclusão à seção V.4 e também ao mesmo tempo ao todo do argumento precedente da epístola (8.31-39) VI. A incredulidade dos homens e a fidelidade de Deus (9.1-11.36) 1. Apresentação do tema desta divisão principal da epístola (9.1-5) 2. Mostra-se que a incredulidade e a desobediência dos homens estão incluídas na obra da misericórdia divina (9.6-26) 3. Israel não tem desculpa, porém à luz da Escritura podemos esperar que o fato de que os gentios creem há de mover Israel à inveja: a citação do Antigo Testamento dá sinal esperançoso porque, enquanto indica a terribilidade do pecado de Israel mostrando a bondade daquele contra quem eles pecaram, focaliza a atenção não sobre o pecado de Israel, e sim sobre a bondade de Deus para com Israel (9.30-10.21)

¹ * O autor é ministro da Convenção Batista Brasileira, Mestre em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, no Rio de Janeiro. Professor de Eclesiologia e Hermenêutica no mesmo seminário.

B. MODO CRISTÃO DE VIVER (12.1-15.13)

1. Sacrifício vivo (12.1, 2)
2. A vida comum dos cristãos (12.3-8)
3. A lei de Cristo (12.9-21)
4. O cristão e o Estado (13.1-7)
5. Amor e dever (13.8-10)
6. A vida cristã em dias de crise (13.11-14)
7. Liberdade cristã e amor cristão (14.1-15.6)
 - a. Liberdade cristã (14.1-12)
 - b. Amor cristão (14.13-23)
 - c. O exemplo de Cristo (15.1-6)
8. Cristo e os gentios (15.7-13)

Epílogo (15.14-16.27)

- a. Narrativa pessoal (15.14-33)
- b. Saudações a vários amigos (16.1-16)
- c. Exortação final (16.17-20)
- d. Saudações enviadas pelos companheiros de Paulo (16.21-23[24])
- e. Doxologia (16.25-27)

4. Deus não rejeitou seu povo (11.1-36)

- (i) O resto conforme à eleição da graça (11.1-10)
- (ii) A rejeição da maior parte de Israel não é para sempre (11.11-24)
- (iii) O mistério do plano misericordioso de Deus (11.25-32)
- (iv) Conclusão a esta divisão principal (11.33-36)

VII. A obediência a que são chamados os que são justos pela fé (12.1-15.13)

1. Apresentação do tema desta divisão principal da epístola (12.1-2)
2. O crente é membro da comunidade nas suas relações com seus membros-companheiros (12.3-8)
3. Uma série de itens de exortação vagamente relacionados (12.9-21)
4. A obrigação do crente para com o Estado (13.1-7)
5. A dívida do amor (13.8-10)
6. Motivação escatológica da obediência cristã (13.11-14)
7. Os “fortes” e os “fracos” (14.1-15.13)

VIII. Conclusão à epístola (15.14-16.27)

A EPÍSTOLA DE PAULO AOS ROMANOS: Saudação (1.1-7)

Franklin Ferreira

Philip Melanchthon tinha escrito em seus *Loci Communes* (1521) que “conhecer a Cristo é conhecer seus benefícios” [*Hoc est Christum cognoscere, beneficia eius cognoscere.*]. Em seu entendimento, o mistério da divindade deve ser mais adorado do que investigado. Em Rm 1.1-7 temos “o começo e o fim da epístola aos Romanos” (K. Barth). Esta longa saudação pode ser resumida, em sua formalidade a: “Paulo, a todos os romanos: graça e paz”. No entanto, o autor aproveita para desenvolver cada termo usado, no sentido de apresentar-se como apóstolo, e apresentar aquele de quem se diz servo. Não bastando sua auto-apresentação, desenvolve, também, a segunda parte da saudação, falando sobre o chamado à santidade daqueles que recebem a graça do Pai e a paz do Filho. É uma saudação mais formal, expandida, em contraste com suas outras epístolas.

1.1: “Servo” (escravo): o termo tem conotações chocantes para a cultura da época. Dizer-se servo de alguém trazia conotações muito fortes do contexto escravocrata em que viviam. Quer dizer que Paulo está inteiramente à disposição de seu Senhor, para atendê-lo a qualquer hora, em qualquer circunstância. Sua autoridade vem de Deus. “Apóstolo” (mensageiro): embora o termo se aplique àqueles que estiveram pessoalmente com Jesus, Paulo se considerava apóstolo, por ter estado com o Cristo ressurreto no caminho de Damasco (cf. At 9) e ter ouvido diretamente dele muitos dos ensinamentos que está apresentando (Gl 1:1 e Gl 1:16). Paulo havia sido “separado” – segundo Barth “escolhido”, eco de At 9.15 (F. F. Bruce). Calvino: “deve-se notar aqui que nem todos estão qualificados para o ministério da Palavra. Este requer um chamado especial. Aqueles que pensam que se acham qualificados devem revestir-se de especial cuidado para não assumirem o ofício sem vocação”. Na *Church Dogmatics* K. Barth é bem enfático, afirmando que, quem não houver sido vocacionado para pregar, que se abstenha totalmente de fazê-lo, pois não será pequeno mal que causará se subir ao púlpito sem haver sido escolhido por Deus para isto. “Para o evangelho de Deus”: a origem do evangelho é Deus. “Deus é a palavra mais importante nesta epístola. Nenhum assunto é tratado com tanta frequência quanto esse de Deus. Todas as questões que Paulo aborda nesta carta ele relaciona com Deus... Em nenhum outro lugar se vê algo assim” (Leon Morris). Como podemos resolver nossa crise de identidade? Qual nossa filosofia de ministério?

1.2-6: Para Barth, temos aqui o prenúncio do evangelho, e um acesso a todo o Novo Testamento. Para Paulo, o evangelho que ele prega não é original: é uma mensagem a muito anunciada, pois Cristo foi prometido pelos profetas. Todo o evangelho está contido em Jesus Cristo (1.3-4): ele é o coração do evangelho. Conforme Lutero escreveu: “Aqui se escancaram as portas para a compreensão das Escrituras Sagradas, ou seja, que tudo deve ser entendido em relação a Cristo”. Calvino, semelhantemente, diz que “o evangelho inteiro está contido em Cristo”. Portanto, “apartar-se de Cristo um passo que seja, significa afastar-se do evangelho”.

1.4: “Designado” pode ser traduzido por “determinado”. Paulo não quer dizer que Jesus se tornou o Filho de Deus pela ressurreição, mas sim que Aquele que durante sua vida terrena “foi Filho de Deus com fraqueza e humildade”, pela ressurreição tornou-se “o Filho de Deus em poder” (A. Nygren). “Espírito de santidade” é traduzido por Barth como “Espírito Santo”, pois é a maneira hebraica normal de dizê-lo.

Agostinho de Hipona (354-430): “O Pai é diferente do Filho, porque Ele é eternamente o Pai, e Ele se relaciona com o Filho como um Pai. O Filho é eternamente o Filho, e sempre obedece e submete ao Pai, não porque seja inferior, mas porque ele é o Filho. E o Espírito Santo é o *vinculum caritatis*, o vínculo de amor, que liga o Pai e o Filho. A diferença está no relacionamento que eles tem, um com o outro”.

Ricardo de São Vítor (?-1173): “Não há nada mais perfeito que a caridade. Portanto, se Deus possui a plenitude de tudo o que é bom e perfeito, Ele possui a plenitude da caridade. Se Deus

é a perfeição do amor, o homem, sendo criado conforme a imagem de Deus, deve refletir essa perfeição ao máximo possível. Crescer na experiência do amor e da caridade é crescer em direção à imagem de Deus e tornar-se mais unido com Ele. Todavia, o exercício da caridade exige uma outra pessoa. Ninguém tem caridade para consigo mesmo. O amor precisa ser direcionado a uma outra pessoa para que se constitua em verdadeira caridade. Onde existe apenas uma pessoa não existe caridade. Daí, sua conclusão lógica de que se Deus é amor Ele não pode existir solitariamente, não pode ser um Deus uno”.

Um Deus monopessoal é adequado?	
UM DEUS MONOPESSOAL	UM DEUS TRIPESSOAL
I. Auto-Suficiente?	
A. <i>Como pessoa?</i> Uma pessoa pensa, tem vontade e em parte define-se através de seus inter-relacionamentos.	
Parece que, para ser realizado como pessoa, um Deus monopessoal teria de criar outros seres com que poderia se relacionar. Historicamente, um Deus monopessoal torna-se menos pessoal e mais abstrato.	Por ser três pessoas, um Deus triúno tem em si a profunda auto-realização no sentido de ser pessoa – em tudo o que a Bíblia revela como pessoal.
B. <i>Como comunicador?</i>	
Antes da criação por um Deus monopessoal, não houve comunicação, palavra ou intercâmbio.	Sempre, na eternidade passada, um Deus tripessoal alegrava-se com a comunicação profunda; havia auto-realização completa.
C. <i>Como Amor?</i> O amor dá de si mesmo para o outro; deleita-se em elevar e ajudar o outro.	
Um Deus unipessoal teria de criar alguma outra pessoa ou coisa para amar; antes da criação, o amor divino era apenas uma característica latente e potencial, não ativa.	O Novo Testamento representa uma dinâmica de amor entre os membros da Trindade, cada um querendo glorificar o outro, na ordem econômica antes determinada.
II. Como Deus pode ser ao mesmo tempo santíssimo e misericordioso? O ponto-chave em evangelizar muçulmanos e judeus é a questão do perdão do pecado. Um Deus monopessoal é justo ou misericordioso, mas não pode ser os dois.	
A. <i>Um Deus justo e misericordioso?</i>	
Um Deus unipessoal santo não pode permitir pecado em sua presença (Hc 1.3); é obrigado, como Absoluto Moral, a punir o pecado. A graça e o perdão são apenas compromisso (arbitrário?) de sua justiça.	A Bíblia insiste em que Deus é infinitamente justo e misericordioso. Deus é o Justo que exige perfeição e justiça, o Justificador que pagou o preço e o Espírito Santo que atua na vida do pecador.
B. <i>Juízo?</i>	
Quando faz juízo, um Deus monopessoal apanha o pecador e diz: “Chega!” Ele pára de amar e castiga.	Como Trindade, é possível que cada um suporte o pecado contra si mesmo, mas julgue a favor das outras duas pessoas contra o pecador.
III. O problema da unidade e diversidade	
A crença num Deus monopessoal tem a tendência de extremizar-se: ou Deus é soberano mas menos que pessoal, ou é muito pessoal mas menos do que soberano. Não existe uma estrutura para unidade e diversidade no universo.	Um Deus único e tripessoal tem em si uma estrutura de unidade e diversidade que fundamenta o mundo criado. Deus é soberano sobre o universo, mas não é a única causa de tudo que acontece; existe lugar pra o arbítrio do ser criado; o indivíduo tem seu lugar importante.

Nas menções a “Deus”, “Filho” e “Espírito” temos o primeiro pressuposto¹ teológico de Paulo: a doutrina da Trindade. Porque tantas interpretações equivocadas? Quais devem ser nossos pressupostos? Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, e o Filho encarnado!

¹ O filósofo reformado Cornelius van Til propôs “um argumento por pressuposto”. Esta abordagem reconhece que nenhum fato, histórico ou não, pode ser interpretado de maneira coerente sem o pressuposto do Deus Trino da Bíblia (como afirmado na igreja primitiva na *regula fidei*). Avançamos a partir das pressuposições das Escrituras, através das proposições das Escrituras, até as conclusões das Escrituras. Isto, naturalmente, não é nem neutro nem objetivo. Tem, porém, dois argumentos

1.3-4: “Este Jesus Cristo é ‘nosso Senhor’. Por sua presença neste mundo e em nossa vida, somos anulados como homens e alicerçados em Deus. Com os olhos postos nele, somos retidos e impelidos; os nossos passos são retardados e apressados. E porque ele, como Senhor, está acima de Paulo e dos Romanos, Deus, na Epístola, não é uma palavra vazia” (K. Barth). Aqui há referências, diretas ou indiretas, ao nascimento (descendente de Davi), à morte (pressuposta por sua ressurreição), à ressurreição dentre os mortos e ao reinado (no trono de Davi) e Jesus Cristo. Tão bem construído é o paralelismo, e com tal cuidado, que certos estudiosos pressupõem que Paulo esteja fazendo uso de um fragmento de algum credo antigo.

O CREDO DOS APÓSTOLOS

Creio em Deus, o Pai onipotente, Criador do céu e da terra.

E em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor, o qual foi concebido do Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria, padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu aos infernos, no terceiro dia ressuscitou dos mortos, subiu aos céus, está sentado à destra de Deus, o Pai onipotente, donde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

Creio no Espírito Santo, a santa igreja católica [cristã], a comunhão dos santos, a remissão dos pecados, a ressurreição da carne e a vida eterna. Amém.

“[Paulo] gasta pouca energia na defesa exegética da condição messiânica de Jesus. Isso estava pressuposto. Mas boa parte do seu intenso diálogo com as Escrituras é gasta na explicação do evangelho com respeito à integração dos gentios no povo de Deus, e conseqüentemente à redefinição do povo de Deus” (Timóteo Carriker). Aqui temos o segundo pressuposto teológico paulino: Jesus Cristo é o verdadeiro Deus e Homem, humilhado e exaltado. Para um contexto pluralista: nosso evangelho é centrado em Cristo?

1.5: “Graça e apostolado” pode ser traduzido por “apostolado graciosamente concedido” ou a “graça do apostolado”. “Obediência por fé”: ou “a obediência que vem pela fé” (NVI). “Gentios” pode ser traduzido por “nações” ou “povos”.

1.6: “Nosso propósito imediato ao proclamá-lo é levar as pessoas à obediência pela fé, mas o nosso propósito final é a glória suprema do nome de Jesus Cristo. Ou poderíamos sintetizar estas verdades que a boa nova é o evangelho *de Deus, sobre Cristo, segundo as Escrituras, para as nações, para a obediência por fé, por causa do Nome* – o nome de Cristo” (John Stott).

1.7: Descrição dos destinatários: são de “Roma”, “chamados para serdes santos”, e Paulo deseja a eles “graça e paz”.

tremendos a seu favor. Metodologicamente, não podemos esperar que sequer entendamos, e muito menos que aceitemos, a mensagem da Bíblia se impusermos sobre ela pressuposições estranhas. Devemos, portanto, permitir que nosso pensamento, pelo menos temporariamente, seja moldado pelas pressuposições da própria Escritura, simplesmente a fim de entendê-la. A não ser que sejam aceitas as reivindicações do Jesus histórico e Sua interpretação de Si mesmo, a possibilidade de qualquer conhecimento histórico se evapora. Os fatos da história e a interpretação bíblica deles são inseparáveis. Para mais informações sobre Van Til, que era um filósofo reformado, na tradição holandesa, ver Colin Brown, *Filosofia e fé cristã: um esboço histórico desde a Idade Média até o presente* (SP: Vida Nova, 1989), pp. 156-159. Segundo Brown, “há lacunas no pensamento da Van Til. Mesmo assim, Van Til deu uns passos legítimos em direção a uma apreciação filosófica da religião bíblica. Sua discussão de pressuposições, e sua lembrança de que os homens não precisam que a existência de Deus seja comprovada a eles, pois já tem consciência dEle, são de máxima importância.”

Introdução: Questões pessoais (1.8-15)

Franklin Ferreira

Neste intróito, Paulo apresenta seu anseio em estar com os irmãos de Roma (segundo Stephen Neill, “ela era a cidade eterna que havia lhes dado paz, a fonte da lei, o centro da civilização, a Meca dos poetas, oradores e artistas” e ao mesmo tempo, “abrigava todo tipo de idolatria”). O apóstolo manifesta humildade, ao dizer que pretende trocar experiências e conforto espiritual recíproco.

8: Assim como é por intermédio de Cristo que a graça de Deus é comunicada aos homens (Rm 1.5), também é por intermédio de Cristo que a gratidão dos homens é comunicada a Deus. A obra mediadora de Cristo é exercida tanto para com Deus como para com o homem. Para Paulo, a certeza da fé é mais importante que outras realizações. Os cristãos em Roma foram honrados com a pública aprovação da Igreja (1Ts 1.8): “Onde quer que a igreja chegasse, chegava também a notícia de que havia cristãos na capital E, embora Paulo não tivesse sido o responsável por anunciar-lhes o evangelho, isso não o impedia de dar graças porque Roma havia sido evangelizada” (John Stott). “Meu Deus”: *Christus pro me* (Lutero).

9: Um apelo para que Deus confirme o que ele vai dizer (2Co 1.23). Seu juramento é sinal de sua dedicação integral ao evangelho. “Sirvo” pode ser traduzido como “honro” (K. Barth) ou “adoro”, “cultuo” – *latreúuw*: culto, adoração, cf. Rm 1.25. “Meu espírito”: coração devoto. Toda a vida de Paulo é marcada por honestidade e retidão, como um “culto espiritual”. “A ressurreição provou o seu poder: também em Roma há cristãos!” (K. Barth)

10a: “Faço menção de vós [sempre] em todas as minhas orações”. As orações de Paulo: Rm 1.8-15; 15.5-6, 13, 30-32; 16.15-17, 20. No ministério apostólico de Paulo, pregação e oração andam de mãos dadas. Suas orações ultrapassam o círculo imediato de suas relações pessoais.

A vida paulina de oração e amizade: Na vida de Paulo, sua obra e suas amizades eram sempre misturadas com a oração. Suas cartas, as quais escreveu apaixonada e afetuosamente, regadas pela oração, revelam esse dinamismo entre oração e amizade. Paulo vivia praticamente de joelhos, na presença do Senhor. Em sua própria vida, a oração e o ensino eram integrados, e ele jamais encorajou, a quem quer que fosse, a separar esses dois elementos (1Ts 5.17). A personalidade inteira de Paulo era formada pelo seu senso permanente da presença de Deus. Ele incorporava tudo quanto significa alguém ser pessoa dedicada à oração. Alguns elementos das orações paulinas: saudades com oração (Rm 16.3-16), espírito de gratidão (Fp 4.13), a certeza de ter as petições atendidas (2Co 1.3-4; Ef 1.3; Rm 15.30-32; 1Ts 2.17-18; 3.10), teologia misturada com oração (Ef 1.15-18; 3.18-19) e louvor: a conclusão da oração (Ef 3.14-21).

James Houston: “Entretanto, não devemos pensar que Paulo categorizava nitidamente as suas orações. As trinta ou quarenta orações que ele escreveu em suas epístolas não podem ser divididas em tipos ou categorias. Ele movia-se facilmente de ações de graças para o ensino, para a oração e para as advertências. Suas epístolas incluem orações de bênção, de ação de graças por orações que tinham sido respondidas, ações de graças misturadas com pedidos, saudações e ensinamentos, orações feitas em favor das necessidades de outras pessoas, orações que manifestavam desejos por outras pessoas, e pedidos de oração por suas próprias necessidades. Tudo isso indica o escopo e a densidade da experiência diária de Paulo com Deus. Essa lista também poderia incluir suas explosões de louvor a Deus, os antigos hinos que ele inclui em suas epístolas, e suas citações extraídas de Salmos do Antigo Testamento”.

10b: “E há em sua oração um pedido específico: que *agora, finalmente, pela vontade de Deus* (isto é, se for da sua vontade), *seja aberto o caminho* para que ele possa visitá-los. É uma tentativa de petição humilde. Não se vê aqui qualquer pretensão de impor sua vontade a Deus, nem de saber qual será a vontade de Deus. Pelo contrário, ele submete sua vontade à de Deus” (John Stott).

11: “Repartir”: compartilhar (1Co 12.11; Rm 12.3) – não apenas escrever um tratado doutrinal, mas aconselhar pessoalmente. “Dom espiritual” (*charisma*): uso mais geral, significando pregação ou exortação.

12: “Confortemos”: exortemos, consolemos, encorajemos. Ele espera tanto receber como dar: “Este anseio tem razão de ser. Peregrinos que se encontram na estrada que leva a Deus, têm sobre o que trocar idéias... entre cristãos não é apropriado perguntar se ‘vem de ti ou vem de mim’, pois não vem nem de ti nem de mim, porque nada temos (K. Barth)”.

13: “No que tenho sido, até agora, impedido” (2Tes 2.7): Paulo sempre buscava semear em terra virgem (15.20-22) – mas e sua visão em Trôade (At 16.6-10)? “Aprendemos disto que o Senhor freqüentemente frustra os propósitos de seus santos com o fim de humilhá-los, e através de tal humilhação ensinar-lhes a se sujeitarem à sua providência da qual dependem” (João Calvino). “Fruto”: promover a glória do Senhor. John Murray: “A idéia expressa é a de colher frutos, não de cultivá-los”, isto é, ele espera ganhar alguns convertidos em Roma “Nada mais apropriado para o apóstolo dos gentios do que engajar-se numa colheita espiritual na capital do mundo gentílico” (John Stott).

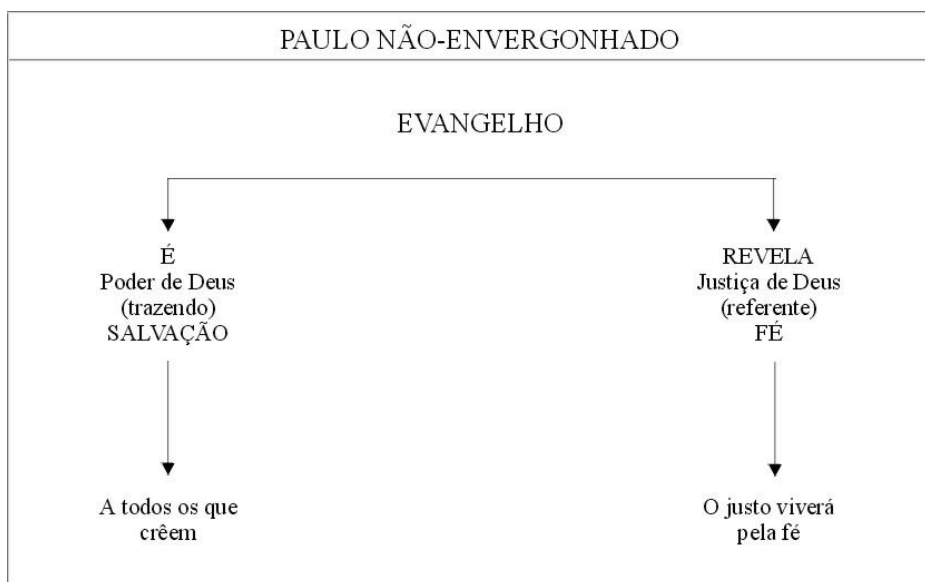
14: “Sábios” e “ignorantes”: Erasmo de Rotterdã: cultos e incultos – os incultos não devem ser excluídos da fé, nem os cultos evitá-los. “Pode ser que os dois pares de palavras indiquem contraste dentro de um mesmo grupo, ou então que o primeiro aponte para diferenças de nacionalidade, cultura e linguagem, enquanto o segundo seria uma alusão a diferenças de inteligência e educação. De qualquer maneira, essas duas expressões, juntas, cobrem a totalidade do mundo dos gentios” (Stott).

15: “sou devedor” (1.14) e “estou pronto a anunciar o evangelho [da salvação]”: “As pessoas hoje em dia tendem a encarar a evangelização como uma opção extra e (se é que se dispõe a considerá-la) acham que estão prestando um favor a Deus; Paulo, porém, fala na evangelização como uma obrigação” (Stott).

O tema do evangelho: a justiça de Deus revelada ou “o justo viverá pela fidelidade de Deus” (1.16-17)

Franklin Ferreira

“O evangelho não entra em concorrência com quaisquer teorias ou pesquisas ou outras elocubrações e deduções que a ciência, a sabedoria ou cultura possam haver encontrado ou ainda venham a encontrar mesmo que sejam transcendentais e oriundas do mais elevado círculo do saber humano pois o evangelho não é uma verdade ao lado de outras verdades mas é a verdade que questiona, afere, todas as demais verdades. O evangelho é dobradiça e não folha da porta” (K. Barth).



16-17: A forma negativa “não me envergonho [de Cristo]” pode ser entendida como “tenho orgulho” do evangelho. O apóstolo enaltece os méritos do evangelho, mas insinua que o evangelho é desprezível ao mundo: “As falsas igrejas não suportam a pregação da Palavra de Deus, a pregação das doutrinas da graça. Acham que é algo chato, sem praticidade; e o mundo acha algo estúpido e burro, sem lógica” (Kenneth Wieske). “[Paulo] sabia que a mensagem da cruz era ‘loucura’ para alguns e ‘escândalo’ para outros [1Co 1.18, 23], porque ela mina a justificação própria e desafia nossa auto-indulgência. Portanto, sempre que o evangelho é pregado com fidelidade ele gera oposição, geralmente desprezo e, não raro, nos expõe ao ridículo” (John Stott). Porque:

- É por onde o poder de Deus se revela para salvação de todo (judeu e grego, portanto, todos nós) aquele que crê.
- Revela o único modo e o único caminho concebido por Deus (a fé, e não o nosso modo de nos salvar ou outras modalidades inventadas pelos homens) para tornar ímpios – judeu e grego, portanto, todos nós – reconciliados com Deus (justos). João Calvino define fé como: “um conhecimento firme e certo da vontade de Deus a respeito de nós, fundado sobre a verdade da promessa gratuita, feita em Cristo Jesus, revelada ao nosso entendimento e selada em nossos corações pelo Espírito Santo”. A fé tem três elementos: intelectual (*notitia*), que envolve o conhecimento das verdades do Evangelho, emocional (*assensus*), que envolve convicção e volitivo (*fiducia*), que é a confiança. *Sola fidei!*
- Revela a justiça de Deus em relação a nós, judeus e gregos (a justiça de Deus em nos condenar e a justiça de Deus em nos justificar mediante a fé).
- Revela Cristo como o poder da pregação: “Tire o Cristo do evangelho, e você não tem mais uma boa notícia, uma boa nova. Tire o Cristo da pregação, e você tem uma pregação que até pode ter forma de piedade, negando-lhe, entretanto, o poder” (K. Wieske).
- Revela um Deus justo e justificador: “Parece legítimo afirmar, portanto, que ‘a justiça de Deus’ é a iniciativa justa tomada por Deus ao justificar os pecadores consigo mesmo, concedendo-lhes

uma justiça que não lhes pertence, mas que vem do próprio Deus. ‘A justiça de Deus’ é a justificação justa do injusto, sua maneira justa de declarar justo o injusto, através da qual ele demonstra sua justiça e, ao mesmo tempo, nos confere justiça. Ele o fez através de Cristo, o justo, que morreu pelos injustos, como Paulo explica mais adiante. E ele o faz pela fé quando confiamos nele, clamando a ele por misericórdia” (John Stott). *Sola gratia!*

“Para sermos amados por Deus, devemos antes ser justos diante de seus olhos, porquanto ele odeia a injustiça. Significa, pois, que não podemos obter a salvação de nenhuma outra fonte senão do evangelho, visto que Deus de nenhuma outra parte nos revelou sua justiça, a qual é a única que nos livra da morte. Esta justiça, a base de nossa salvação, é revelada no evangelho, daí dizer-se que o evangelho é o poder de Deus para a salvação” (Calvino)!

“Notemos bem quanto valor Paulo atribui ao ministério da Palavra, ao declarar que Deus exerce seu poder nela para nossa salvação. Ele aqui não está falando de alguma revelação secreta, e, sim, da pregação por meio da expressão verbal que vem dos lábios. Segue-se disto que aqueles que se retraem de ouvir a Palavra proclamada estão premeditadamente rejeitando o poder de Deus e repelindo de si a mão divina que pode libertá-los” (Calvino).

17: “Justo”, aqui, significa, na forma forense de pensar do judeu, alguém que está quites perante um juiz hipotético. Alguém cujas relações com Deus estão corretas. “As idéias de certo e errado entre os hebreus são idéias forenses, isto é, o hebreu sempre pensa no certo e no errado como se houvessem de ser resolvidos diante de um juiz. Para o hebreu, justiça é mais um estado legal do que uma qualidade moral. A palavra ‘justo’ (*saddiq*) significa simplesmente ‘no certo’, e a palavra ‘ímpio’ (*rasha*) significa ‘no errado’. ‘Desta vez pequei’, diz Faraó, ‘Jeová está no certo’ (AV: ‘é justo’), e eu e o meu povo estamos no errado (AV: ‘somos ímpios’), Êx 9.27. Jeová está sempre no certo, pois Ele não somente é soberano, mas também é coerente consigo mesmo. Ele é a fonte da justiça... a vontade coerente de Deus é a lei de Israel” (F. F. Bruce).

“De fé em fé”: Pode ser traduzido por “da fé (ou melhor, fidelidade) de Deus à nossa fé, significando que a fidelidade de Deus vem primeiro, e a nossa nunca passa de uma resposta (K. Barth) ou pode ser a primazia da fé que está sendo discutida. Neste caso, a expressão seria puramente retórica, sendo traduzida, por exemplo, como “do princípio ao fim... pela fé” (NVI) ou “mais e mais através da fé” (John Murray).

Quanto à citação de Hb 2.4, “os termos do oráculo (...) são suficientemente generalizados para dar lugar à aplicação que Paulo faz deles [quem é justo pela fé vive pela fé] – uma aplicação que, longe de violentar a permanente intenção do profeta, expressa a constante validade dessa mensagem” (F. F. Bruce).¹

“O que vem a seguir é em grande medida uma exposição das palavras do profeta”.

¹ Paulo já havia citado essa passagem em Gálatas 3.11, carta escrita alguns anos antes, como base bíblica para a justificação pela fé e não pela lei. Assim, podemos concluir que é desta forma que Paulo entende (ou aplica) esta passagem de Habacuque. Entretanto, podemos avançar nesta interpretação, concluindo que, se é pela fé que o pecador será justificado, e então terá a vida eterna, é também pela fé, que o pecador já justificado viverá o seu dia a dia, até se encontrar com o Senhor. Embora o primeiro sentido seja o que contém o significado deste texto de Paulo, ambos os sentidos interpretam corretamente a profecia de Habacuque.

O mundo pagão (1.18-32)

Franklin Ferreira

“Para demonstrar a universalidade do pecado do homem e da sua culpa, Paulo divide a raça humana em vários grupos específicos e passa a acusá-los, um a um. Em cada caso o procedimento é idêntico. Ele começa trazendo à memória de cada grupo o fato de conhecerem a Deus e sua bondade. A seguir confronta-os com um fato constrangedor: eles não estão vivendo de acordo com essa consciência do conhecimento de Deus; pelo contrário, ignoram deliberadamente a Deus, contradizendo-o até, pelo fato de continuarem vivendo em impiedade. São, portanto, culpados, indesculpavelmente culpados, diante de Deus. Ninguém pode alegar inocência, já que ninguém pode alegar ignorância. Primeiro (1.18-32) ele retrata a *sociedade gentílica depravada* em sua idolatria, imoralidade e comportamento anti-social. Depois (2.1-16) dirige-se aos *críticos moralistas* (tanto gentios quanto judeus) que proclamam altos padrões éticos, aplicando-os a todo mundo, menos a si mesmos. Em terceiro lugar (2.17-3.8), volta-se para os *judeus presunçosos* que se gabam do seu conhecimento da lei de Deus, mas não a obedecem. Em quarto lugar (3.9-20), ele aborda *toda a raça humana* e conclui que todos nós somos culpados e indesculpáveis diante de Deus” (John Stott).

Gentios e judeus já se encontram sob a ira divina. Já estão condenados. A questão é de uma solenidade grandiosa. Mas é justamente essa realidade escura e sombria que, dado o seu contraste, vai servir de pano de fundo para realçar a luz do evangelho em todo o seu esplendor.

18: No verso 17, a justiça de Deus se revela no evangelho. Aqui, a ira de Deus se revela do céu, ou seja, nos fatos da experiência humana. Schiller dizia que “a história do mundo é o juízo do mundo”.

Paulo: *Não me envergonho do evangelho* (16a).
 Nós: Por que não, Paulo?
 Paulo: *Porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê* (16b).
 Nós: Mas, como assim?
 Paulo: *Porque a justiça de Deus* (isto é, a maneira como Deus justifica os pecadores) *se revela no evangelho* (17).
 Nós: Mas, qual a necessidade disso?
 Paulo: *Porque a ira de Deus é revelada no céu contra toda a impiedade e injustiça dos homens que suprimem a verdade pela injustiça* (18).
 Nós: Mas, Paulo, como é que as pessoas suprimiram a verdade?
 Paulo: *Porque o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles ... Pois desde a criação do mundo os atributos invisíveis de Deus ... têm sido vistos claramente* (19-20).

“Detêm a verdade pela injustiça”: “em sua impiedade estão sufocando a verdade [de Deus]” (F. F. Bruce). “Ira”: o termo revela não a atitude emocional de Deus, mas sim as sensações do pecador que é punido. A ira é a manifestação escatológica do julgamento ou juízo de Deus (2.5; Ap 6.16ss) que já começou a operar desde Cristo. “A idéia de que Deus é ira não é mais antropopática do que o pensamento de que Deus é amor. A razão pela qual a idéia da ira divina está sempre sujeita a mal entendidos é que a ira entre os homens é eticamente errada. E, contudo, mesmo entre os homens não falamos de ‘ira justa’?” (Emil Brunner) “Seu objetivo é instruir-nos sobre onde a salvação deve ser buscada. Ele garante que só podemos obtê-la por meio do evangelho, mas visto que a carne não se humilhará voluntariamente ao ponto de atribuir louvor da salvação exclusivamente à graça divina, o apóstolo mostra que o mundo todo é culpado de morte eterna” (Calvino).

19-20: A revelação geral é a base para o juízo de Deus (Sl 19.1ss), pois a criação manifesta aspectos do Criador (“atributos invisíveis”, “eterno poder” e “natureza divina”). Não se trata de “panteísmo cristão” e sim do reconhecimento do Autor por meio da obra criada. C. E. B. Cranfield: quem contempla uma obra de artista está contemplando o artista mesmo, pois o artista se expressa em sua criação.

Podemos falar de quatro maneiras da auto-revelação de Deus (se bem que, no decorrer do argumento, Paulo não use consistentemente o vocabulário relativo à revelação). Por uma questão de clareza teológica, podemos citar estas revelações divinas em ordem inversa à que é apresentada no texto:

1. Deus revela sua glória (*se eterno poder e sua natureza divina*) através de sua criação (1.19-20)
2. Ele revela sua ira contra o pecado daqueles que suprimem o conhecimento que têm a respeito do Criador (1.18)
3. Ele revela sua justiça (a justa forma pela qual Deus justifica os pecadores diante dele) no evangelho (1.17)
4. Ele revela o seu poder nos crentes ao salvá-los (1.16)

“Já que Romanos 1.19-20 é, no Novo Testamento, uma das principais passagens que tratam da ‘revelação geral’ de Deus, talvez seja melhor explicar brevemente em que a revelação ‘geral’ difere da revelação ‘especial’. A auto-revelação de Deus através ‘das coisas criadas’ tem quatro características básicas. Primeiro, ela é ‘universal’ ou ‘geral’ porque se destina a todo mundo e em todos os lugares. Nisso ela se opõe à ‘especial’, que é dada a pessoas específicas em lugares específicos, através de Cristo e dos autores bíblicos. Em segundo lugar, ela é ‘natural’ porque se deu através da ordem natural. Nisso ela se opõe à ‘sobrenatural’, que envolve a encarnação do Filho e a inspiração das Escrituras. Em terceiro lugar, ela é ‘contínua’, pois vem desde a criação do mundo e continua dia após dia, noite após noite [Sl 19.2], ao contrário da ‘final’, que é completa em Cristo e nas Escrituras. E, finalmente, ela é ‘criacional’, revelando a glória de Deus através da criação, no que se opõe à revelação ‘salvadora’, que manifesta a graça de Deus em Cristo” (John Stott).

20-23: A rejeição do conhecimento de Deus:

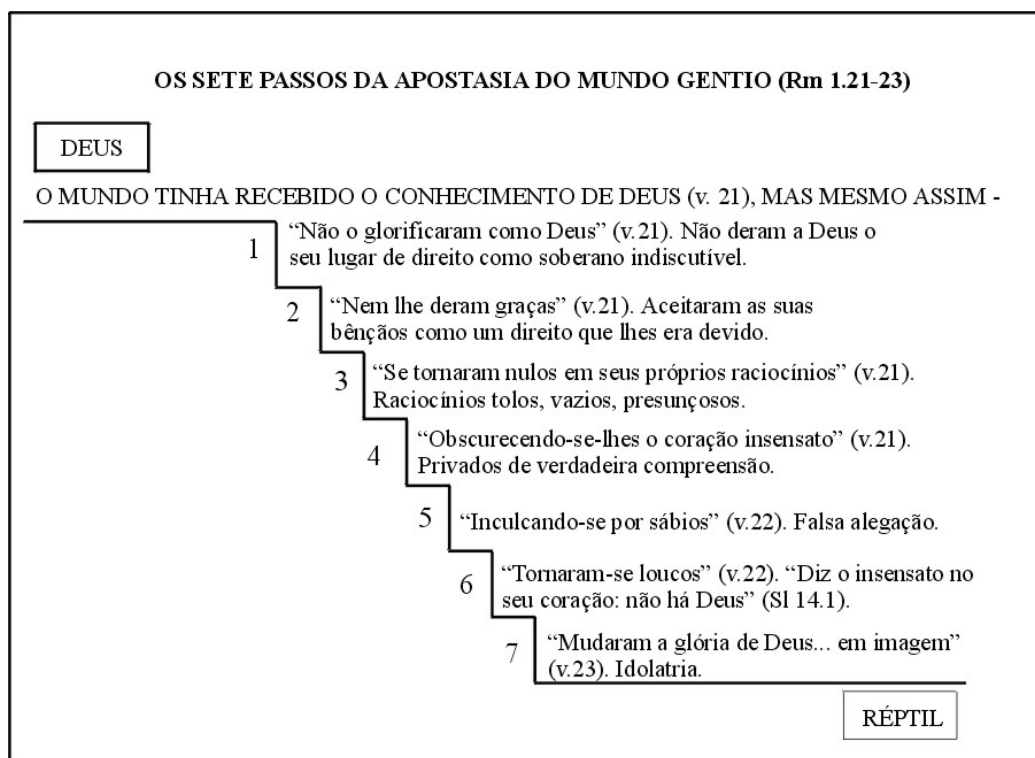
criação → glória de Deus

rejeição de Deus → idolatria

Essa rejeição de Deus tem como fundamento a sabedoria humana (1.22; 1Co 1.21). **21:** “Nem lhe deram graças”. Um dos sintomas do afastamento de Deus é a incapacidade de reconhecer nele a autoria das bênçãos. Tornam-se esses arrogantes e autônomos. Seu coração se obscurece.

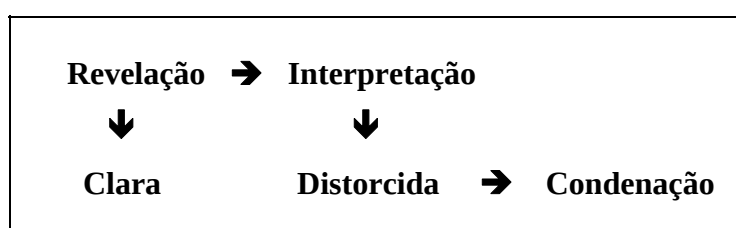
22: Distante de Deus, o homem tem a tendência de se achar sábio, sem perceber sua loucura. “Portanto, a arrogância que é condenada aqui consiste em que, quando os homens deviam humildemente dar glória a Deus, procuram ser sábios a seus próprios olhos e reduziram Deus ao nível de sua própria condição miserável”.

23: Da adoração do Deus eterno, passam a servir a objetos, astros, e até mesmo a répteis, e não se dão conta do ridículo dessa situação. Aham que isso é sabedoria. A Justiça de Deus revela-se na condenação do pecador que não é capaz de reconhecê-lo como Deus (21), que não lhe dá graças (21) e que prefere adorar ao réptil (23), um “fantasma mitológico” (*Livro de Sabedoria* 14.12: “Porque a idéia de fazer ídolos foi o princípio da fornicção, e a sua invenção foi a corrupção da vida”).



24-27: A reação de Deus: “Deus os entregou” é o refrão aqui (1.24, 26, 28). “Entregou”: Afastou-se, deixou que os fatos sigam seu curso. C. S. Lewis disse uma vez que “os perdidos gozam para sempre da horrível liberdade que sempre pediram, e, portanto, estão escravizados por si mesmos”. “O Senhor entrega os homens às conseqüências daquilo que eles escolheram para si mesmos” (Irving Jensen). Deus permitiu que o pagão idólatra siga o “seu” caminho a fim de que veja a futilidade de sua existência sem Deus – é isso mesmo que é a “manifestação da ira de Deus”. Esse julgamento de Deus é baseado na perversão da verdade (ordem e propósitos) de Deus (1.25 – “trocaram”). Portanto, a associação estreita entre idolatria e imoralidade sexual – filósofos gregos enalteciam a pederastia como o tipo de relacionamento ideal; templos e divindades pagãs eram dedicados à prostituição e homossexualismo como forma de culto (cf. mesma ênfase paulina em *Cidade de Deus* e *Confissões*, de Santo Agostinho, *História Eclesiástica*, de Eusébio de Cesaréia e a *Epístola a Diogneto*).

28-32: “Disposição mental reprovável” – uma mente desqualificada, debilitada e corrompida, totalmente inadequada como guia para decisões morais. Há um jogo de palavras no original: “como não acharam adequado aceitar o conhecimento de Deus, Deus os entregou à uma disposição mental inadequada” (C. K. Barrett). Os vv. que dão uma lista, parcial, mas específica, de pecados (Gl 5.19-21; Ef 4.31ss; Cl 3.5-9). A lista ilustra a quebra de toda a lei, como também a seriedade com que o apóstolo via o pecado. “Os homens se precipitaram totalmente numa licenciosidade desordenada do mal, e ao apagar toda e qualquer distinção entre o bem e o mal, aprovaram, tanto em si mesmos quanto em outros, aquelas coisas que sabiam provocar desprazer em Deus, as quais serão condenadas por seu justo juízo” (Calvino). Deus já falou a todas as pessoas (Sl 19.1-6; At 17.26-27). Mesmo aqueles que nunca ouviram o evangelho tem a revelação de Deus no mundo e na natureza humana. Esta revelação torna os homens indesculpáveis. Deus não vai condenar pessoas porque rejeitam o evangelho que eles nunca ouviram, mas porque deliberadamente ignoram a verdade que eles vêem no mundo e porque quebram a lei moral dentro de seus corações.



“Este quadro sombrio e penoso do mundo pagão... é uma figura da degradação em que a humanidade se afunda quando desviada da verdade de Deus e não mais constrangida pela sua graça. Ela foi dada como a razão pela qual Paulo se gloriava no evangelho e desejava vê-lo proclamado em Roma. A descrição deveria levar todos os leitores cristãos de hoje a apressarem a pregação do evangelho como a única esperança da humanidade” (Charles R. Erdman).

Críticos e moralistas (2.1-16)

Franklin Ferreira

Paulo utiliza aqui o estilo de diatribe, no qual responde a objeções de um interlocutor imaginário. Esse interlocutor, que bem poderia ser o moralista Sêneca, estóico, tutor de Nero, que diria: – eu também desaprovo esse tipo de pessoa que você acaba de descrever! Você não deve achar que todos os homens são assim. Nesse momento o autor vai demonstrar que mesmo os homens mais éticos estabelecem regras e normas que não podem cumprir. Com essa argumentação, derruba a possível alegação de que Deus teria expectativas exageradas e impossíveis de ser correspondidas. Enquanto que em 2.17ss Paulo claramente fala do judeu, aqui ele trata de toda e qualquer pessoa que não se sente atingida pelo juízo de Deus (1.18-32).

1. O juízo de Deus é inevitável (2.1-4):

1: “Indesculpável” (cf. 1.20). Ao condenar (ou mesmo aprovar) um ato ou atitude de outra pessoa, criamos, inevitavelmente, um padrão, um referencial. Se não formos capazes de coerência com esses padrões, condenamo-nos a nós mesmos pelos padrões que criamos. Por isso, o homem seria indesculpável diante de Deus (e de si mesmo), mesmo que nunca tivesse lido sequer um verso bíblico. O comentário de John Stott acerca deste versículo é bastante apropriado: “... se a nossa capacidade crítica é tão desenvolvida, a ponto de nos tornarmos especialistas em avaliar a moral dos outros, nós dificilmente poderemos alegar ignorância em assuntos morais quando se tratar de nós mesmos”.

2: “Por isto ele apela para o juízo de Deus, aos olhos de quem as próprias trevas não podem ocultar e que necessariamente deve ser sentido pelo próprio pecador, quer queira ou não” (João Calvino). A verdade do juízo: (a) Deus punirá o pecador sem qualquer parcialidade e (b) Ele não levará em conta as aparências externas.

3: Paulo não os acusa diretamente, mas os convence pelo veredicto da consciência!

4: Não há escapatória do justo juízo de Deus, senão lançando mão de sua bondade e misericórdia, mediante humilde contrição e arrependimento. A Justiça de Deus revela-se na condenação do moralista que condena os que erram (2.1), que estabelece padrões que não pode cumprir (2.3) e que por soberba, rejeita a graça de Deus (2.5).

2. O juízo de Deus é justo (2.5-11)

5-11: “Dureza de coração”: Paulo usa uma linguagem duríssima contra os soberbos e orgulhosos, porque sabe que são atitudes de difícil trato. Na verdade, a soberba não tem perdão porque jamais o pede. “Ainda que salvação na Bíblia seja pela graça, o juízo será pelas obras” (F. F. Bruce).

5: “Os ímpios não só acumulam para si mesmos, diariamente, o mais pesado juízo divino durante sua existência terrena, mas também os dons divinos, dos quais continuamente desfrutam, agravarão sua condenação, visto que serão convocados para que dêem conta dos mesmos” (Calvino). “Dia da ira”: introduzido no dia, para o dia (Sf 1.15; Jl 2.2; Am 5.18).

6: “Retribuirá”: cf. Jó 34.11; Sl 62.12; Pv 24.12; Jr 10.10; 32.19; Mt 16.27; 1Co 3.8; 2Co 5.10; Ap 2.23; 20.12; 22.12.

7-10: Uma ênfase na imparcialidade de Deus (At 10.34ss; 11.14). Dois pares de antíteses contrastando frutos no proceder cristão e não-cristão e, respectivamente, as bênçãos e julgamento de Deus para um e outro. Os verbos aqui, no presente do particípio, indicam ação contínua, estilos de vida. Estrutura clara e simples: A → B → B' → A'. “Agora as alternativas nos são apresentadas em dois paralelos cuidadosamente elaborados, que têm a ver com o nosso objetivo (o que nós procuramos), as nossas obras (o que fazemos) e o nosso fim (para onde vamos)” (John Stott).

11: Não há favoritismo da parte de Deus: “acepção”: “respeito à face de”. Valido tanto para a salvação (3.22) quanto para a condenação (2Cr 19.7; At 10.34; Gl 2.6; Ef 6.9; Cl 3.25).

3. O juízo de Deus é imparcial (2.12-16):

A luz que cada um recebeu (lei ou consciência) só ressalta a culpabilidade de todos diante de Deus. A primeira menção da lei em Romanos está em 2.12, o que também inclui o judeu aqui. Mas o conhecimento da lei moral não é uma defesa contra o juízo de Deus.

Questões de interpretação:

- a) De que tipo de justificação o v. 13 fala? [explicação do v. 13 aparece nos vv. 14-15, e conclui em 16].
- b) Os vv. 15s admitem salvação sem o conhecimento prévio de Jesus Cristo (e.g., no caso de pagãos que jamais ouviram o evangelho)?
 - O testemunho da consciência se refere ao julgamento de Cristo (2.16)
 - A ênfase do contexto é no julgamento e condenação de todos: 3.9, 19s, 23.

12: O termo “lei”, aqui, refere-se, certamente, à lei de Moisés. Paulo está dizendo que os homens serão julgados de acordo com a luz que tiveram, ou seja, Deus que conhece os corações e as consciências há de julgar os homens pela forma como reagiram às situações morais, considerando as condições de que dispunham. “Firma-se o princípio de que os homens são julgados segundo a luz que tiveram, não segundo a luz que não tiveram” (Bruce). “Portanto, o que aguarda os judeus é uma condição ainda pior, visto que sua condenação já está pronunciada em sua própria lei” (Calvino).

13-16: Estabelecido o princípio, o autor passa a aplicá-lo, demonstrando que Deus julgará a cada um a partir da “lei” que cumpriram ou transgrediram. Vale lembrar que o argumento central de Paulo é que, conquanto Deus julgue os homens por critérios diferentes – o que o faz justo diante do judeu e também do gentio – todos eles terminam “indesculpáveis” (cf. 2:1), por absoluta incapacidade de cumprir qualquer tipo de lei, seja a de Moisés, seja a de suas consciências. A justiça de Deus revela-se na condenação do religioso que tem orgulho da lei, mas não a cumpre (2.13).¹ “Esta descrição ampliada do juízo divino é mais apropriada para a presente passagem. Ele informa aos que intencionalmente se ocultam nos refúgios de sua insensibilidade moral, que as intenções mais íntimas, que presentemente se acham escondidas no recôndito de seus corações, serão, então, trazidas à plena luz” (Calvino).

Paulo encerra este tópico do seu pensamento (2.16), apresentando mais três verdades acerca do “dia da ira”, ou do dia do “justo juízo de Deus” (2.5). Ele especifica as bases do julgamento de Deus:

1. *Deus julgará os segredos dos homens.* Não há a mínima possibilidade de que a justiça seja abortada no dia final, pois todos os fatos virão a público, inclusive aqueles que no presente não são conhecidos, como por exemplo, as nossas motivações.
2. *O juízo de Deus irá realizar-se mediante Jesus Cristo.* É um grande conforto saber que o nosso juiz não será outro senão o nosso Salvador.
3. *O juízo de Deus é parte integrante do evangelho.* Isso provavelmente significa que a boa nova da salvação brilha em todo o seu esplendor quando vista em contraste com o sombrio contexto do juízo divino. Nós barateamos o evangelho quando o retratamos apenas como algo que nos liberta da tristeza, do medo, da culpa e de outras necessidades pessoais, ao invés de apresentá-lo como uma força que nos liberta da ira vindoura.

¹ É óbvio, neste último versículo, que ninguém será declarado justo por cumprir a lei, pois ninguém consegue cumpri-la integralmente. Esse não é assim, um caminho para a salvação; mas, Paulo não está falando (ainda) nestes versículos, de salvação, e sim, do julgamento de Deus.

O judeu (2.17-3.8)

Franklin Ferreira

Na primeira parte do capítulo 2 o interlocutor era um ser humano qualquer (“ó homem”, 2.1 e 3); agora, nesta segunda parte, trata-se de um judeu (“Ora, você que leva o nome judeu”, 2.17). John Stott reproduz esse hipotético diálogo de modo muito interessante: “Ora, Paulo! Imagina você nos tratar assim, como se não houvesse a mínima diferença entre nós e os gentios! Por acaso esqueceu que nós recebemos a graça(a revelação de Deus) e a circuncisão(o sinal da aliança de Deus)? Esquece que esses três privilégios(aliança, circuncisão e lei) já são, em si, um sinal do maior de todos os privilégios, que é o fato de Deus ter nos escolhido para sermos o seu povo particular? Você tem a coragem de dizer que nós, os judeus(favorecidos que fomos por essa eleição incomparável da parte de Deus), não somos nem um pouquinho melhores do que os gentios? Como é que pode desdenhar dessas bênçãos singulares que nos distinguem dos gentios e nos protegem do juízo divino?!”

1. Privilégio traz responsabilidade (2.17-29): “O homem religioso, o homem da igreja” (Barth)! A necessidade da justificação se faz evidente para o judeu por causa da desobediência. Os privilégios de 2.17-20 estão em total contradição com o proceder descrito em 2.21-24.

a) Os privilégios (2.17-20)

17: Paulo usa oito expressões verbais para descrever os diversos aspectos da presunção e auto-percepção dos judeus: a) “sobrenome judeu” (“Você se diz judeu” [BLH]). A responsabilidade aumenta para aquele que conhece a vontade de Deus, as Escrituras, e se tem como mestre, porque Deus sonda os corações, e sabe quando há falsidade; b) “repousas na lei”: Paulo os responsabiliza por não atentarem para o fim ao qual a lei foi dada; c) “te glorias em Deus”: achavam que Deus era sua propriedade particular.

18: d) “conhece a vontade de Deus”; e) “aprovas as coisas excelentes”: ciente as distinções morais. “Os judeus eram tão instruídos na lei que podiam formular juízo sobre a conduta dos outros, porém não tinham propensão alguma em regular sua própria vida pela lei” (Calvino).

20: f) “é instruído pela lei”; g) “guia de cegos e luz para os que estão nas trevas... instrutor de insensatos e mestre de crianças”; i) “tem na lei a forma de sabedoria e da verdade”. “Forma”: não “padrão” mas “aparência pomposa”: os judeus não possuíam nada daquele conhecimento de que se orgulhavam. “Forma da sabedoria e da verdade”: formulavam e sistematizavam o conhecimento e verdade. “Esta reprimenda era aplicada aos judeus nos dias de outrora, que confiavam no mero conhecimento da lei e viviam não melhor do que se não tivessem lei alguma. A não ser que tomemos muito cuidado, a lei se voltará contra nós, neste tempo presente. De fato, o mesmo pode-se aplicar a muitos que se gabam de algum conhecimento extraordinário do evangelho, e todavia se entregam a toda sorte de devassidão” (Calvino).

b) O proceder (2.21-24)

21: Quatro perguntas retóricas para chamar atenção sobre a incoerência deles: a primeira é mais geral: a) “tu, pois, que ensinas a outrem, não te ensinas a ti mesmo?”; b) “tu, que pregas que não se deve furtar, furtas?”

22: c) “Dizes que não se deve cometer adultério e o cometes?”; d) “abominas os ídolos e lhes roubas os templos”: O incidente em 19 d.C. Os judeus que persuadiram uma dama romana de doar seus bens, para depois roubarem o templo. Tibério expulsou os judeus de Roma por causa disto (Flavio Josefo, *Antiguidades* 18.81s). C. H. Dodd cita o Rabino Jochanan ben Zakkai, contemporâneo de Paulo, que em seus dias reclamou do “aumento de assassinatos, adultério, vício sexual, corrupção comercial e judicial, amargos conflitos partidários e outros males”.

23: Paulo acusa os judeus de uma culpa específica.

24: “nome de Deus blasfemado”: Ex 36.20; Is 52.5: a derrota moral, assim como a derrota militar, traz desonra ao nome de Deus.

c) A circuncisão (2.25-29): A base para o orgulho do judeu na época de Paulo era, muitas vezes, a circuncisão. Os rabinos afirmavam: “nenhum homem incircunciso entrará na *gehena* (Paraíso)”.

25: similar aos que colocam a sua confiança nos ritos externos da fé (ceia, batismo). “Aqueles que ousam estabelecer seus próprios méritos contra a justiça de Deus, sempre se vangloriam em observâncias exteriores mais do que em excelência real. Ninguém que é seriamente tocado ou movido pelo temor de Deus, jamais ousará erguer seus olhos ao céu, visto que, quanto mais se esforça por obter a genuína justiça, mais claramente discernirá quão longe se acha dela” (Calvino).

26: “Se porventura alguma gentio fosse encontrado com a capacidade de guardar a lei, sua justiça seriam mais valiosa do que a circuncisão dos judeus sem justiça”. É muito interessante a colocação que John Stott faz acerca deste fato: “Talvez possamos expressar a dupla afirmação de Paulo (2.25-26) em termos de duas equações muito simples: circuncisão menos obediência é igual a incircuncisão, enquanto que incircuncisão mais obediência é igual a circuncisão”.

27: “Ele te julgará a ti”: O gentio que observa a lei julgará os transgressores da lei (os judeus). “A letra e a circuncisão”: pela circuncisão literal.

28-29: Paulo responde de forma poética à arrogância fundamentada num sinal externo. “Judeu”. O termo pode muito bem ser traduzido como “cristão”. Circuncisão da carne, no caso, seria traduzido como obediência exterior à Palavra de Deus. “As faltas de um judeu indigno serão realçadas pelo exemplo de um gentio que, não tendo nenhum dos privilégios característicos dos judeus, não obstante agrada a Deus” (F. F. Bruce).

29: “Circuncisão do coração”. Em contraposição à soberba apontada em 2.4, o autor propõe um coração humilde e contrito, dócil ao Espírito de Deus. Davi demonstra compreender isso bem, ao dizer: “coração compungido e contrito não o desprezarás, ó Deus” (Sl 51.17). “Letra”: rito externo, sem vida espiritual. “Espírito”: substância, espiritual (Jr 31.33; 2Co 3.6). “Cujo louvor não provém dos homens”: o apóstolo convoca os hipócritas, que a si mesmo iludiam com falsas opiniões, a comparecerem perante o tribunal divino. “Paulo prossegue traçando um contraste que se revela em quatro aspectos. Primeiro, a essência do que é ser um verdadeiro judeu (que, na verdade, pode até ser alguém que seja etnicamente um gentio) não é algo exterior e visível, mas é interno e invisível. Pois (segundo) a verdadeira circuncisão acontece no coração e não na carne. Terceiro, ela é efetuada pelo Espírito, e não pela lei; e, quarto, a sua aprovação provém de Deus e não dos seres humanos. O ser humano sente-se muito bem com o que é exterior, visível, material e superficial. Para Deus, o que importa é uma obra profunda, íntima e secreta do Espírito Santo em nossas vidas” (John Stott).

2. Objeções respondidas (3.1-8)

“Não é difícil imaginar a reação dos judeus, pelo menos de alguns dos leitores de Paulo. Eles devem ter reagido a ele com um misto de incredulidade e indignação, pois essa tese seria para eles uma ultrajante destruição daquilo que se constitui nas próprias bases do judaísmo, a saber, o caráter de Deus e a sua aliança” (John Stott).

1: Paulo trabalha com a figura de um interlocutor imaginário, que lhe faz perguntas e objeções, para as quais ele apresenta suas respostas. C. K. Barrett: “Geralmente é mais fácil acompanhar os argumentos de Paulo se o leitor imaginar o apóstolo face a face com alguém que fica o tempo todo interrompendo e perguntando e que, por isso, acaba recebendo respostas muitas vezes bruscas e ríspidas”. Isso torna seu texto mais didático naqueles aspectos em que a igreja de Roma, composta por um grande contingente de judeus, poderia ficar confusa em relação à doutrina que e expõe. São quatro objeções:

a) O ensinamento de Paulo é uma sabotagem à aliança de Deus (2.1-2): “Primeiramente” (2.2): principalmente ou especialmente. Devemos notar que a “circuncisão” e os “oráculos de Deus” estão juntos. “Se ao Senhor aprouver agraciar uma nação com a dádiva de sua Palavra, tal deve ser considerado como uma

incomparável bênção, e jamais e perdoaríamos nossa ingratidão por recebê-la com demasiada negligência e displicência, para não dizer com desdém” (Calvino).

b) Os ensinamentos de Paulo anulam a fidelidade de Deus (2.3-4): “E daí, se alguns não tinham fé”? “O que ele realmente quer dizer é que uma grande parte da nação havia renunciado o pacto de Deus. Visto, porém, que tal coisa teria sido muito ofensiva à mente dos judeus, ele simplesmente menciona ‘alguns’, com o fim de amenizar a aspereza da censura... é impossível que a verdade de Deus perca sua substância mediante a fraqueza humana” (Calvino). “De maneira nenhuma”: “Nem morto!”, “nem em um milhão de anos!” “Seja Deus verdadeiro (“a primeira proposição é o principal axioma de toda a religião cristã” [Calvino]), e mentiroso o homem”: a segunda frase pode ser considerada como eco de Sl 116.11. “Todo homem seja réu convicto de falsidade”, diz Paulo, “em vez de impugnar a veracidade de Deus”. A verdade de Deus não se invalida pela falsidade humana. Deus é verdadeiro porque está sempre pronto a permanecer fiel às suas promessas, mas também cumpre efetivamente tudo quanto declara em sua Palavra.

c) Os ensinamentos de Paulo contradizem a justiça de Deus (5-6): Paulo toma como máxima o fato de que Deus é o juiz universal e que portanto, conforme afirmou Abraão, o juiz de toda a terra fará o bem (Gn 18.25). Impugnar a justiça de Deus seria subestimar a sua competência para julgar e, dessa forma, demonstrar quão absurda era a pergunta original”.

d) Os ensinamentos de Paulo são uma falsa promoção da glória de Deus (7-8): O apóstolo rebate uma calúnia levantada contra ele pelos inimigos: “façamos o mal para que sobrevenha o bem” (3.8). Além da “intriga da oposição”, é ridículo (3.5; 6.1s). “Embora seja esta uma digressão do tema principal, era necessário que o apóstolo introduzisse este pensamento, a fim de não parecer estar propiciando aos mal-intencionados oportunidade de difamar, quando bem sabia ele que estavam sempre prontos a fazê-lo” (Calvino). Não é incomum este tipo de argumentação absurda, mesmo hoje em dia: se eu coopero com Deus, por que sou condenado? Cada um faz sua parte: eu cuido da parte do pecado; e Deus, da parte do perdão. Eu peço e Deus perdoa. Somos uma sociedade perfeita. Então, porque ele vai querer me condenar?

Aqui aparece o motivo desse parêntese na argumentação de Paulo (3.8): ele ouvira o boato de que ele estaria afirmando exatamente o argumento acima: façamos o mal, para que o perdão de Deus apareça em todo o seu esplendor. Esse cinismo será julgado por Deus, conclui o Apóstolo. “A condenação destes é justa”: Isto pode significar ou “condenar homens como estes certamente não é injusta” (NEB) ou “um argumento como esse é condenado com total propriedade” (J. B. Phillips). “Que não fiquemos, pois, surpresos se os ímpios pervertem, com suas calúnias, a verdade que pregamos, e não cessemos, por esse motivo, de guardar continuamente a singela confissão da mesma, visto que ela tem suficiente poder para massacrar e dispersar suas insídias. Todavia, seguindo o exemplo do apóstolo, ousemos opor-nos, até onde nos for possível, aos seus maliciosos ardis, para que essas miseráveis e dissolutas criaturas não difamem nosso Criador impunemente” (Calvino).

“Com base nesta passagem (3.1-8), vemos que Paulo não se contentava em meramente proclamar e apresentar o evangelho. Além disso ele argumentava em favor de sua veracidade e racionalidade, defendendo-o também contra distorções e más interpretações. Quer fossem genuínas (pois ele ouvira as pessoas apresentá-las), quer fossem fantasias (fruto de sua própria imaginação) as objeções dos judeus, ele as levava a sério e procurava respondê-las. Sabia que o caráter de Deus estava em jogo. Por isso reafirmava o valor permanente da aliança divina, a fidelidade de Deus às suas promessas, a justiça de Deus como juiz e a verdadeira glória de Deus, que só é proporcionada para o bem e nunca para o mal. Nós também, em nossos dias, temos de incluir a apologética em nosso processo evangelístico. Precisamos antecipar as objeções que as pessoas farão ao evangelho, ouvir cuidadosamente os seus problemas, responder-lhes com a devida seriedade e proclamar o evangelho de tal maneira a afirmar a bondade de Deus e anunciar a sua glória. É uma pregação em forma de diálogo, que tem nesta passagem um poderoso antecedente apostólico” (John Stott).

Toda a humanidade achada culpada (3.9-20)

Franklin Ferreira

Paulo conclui nesta seção sua longa argumentação acerca do estado de toda a humanidade diante do justo juízo de Deus. Ele já avaliara todas as situações: o depravado mundo gentílico da sua época (1.18-32), os moralistas com a sua justiça hipócrita (2.1-16) e o arrogante povo judeu (2.17-3:8), que se vangloriava da lei, mas eram transgressores da mesma. Paulo volta da digressão ao seu tema, e resume todo o argumento trazendo toda a humanidade diante do tribunal de Deus.

9: O fato de ser judeu não traz nenhuma vantagem, do ponto de vista da justiça de Deus, porque estes pecaram, da mesma forma que os gentios. Todos “estão debaixo do pecado”, i.é, à sua mercê, sob o seu domínio e senhorio. “Há uma colisão *prima facie* [à primeira vista] entre a resposta de Paulo a: ‘temos nós [judeus] qualquer vantagem [sobre os gentios]?’, e sua resposta no verso 2 a: ‘qual é, pois, a vantagem do judeu?’ – ‘Muita, sob todos os aspectos.’ Mas, ‘muita, sob todos os aspectos’ refere-se aos privilégios desfrutados pelos judeus como nação eleita; enquanto ‘não, de forma nenhuma’ relaciona-se com a posição deles diante de Deus. Com privilégios ou sem eles, judeus e gentios tem igual necessidade da graça divina” (F. F. Bruce).

10-18: Para consolidar seu argumento acerca da depravação total do homem, Paulo cita uma série de versículos extraídos do Antigo Testamento (o primeiro “rosário” de citações em Romanos) que comprovam este fato:

- **10-12:** Não há nenhum justo diante de Deus (Ec 7.20).
- Todos se desviaram, e não há um sequer que pratique o bem (citação do Salmo 14.1, 2, 3 [repetida no Salmo 53.1, 2, 3]).
- **13:** A garganta deles é sepulcro aberto, e a língua cheia de veneno e engano (citação dos Salmos 5.9 e 140.3).
- **14:** A boca, eles a têm cheia de maldição e amargura (citação do Salmo 10.7).
- **15-17:** Seus pés são rápidos para derramar sangue, e provocar destruição e miséria (citação de Isaías 59.7s; cf. Pv 1.16).
- **18:** Em suas vidas não há o temor de Deus (citação de Salmo 36.1).

O efeito é devastador: a humanidade toda peca no seu caráter (3.10-12) e na sua conduta (3.13-17). Esta é a “lista de acusação” apresentada diante de Deus. “Esta é a doutrina bíblica da ‘depravação total’, que, segundo eu suspeito, só tem coragem de contestar quem tem sobre ela uma concepção errônea. Afinal ela nunca quis dizer que o ser humano é o mais depravado possível. Tal noção é evidentemente absurda e falsa, e basta olharmos ao nosso redor, no nosso dia-a-dia para contradizê-la. (...) ... a ‘totalidade’ da nossa corrupção tem a ver com a sua *extensão* (pois ela estraga e distorce todas as partes da nossa natureza humana), ao seu *nível de ação* (pois corrompe em absoluto cada parte de nosso ser). Como sintetizou o Dr. J. I. Packer, por um lado ‘ninguém é tão mau quanto poderia ser’, enquanto que, por outro, ‘nenhum de nossos atos é tão bom quanto deveria ser’” (John Stott).

19-20: Poderia haver a tendência de se imaginar que as citações dos versos 10 a 18 se referissem apenas aos ímpios. Por isso, o autor esclarece que, como as citações são retiradas das escrituras judaicas (“tudo o que a lei diz” significando as Escrituras hebraicas em geral), aplicam-se, com maior razão ao se público original. O que está escrito na lei, aplica-se ao povo da lei. Contra as acusações não há defesa alguma – “toda boca se cale” diante de Deus. “Se Paulo não sustenta nenhuma doutrina que não pode ser confirmada pelo sólido testemunho da Escritura, muito menos aqueles que não tem nenhuma outra comissão senão a de pregar o evangelho, o qual receberam através de Paulo e de outros, para que não se aventurem noutra direção” (Calvino).

20: Ampliação e tradução livre do Salmo 143.2: “Não entres em juízo com o teu servo porque à tua vista não há justo nenhum vivente” (ou “nenhum vivente será justificado). Ninguém será considerado justo por

Deus, a partir de méritos pessoais. Nada que façamos, a não ser a aceitação da graça de Deus, pode nos comprar a absolvição de Deus (Gl 2:16; 3.11). Não há obras que nos tornem quites de Deus. Este verso reafirma com toda a ênfase a impossibilidade de alguém ser justificado (“declarado justo”) por obras ou obediência à lei (“pela lei vem o pleno conhecimento do pecado”).

Ele quer nos ensinar qual é o papel da lei. E o que ele nos diz, é que a lei pode sondar o coração humano e fazer o diagnóstico da doença. Mas, não têm o poder de curar esta doença (pecado) endireitando o coração do homem. Para esclarecer a questão, podemos listar algumas limitações da lei, como caminho para a justificação:

- A Lei condena o pecador, mas não cancela seus pecados.
- A Lei expõe o cativo humano, mas não concede liberdade.
- A Lei aponta para a necessidade de uma vida espiritual, mas não pode concedê-la.

“O principal motivo ... da lei ... é fazer com que os homens sejam, não melhores, mas piores; quer dizer, ela lhes mostra o seu pecado, para que a partir desse conhecimento eles possam ser humilhados, aterrorizados, esmagados e quebrantados, e, dessa forma, sejam levados a sair em busca da graça e assim chegar àquela Semente abençoada [Cristo]” (Martinho Lutero).

“A lei expõe o pecado do homem, mas não faz nada para curá-lo. Então, os judeus, como também os gentios, têm de se confessar moralmente falidos. Se existe alguma esperança para qualquer dos dois grupos, terá de ser achada na misericórdia de Deus, e não em alguma reivindicação que os homens ou as nações possam fazer-lhe. Em vista do fato do pecado universal, o caminho para a aceitação por parte de Deus em razão de nossas obras de justiça está fechado – e o aviso é perfeitamente claro: Nesta direção não há nenhuma estrada” (F. F. Bruce).

Há três características do “lúgubre quadro bíblico” que se destacam aqui: 1) *ausência de Deus na vida que é marcada pelo pecado* (11, 18); 2) *a natureza destruidora do pecado, a capacidade que ele tem de infestar a nossa vida* (13-17); *a universalidade do pecado*. Desta maneira, toda boca é calada, toda a desculpa silenciada e o mundo inteiro, tendo sido declarado culpado, está sujeito ao juízo de Deus (19).

A provisão de Deus (3.21-31)

Franklin Ferreira

O poeta romano Horácio, traçando algumas linhas de orientação para os escritores de tragédias da sua época, critica aqueles que recorrem muito prontamente ao expediente de um *deus ex machina* para resolver os intrincados problemas desenrolados no transcurso do enredo. “Não introduza um deus no palco”, diz ele, “a menos que o problema seja tal que mereça um deus para resolvê-lo” (*nec deus intersit, nisi dignus vindice nodus inciderit*).

Lutero tomou estas palavras e as aplicou ao perdão de pecados: aqui, disse ele, há um problema que precisa de Deus para ser resolvido (*nodus Deo vindice dignus*). Certo, pois o homem pecador não o pode resolver, embora precise desesperadamente de uma solução; o problema é dele; é ele que tem de ser perdoado. E o que Paulo nos diz aqui é que o problema foi dignamente solucionado pela graça de Deus, que apresentou Cristo como a solução, o meio para obtenção do perdão, o fiador que garante a nossa aceitação por parte de Deus. Tudo o que se requer do pecador é que abraça pela fé aquilo que a graça de Deus supriu.

Creio que neste ponto, devemos fazer duas distinções importantes, para melhor conceituar o termo “justificação”:

Justificação não é sinônimo de perdão	Justificação não é sinônimo de santificação
Esta é uma confusão comum na mente de muitos cristãos. Para aclarar melhor o significado destes dois termos, devemos entender que o <u>perdão</u> é a absolvição de uma penalidade ou uma dívida, sendo assim, algo negativo. Já a <u>justificação</u> é o <u>ato de declarar que alguém é justo</u>, ou seja, é dar ao pecador o direito de desfrutar novamente do favor e da comunhão de Deus, sendo assim, algo de conotação positiva. John Stott cita uma frase de Marcus Loane que ajuda a entender esta questão: “A voz que anuncia <u>perdão</u> dirá: Pode ir. Você <u>está livre da pena</u> que o seu pecado merece. Mas o veredito que significa <u>justificação</u> dirá: Pode vir. Você é <u>bem vindo</u> para desfrutar todo o meu amor e a minha presença”. Foi, provavelmente, Charles H. Hodge, quando elaborou uma antítese entre “condenação” e “justificação”, quem com maior profundidade esclareceu os sentidos destes dois termos: “Condenar não é meramente punir, mas sim <u>declarar o acusado culpado</u> ou digno de castigo; e justificação não é meramente liberar desse castigo, mas declarar que o castigo não pode ser aplicado com justiça. Perdão e Justificação são, portanto, essencialmente distintos. O primeiro (perdão) é a <u>absolvição do castigo</u>, o outro (justificação) é uma <u>declaração de que não existe nenhuma base para a aplicação do castigo</u>”.	Agora, devemos entender também, que justificar é considerar ou declarar justa uma pessoa, e não torná-la justa. Ou, em outras palavras, a justificação <u>nos torna legalmente justos</u>, e, portanto, de contas acertadas com Deus, pois Ele assim o declara na Sua Palavra. Mas este ato da graça de Deus(a justificação) não nos torna <u>moralmente justos</u>, renovados e santos, pois este é o processo que ocorre através da <u>santificação</u>, que se inicia juntamente com a justificação, mas que dura a vida toda. Assim, a justificação é um ato bem distinto da santificação, pois que de agora em diante estamos limpos e <u>inocentados diante da corte de Deus</u>. Paulo encerrou toda a sua argumentação anterior, sem deixar a mais tênue esperança para quem quer que seja, como ele mesmo disse: “... visto que ninguém será justificado diante dele por obras da lei...” (3.20a). Entretanto ao iniciar este tópico, ele faz uma brusca alteração na direção e no conteúdo do seu ensino: “Mas, agora...” Esse início indica um outro rumo, uma nova circunstância a ser acrescentada.

1. A provisão da graça (3.21-26)

Em 3.21a-26 Paulo nos ensina ainda três verdades básicas acerca da justificação:

21-22a: O meio pelo qual a justiça de Deus é adquirida é exposto: pela fé. A fé é meio, não base (a obra de Cristo). A fé é objetiva, i.é, não um fim em si mesmo. A ênfase de Paulo aqui põe em cheque a auto-justificação.¹

¹ Por meio da fé: a) A fé não é o fundamento da salvação, mas o meio de recebê-la (Rm 3.25, 28, 30). A fé é vista como o meio pelos qual Cristo e Sua justiça são imputados. Se a fé fosse a base da justificação, a fé seria, com efeito, uma obra meritória; e

21: “Justiça de Deus”: O meio estabelecido por Deus para obter-se a justiça ou justificação. Repare que Paulo está dizendo que a forma pela qual Deus exerce sua justiça não é uma novidade; já era conhecida dos antigos (“pela lei e pelos profetas”).

22: “pela fé em Jesus Cristo”: A expressão aparece, aqui, como o mecanismo pelo qual Deus torna o pecador justo. “Não há diferença”: assim como aqui não há distinção entre judeus e gentios (ou entre quaisquer categorias em que se divide a humanidade) com relação ao pecado, assim em 10.12 “não há distinção” entre eles com relação à misericórdia de Deus.

22b-23: O alcance da justificação pela fé é universal, i.é, potencialmente eficaz para todos, sem distinção racial (judeu/gentio) ou moral (pagão imoral/moralista). “Todos pecaram”: As duas palavras (*pantes hēmarton*) são idênticas às do fim de 5.12, mas, ao passo que lá o contexto sugere que a referência é à participação de todos na “desobediência do primeiro homem”, aqui temos uma afirmação do fato de que todos os homens, como indivíduos, pecaram. “Carecem da glória de Deus”: Is 43.7: “os criei para minha glória”.

24-26: A base é a obra de Cristo realizada na cruz (graça, redenção, sangue, propiciação, perdão). “Qualquer formulação do evangelho que tire a iniciativa de Deus e a atribua a nós, ou mesmo a Cristo, já não é mais bíblica” (Stott). Este é o clímax da argumentação que Paulo vem desenvolvendo desde o capítulo primeiro: Deus é justo ao condenar o pecado, seja de quem for, e é justo, no sentido de justificar o pecador, através da redenção que há em seu Filho. A justiça de Deus aparece, então, com dois significados: a qualidade moral de ser justo e o processo por ele concebido de tornar justo o ímpio.

24-25: “Assim, Paulo serviu-se da linguagem do tribunal de justiça (“justificados”), do mercado de escravos (“redenção”) e do templo (“assento da misericórdia”) para fazer justiça à plenitude do ato da graça de Deus em Cristo. Perdão, libertação, expiação – são postos ao alcance do homem pela livre iniciativa de Deus, e podem ser assimilados mediante a fé. E a fé, neste sentido, não é uma espécie de obra especialmente meritória à vista de Deus. É aquela singela e sincera atitude para com Deus que o acredita por Sua palavra e aceita Sua graça de bom grado e com gratidão” (Bruce). “Para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes [*paresis*, “tendo passado por alto”] os pecados anteriormente cometidos”: A redenção de Cristo tem eficácia retrospectiva, bem como prospectiva.

a mensagem do Evangelho seria, depois de tudo, meramente uma nova versão da justificação pelas obras, doutrina considerada irreconciliável com a graça (Rm 4.4; 11.6; Gl 4.21-5.12). b) A fé é um dom do Espírito (At 13.48; Ef 2.8,9; Hb 12.2). Ela tem três elementos: intelectual (*notitia*), que envolve o conhecimento das verdades do Evangelho, emocional (*assensus*), que envolve convicção e volitivo (*fiducia*), que é a confiança.

“Deus mesmo entregou a si mesmo para salvar-nos dele mesmo” (John R. W. Stott)		
Metáfora judicial: Justificação	Metáfora comercial: Redenção	Metáfora cultural: Expição e Propiciação
Breve Catecismo de Westminster, pergunta 33: “O que é justificação?” “Justificação é um ato da livre graça de Deus, no qual ele perdoa todos os nossos pecados e nos aceita como justos diante de si, somente por causa da justiça de Cristo a nós imputada, e recebida só pela fé”. A base da justificação é a graça de Deus em Cristo: a) A justiça pessoal de Cristo, sua obediência ativa e passiva (Is 53.12; Jo 6.38; 10.17-18; Rm 5.19; Fp 2.7-8; Hb 5.8), que Ele obteve durante Sua vida na terra, é imputada ao pecador no momento que este crê. b) Cristo foi feito legalmente responsável pelos pecados dos crentes e sofreu o justo castigo que a este correspondia. Este ato tornou Cristo o responsável legal de tais pecados (1Pe 2.24; 2Co 5.21). O significado da justificação: Quando Deus diz “imputar justiça” a uma pessoa, o significado é que Deus considera judicialmente tal pessoa como justa e merecedora de todas as recompensas a que tem direito toda a pessoa justa (Rm 4.6-11). A justiça perfeita de Cristo é imputada (contada, creditada, atribuída) a nós (Is 61.12).	Redenção é o ato de pagar o resgate para comprar algo. Exemplos do Antigo Testamento incluem Boaz, o remidor de Rute (Rt 3-4); Oséias e Gomer (Os 3.1-5); e Deus e Israel (Is 43.3,10-14; 44.6; etc.). O significado da redenção: a) Sua obra é obra de resgate; b) A doação de sua vida foi o preço do resgate; c) O resgate foi substitutivo em sua natureza (Mt 20.28; Mc 10.45) - <u>lei</u> : a) Maldição da lei (Gl 3.10-13); b) A lei cerimonial (Gl 4.4-5) - <u>pecado</u> : a) Culpa: Justificação e perdão (Rm 3.24; Ef 1.7; Cl 1.14; Hb 9.15); b) Poder: libertação (Tt 2.14; I Pe 1.18) - <u>vitória sobre satanás</u> (Jo 12.31; Cl 2.15; Hb 2.14,15) - Dirigida à servidão ao qual o pecado nos entregou.	Sendo o absoluto moral do universo, Deus manifesta a sua ira (orgê e tumós) contra o pecado. No Antigo Testamento a ira de Deus contra o pecado é manifesta cerca de 585 vezes. Propiciação é literalmente “propiciatório” – a tampa da arca da aliança, no Tabernáculo, em que o sangue do sacrifício era aspergido pelo sumo-sacerdote no dia da expiação. Deus, então, concedia o perdão a Israel. A morte de Jesus Cristo na cruz é o antítipo daquele ritual. No Novo Testamento a ira de Deus é um tema essencial: Jo 3.36; Rm 1.18s; 9.22; Ef 5.6; 2Ts 1.7-9; Hb 10.27; 12.29). A propiciação “é uma ação dirigida para a pessoa ofendida com o propósito de mudar a sua atitude, de raiva e ira para reconciliação” (Rm 3.25-26; Hb 2.17; 1Jo 2.2; 4.10). As duas ações implicam uma à outra. Na sua plenitude, <u>propiciação</u> não é apenas <u>expição</u> (anulação) dos pecados. Ao remover a culpa do pecador, a atitude de Deus para com ele, obviamente, vai mudar. – Dirigida à necessidade que surge da ira de Deus.

26: “Na oferta que Cristo faz de Si mesmo, a justiça de Deus é vindicada e o pecador que crê é justificado. Pois Cristo ocupa uma posição singular como representante de Deus junto ao homem e representante do homem junto a Deus. Na qualidade de Homem representativo, Ele absorve o juízo a que ficou sujeito o pecado humano; como representante de Deus, Ele comunica aos homens a graça perdoadora de Deus” (Bruce).

William G. T. Shedd observa que “quando o pecador satisfaz a lei mediante sua própria morte eterna, experimenta justiça sem misericórdia; porém, quando Deus satisfaz a lei no lugar do pecador, este experimenta a misericórdia na forma mais maravilhosa do auto-sacrifício de Deus... A morte vicária implica morte *substitutiva*. Vigário é a pessoa que recebeu delegação para desempenhar as funções de outrem” (*Dogmatic Theology* [2. ed. Nashville: Thomas Nelson, 1980], 2:382-383). O ensino do Novo Testamento é absolutamente uniforme ao afirmar que é Deus quem propicia, expia, satisfaz e reconcilia. Nenhum destes atos parte da criatura. O próprio Deus é o agente ativo, originador.

2. A justificação é defendida das críticas (3.27-31)

Neste parágrafo, Paulo retorna a ensinar através do uso da “diatribe”, método de ensino que ele já usara anteriormente. Entretanto, agora, o apóstolo antecipa um possível confronto com os Judeus, acerca deste seu último ensinamento, de que a justificação é somente pela fé. Paulo toma a dianteira, e faz três perguntas que imagina que qualquer Judeu faria a ele:

a. Onde está, então, o motivo de vanglória? (3.27-28)

O povo judeu alimentava um profundo orgulho, pelo fato de ter sido o povo escolhido por Deus para com ele selar uma aliança. Achavam, por este motivo, que eram os “favoritos de Deus” (2.17, 23).² Paulo ensina então, que a justificação apenas pela fé, exclui totalmente qualquer base para a vaidade própria, para a presunção ou vanglória. Já que o homem nada faz, nem mesmo, nada pode fazer, para ser justificado por Deus (3.28), seu mérito pessoal é de todo excluído, e, em consequência, toda a sua possível base de presunção. “Independente das obras da lei”: ou “sem as ações da lei” ou “à parte das obras da lei”. Lutero sublinha a expressão “pela fé, independente das obras da lei” acrescentando o advérbio “somente”: “o homem é justificado somente pela fé, independentemente das obras da lei”.

b. Deus é exclusivamente “Deus dos Judeus” ou ele é também “Deus dos gentios”? (3.29-30)

Mais uma vez o apóstolo faz a pergunta a um imaginário interlocutor judeu. Como este era o povo da aliança, eles excluía todos os demais povos das bênçãos advindas desta. Esqueciam, no entanto, que este não era o propósito de Deus. Os privilégios desta aliança visavam a inclusão dos gentios, quando, através da posteridade de Abraão, todos os povos da terra seriam também abençoados (Gn 12.2-3). Esta aliança com Abraão foi cumprida em Cristo. Ele é a semente de Abraão, e através dele Deus justifica hoje todo aquele que tem fé, seja este judeu ou gentio (3.30). Se o evangelho da justificação somente pela fé, exclui qualquer “vanglória”, exclui também qualquer elitismo, favoritismo ou discriminação. Deus, pela fé, justifica os circuncisos (judeus), tanto quanto o faz com os incircuncisos (gentios).

c. Anulamos então a lei pela fé? (3.31)

A lei era a coisa mais preciosa para os judeus. A expressão “a lei” (*Torah*) era geralmente uma referência a legislação mosaica. Mas, pelo fato de que a palavra *torah* significa “instrução”, eles ampliavam este termo incluindo nele todo o Antigo Testamento. Como os ensinamentos de Paulo excluía a lei como base para a justificação, eles consideravam que Paulo ensinava a exclusão desta (3.31a). Paulo é categórico em sua resposta (Não, de maneira nenhuma!). Antes, pelo contrário, diz ele, a doutrina da justificação apenas pela fé, confirma a lei (3.31b). O que Paulo quer ensinar aqui, é que a fé confirma a lei ao conferir-lhe o devido lugar no propósito de Deus. No plano da salvação, o propósito do Senhor é que a lei tenha por função expor e condenar o pecado, fazendo com que o pecador trancafiado pela culpa procure libertação em Cristo (Gl 3.19-25). Assim, o evangelho da justificação pela graça e a lei se encaixam e se complementam perfeitamente no plano da salvação, já que a fé justifica aqueles a quem a lei condena.

² Entretanto, os judeus não são os únicos a possuir a prerrogativa da vanglória. Os gentios também se conduzem deste modo, e Paulo já fez menção a este fato (1.30). Na verdade todos os seres humanos são decididamente presunçosos, pois esta é a linguagem do nosso egocentrismo caído.

Um precedente: a justificação ilustrada no Antigo Testamento (4.1-25)

Franklin Ferreira

O capítulo 4 é uma defesa bíblica da doutrina da justificação pela fé em contraste com a doutrina judaica da justificação pelas obras. Paulo usa, estrategicamente, a figura de Abraão como ilustração da justificação no Antigo Testamento.¹ J. I. Packer: “A discussão de Romanos 4 não versa sobre a base da justificação, e sim, sobre o meio de assegurá-la”.

John Stott cita duas razões da importância de Romanos 4 no contexto de toda a carta: neste capítulo, “Paulo esclarece ainda mais o significado da justificação pela fé. Ele usa o que a Escritura diz sobre Abraão e Davi para elaborar a significância das duas palavras: justificação, em termos da concessão de justiça ao injusto; e fé, em termos de confiar no Deus da criação e da ressurreição. Paulo quer que os cristãos judeus entendam que o Evangelho da Justificação pela fé que ele anuncia não é nenhuma novidade, tendo sido proclamado anteriormente no Antigo Testamento; além disso, quer que os cristãos gentios apreciem a rica herança espiritual à qual ganharam acesso mediante a fé em Jesus, em continuidade com o povo de Deus do Antigo Testamento. Abraão e Davi mostram que a justificação pela fé é o único meio pelo qual Deus garante a salvação, dado por ele primeiro no Antigo Testamento e depois também no Novo, e, em segundo lugar, tanto para os judeus como para os gentios”.

Assim, é um erro assumir que no Antigo Testamento as pessoas eram salvas pelas obras e no Novo Testamento pela fé, ou que hoje a missão cristã deve limitar-se aos gentios com base no pressuposto de que os judeus têm a sua forma distintiva de salvação. Stott ainda diz: “Paulo quer que os cristãos judeus entendam que o evangelho da justificação pela fé que ele anuncia não é nenhuma novidade... quer que os cristãos gentios apreciem a rica herança espiritual à qual ganharam acesso mediante a fé em Jesus”. Ao desenvolver sua argumentação, neste capítulo, Paulo faz quatro afirmações a respeito da justificação de Abraão:

1) Toda vanglória excluída (Rm 3.27): a justificação não depende das obras (2-8): Em 3.21, Paulo afirma que o processo de salvação, concebido por Deus, independentemente da lei, já era conhecido no Antigo Testamento (lei e profetas). A pergunta aqui focaliza nas observações em 3.27.

Paulo inicia sua argumentação, com uma nova pergunta: “Que, pois, diremos ter alcançado Abraão, nosso pai segundo a carne? Assim, esta pergunta é dirigida aos judeus, pois faz referência à Abraão como o ancestral (segundo a carne) do qual eles eram descendentes naturais.² Parece que Paulo imagina ouvir a resposta errada (que era, no entanto, a resposta que os rabinos judeus davam a esta pergunta), ou seja, que Abraão foi justificado pelas obras, e por isso, ele responde em 4.2: “Se Abraão foi justificado por obras, tem de que se gloriar”. Existem duas razões pelas quais Paulo rejeita com tanta veemência, este conceito rabínico de justificação pelas obras:

¹ Parece que Paulo escolheu Abraão para o seu principal exemplo neste capítulo, por duas razões: Abraão foi o ancestral do povo judeu, o primeiro pai de Israel, “a rocha de que fostes cortados” (Is 51:1-4), o favorecido que recebeu a aliança e as promessas de Deus (Gn 12:1-3; 15:1-6; 17:1-8); Aos olhos dos rabinos de Israel, Abraão gozava da mais alta estima, sendo considerado a síntese da justiça e até mesmo o “amigo especial de Deus”. Para eles era óbvio que ele fora justificado por suas obras de justiça. Por exemplo, “Abraão foi perfeito em todos os seus atos para com o Senhor e alcançou graça por causa de sua retidão durante toda a sua vida”. Eles citavam as Escrituras nas quais Deus prometera abençoar Abraão porque ele lhe tinha obedecido (Gn 22:15-18; 26:2-5), mas não viam que esses versículos referiam-se à vida de obediência de Abraão depois de sua justificação. Eles até citavam Gênesis 15:6 (o texto citado por Paulo no versículo 3 deste capítulo) de tal forma que representasse a fé de Abraão como sendo a sua fidelidade ou lealdade, sendo, portanto, um mérito. Por exemplo: “Abraão não permaneceu acaso fiel em sua prova e não lhe foi isto atribuído como justiça?”

² Paulo chama Abraão de “pai” (ou “antepassado”, 11, 12, 16, 17, 18) – não só do judeu: ele vai ampliar o conceito na perspectiva da fé (11; 16). No judaísmo Abraão era “prova” evidente da justificação pelas obras. Lemos no *Livro dos Jubileus* (2º século a.C.; 23:10): “Abraão era perfeito em todas as suas ações para com Deus e lhe foi agradável por meio de sua justiça todos os dias de sua vida”. Também na *Oração de Manasses* (1º século a.C. ou d.C.; 8): “Tu ... não apontaste graça para os justos, assim como Abraão, Isaque e Jacó, os quais não pecaram contra ti, mas apontaste graça para mim”. É esse o contexto da afirmação de Rm 4.2.

Se este fato fosse verdadeiro, Abraão teria motivos (méritos) para se gloriar, e a base da salvação, já não seria a graça de Deus. Entretanto, Paulo acrescenta, para quem possa pensar desta maneira, que diante dos homens e, até mesmo, no secreto do nosso coração, nós podemos nos gabar dos “nossos méritos”, mas, “não diante de Deus” (4.2). Pressupor que o injusto seja capaz de estabelecer sua própria justiça diante de Deus, é imaginar o inconcebível. A segunda razão, pela qual Paulo nega que Abraão tenha sido justificado pelas obras, são as palavras da própria Escritura: “Pois que diz a Escritura?” (4.3). Paulo aponta para Gn 15.6, texto que era visto como confirmação das obras de Abraão. O “creu” aqui era tido como ato meritório de Abraão. Em resposta à sua própria indagação, ele responde citando Gn 15:6: “Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado (creditado)³ como justiça” (4.3).

Mas 4.4-8 são a explicação correta do texto. Uma figura explicativa é usada em 4-5, a do trabalhador e o seu salário. Se Abraão foi justificado por alguma coisa boa que tenha feito, isso deve ser motivo de orgulho para ele, porque sua justificação seria uma espécie de pagamento a que teria direito. Mas não é – conclui Paulo – porque a Escritura diz que Abraão foi justificado pela fé, e não pelas obras. João Calvino assim se expressou sobre esta questão: “A fé nos traz justiça, não porque seja a mesma uma virtude meritória, mas porque ela obtém para nós a graça de Deus”.

Precisamos de mais um exemplo de que a justificação sempre foi obtida pela fé? Então escolhamos outro que teria todas as condições de obtê-la por obras: Davi, que foi considerado um homem “segundo o coração de Deus”. Paulo, então, demonstra que Davi também confiava na graça de Deus para sua justificação. Em 6-8, o Sl 32.1 é citado para reforçar o argumento do apóstolo – a prática expositiva de citar um Salmo em conexão com um texto do Pentateuco era bastante comum entre os rabinos. A expressão-chave, e a força do argumento está na repetição (8 vezes!) do verbo “imputar” (“levar em conta”, “considerar”, “creditar”). Stott: “Justificação implica um cálculo, crédito ou cômputo duplo”. F. F. Bruce: “A não imputação de pecado, com que o salmista se regozija, importa em positiva imputação da justiça, ou pronunciamento de absolvição, pois é impossível haver veredicto de ‘sem prova’ no tribunal de Deus”. C. H. Hodge esclareceu esta questão de modo profundo: “Imputar pecado é lançar o pecado na conta de alguém e tratá-lo de conformidade com isso. De semelhante forma, imputar justiça é lançar justiça na conta de alguém, e daí tratá-lo de conformidade com isso”. Isso significa que a justificação é livre iniciativa de Deus, assim como o perdão exemplificado na citação de Sl 32, e independe de mérito humano algum.

J. I. Packer: “A tradução que declara ter sido a fé que Abraão possuía ‘atribuída como justiça’ (4.5) não é boa. A palavra ‘como’ sugere equivalência ou identidade, como se ‘justiça’ estivesse sendo usada no sentido da obediência que o homem deve a Deus. ‘Como’ representa preposição grega *eis*, que significa ‘em direção à’ ou ‘com o propósito de’, uma grande esfera de contextos. A tradução ‘para justiça’ (4.3, 9, 22) é uma maneira melhor de traduzir aquela preposição, ainda que ‘atribuir’ (4.5) é um desenvolvimento da antiga palavra ‘imputar’. Paulo não estava ensinando aqui que a fé é a nossa justiça, e sim, que somos justificados por crer. Certamente que a fé é o motivo e o meio da nossa justificação, mas a base de nossa justificação é a obediência de Cristo (5.19), a sua justiça... e a sua propiciação por nossos pecados”. Podemos cantar, então, com N. von Zinzendorf:

*Senhor Jesus, teu sangue e tua justiça
Minha beleza e veste gloriosa são;
Hei de ostentá-los, de cabeça erguida
Junto com a glória das estrelas brilharão!*

³ A palavra “crédito” (imputar ou computar), usada pelo apóstolo necessita de melhor compreensão neste contexto. É como se Paulo estivesse ensinando que existem dois diferentes modos de “creditarem” dinheiro em nossa conta: ou como salário (que nós ganhamos por havermos trabalhado), ou como presente (que nós ganhamos sem termos trabalhado). No primeiro caso, o crédito é um direito (pois houve mérito do trabalho), e no segundo, é apenas um presente imerecido (pois não houve mérito do trabalho).

2) A circuncisão não faz diferença: a justificação não depende da religiosidade (9-12): Paulo volta a Abraão para demonstrar que não há ligação entre a circuncisão (sinal da lei) e a justificação. Paulo se fixa, aqui, de modo muito sábio, na ordem dos eventos. Assim, colocada de outra forma, sua pergunta é: “A justificação de Abraão se deu antes ou depois da sua circuncisão”? A resposta de Paulo é curta e objetiva: “Não no regime da circuncisão, e sim quando incircunciso” (4.10).⁴

Se Abraão foi justificado muito antes da circuncisão (4.9-10), então a implicação é que os incircuncisos (gentios) também o podem ser. A circuncisão é importante como “sinal, selo da justiça”, da aliança com Deus (4.11a). Na verdade, aquele rito foi consequência, selo da fé, e não causa. Existe uma correlação legítima entre a circuncisão judaica e o batismo cristão. Primeiro nós somos justificados pela fé, e então somos batizados como um sinal ou selo da nossa justificação. De igual modo, precisamos manter não só, a ordem certa, como também, guardar bem clara a distinção entre o sinal (o batismo) e aquilo que ele significa (a justificação).

Foi João Calvino, provavelmente, quem melhor aprofundou o pensamento de Paulo acerca da circuncisão, aplicando-o ao sacramento cristão do batismo: “Esta é uma passagem (4.11) mui notável no tocante aos benefícios gerais dos sacramentos. Segundo Paulo testifica, estes são selos pelos quais as promessas de Deus são de certa forma impressas em nossos corações, e a certeza da graça é confirmada. Embora eles, inerentemente, são de nenhum proveito, todavia Deus os designou para que fossem instrumentos de sua graça, e pela graça secreta de seu Espírito promove o bem dos eleitos através de seus efeitos. Ainda que para os réprobos eles sejam símbolos inanimados e inúteis, todavia retêm sempre seu poder e seu caráter. Mesmo que nossa descrença nos prive de seus efeitos, todavia tal fato não debilita nem extingue a verdade de Deus. Portanto, o seguinte princípio permanece, a saber: os símbolos sagrados são testemunhas pelas quais Deus sela sua graça em nossos corações”. Como escreveu Charles Hodge, “o que funciona bem como sinal é um miserável substituto para a coisa significada”.

Como Abraão recebeu a justificação pela fé antes desse rito religioso ser instituído é possível afirmar que ele é, igualmente, tido como “pai” de todos os crentes, judeus e gentios (4.11-12).

3) A lei tem o seu devido lugar: a justificação não depende da lei (13-17): Paulo começa este parágrafo com uma afirmação, cuja ênfase está na negativa: “Não foi por intermédio da lei”. O apóstolo já havia afirmado anteriormente, que a justificação não é pelas obras (4.1-8), nem pela circuncisão (4.9-12); agora ele afirma, que tampouco ela se dá pela lei. Paulo destaca que as promessas de Deus a Abraão (Gn 15.5; 17.5; 22.17) foram feitas antes do regime da Lei (13). “Justiça da fé” refere-se ao processo justificador daquele que não confia nas suas próprias capacidades, mas sim naquele que torna justo ao ímpio (4.5). A promessa de Deus foi estabelecida levando em conta a confiança de Abraão (Gn 15.6). O apóstolo apresenta três razões para consolidar sua afirmativa:

a. A história do povo de Israel: Quando ele diz que “se os da lei é que são os herdeiros, anula-se a fé e cancela-se a promessa” (4.14), está se referindo à fé que teve Abraão, e a correspondente promessa que Deus lhe fizera, muito antes da lei. Em Gl 3:17 Paulo já afirmara algum tempo antes, que a lei que veio 430 anos depois da promessa, não pode revogar e assim desfazer a referida promessa. Este é, portanto, um argumento extraído da própria história do povo de Israel, sendo assim, palpável e irrefutável;

b. O propósito da Lei: O segundo argumento contrapõe o propósito da lei e o da fé. A lei (4.15) tem por função mostrar a transgressão, e assim, nos leva de encontro à ira de Deus. A fé, confia na promessa, e nos conduz em direção à graça. Assim, a justificação não pode se basear na lei, porque este não é o seu propósito;

c. O propósito da promessa: O terceiro argumento aponta para o propósito da promessa, que era o de alcançar toda a descendência (4.16-17), tanto “ao que está no regime da lei”, quanto “ao que é da fé”.

⁴ A justificação de Abraão é registrada em Gn 15 e a sua circuncisão, em Gn 17, e pelo menos quatorze anos separam estes dois eventos.

Assim, vemos que a lei divide e exclui, enquanto a fé aproxima e une. O propósito da promessa, estabelecida em Gn 17:5, é exposto de modo bem claro: “como está escrito: Por pai de muitas nações te constituí” (4.17). Estas “muitas nações”, inclui todos os que crêem, e assim, passam a pertencer à semente espiritual de Abraão, e se tornam herdeiros das suas promessas.

F. F. Bruce: “Concisa afirmação do princípio de que aquilo que Deus dá por sua livre graça, pode ser apropriado pelos homens somente mediante a fé. Ao contrário, o que é obtido pelas obras (não pela fé) é dado por questões de mérito (não de graça)”.

John Stott: “Em cada um destes casos, Paulo afirma a prioridade da fé de Abraão. Sua fé veio primeiro; obras, circuncisão e lei vieram mais tarde. Foi um processo de eliminação sistemática. Mas agora, finalmente, o apóstolo chega a uma conclusão positiva”.

4) Abraão é o paradigma da justificação pela fé (18-25): 4.18-21 são um comentário da primeira parte de Gn 16.5. Paulo chega agora, a sua quarta e última afirmação acerca da justificação. E ele continua a usar algumas situações extraídas da vida do nosso “pai na fé”, o grande patriarca Abraão. 4.17b diz que o alvo da fé de Abraão foi “o Deus que vivifica os mortos” (ou seja, que tem o poder de trazer da morte para a vida, que ressuscita o que está morto), e também, o Deus que “chama à existência as coisas que não existem” (ou seja, que tem o poder de criar algo do nada).

A fé de Abraão foi ativa, não extática ou contemplativa. Em pelo menos três ocasiões em sua vida Abraão teve a possibilidade de provar estas características do poder de Deus: A primeira (Gn 15:1-5) quando ele que ainda não tinha filhos, recebeu de Deus a promessa de que a sua descendência seria tão numerosa como as estrelas do céu. E Abraão creu somente. A segunda (Gn 17:1-8) quando Abraão já tinha noventa e nove anos de idade e Sara aproximadamente noventa anos. Novamente o Senhor lhe prometeu que ele seria pai de muitas nações e que o seu descendente direto sairia de Sara sua mulher (4.18-20). E Abraão creu novamente. A terceira (Gn 22:1-12) quando o seu único filho e descendente, o filho que lhe nasceu do nada, lhe foi exigido por Deus em sacrifício no monte Moriá. E Abraão creu novamente. Tal era sua confiança na fidelidade de Deus às suas promessa que ele “considerou que Deus era poderoso até para ressuscitá-lo dentre os mortos, de onde também, figuradamente, o recobrou” (Hb 11:19).

Abraão tinha sua fé fundamentada num Deus todo-poderoso e suficiente (4.17b). John Stott: “Fé não é enterrar a cabeça na areia, nem ‘torrar os miolos’ para acreditar naquilo que sabemos não ser verdade, ou então assobiar no escuro para esquecer o medo. Pelo contrário, fé é uma confiança racional. Não se pode crer sem pensar”.

*Em nada ponho a minha fé
Senão na graça de Jesus.*

Assim, Abraão depositou a sua fé naquele cujo poder, “vivifica os mortos”, e “chama à existência as coisas que não existem”, e cuja fidelidade às suas promessas é sempre certa e imutável. Paulo acrescenta acerca destas experiências de Abraão, que em todo tempo, ele estava “plenamente convicto de que Deus era poderoso para cumprir o que prometera” (4.21). E esta foi a fé, através da qual, a justiça de Deus lhe foi imputada (4.22).

A segunda parte de Gn 15.6 é comentada em 4.22-25. Abraão e sua fé são lição para os cristãos de todas as épocas, não um monumento do passado (4.23s). A ressurreição de Jesus é a evidência inequívoca de que é o mesmo Deus “que dá vida aos mortos” (4.17), o Deus de Abraão, que age no presente.

4.25 (que segundo Charles Hodge, “é uma declaração que abrange todo o evangelho”) termina a defesa bíblica da justificação pela fé com o que é considerado como uma confissão de fé ou hino cristão primitivo. “Entregue” é o termo usado para descrever a iniciativa divina na obra de redenção (Is 53.6, 12 [LXX]: “o Senhor o entregou [o Servo Sofredor] por nossos pecados” e “por causa dos pecados deles, ele [o Servo] foi entregue”; Rm 8.32; Gl 2.20; Ef 5.20). Para Paulo, morte/ressurreição são inseparáveis (1Co 15.1-

4). F. F. Bruce: “Cristo foi ‘entregue’ para expiar os pecados do Seu povo e foi ressuscitado pelo poder divino para garantir a sua justificação”. C. E. B. Cranfield: “O que os nossos pecados requeriam era, em primeiro lugar, a morte expiatória de Cristo, e no entanto, se sua morte não fora acompanhada pela sua ressurreição, ela não teria sido a ação poderosa de Deus em favor de nossa justificação”.

Encerra-se, aqui, o argumento contido na primeira parte do tema apresentado em 1:17: “aquele que pela fé é justo... viverá”. Esse argumento visou demonstrar a justiça de Deus, também como um processo por ele proposto para a justificação do pecador: por um lado, sua justiça condena o pecado; por outro, ela se derrama em graça e torna justo o pecador, mediante a fé em Jesus Cristo.

*Devedor à tua misericórdia, somente,
Canto a graça da aliança;
Não temo, revestido com a tua justiça,
Oferecer-Te tudo e até mesmo a mim.*

*Terroros da lei e terroros de Deus
Comigo nada mais têm a ver;
O sangue e a obediência do meu Salvador
Ocultaram todas as minhas transgressões.*

As bênções que acompanham a justificação (5.1-11)

Franklin Ferreira

Tendo Paulo estabelecido o meio usado por Deus para justificar pecadores, com base no precedente do Antigo Testamento, ele agora enumera as bênções que se acumulam para aqueles cuja fé lhes foi imputada para justiça.¹

Devemos observar inicialmente que Paulo faz aqui uma seqüência de afirmações em que o sujeito é “nós” (5.1, 2a, 3, 9, 10, 11). Com estas tremendas declarações de fé, Paulo se identifica com todos os que foram justificados, quer judeus ou gentios. Ao mesmo tempo ele nos fala aqui de algo que existe e é compartilhado pelo povo de Deus, de algo que nos é comum, ou seja, as bênções que todos nós recebemos, apenas pela fé em Jesus, e, independentemente de sermos judeus ou gentios.

Contudo, o grande tema da justificação pela graça recebe maior desenvolvimento aqui. Paulo jamais considera a possibilidade de justificação que não seja acompanhada de santificação: uma e outra, para ele, estão inseparavelmente ligadas. Uma é a absolvição preliminar; a outra é a longa estrada que conduz à Jerusalém celestial. O apóstolo passa a descrever as implicações da justificação, ou seja, como é a vida prometida aos justificados pela fé. Paulo faz seis afirmações bastante ousadas, com referência àqueles a quem Deus justificou:

1. Nós temos paz com Deus (5.1):² Esta paz não é uma trégua no meio da guerra, mas é uma paz permanente. Trata-se de uma nova relação com Deus, não uma questão de sentimento. Esta é a primeira e principal consequência da salvação obtida por intermédio de Jesus. Deve ser notado que “justificação” e “reconciliação” são atos da graça de Deus que andam juntos, pois segundo o primeiro destes, Ele nos imputa a sua justiça, e através do segundo, ele nos chama para uma vida de comunhão na qual, agora, existe uma perfeita paz. E esta paz nos é concedida “por meio de nosso Senhor Jesus Cristo” (5.1b), o qual tornou-a possível, quando “foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou por causa da nossa justificação” (4:25).

Esta é a essência da paz que, segundo anunciaram os profetas, seria a bênção suprema da era messiânica, o “shalom” do reino de Deus, inaugurado por Jesus Cristo, o príncipe da paz. Paulo acrescenta ainda aqui, que nós temos paz com Deus, agora, como uma posse e um fato do tempo presente. O apóstolo não nos faz aqui, uma exortação à desfrutar, ou a procurar uma paz que existe em Deus, e sim, a entender que agora “temos” essa paz concedida por Ele, como pura consequência da nossa justificação.

2. Nós estamos firmes na graça (5.2a): Normalmente “graça” é o favor que recebemos gratuita e imerecidamente de Deus, seu amor incondicional do qual não somos dignos. Entretanto, aqui, este conceito se refere à esfera de vida da graça de Deus, na qual depois de justificados, passamos a viver. Paulo usa duas expressões com referência à esta nova posição do cristão. A primeira é: “Por intermédio de quem obtivemos igualmente acesso, pela fé, a esta graça”.³ A segunda expressão é: “na qual [graça] estamos firmes”. Paulo nos ensina que além de sermos introduzidos por Jesus nesta nova esfera de vida da graça de Deus, esta nossa nova posição é firme, e permanente, pois temos o privilégio de viver no seu templo ou no seu palácio todo tempo. Nós não temos acesso apenas periodicamente, ou ocasionalmente, à graça de Deus,

¹ Alguns consideram este capítulo um parêntese devocional, visto basear-se na experiência pessoal de Paulo quanto ao modo de ser tratado por Deus.

² Numerosos manuscritos apóiam a tradução de “tenhamos a paz” (exortação). Mas o fluxo da lógica de Paulo dá sustentação a “temos” (afirmação). O fato de que “recebemos, agora, a reconciliação” sugere que já desfrutamos de “paz com Deus”, que é o tema do parágrafo (5.6-11).

³ Uma tradução melhor seria: “Por intermédio de quem fomos introduzidos, pela fé, a esta graça”, pois reconhece a nossa incapacidade de entrar, e a necessidade de que alguém nos introduza. O termo grego traduzido por “acesso” é *prosagoge*, que é usado no Novo Testamento apenas em Efésios 2:18, e 3:12. Era usado, ou para uma pessoa que era introduzida no santuário de Deus para adorar, ou para alguém que era introduzido na câmara de audiência de um rei para ser apresentado a ele. Seja de uma ou de outra forma, o que Paulo quis nos ensinar, é que após a justificação, nós fomos “introduzidos” (*prosagoge*) por Jesus na esfera de vida da graça de Deus, na qual passamos a viver em permanente adoração ao nosso novo rei e senhor.

mas sempre e permanentemente. Não vivemos perdendo e ganhando o favor de Deus, mas sim, permanentemente dentro do seu favor.

3. Nós nos gloriamos na esperança da glória de Deus (5.2b): A esperança cristã não é algo incerto. É, antes, uma expectativa confiante que se baseia nas promessas de Deus. E o objeto da nossa esperança é a glória de Deus, ou seja, naquele momento em que a cortina se levantará e Ele se manifestará em poder e grande glória. John Stott: “Depois de ouvirmos essas três afirmações de Paulo acerca da ‘bem-aventurança’ dos justificados, nós somos levados a parar e refletir. Os frutos da justificação têm relação com o passado, o presente e o futuro. Nós ‘temos paz com Deus’ (como resultado de nosso perdão passado); ‘estamos firmes na graça’ (nosso privilégio presente). E ‘nos gloriamos na esperança da glória de Deus’ (nossa herança futura). Paz, graça, alegria, esperança e glória. Parece idílico – e é, se não levarmos em conta a quarta afirmação de Paulo”.

4. Nós também nos gloriamos nas tribulações (5.3-8): A palavra grega para “tribulações” é *thlipsis*, cujo significado literal é “pressões”. Paulo nos ensina nestes versos que a atitude que o cristão deve ter diante dessas tribulações deve ser de alegria. O sofrimento é o único caminho para a glória de Deus – ou seja, o caminho da glorificação é o caminho da participação dos sofrimentos de Cristo.

Paulo nos ensina, além disso, que o caminho do sofrimento é o caminho da maturidade. Ele nos ensina que a partir dos sofrimentos, Deus produz em nossas vidas, perseverança (*hypomoné*), que é a capacidade de resistir a situações difíceis; por sua vez a perseverança produz experiência (*dokime*), que é a qualidade de uma pessoa que foi provada e passou no teste; e finalmente, a experiência produz esperança, cuja base inabalável é o amor de Deus (5.5), que é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo. Esse amor é de tal qualidade e natureza, pois foi provado pela morte de Cristo na cruz (5.6-8), que não permite que a nossa esperança se confunda e naufrague, pois o amor de Deus nunca desiste de nós (8.35-39). Assim, Deus estabeleceu para os seus filhos um caminho para alcançarmos a maturidade cristã, e devemos andar por ele com alegria.

Sofrimento (*thlipsis*) → **Perseverança** (*hypomoné*) → **Experiência** (*dokime*) → **Esperança**

5. Nós seremos salvos por meio de Cristo (5.9-10): Nestes versículos podemos observar a notável tensão que se encontra no Novo Testamento, entre o “já” e o “ainda não”, ou seja, entre o que Cristo já conquistou em sua primeira vinda e o que resta por fazer em sua segunda vinda. A expressão usada “seremos salvos” tem o seu verbo no tempo futuro, indicando que o apóstolo fala de algo que ainda vai acontecer. É verdade que todos os que crêem já estão salvos, no tempo presente, no momento em que receberam ao Senhor. Mas esta é a salvação da culpa dos nossos pecados e do juízo de Deus com relação a eles. Nós não fomos ainda libertos do pecado que habita em nós, nem recebemos ainda os nossos corpos ressurreitos, que nos serão dados por ocasião da vinda do Reino.

Paulo usa duas expressões, para definir a salvação futura que ele tem em mente. A primeira é: “salvos da ira” (5.9) e a segunda: “salvos pela sua vida” (5.10). Com a primeira Paulo tem em mente o dia final de prestação de contas, que ele mesmo chamou de “o dia da ira e da revelação do justo juízo de Deus” (2.5). É claro que no presente nós já fomos resgatados da ira de Deus, no sentido de que através da cruz, Deus mesmo a afastou de nós. O que o apóstolo ensina aqui, é que nós seremos também salvos dessa terrível ira vindoura. Com a segunda expressão, Paulo quis ensinar que Jesus, que morreu pelos nossos pecados, ressuscitou e agora vive a direita de Deus Pai, aguarda que o seu povo também experimente o poder da sua ressurreição. Agora nós já podemos compartilhar da sua vida, mas naquele dia compartilharemos também da sua ressurreição.

Paulo nos ensina ainda o motivo pelo qual podemos ter certeza destes fatos. Partindo “do mais difícil para o mais fácil” ele nos diz que se Jesus morreu por nós, quando ainda éramos pecadores, quanto mais agora,

que já fomos justificados e reconciliados com Deus, Ele completará em nós toda a sua obra redentora.⁴ O Deus Juiz que declarou-nos justos é o mesmo Deus Pai que nos reconciliou consigo mesmo, acolhendo-nos no seu lar, como também é o mesmo Deus Salvador, que completará a sua obra no dia final.

6. Nós nos gloriamos em Deus (5.11): Esta última afirmação de Paulo, em termos verbais, é idêntica a que os judeus faziam, e que o apóstolo condenava (2.17). Entretanto, o que Paulo faz aqui, é contrastar a “exultação cristã” com a “vanglória judaica”. Os judeus se orgulhavam de Deus, com se Ele fosse uma propriedade exclusiva deles, como se tivessem o direito de monopólio sobre Deus. Os cristãos exultam (“se gloriam”) em Deus, não apenas pelos seus muitos privilégios conquistados por intermédio de Cristo (5.11), mas, principalmente, confiados, na infinita misericórdia de Deus. Assim, exultamos, não porque Ele nos pertence, mas porque nós pertencemos a Ele. Dele nós recebemos, agora, a reconciliação.

⁴ Segundo Calvino, “de uma maneira que não pode ser exprimida, Deus, ao mesmo tempo em que nos amava, estava em hostilidade contra nós, até sermos reconciliados em Cristo”. A palavra “reconciliação” (Rm 5.6-11), uma metáfora tirada das relações familiares, tem o sentido de “fazer a paz”, “trocar inimizade por amizade” – a reconciliação é dirigida à necessidade criada por nossa alienação de Deus. A base da reconciliação é o amor sacrificial de Deus em Cristo. Somos reconciliados, de um lado, pela morte de Jesus Cristo na cruz (5.6-8), e, de outro lado, pela ressurreição do mesmo Salvador (5.9-11). No processo, toda a iniciativa é de Deus: “fomos reconciliados”, “recebemos a reconciliação” (2Co 5.18-20; Cl 1.2-22). Em outras religiões, o homem se reconcilia com Deus. Mas, no cristianismo bíblico, é Deus quem primeiro tem Se reconciliado com o mundo, oferecendo perdão e amizade através da fé, e somente fé.

A velha e a nova solidariedade (5.12-21)

Franklin Ferreira

Paulo passa a descrever as duas comunidades que passaram a existir a partir da intervenção divina na cruz. A primeira, que inclui tanto gentios quanto judeus, é caracterizada pelo pecado e pela condenação, e a segunda, composta pelos descendentes da fé que teve Abraão (tanto os circuncisos quanto os incircuncisos), que é caracterizada pela graça e pela fé. O apóstolo ensina aqui que a primeira comunidade está em Adão e a segunda em Cristo. A analogia que Paulo traça nestes versos, entre Adão e Cristo, tem por objetivo demonstrar o princípio pelo qual muitos podem ser afetados, seja para o bem, seja para o mal, pelo ato de uma só pessoa. Assim, veremos neste texto como Paulo desenvolve sua analogia entre Adão e Cristo, os respectivos cabeças da antiga e da nova humanidade.

1) Tema (incompleto) (5.12): Neste longo argumento, o apóstolo estabelece duas solidariedades: por um lado, ele estabelece a nossa solidariedade com o primeiro Adão. Por outro lado, a solidariedade com o segundo Adão (Jesus). A expressão “muito mais” é usada para demonstrar a superioridade da segunda solidariedade. Na primeira, fomos feitos ofensa a Deus (5.15). Na segunda, justificação (5.16).

Paulo liga o que vai dizer com o parágrafo anterior (“portanto”) e desenvolve o tema a partir da condição humana antes da reconciliação (a humanidade em Adão). Ele explica como foi que o pecado entrou no mundo e as consequências disto.

“Porquanto todos pecaram” tem sido interpretada por alguns como significando que cada pessoa escolhe pecar, e as palavras gregas não são perfeitamente claras, mas é difícil evitar a conclusão que, de alguma maneira, todos pecaram em Adão. Há uma ligação entre o pecado de Adão e a situação da raça humana. Calvino: “Isto é o que se chama *pecado original*. Assim como Adão, em sua criação primitiva, recebeu tanto para sua progênie quanto para si mesmo os dons da divina graça [= *divine gratiae dotes*], também, ao rebelar-se contra o Senhor, inerentemente corrompeu, viciou, depravou e arruinou nossa natureza – tendo perdido a imagem de Deus [= *abdicatus a Dei similitudine*], e a única semente que poderia ter produzido era aquela que traz a semelhança consigo mesmo [= *sui simile*]. Portanto, todos nós pecamos, visto que nos achamos saturados da corrupção natural, e por esta razão somos ímpios e perversos”.¹

Paulo começa aqui a fazer uma comparação que não será concluída senão em Rm 5.18-21. A comparação foi interrompida por uma meditação que vai até 5.17.

2) Parênteses sobre o pecado (5.13-14): Aqui temos a explicação sobre o pecado mencionado em 5.12. No período entre Adão e Moisés, a morte era uma realidade. Como conclusão, havia pecado mesmo no período anterior à lei (Gn 2.16s). Adão é um tipo de Cristo quanto à universalidade dos efeitos de sua obra em relação à toda humanidade.

¹ Três argumentos podem ser dados para apoiar esta interpretação: a) O texto de 5.13-14 ensina que o pecado antecedeu a lei de longa data, tal como Adão antecedeu Moisés. Ainda que não tivessem a lei, todos morreram (a referência é claramente à morte física), e a morte é um castigo pelo pecado. Só pode haver uma explicação. Todos morreram *porque todos pecaram* em e através de Adão, o representante ou cabeça da raça humana; b) O contexto mais amplo, especialmente 5.1-19, afirma que a transgressão ou desobediência de um homem trouxe morte, julgamento ou condenação para todos os homens. 5.19 decide a questão: “muitos morreram por causa da transgressão de um só”. Ou seja, a morte universal é atribuída a um só e único pecado; c) A analogia entre Adão e Cristo, e entre aqueles que estão em Adão e os que estão em Cristo. Se a morte sobrevém a todos por eles pecarem como Adão, então, por analogia, nós teríamos de dizer que a vida sobrevém a todos porque eles são justos como Cristo. Mas isto afetaria o caminho da salvação. Charles Hodge disse: “Desde o início da epístola Paulo vem tentando inculcar uma idéia básica, ou seja: o motivo pelo qual Deus aceita o pecador não é o próprio pecador, mas o mérito de Cristo. (...) Assim como nós somos condenados em virtude do que Adão fez, assim somos justificados por causa do que Cristo fez”. Estes três argumentos (a partir do texto, do contexto e da analogia) parecem suportar decisivamente a visão de que “todos pecaram em e por meio de Adão”. D. M. Lloyd-Jones resumiu a racionalidade disso nas seguintes palavras: “Deus já procedeu com a humanidade por intermédio de um cabeça e representante. A história inteira da raça humana pode ser resumida em termos daquilo que aconteceu por causa de Adão, e pelo que aconteceu e ainda há de acontecer por causa de Cristo”.

Paulo parece afirmar que mesmo aqueles que não pecaram, no sentido em que eles não quebraram a lei dada por Deus, ainda assim morreram por causa do pecado de Adão (5.14). A condenação vem de somente uma “ofensa” (ou “transgressão” ou “passo em falso”), a de Adão. Paulo não explicou como a humanidade se viu envolvida com Adão, em seu pecado, mas simplesmente afirmou o fato – todos os homens pecaram em Adão. Mas a graça provém de muitas ofensas, ofensas essas dirigidas ao representante de uma nova humanidade: Jesus Cristo (1Co 15.45-49; Hb 2.14-18).

Para melhor explicar este assunto, poderíamos dizer que assim como nós fomos justificados por causa do que Cristo fez, assim também nós fomos inicialmente condenados por causa do que Adão fez. Como exemplo prático desta questão, podemos lembrar do episódio narrado em Josué 7.1-11, quando Acã furtou parte do tesouro de Jericó, que por decreto de Deus era destinado à destruição. Neste texto nós lemos que “os filhos de Israel prevaricaram” e em consequência, “a ira do Senhor se acendeu contra os filhos de Israel”. Ou seja, o pecado de Acã teve implicações sobre toda a nação de Israel.

Paulo encerra esta parte da sua analogia fazendo uma breve referência ao fato de que Adão “prefigurava aquele que havia de vir”, ou seja, ele nos ensina que, assim como Adão é o cabeça da humanidade pecadora, assim também Cristo é o cabeça da humanidade salva, por intermédio da sua morte. Ou, de outra forma, Adão é o cabeça da era da morte, e Cristo é o cabeça da era da vida.

3) A diferença entre Adão e Cristo (5.15-17): Aqui, o que Paulo apresenta é na verdade uma antítese entre os feitos dos dois cabeças mencionados no final do versículo anterior (vs.14). A similaridade entre esses dois cabeças reside apenas no fato de que foi através do feito de um único homem (Adão ou Cristo), que um sem-número de pessoas foi afetado. Depois de mencionar a única semelhança entre Adão e Cristo (quanto ao alcance universal dos efeitos de sua obra), Paulo explica as diferenças entre ambos, para evitar qualquer confusão:

a. Paulo nos mostra que por meio da transgressão de Adão, muitos morreram, mas, por meio da dádiva de Cristo, muitos recebem graça (5.15): a natureza do que ambos fizeram foi diferente, pois não existe comparação possível entre o “dom gratuito” e a “ofensa” (transgressão). Se pelo pecado de um só homem (Adão), muitos morreram, muito mais a graça de Deus, proveniente do sacrifício de um só homem (Cristo), foi abundante sobre muitos.

b. Por meio da transgressão de Adão, recebemos condenação, mas Cristo leva nossas transgressões, por isto recebemos justificação (5.16): o efeito imediato do que os dois cabeças fizeram foi também diferente. No caso de Adão, o julgamento de Deus trouxe condenação; no caso de Cristo, a graça trouxe justificação. Entretanto, este contraste é ainda maior, pois o julgamento de Deus veio por um pecado, enquanto que a graça decorreu de muitas transgressões.

c. Por meio da transgressão de Adão, recebemos morte, e por meio da dádiva de justiça de Cristo, recebemos vida (5.17): Paulo ressalta a diferença do resultado final dos atos dos dois cabeças. Através da ofensa de um só (Adão) “reinou a morte”; através do sacrifício de um só (Cristo) “reinou a vida”. As palavras “muito mais”, demonstram a superabundância da graça em face da ocorrência do pecado.

Não somente os atos entre eles são antagônicos, mas a graça da obra de Cristo é vista como maior do que o pecado, o julgamento e a condenação de Adão, visto que Cristo trouxe justificação, retidão e vida. João Calvino: “Para desfrutar da justiça de Cristo é indispensável ser crente, posto que a nossa *comunhão* [= *consortium*] com ele é alcançada pela fé. Esta mesma comunhão com Cristo é comunicada às crianças de maneira peculiar. Elas gozam do direito de adoção no pacto, por meio do qual elas entram em comunhão com Cristo [= *in Christi communionem*]. Estou referindo-me aos filhinhos dos fiéis, a quem a promessa da graça é dirigida. Os demais não se acham de forma alguma isentos da sorte comum [do gênero humano]”.

4) Completa o tema iniciado em 5.12 e expande 5.18 (5.18-19): Destes versos em diante nós podemos notar que Paulo passa a usar expressões comparativas como, “assim também”, “pois assim como”, “por-

que como”, indicando que o apóstolo quer, agora, destacar a única similaridade entre Adão e Cristo: o ato isolado de um único homem determinando o destino de muitos.

O verso 18a resume 5.12; 18b completa 5.12. O alcance da graça está em evidência aqui. A condenação é real (como com Adão), mas não irremediável. Em Cristo, a justificação é acessível a todos, embora nem todos venham a ser justificados. Em vez de propor a compensação ao pecado de Adão com a obediência de Cristo (5.19), Paulo prefere mostrar que houve expiação, ou seja, toda a ofensa do primeiro Adão foi jogada sobre o segundo. Há uma comparação e um contraste nestes versículos entre Cristo e Adão: em cada caso, a ação é uma, de uma só pessoa, e é decisiva, e tem implicações para todos (ou, pelo menos, muitos). O contraste está nos resultados: morte, ofensa, desobediência e condenação ou o dom gratuito, graça obediência e a vida eterna (5.17-19).

“Diante de Deus”, dizia Thomas Goodwin que, no século dezessete, foi presidente do Magdalen College, em Oxford, “há dois homens – Adão e Jesus Cristo – e todos os outros homens estão pendurados nos cinturões deles dois”.

5) Conclusão (lei) (5.20-21): O triunfo da graça de Deus sobre a lei é evidente à luz do que foi dito (5.20-21). A lei só ressalta o pecado – a graça transbordante de Deus torna reversíveis os efeitos do pecado pela morte de Jesus Cristo.

Na sua última comparação (5.21), Paulo contrasta a vida e a morte como alternativas supremas. Assim como o pecado reinou através da morte, “assim também”, a graça reinou produzindo a vida eterna. Este é o resultado final da obra de cada um dos cabeças comparados. O pecado de Adão produzindo morte, e o sacrifício de Cristo acarretando vida eterna.

O paralelo entre Cristo e Adão é visto assim: todos os membros da raça humana recebem a culpa de Adão, porque ele é o representante da raça humana. Mas Cristo é o segundo Adão, o fundador de uma nova raça, a raça cristã. Adão não passou no teste, mas Cristo passou, e todos os membros da raça cristã recebem os benefícios da sua vitória, recebendo a justiça de Cristo, porque existe uma solidariedade entre o representante e o os membros da raça. Uma pessoa se torna um membro da raça humana por nascimento (“todos”, 5.18). Uma pessoa se torna um membro da raça cristã por meio de um novo nascimento (“todos”, 5.18, mas todos “que recebem”, 5.17).

Vivemos na época que enfatiza o indivíduo e a responsabilidade individual. Por causa disso, é difícil aceitar a idéia que o pecado de Adão nos torna pecadores. Nós queremos pensar que as ações e decisões das outras pessoas não podem nos afetar. Mas isso não é verdade. As ações do pai afetam a família. As ações do pastor afetam a igreja. Cada dia, de milhares de maneiras, fazemos uma diferença para o bem ou para o mal na vida das outras pessoas. Então, como diz o *Breve Catecismo de Westminster*, “a pecaminosidade do estado em que o homem caiu consiste na culpa do primeiro pecado de Adão, na falta de retidão original e na corrupção de toda a sua natureza, o que ordinariamente se chama pecado original, juntamente com todas as transgressões atuais que procedem desse estado”. Não temos uma natureza inocente. Quando consideramos a pergunta “por que todos pecam?” é difícil evitar a conclusão de que alguma coisa aconteceu quando Adão pecou, que tornou o pecado uma parte inevitável da vida de cada pessoa. Realmente não temos a mesma escolha que Adão teve. Parece injusto para nossa época individualista, mas podemos dizer a mesma coisa sobre a morte de Cristo em nosso lugar. Precisamos aceitar que não podemos existir sozinhos. Adão teve um lugar especial, mas nós também afetamos uns aos outros. Este é um fato da vida.

Vida caracterizada pela santidade (Rm 6.1-23)

Franklin Ferreira

Até este ponto Paulo vem descrevendo, a partir da justificação, as novas bases de vida do povo de Deus. Tendo pertencido antes a Adão, o autor do pecado e da morte, agora eles pertencem a Cristo, o autor da salvação e da vida.

Entretanto, o “evangelho de Paulo” sempre centrado na justificação pela fé, e somente pela fé, independentemente das “obras da lei”, ressalta sempre o papel da graça e repudia o poder da lei para salvar. Ela, segundo Paulo, foi introduzida a certa altura da história de Israel, para ressaltar a transgressão. É isso o que ele afirma em 5:20: “Sobreveio a lei para que avultasse (ressaltasse) a ofensa; mas onde abundou o pecado, superabundou a graça”. Assim, em contraste com o terrível pano de fundo da “culpa humana”, Paulo destaca a graça aumentando e reinando no coração dos que crêem.

Entretanto, este destaque teológico do seu ensino provocou severas críticas dos seus opositores judeus, que o caluniavam, afirmando que a sua pregação era: “pratiemos males para que venham bens” (3.8). Se “a lei não é mais necessária, então podemos fazer o que quisermos, pois não haverá transgressão”. E, ainda, se onde “abunda o pecado, superabunda a graça”, vamos pecar bastante, para que a graça seja muito maior. Agora Paulo refuta estas calúnias, e este é, na verdade, o tema de Romanos 6.

A crítica dos opositores de Paulo, não era só que o evangelho da justificação da graça por meio da fé, sem obras, anunciado pelo apóstolo, parecia tornar inútil a prática das boas obras; pior do que isso, parecia incentivar as pessoas a pecarem mais do que nunca. Afinal de contas, se na compreensão de Paulo acerca da história de Israel a lei só fazia aumentar o pecado, e este, por sua vez, levava ao aumento da graça, então, pela lógica, também em nossa história, nós deveríamos pecar cada vez mais, a fim de dar a Deus a oportunidade de perdoar cada vez mais.

Esta é a crítica que Paulo refuta neste capítulo, e que coloca inicialmente, em forma de uma pergunta: “Que diremos pois? Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante”? O termo técnico usado para descrever os que defendem esse argumento é “antinomianos”, pois eles se colocam contra a lei moral (*nomos*) e pensam que podem dispensá-la. O “antinomianismo” tem uma longa história no seio da igreja. No Novo Testamento, Judas descreve esses falsos mestres da seguinte forma: “Pois certos indivíduos se introduziram com dissimulação, os quais, desde muito, foram antecipadamente pronunciados para esta condenação, homens ímpios, que transformam em libertinagem a graça de nosso Deus e negam o nosso único Soberano e Senhor, Jesus Cristo” (Jd 4).

A correspondência de Paulo com a igreja de Corinto mostra quantos problemas os conversos daquela comunidade lhe deram quanto a isso. Vê-se claramente que alguns deles imaginavam que as irregularidades sexuais, por exemplo, eram questões de diminuta importância. Dos termos em que se dirige àquela igreja, no sentido de que eliminasse da comunhão o homem que estava vivendo em união incestuosa, vê-se que alguns membros da igreja, longe de expressarem qualquer desaprovação desse escandaloso estado de coisas, achavam-no antes uma bela afirmação de liberdade cristã (1Co 5.1-7).

Assim, ao enfrentar todos estes fatos, a resposta de Paulo aos seus críticos, é que o Deus da graça não somente perdoa pecadores, mas também nos liberta de pecar. Pois a graça, além de justificar, também santifica. Desenvolvendo a sua argumentação, Paulo nos ensina neste capítulo, que a graça nos une a Cristo (6.1-14), e nos faz iniciar um novo processo de benéfica escravidão, através do qual nos tornamos escravos da justiça de Deus (6.15-23).¹

¹ Segundo John Stott, “se nós estivermos proclamando o evangelho de Paulo, com essa ênfase na gratuidade da graça e na impossibilidade de salvar-se a si mesmo, com certeza acabaremos sendo acusados de antinomismo. Se nossa pregação não levantar essa crítica, é muito provável que não estejamos anunciando o evangelho de Paulo”.

1. O significado do batismo: unidos a Cristo (6.1-14)

O texto de 6.1-10 traz a idéia de uma solidariedade (5.12) e uma identificação tais que a união com Cristo na sua morte, faz com que se aplique à nossa vida, pela fé, o que aconteceu com ele. Temos, então, uma solidariedade dupla: Cristo se identificando conosco, para receber nosso castigo. E nós, pela fé, nos identificando com ele, para sofrer sua morte e receber sua ressurreição. Paulo começa rejeitando veementemente a noção de que a graça de Deus nos confere uma licença para pecar (6.1-2). Entretanto, a primeira vista, a lógica parece estar do lado dos antinomianos, já que quanto mais pecamos, mais oportunidades Deus tem de manifestar a sua graça. Assim, a argumentação de Paulo diante desta aparente lógica antinomiana, se desenvolve a partir dos seguintes fatos:

a. *Nós morremos para o pecado* (6.2): Este é o primeiro argumento de Paulo diante da lógica “antinomiana”. Ele responde com uma pergunta: “Como viveremos ainda no pecado, nós os que para ele morremos?” O que Paulo está declarando aqui não é a impossibilidade literal da prática do pecado por parte dos crentes, mas a incompatibilidade moral deste fato. Ele considera que viver no pecado é uma extrema anomalia depois que se morreu para ele.

Entretanto, o que Paulo quis dizer com “morrer para o pecado”? Existe a este respeito um equívoco que deve ser desfeito. Alguns afirmam que “morrer para o pecado” é a mesma coisa que nos tornarmos insensíveis a ele. Chegam mesmo a comparar este morrer para o pecado, com as reações de um cadáver a qualquer estímulo físico, ou seja, nenhuma reação. Assim, também, ensinam alguns intérpretes, a pessoa salva por Cristo deve se tornar completamente insensível ao pecado, que agora não mais exerce influência sobre esta pessoa.

Certamente que este não foi o verdadeiro ensino de Paulo, pois é incompatível com o contexto desta carta e, com as conclusões a que ele chegou. Se a nossa natureza caída tivesse morrido de fato, ou se nós tivéssemos morrido para ela, de tal modo que a tentação não nos afetasse mais, o apóstolo não precisaria exortar-nos como o faz quase no final desta epístola: “... Deixemos, pois, as obras das trevas e revistamo-nos das armas da luz” (Rm.13:12), e ainda neste mesmo capítulo, “... mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e nada disponhais para a carne no tocante às suas concupiscências” (Rm.13:14).

Além disso, nós sabemos bem que esta visão é incompatível com a experiência cristã, pois estamos a todo instante lutando contra o pecado em nossas vidas, luta esta que travaremos até a nossa morte. Certamente que a interpretação e a resposta para esta questão deve ser bem diversa desta. E devemos, como sempre, procurar a resposta certa na Escritura. E nesta, a morte é descrita não tanto como um estado de inércia, mas como uma penalidade para o pecado. Assim, a morte é o salário ou o castigo de Deus para o pecado humano (Rm 6.23).

Segundo Robert Haldane, o que Paulo nos ensina, estão, é que quando Cristo morreu na cruz, ele foi penalizado pelo pecado de todos os que crêem, que ao se unirem a ele por fé, participam dos benefícios da sua morte, pois ele morreu por nós, como nosso representante. Assim, com a expressão “morte para o pecado”, Paulo está se referindo não a uma morte para o poder do pecado, mas a uma morte à sua culpa, uma morte que é para a nossa justificação (Rm 8.1).

b. *Nós fomos batizados na morte de Cristo* (6.3): Aqui, para compreendermos bem esta expressão, temos que caminhar pelo significado do batismo, que neste contexto é o batismo nas águas. Assim, no Novo Testamento, o Batismo significa a nossa união com Cristo, especialmente com o Cristo crucificado e ressurreto. Ele tem outros sentidos, inclusive purificação de pecados e o dom do Espírito Santo, mas, o seu significado essencial é que ele nos une com Cristo. Assim, a nossa união com Cristo pela fé, que invisivelmente é afetada pelo Espírito Santo, é visivelmente significada e selada pelo batismo.

Ao definir o significado de “batizados na morte de Cristo”, F. F. Bruce foi bastante esclarecedor quando disse: “O que sucedia quando os crentes recebiam o batismo? Isto, diz Paulo: Sua vida anterior acabou-se; teve começo nova vida. Foram de fato ‘enterrados’ com Cristo quando imergiram na água batismal, como

sinal de que morreram no que concerne à sua vida antiga; ressuscitaram com Cristo quando saíram da água, como sinal de que receberam nova vida, que era, nada menos do que a participação na vida da ressurreição de Cristo”. Assim a união com Cristo pela fé, que invisivelmente é afetada pelo Espírito Santo, é visivelmente significada e selada pelo batismo.

c. *Nós participamos da ressurreição de Cristo* (6.4-5): Os versos 3-5 contêm referências à morte, sepultamento e ressurreição de Cristo, como também à nossa participação com ele nestes três eventos”. O verso 4 nos ensina que da mesma forma como Deus nos incluiu na morte de Cristo, e assim, morremos para o pecado, também nos incluiu na sua ressurreição, para que agora “andemos nós em novidade de vida”, ou seja, para que agora vivamos uma vida nova ou, a “nova vida de ressurreição de Cristo”.

O verso 5 confirma este fato, que é a nossa participação na morte e ressurreição de Cristo, quando diz: “porque, se fomos unidos com ele na semelhança da sua morte, certamente o seremos também na semelhança da sua ressurreição”. Este é um bonito simbolismo para o fato de que, no momento em que cremos, morremos para a velha vida (somos unidos com ele na semelhança da sua morte), e ressuscitamos para uma nova vida (somos unidos com ele na semelhança da sua ressurreição).

Assim, o batismo do cristão é um sepultamento simbólico em que a velha ordem da vida chega ao fim, para ser substituída pela nova ordem da vida em Cristo.²

d. *Nós sabemos que o nosso velho homem foi crucificado com Cristo* (6.6-7): Estes versos mostram o propósito de Deus de nos libertar da tirania do pecado. É isso o que Paulo diz com: “e não sirvamos o pecado como escravos” (6b). Para alcançar este propósito final em nossas vidas, o nosso “velho homem”, ou seja, aquilo que nós éramos antes de Cristo, a pessoa que nós éramos em Adão, foi crucificada com (se identificou na morte de) Cristo. Esta é uma morte à penalidade do pecado, que já faz parte do passado e é única e que não se repete.

Paulo nos ensina, desta forma, que a morte à penalidade do pecado incapacita ou destrói o “corpo do pecado”, ou seja, a nossa natureza caída e egocêntrica, o nosso “velho eu”, que assim deixa a sua escravidão ao pecado. Quando Paulo afirma que “quem morreu está justificado do pecado” (6.7), ele quis ensinar que em e através de Cristo, nós pagamos o preço pelo nosso pecado, e, portanto, agora, começamos uma nova vida, na qual a nossa posição diante de Deus é a de “justificados” diante do seu tribunal.

Assim, em face de nossa morte e nossa ressurreição com Cristo, é inconcebível retornarmos à vida que tínhamos antes em Adão (o nosso velho homem), e assim a nossa natureza pecaminosa (o corpo do pecado) perde o seu poder e nós somos libertos desta terrível servidão.

e. *Nós cremos que também viveremos com Cristo* (6.8-10): Se nos versos anteriores Paulo havia nos ensinado que nós morremos quando fomos incluídos na morte de Cristo, aqui ele nos ensina que nós ressuscitamos ao sermos de igual modo incluídos na ressurreição de Cristo. E a garantia que o apóstolo apresenta para este fato é a ressurreição de Cristo, cuja morte não pode ocorrer outra vez (6.9), pois a ressurreição o levou a um plano de existência totalmente novo, no qual a morte não existe mais.

Paulo conclui este ensino, mostrando-nos que a morte de Cristo em relação ao nosso pecado foi única na história (6.10), mas a sua ressurreição o transportou a um novo patamar de vida no qual Ele vive eternamente, e vive para Deus. Ele, Cristo, é as “primícias da nossa ressurreição”, ou seja, assim como Ele ressuscitou,

² A morte e ressurreição de Cristo não têm apenas conseqüências salvadoras, mas também tem implicações para a compreensão do cristão quanto à sua santificação. O “batismo”, que é o “sinal e selo” da união inicial com Cristo, é usado como ilustração: a “morte” é representada pela “imersão” em Cristo, enquanto a “ressurreição” é representada pelo “emergir” dos mortos. Esse morrer e ressuscitar em Cristo tem um sentido judicial (justificação) diante de Deus (Cl 2.20; 3.1, 4). Assim, o apóstolo estabelece a verdade fundamental da santificação cristã: em Cristo, Deus já considerou o pecador morto na cruz e vivo com ele pela ressurreição dentre os mortos. É interessante notar que a Igreja Ortodoxa Grega tem seus batistérios construídos em forma de tumbas a fim de evocar esse princípio.

nós ressuscitaremos também, para viver eternamente para servir a Deus. Este fato, a nossa ressurreição com Cristo, começa agora, em nossa vida física, e se prolonga para todo o sempre.

f. *Nós devemos considerar-nos mortos para o pecado, mas vivos para Deus* (6.11): Podemos entender este verso da seguinte forma: Se a morte de Cristo foi uma morte para o pecado, e se sua ressurreição foi uma ressurreição para Deus, e ainda, se pela fé e o batismo, nós nos unimos a Cristo em sua morte e ressurreição, então nós morremos para o pecado e ressuscitamos para Deus. Em 6.11, temos a aplicação do que já foi dito acima. Só quando se tem plena percepção da posição do cristão diante de Deus é que o processo de santificação pode ter início. Embora nossa morte com Cristo seja descrita como um fato consumado, mediante a nossa fé, há a necessidade de que nos apropriemos dessa verdade, a cada dia. Visto que o reinado do pecado foi quebrado, todas as tentativas do pecado por recuperar o domínio podem e devem ser resistidas.

É por este motivo que Paulo recomenda: “considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus”. Este “considerai-vos”, não é um faz-de-conta, mas, antes, o esforço de nos lembrarmos que o nosso “velho eu” de fato morreu com Cristo, o que encerrou com a sua carreira. Paulo não nos convoca a fingir ou ignorar o nosso “velho eu”, mas a refletir e rememorar que agora esse homem de natureza caída faz parte do passado. Em seu lugar ressuscitou em Cristo um novo homem, cuja vida agora é vivida para Deus. Assim, é inconcebível que possamos voltar a viver a nossa velha vida em Adão, como se a nossa morte e ressurreição em e com Cristo nunca tivesse ocorrido.

John Stott: “Assim, o maior segredo de uma vida santificada está na mente. Consiste em *saber* (6a) que o nosso velho eu foi crucificado com Cristo, em *saber* (3) que o batismo em Cristo é batismo na morte e ressurreição de Cristo, e é em *considerar* (11) que através de Cristo nós estamos mortos para o pecado e vivos para Deus. Precisamos relembrar, ponderar, compreender, registrar estas verdades até que elas se tornem parte tão integrante de nossa mente que um retorno à antiga vida seja algo inconcebível. Para um cristão regenerado, o simples contemplar a possibilidade de uma volta à vida de antes deveria ser tão inconcebível quanto um adulto querer voltar à infância, uma pessoa casada querer voltar a ser solteira ou um prisioneiro libertado considerar voltar à sua sela na prisão. Pois a nossa união com Jesus Cristo rompeu com a nossa velha vida e nos comprometeu com uma vida totalmente nova. E entre essas duas vidas coloca-se o nosso batismo, como uma porta entre dois cômodos, fechando-se para um e abrindo-se para o outro. Nós já morremos, e ressuscitamos. Como poderíamos viver de novo naquilo para o qual já morremos?”

g. *Nós, portanto, devemos oferecer-nos a Deus* (6.12-14): A palavra “portanto” mostra que Paulo encerra aqui sua argumentação deste parágrafo (1-14). A recomendação do apóstolo é assim, que não mais “ofereçamos o nosso corpo ao pecado” (6.13a), porque já morremos para ele; devemos sim, oferecermo-nos a Deus, como ressurreitos dentre os mortos.

Assim ele nos exorta a não permitirmos que o pecado “reine em nosso corpo mortal”, ou seja, ele diz que agora devemos lutar em Cristo, para que o pecado não exerça mais sua soberania sobre o nosso corpo físico. Antes, diz ele, “oferecei-vos a Deus, como ressurreitos dentre os mortos” (6.13b), pois o nosso firme fundamento é que em Cristo nós passamos da morte para a vida. O que antes era “instrumento de iniquidade” agora passou a ser “instrumento de justiça”, oferecidos a Deus.

Paulo conclui com um poderoso contraste entre Lei e Graça. Em Adão nós estamos debaixo da lei, sujeitos assim, a sua condenação. Em Cristo, nós estamos debaixo da graça, certos agora da nossa justificação, da nossa dependência da obra de Cristo, e, portanto, da nossa libertação do pecado. A graça baseia-se na responsabilidade da santidade. Como disse William Tyndale: “Agora, leitor, considera bem... Lembra-te de que Cristo fez a sua expiação, não para que irasses a Deus outra vez; nem morreu ele por teus pecados para que pudesses continuar vivendo neles; nem purificou a ti para que pudesses retornar (como um porco) ao teu velho lamaçal – mas sim para que pudesses ser uma nova criatura e viver uma nova vida de conformidade com a vontade de Deus e não segundo os desejos da carne”.

2. Nossa conversão: escravos de Deus (6.15-23)

O verso 15 é claramente um paralelo do verso 1 pois a pergunta que Paulo faz é essencialmente a mesma: “Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante”? (6.1), ou, “E daí? Haveremos de pecar porque não estamos debaixo da lei, e sim da graça”? (6.15). A questão que está sendo feita em ambos os versos é substancialmente a mesma, ou seja, se a graça sanciona o pecado ou mesmo incentiva a sua prática. Em ambos os casos ela provoca no apóstolo uma resposta indignada: “De modo nenhum”!

Assim, poderíamos pensar que este texto (15-23) é mera repetição do anterior (1-14). Entretanto, embora Paulo desenvolva o mesmo argumento neste referidos textos, ou seja, de que “a liberdade para pecar é fundamentalmente incompatível com a nossa realidade como cristãos”, no primeiro texto ele descreve este fato em termos da nossa união com Cristo, e no segundo, em termos de estarmos escravizados a Cristo.

Portanto, uma diferença que pode ser notada é a figura de linguagem que o apóstolo usa: “Assim também vós considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus” (6.11), e “Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação e, por fim, a vida eterna” (6.22). A outra diferença é a ênfase de cada uma destas partes. Na primeira, a ênfase está naquilo que foi feito por nós (fomos unidos a Cristo), e na segunda parte, a ênfase está naquilo que nós fizemos (oferecemo-nos a Deus a fim de obedecer-lhe).³

Nas duas metades deste capítulo a lógica de Paulo pode ser observada através de duas perguntas simples: Já que através do batismo nós fomos unidos a Cristo, e em consequência disso morremos para o pecado e vivemos para Deus, como podemos viver no pecado? Se através da nossa conversão nós nos oferecemos a Deus para ser seus escravos, e consequentemente nos comprometemos a obedecer, como podemos dizer que estamos livres para pecar?

Agora, no presente texto, Paulo usa uma analogia baseada no mercado de escravos para ilustrar o ponto que focaliza.

a. *O princípio: auto-rendição conduz a escravidão* (6.16): A conversão é um ato de auto-rendição; auto-rendição conduz inevitavelmente a escravidão; e escravidão demanda obediência total, radical e exclusiva. Portanto, uma vez que nos ofereçamos a ele como escravos seus, estamos permanente e incondicionalmente ao seu dispor.

b. *A aplicação: conversão implica uma troca de escravidão* (6.17-18): Com efeito, tão completa é a mudança que se deu em suas vidas que ele irrompe em uma doxologia espontânea: “Graças da Deus!” E então resume a experiência deles em quatro estágios, que têm a ver com o que eles passaram (“escravos do pecado”), o que eles fizeram (“passaram a obedecer de coração”),⁴ o que lhes aconteceu (“foram libertados do pecado”) e em que eles se transformaram (“escravos da justiça”).

c. *A analogia: os dois tipos de escravidão são progressivos* (6.19): A ilustração da escravidão é uma representação inadequada da vida cristã, especialmente no contexto romano, pois poderia dar a idéia de uma dura servidão humana. Não obstante, Paulo usa a metáfora, talvez acreditando que o perigo maior consiste em deixar de cumprir a responsabilidade ética pessoal diante do Senhor. Paulo continua comparando e contrastando os dois tipos de escravidão. Desta vez, porém, ele faz uma analogia entre os dois (“Assim como...”) na forma como se desenvolvem. Nenhuma das duas é estática. Ambas são dinâmicas: uma leva decididamente à degeneração e a outra vai melhorando a passos firmes. Assim, apesar da antítese entre os dois tipos

³ O fato de que o crente não está debaixo da lei, mas debaixo da graça, poderia parecer licença para o pecado. Mas Paulo nega isso, visto que, sob o reinado da graça, os crentes se tornam escravos de Deus. A liberdade concedida pela graça, portanto, é a liberdade para obedecer e servir a Deus, e não uma permissão para pecar.

⁴ Esta é uma forma totalmente incomum de se descrever uma conversão. Que eles tenham “obedecido”, isso dá para entender, já que o que se espera é que o anúncio do evangelho resulte em “obediência por fé” (1.5). Mas aqui não é a Deus nem a Cristo que se diz que eles obedeceram, mas a uma certa “forma de ensino”. Deve ser uma alusão a um “modelo da sã doutrina” (2Tm 1.13), ou estrutura de instrução apostólica, que provavelmente incluía tanto a doutrina básica do evangelho (1Co 15.3s) como a ética pessoal elementar (1Ts 4.1s). É evidente que para Paulo a conversão não se limita a confiar em Cristo, mas implica em crer e reconhecer a verdade.

de escravidão, traça-se também uma analogia entre o vergonhoso processo de degeneração moral e o glorioso processo de transformação moral.

d. *O paradoxo: escravidão é liberdade e liberdade é escravidão* (20-23): Outros contrastes são apresentados: escravo do pecado (6.20), recebe vergonha e morte. Escravo de Deus (6.22), recebe santidade e vida eterna. Pecado, tem como salário a morte. O dom da graça, a vida eterna (6.23). Se servirmos o pecado, o resultado é a morte. Se servirmos a Deus (6.22), o resultado é a vida eterna. Nós, por nascimento, estamos em Adão, somos escravos do pecado; pela graça e pela fé estamos em Cristo, escravos de Deus. O que se ganha com a sujeição ao pecado é só vergonha e desenfreada degeneração moral, que culminará com a morte que esse tipo de vida merece. Mas a sujeição a Deus traz como resultado o precioso fruto de uma santidade de cada vez maior, que há de culminar com o dom gratuito da vida.⁵

Que achamos deste argumento? É uma ficção, uma exortação a que nos impulsionemos para um novo começo, uma louvável resolução de que agiremos melhor no futuro? Trata-se apenas de boa disposição ou de um esforço de imaginação? Não, não é. É algo que comprovou sua realidade na vida de muitos, e estes não têm dificuldade para compreender o que Paulo quer dizer. O Deus de quem fala é o Deus vivo, e quando homens e mulheres se apresentam a Ele, para serem usados para o Seu serviço, Ele os aceita como Seus servos e lhes dá poder para fazerem a sua vontade. Para F. F. Bruce, “o Cristo de quem Paulo fala é o Cristo que verdadeiramente morreu e ressuscitou, e que ‘destrói o poder do pecado cancelado’ nas vidas daqueles que põem nele sua confiança”.

⁵ D. M. Lloyd-Jones diz sobre Romanos 6.23: “Uma coisa que podemos dizer em geral sobre este versículo é que é uma das grandiosas declarações do evangelho da salvação. É evidente que o apóstolo gostava de declarar o evangelho todo num só versículo. Ele o resume, ou o coloca numa pequena concha. Vê-se claramente que ele tinha prazer em fazer isso; e espero que esse gosto encontre eco em nosso coração. Que diz ele então aqui? Examinemos umas três coisas que se vêem na superfície da declaração, antes de passarmos à análise minuciosa. A primeira é que há duas possibilidades que se defrontam com cada indivíduo que vem a este mundo, e somente duas. Elas estão expostas neste versículo. ‘O salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna, por Cristo Jesus nosso Senhor’. Muitas vezes a mensagem do evangelho é expressa dessa maneira. Ou você tem sua ‘casa sobre a areia’ ou ‘sobre a rocha’. Ou você passou pela ‘porta larga’ ou pela ‘apertada e estreita’. Ou você está no ‘caminho largo’ ou no ‘estreito’. Ou você serve a ‘Mamom’ ou a Deus. Inevitavelmente, é um ou outro - há somente duas possibilidades. Todos os conceitos não cristãos que se defrontam com a humanidade pertencem a uma só categoria. O mundo dá tremenda importância, é claro, a diferenças insignificantes; porém, do ponto de vista da Bíblia e da salvação, não há diferença alguma. Os incrédulos estão divididos em nacionalidades; estão divididos por continas de ferro, de bambu; divididos política e socialmente, e em muitos outros aspectos. Mas todas essas divisões são irrelevantes. Tais divisões não contam para nada à luz da eternidade. A divisão feita pela Bíblia é a única válida. Há somente duas possibilidades - mais nenhuma! Em segundo lugar, estas duas possibilidades são completamente diferentes uma da outra. Dou ênfase ao ‘completamente’. São total e inteiramente diferentes, como vimos muitas vezes ao percorrermos este capítulo. Não há nada em comum entre estas duas maneiras de ver. Elas não podem ir passando gradativamente uma para a outra, como um sombreado que vai se apagando. Não há sombreado na esfera espiritual. Tudo é branco ou preto, e não se passa gradativamente de um para o outro. Não há nada que se assemelhe a um espectro aqui, mas diferenças vivas, agudas, contrastes absolutos. Jamais devemos deixar acentuar esta verdade. No sentido espiritual, não há nada que seja comum entre o cristão e o incrédulo - absolutamente nada! Eles são absolutamente diferentes. O cristão tem uma nova vida, uma vida totalmente diferente daquela condição de ‘mortos em ofensas e pecados’ Isso nos leva ao terceiro e último ponto geral, que é o seguinte: cada uma destas duas posições, que são essencialmente diferentes, tem sua própria coerência interna; cada uma é coerente consigo própria. Diferentes uma da outra, mas cada qual coerente consigo mesma. Noutras palavras, cada uma destas duas posições é levada por uma lei inexorável a fins absolutamente inevitáveis. Parta seguindo por uma estrada, e você chegará forçosamente a um determinado destino; para seguindo por outra estrada, e forçosamente chegará a um destino completamente diferente. Há esta coerência inerente a cada uma destas posições, embora sejam elas essencialmente diferentes. Na passagem que estamos estudando, o apóstolo está particularmente interessado em salientar a diferença do ‘fim’. Nos versículos 20, 21 e 22 ele tinha salientado outras diferenças, porém nas palavras finais do versículo 22 a ênfase é dada ao ‘fim’. Diz ele: ‘Mas agora, libertados do pecado, e feitos servos de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação, e por fim a vida eterna’. No fim do versículo 21 ele tinha dito que o fim do outro caminho é a morte. Ele parece dizer: ‘Eu devesse dizer isso de novo, eu preciso sublinhar e tornar acentuar esta verdade’. Assim, este versículo está particularmente interessado nos diferentes fins destas duas maneiras de viver. À luz de todos esses pontos e questões, examinemos os contrastes do apóstolo. Classifiquei os contrastes sob três títulos. Primeiro, o senhor a quem servimos. A analogia utilizada pelo apóstolo é sobre a escravidão, de modo que o contraste entre estas duas possibilidades com que se defronta toda alma nascida neste mundo refere-se ao senhor a quem servimos. Temos aqui de novo duas possibilidades - ou servimos ao pecado ou a Deus. ‘O salário do pecado’ - eis aí um dos dois senhores. ‘O dom gratuito de Deus’ - aí está o outro senhor. Paulo tinha feito menção disso antes. ‘Mas agora, libertados do pecado, e feitos servos de Deus’. Ou é o pecado, ou é escravo do pecado, ou é escravo de Deus. Não existe neutralidade na esfera espiritual. Não existe ‘terra de ninguém’ na esfera espiritual. ‘Não se pode servir a Deus e a Mamom’. Temos visto isso repetidamente. O que realmente importa é: a quem estamos servindo? Quem é o nosso amo, o nosso Senhor?”

A lei de Deus e a vida cristã (Rm 7.1-25)¹

Franklin Ferreira

Neste capítulo Paulo se concentra no papel da “lei” dentro do propósito de Deus. Ele a menciona dezesseis vezes no decorrer deste texto, mostrando que esta é a sua ênfase aqui. Assim, ele procura mostrar nesta passagem de Romanos qual é o lugar ou o papel da “lei” na vida do cristão, agora que Jesus Cristo veio e inaugurou um novo tempo.

Entretanto, precisamos recordar o que Paulo já nos ensinou até aqui, acerca do propósito de Deus ao nos dar a lei. Mas antes devemos definir o que é ou o que representa exatamente a lei. E, a sua definição mais objetiva e simples, é de ela é a expressão exata ou a revelação completa da vontade de Deus para o seu povo. Assim, quando nos referimos à “lei mosaica”, devemos entender que esta expressão compreende toda revelação dada por Deus ao seu servo Moisés, para o conhecimento e obediência do povo escolhido na antiga aliança, a nação de Israel.

Entretanto, num sentido ainda mais amplo, podemos considerar a vontade de Deus revelada em sua palavra, as “Escrituras Sagradas”, como sendo a “lei”, a Sua vontade ou o Seu propósito para os seus escolhidos.

Com isto em mente, podemos então recordar o ensino de Paulo sobre a lei até este capítulo que agora estudamos. Ele fez a este respeito as seguintes afirmações: “Ora, sabemos que tudo o que a lei diz, aos que vivem na lei o diz para se cale toda a boca, e todo mundo seja culpável perante Deus” (3.19), ou seja, a lei condena o pecador; “Pela lei vem o pleno conhecimento do pecado” (3.20b), ou seja, a lei conscientiza o homem do seu pecado; “Porque a lei suscita a ira; mas onde não há lei, também não há transgressão” (4.15), ou seja, a lei define o pecado como transgressão à vontade de Deus, produzindo em decorrência, a sua ira (5.13; Gl 3.19); “Sobreveio a lei para que avultasse a ofensa; mas onde abundou o pecado, superabundou a graça” (5.20), ou seja, a lei foi introduzida para ressaltar a transgressão (pecado) do homem.

Por outro lado, aprendemos até aqui nesta carta, que a justiça de Deus foi revelada no evangelho completamente independente da lei (1.17; 3.21a), embora esta, ajudasse a dar testemunho deste evangelho (1.2; 3.21b). Além disso, os pecadores são justificados por Deus, não por observarem a lei, mas pela fé em Cristo (3.27-28). Esta fé, longe de anular a lei, tem também o propósito de confirmar a lei, ao dar a ela a sua função normal no plano da salvação, que é a de apontar o pecado humano, fazendo com que o pecador procure socorro (salvação) em Jesus (3.31).

Esta antítese entre lei e graça mostra que no evangelho todo o vocabulário da promessa, da graça e da fé é incompatível com a lei, pois esta, revela o pecado, não a salvação, produz a ira e não a graça de Deus. E todas estas afirmações de Paulo, aparentemente negativas, culminam com algo que deve ter chocado os

¹ Esta é uma das passagens mais discutidas do Novo Testamento. A dificuldade encontrada pelos intérpretes é descobrir a quem se aplica tudo que Paulo descreve nesta passagem. Esta dificuldade é levantada pelo fato de que Paulo descreve, usando a primeira pessoa do singular (“eu”), determinadas reações diante da lei de Deus que aparentemente tanto se aplicam a crentes quanto a descrentes. Desde cedo na história da Igreja os estudiosos tiveram compreensões divergentes quanto ao sentido e à aplicabilidade da passagem. As interpretações podem ser classificadas em três categorias básicas: não-regenerado (a partir de uma abordagem “histórico-redentiva”), regenerado imaturo e regenerado (ambas a partir de uma abordagem “autobiográfica e existencial”). Alguns Pais da Igreja pensavam que a passagem descreve um **não-regenerado típico**. Alguns defensores modernos desta opinião são E. Käsemann, R. Gundry, W. G. Kümmel, e G. E. Ladd. Mais recentemente apareceu uma alternativa de interpretação defendida por estudiosos da linha da “segunda bênção” – seguindo John Wesley. Eles vêem na passagem a descrição de **uma pessoa regenerada, mas ainda imatura**, que ainda não alcançou uma posição de vitória sobre o pecado. O que falta nesta pessoa, dizem, é a “segunda bênção”, uma experiência profunda, posterior à conversão, uma obra distinta, do Espírito, trazendo vitória sobre o pecado. Em círculos pentecostais, esta “segunda bênção” é identificada com o batismo com o Espírito Santo. Agostinho, Martinho Lutero, João Calvino e a maioria dos estudiosos reformados entendem que Paulo está descrevendo **o conflito com o pecado que caracteriza a vida da pessoa regenerada**, um crente genuíno. Seguem nesta mesma linha de interpretação comentaristas famosos, como L. Morris, F. F. Bruce, W. Hendriksen, J. I. Packer, C. E. B. Cranfield e J. R. W. Stott. O conceito defendido pela maioria dos reformados prevaleceu e dominou os círculos acadêmicos. Recentemente, tem sido questionada por estudiosos que defendem que a passagem trata de um não-regenerado. Entre eles, os reformados H. Ridderbos e A. Hoekema. Todas estas interpretações têm seus problemas, mas esta última é a interpretação mais provável.

ouvidos dos judeus: “Pois não estais debaixo da lei, e sim da graça” (6.14b). Será que Paulo está descartando a lei de Deus, e afirmando que para os crentes cristãos a lei já não tem mais nenhum valor?²

É óbvio que Paulo não está ensinando que a lei não tem mais valor para o cristão. O que ele faz, tanto em Romanos quanto em outras de suas cartas, como em Gálatas, por exemplo, é focalizar o verdadeiro papel desta. Em Romanos 6.14b, ele afirmou: “Pois não estais debaixo da lei, e sim debaixo da graça”. Assim, ele faz aqui, uma antítese entre a lei e a graça, com o propósito de ensinar que a nossa justificação não se dá pela obediência a lei, mas pela pura e misericordiosa graça de Deus. Um outro exemplo é Gl 5.18, onde ele diz: “Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais sob a lei”. Aqui a antítese é entre lei e Espírito, indicando que Paulo está falando acerca da nossa santificação, que não se dá pelo nosso esforço em guardar a lei, mas através do poder do Espírito Santo que habita em nós.

Assim, em se tratando da nossa justificação, não nos encontramos debaixo da lei, mas debaixo da graça; e para sermos santificados não dependemos da lei, mas somos guiados pelo Espírito Santo. É nestes dois sentidos que nós fomos “libertados” da lei. Então, Paulo não ensina em momento algum em suas cartas, que a lei não tem agora valor algum para o cristão, mas sim que o seu papel não é, por exemplo, salvar, justificar e santificar. A lei continua sendo, para nós, cristãos, a revelação da Sua vontade para nossas vidas, e, Ele ainda espera que o seu povo o satisfaça vivendo uma vida de retidão e amor (8.4; 13.8, 10).

Finalizando esta introdução devemos distinguir três atitudes de vida que podemos adotar diante da lei de Deus: Podemos viver como legalistas – Estes acham que seu relacionamento com Deus depende de sua obediência à lei, e assim procuram ser justificados e santificados por ela. Mesmo hoje, quando procuramos realizar boas obras com o propósito de conquistar uma boa posição diante de Deus, estamos vivendo “debaixo da lei”; Podemos viver como antinomianos – Estes vão para o outro extremo, e rejeitam completamente a lei, declarando-se livres de qualquer obrigação para com as suas exigências. São aqueles que, na prática, transformam a liberdade que Cristo nos concede, em libertinagem, sob o pretexto de que, no fim, Deus vai sempre nos perdoar; e podemos viver como os que estão livres para cumprir a lei – Estes se regozijam tanto em sua libertação da lei, que lhes traz justificação e santificação, quanto na sua liberdade para cumpri-la. Alegram-se na lei, por ser esta a revelação da vontade de Deus (7.22), mas reconhecem que a força para cumpri-la, não provém da própria lei, e assim, de qualquer esforço da nossa parte para cumpri-la, mas do poder do Espírito Santo que nos capacita no seu cumprimento.³

1. Livres da lei: a analogia do casamento (7.1-6)

Conforme já vimos na introdução o tema de Romanos 7 é a lei de Deus. E é sobre esta que Paulo faz a sua argumentação geral, que se inicia com o ensinamento básico de que a lei fora dada aos homens com o fim de governá-los nesta presente vida. Depois da morte ela não terá mais lugar. É esta, a pergunta retórica que o apóstolo faz inicialmente: “Vocês compreendem, irmãos, que a lei tem domínio sobre o homem toda a sua vida”?

² Se esse fosse o caso, como entenderíamos as seguintes passagens, dentre os muitos exemplos disponíveis em todo o Antigo Testamento: “A lei do Senhor é perfeita e restaura a alma; o testemunho do Senhor é fiel e dá sabedoria aos símplices. Os preceitos do Senhor são retos e alegram o coração; o mandamento do Senhor é puro e ilumina os olhos” (Sl 19.7-8). E ainda, “Sê generoso para com o teu servo, para que eu viva e observe a tua palavra. Desvenda os meus olhos para que eu contemple as maravilhas da tua lei” (Sl 119.17-18)?

³ No decorrer do estudo deste capítulo, pode ser percebido que Paulo faz alusão à estes três grupos, mesmo sem mencioná-los diretamente. Assim, nos versos 1-6, Paulo nos ensina através da analogia do casamento, que a lei não tem mais “autoridade” sobre nós, pois ao morrermos para ela com Cristo, nós nos livramos dela e passamos a pertencer a Cristo. Não estamos mais “debaixo da lei”, e esta é, desta forma, uma mensagem de Paulo aos legalistas. De igual modo, nos versos de 7-13, Paulo defende a lei contra a crítica injusta de que ela levaria ao pecado e a morte; segundo o apóstolo, estes são conseqüências da nossa natureza caída, e não da lei. Assim, esta é uma mensagem de Paulo aos antinomianos. Por último, nos versos 14-25, Paulo descreve o conflito íntimo de quem ainda vive sob o regime da lei. Se formos abandonados a nós mesmos, caídos como somos, jamais conseguiremos cumprir a lei de Deus, mesmo que nela tenhamos prazer. Deus, porém, fez por nós aquilo que a lei não podia fazer, ao conceder-nos o poder do Espírito Santo, para que através d’Ele, o “preceito da lei se cumprisse em nós” (8.3-4). Esta é, assim, uma mensagem aos que encontram sua libertação no cumprimento da lei.

Paulo se dirige certamente, a todos os cristãos da igreja de Roma (e obviamente, a todos os que pertencem a qualquer geração da história da igreja), com uma ênfase maior em relação aos judeus, pois estava envolvido com eles numa controvérsia acerca da revogação da lei.

A metáfora acerca da “mulher casada”, apresentada pelo apóstolo nos versos 2-3, deve ser analisada com muito cuidado, para não correremos o risco de concluir aquilo que Paulo não quis ensinar. E certamente, a única intenção de Paulo, foi ilustrar o seu ensino básico, utilizando o fato de que a única possibilidade de interromper (libertar) o domínio da lei da união matrimonial, sobre a vida de uma mulher casada, era a ocorrência da morte do seu marido. Foi o que ele disse: “Se o mesmo morrer, desobrigada ficará da lei conjugal” (7.2b).

Ele faz um deliberado contraste entre a situação desta referida mulher, com o seu marido vivo e o marido morto (7.3) apenas para considerar a possibilidade de uma nova união matrimonial. No primeiro caso (o seu marido vivo), uma nova união faz dela uma adúltera, e no segundo caso (o seu marido morto) ela está livre (da lei matrimonial) para casar-se novamente. O que Paulo quis ensinar então, com esta metáfora, é que o senhorio da lei matrimonial sobre a vida desta “mulher” só termina com a morte do seu marido, pois esta torna sem efeito esta referida lei. Assim, a morte desfaz o vínculo (senhorio) da lei, e libera esta “mulher” para uma nova união. Devemos lembrar que os detalhes aqui não devem ser forçados: “Paulo, contudo, não desejava determinar, aqui, o verdadeiro caráter dos direitos matrimoniais. E assim não se preocupava em passar revista às causas que fazem uma mulher livre de seu esposo. Por isso, seria um grande erro buscar extrair desta fonte alguma doutrina segura” (João Calvino).

Paulo confirma este ensino, quando nos diz que através da nossa inclusão na morte de Cristo, nós não somente morremos com ele para o senhorio do pecado (6.2-4), como também, para o senhorio da lei (7.4). É o que ele diz quando afirma: “morrestes relativamente à lei(o nosso antigo senhor), por meio do corpo de Cristo”(7.4a), ou seja, como a lei que anteriormente nos condenava, não tem mais agora este efeito (pois fomos incluídos na morte de Cristo, e assim, absolvidos de qualquer condenação), ela perde o seu senhorio sobre nós. Como consequência, estamos livres para uma nova união, que Paulo descreve com as seguintes palavras: “para pertencerdes a outro (um novo senhor), a saber, aquele que ressuscitou dentre os mortos, a fim de que frutifiquemos para Deus” (7.4b). Assim, o único motivo da nossa libertação do senhorio da lei, foi a nossa morte (em e com Cristo) para o pecado, e em consequência, para a condenação da lei.

Paulo estabelece ainda, um derradeiro contraste nesta primeira parte (1-7) de Romanos 7. Ele o faz contrastando a nossa situação, antes e depois da cruz de Cristo, e, portanto, antes (sob a lei) e depois (sob a graça) da intervenção da cruz. Antes (sob a lei), diz Paulo, “quando vivíamos segundo a carne (em Adão), as paixões pecaminosas postas em realce pela lei operavam em nossos membros, a fim de frutificarem para a morte” (7.5). Agora (sob a graça), “libertados da lei, estamos mortos (em Cristo) para aquilo a que estávamos sujeitos, de modo que servimos em novidade de espírito e não na caducidade da letra” (7.6).

As consequências (frutos) do fato de vivermos sob a lei e sob a graça são também tremendas e contrastantes. Sob a lei, dávamos frutos para a morte, e sob a graça, somos livres para servir ao nosso novo Senhor, Jesus Cristo. E o apóstolo nos ensina, que agora servimos “em novidade de espírito e não na caducidade da letra” (7.6b). Assim, o apóstolo faz uma distinção entre o fruto que produzíamos quando ainda vivíamos sob a Antiga Aliança, constituída de “letra” (*gramma*), um código externo escrito em tábuas de pedra, e a Nova aliança, que vem do Espírito (*pneuma*), na qual a graça nos leva a produzir frutos para Deus.

2. Uma defesa da lei: uma experiência passada (7.7-13)

Tudo o que Paulo nos ensinou até aqui a respeito da lei certamente consolidou nos “antinomianos” a certeza de que a lei era algo a ser desprezado e abandonado em definitivo. Aparentemente, pelo ensino do apóstolo, a lei era responsável tanto pelo pecado como pela morte, funcionando como uma barreira que

impedia a nossa união com Cristo. Isto reforçava a tese dos antinomianos: “quanto mais cedo nos desvencilharmos da lei melhor”.

Assim, o que Paulo faz nestes versos (7-13), é uma defesa da lei, combatendo diretamente a posição dos antinomianos. Ele reproduz as perguntas extremadas que estes faziam, quando concluíam que o seu ensino dava base para as suas doutrinas equivocadas: “É a lei pecado”? (7.7a); e “Acaso o bom [a lei] se me tornou em morte”? (7.13a).

Devemos ressaltar que esta é a segunda pergunta dos “antinomianos” que Paulo agora responde. A primeira, estudada no capítulo anterior, foi: “Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante”? (6.1), ou, “Haveremos de pecar porque não estamos debaixo da lei, e sim da graça”? (6.15). A resposta de Paulo a essas perguntas foi bastante enfática: “De modo nenhum”!

Assim, a primeira pergunta questiona a natureza da graça, se ela incentiva as pessoas à prática do pecado, enquanto que a segunda é uma questão acerca da lei, se é ela que dá origem ao pecado e a morte. Em Romanos 6 Paulo ensinou que a graça torna o pecado inconcebível, e agora, em Romanos 7 ele vai nos ensinar que a lei não gera o pecado e a morte, pois o responsável por estes é a nossa natureza humana caída.

Embora Paulo ensine nestes versos, com o pronome na primeira pessoa do singular, provavelmente relatando sua experiência pessoal, seu relato e ensino podem e devem ser estendidos a todos os cristãos. Assim, devemos entender as respostas que o apóstolo dá, às suas duas perguntas retóricas:

a. Primeira pergunta: “A lei é pecado”? (7.7-12)

O questionamento de Paulo, reproduzindo o dos antinomianos, é se a lei em si pode ser chamada de pecaminosa, no sentido de ser ela a responsável pela criação do pecado. Calvino sintetizou esta pergunta, ao colocá-la da seguinte forma: “Ao perguntar: É a lei pecado?, ele está querendo dizer: A culpa da existência do pecado deve ser lançada sobre a lei”? Depois de uma veemente negativa, o apóstolo passa a revisar ou, a ampliar os seus ensinamentos acerca das relações entre a lei e o pecado.

O primeiro ensinamento é o de que a lei revela o pecado. Ele já ensinara este fato, quando nos disse que “pela lei vem o pleno conhecimento do pecado” (3.20). Agora ele diz: “Eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei” (7.7a). O que ele nos ensina é que através da lei ele foi levado à convicção do seu pecado pessoal, que no seu caso se tornou consciente através da quebra do décimo mandamento (Êx 20.17), que determina: “não cobiçarás” (7.7b). Paulo nos ensina desta maneira que esta é uma das funções da lei, ou seja, revelar à nossa consciência o nosso verdadeiro estado diante de Deus. Portanto, Paulo conclui aqui que o pecado reside em nós e não na lei.

Paulo nos ensina em segundo lugar, que a lei provoca o pecado (7.8). Paulo, que já havia ensinado que “as paixões pecaminosas [eram] postas em realce pela lei” (7.5), agora estende este ensino, dizendo que: “o pecado, tomando ocasião (aproveitando a oportunidade) pelo mandamento, despertou em mim toda sorte de concupiscência (desejo cobiçoso); porque, sem lei, está morto o pecado” (7.8).

O termo “ocasião”, melhor traduzido como “oportunidade”, é tradução da palavra grega *aphorme*, utilizado com referência a uma base militar, que era o ponto de partida, ou a base de operações para uma nova expedição, ou ainda uma espécie de trampolim para o próximo ataque. Utilizando esta conceituação gramatical, Paulo nos ensina que o pecado estabelece dentro de nós uma base ou ponto de apoio, valendo-se da lei para nos provocar. É o pecado que existe em nós que nos derrota usando o mandamento, não sendo, portanto, a lei a responsável por esta nossa derrota.

Em terceiro lugar, Paulo nos ensina que a lei condena o pecado (7.9-11). É bastante provável, que o apóstolo esteja descrevendo a sua própria experiência, em toda esta seção (7.7-13), já que ele aqui nos ensina usando sempre o pronome na primeira pessoa do singular. De qualquer forma, a expressão inicial deste parágrafo (9-11) é difícil de interpretar. Quando ele diz: “Outrora, sem a lei eu vivia” (9a), ele deve estar

se referindo aos seus tempos de criança, quando ele não tinha ainda, consciência da lei, embora a conhecesse bem, pois as crianças judias eram ensinadas na lei, desde a mais tenra idade. Se pudermos interpretar desta forma, podemos entender a expressão seguinte, “mas, sobrevindo o preceito, reviveu o pecado, e eu morri” (9b), como sendo o momento em que ele, já adolescente, e portanto, agora consciente do seu pecado, foi por ele condenado, e morreu, pois esta é a penalidade decorrente.

Ora, a obrigação de guardar a lei, envolvia antes de tudo a obrigação de saber e obedecer os Dez Mandamentos; como já vimos anteriormente, o pecado que existe em nós, aproveita-se da lei, utiliza-a como base para nos atacar e derrotar. Esta experiência, seja ela relatada como uma experiência pessoal ou não, é, de qualquer forma, a experiência de todos os cristãos, sendo os seus ensinamentos pertinentes a todos nós.

A conclusão de Paulo, nos versos seguintes (10-11), é agora fácil de entender; “E o mandamento que me fora para a vida, verifiquei que este mesmo se me tornou para morte” (7.10), ou seja, a lei, que é a vontade de Deus para nossas vidas, e que, portanto, se destina a produzir vida, tornou-se em morte, ao se deparar com o nosso pecado, condenando-o, e determinado a sua sentença, que é a morte. O verso 11, é quase uma repetição do verso 8, apenas com o acréscimo do fato de que o nosso pecado nos engana, prometendo-nos o que não pode oferecer, e oferecendo-nos sempre, apenas aquilo que pode fazer, ou seja, condenar-nos à morte (7.11).

Assim Paulo pode agora finalizar, respondendo à pergunta do verso 7: “É a lei pecado?” E, baseado em todas as argumentações anteriores, ele pode agora afirmar: “Por conseguinte, a lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom” (7.12). Sua conclusão diz que as exigências da lei revelam a própria natureza e vontade de Deus, e, são, portanto, santas em sua origem e natureza; estas são também justas, porque inerentes ao ser de Deus, e boas, porque benéficas em suas intenções para conosco. Esta conclusão, leva Paulo à segunda pergunta feita pelos seus opositores acerca da lei:

b. Segunda pergunta: “O que é bom [a lei] se tornou em morte para mim”? (7.13)

Sua resposta é novamente enfática: “De modo nenhum! Pelo contrário, o pecado, para revelar-se como pecado, por meio de uma coisa boa [a lei], causou-me a morte, a fim de que, pelo mandamento, se mostrasse sobremaneira maligno”.

O que Paulo continua a ensinar aqui, a respeito da lei, é que ela não gera o pecado, mas apenas o expõe, e o condena. A lei tampouco gera a morte, pois quem faz isso é o nosso pecado. Paulo acrescenta, que a lei faz com que possamos perceber (e este é um propósito divino), a natureza extremamente maligna do pecado que existe em nós, que ocasiona, ele sim, a morte. Assim, poderemos procurar correndo, a solução deste aflitivo problema, na graça de Deus.

F. F. Bruce: “O vilão da peça é o pecado. O pecado agarrou a oportunidade que teve quando a lei me mostrou o que era certo e o que era errado, sem me dar poder para fazer o primeiro e evitar o último (poder que a lei jamais foi destinada a dar). O pecado forçou-me, contra o meu melhor juízo, a fazer o que a lei me mostrou que é errado, e assim, me envolveu na condenação e na morte. E em consequência, eu julguei, como doutro modo não teria feito, quão pecaminoso, quão contrário a Deus e à bondade, o pecado realmente é”.

3. A lei e a tensão entre a velha e a nova natureza no crente (7.14-25)

Paulo passa a retratar nestes versículos o conflito interior que todo cristão carrega em sua vida, até que a vitória aconteça pelo poder do Espírito Santo, o que veremos no capítulo 8.

a. A lei e a “carne” manifestadas nos crentes (7.14-21)

Ele começa focalizando o fato de que a lei, que por ser a revelação da vontade de Deus, é espiritual (7.14), encontra um “eu” que, de certa forma, ainda é escravo do pecado. E a fragilidade da lei, aqui, consiste em que ela, mesmo sendo “santa, justa e boa”, não pode nos livrar desta situação. João Calvino: “Somos tão completamente manipulados pelo poder do pecado, que toda a nossa mente, todo o nosso

coração e todas as nossas ações se acham inclinados para o pecado. Sempre excluo a compulsão, visto que pecamos de nosso próprio arbítrio. Pecado não seria propriamente pecado se porventura não fosse cometido voluntariamente. Entretanto, estamos tão afeitos ao pecado, que nada fazemos de nosso próprio arbítrio senão pecar. Porque a maldade que exerce domínio em nosso íntimo nos leva a isso. Portanto, esta compulsão não significa, por assim dizer, coibição forçada, e, sim, obediência voluntária, à qual uma servidão congênita nos inclina”.

Esta tensão do cristão revela aquilo que alguns eruditos chamam do “já/agora” e “ainda não”, ou seja, a tensão entre um reino já inaugurado por Cristo, mas ainda não concretizado fisicamente.⁴ Paulo revela aqui este conflito (7.15,18b-19), narrando-o na primeira pessoa do singular, mostrando que, provavelmente, esta era ou foi uma experiência sua. Entretanto, agora ele usa o tempo presente (7.15), enquanto que na seção anterior ele usou o tempo passado (7.9), mostrando que ele nos ensina algo a respeito da sua experiência após conversão. João Calvino: “Paulo (...) não está, aqui, descrevendo a mera natureza humana, senão que está representando, em sua própria pessoa, o caráter e extensão da fragilidade dos crentes”.⁵ Ele nos ensina que carregamos em nós o que ele próprio chama de “corpo do pecado” (6.6) ou “corpo desta morte” (7.24). E isto se deve ao nosso estado, à natureza adâmica que ainda existe em nós, em conflito com a natureza espiritual que agora temos, pois passamos da morte para a vida, pela obra de Jesus na cruz. É este o conflito que o apóstolo narra nos versos 16-20. A lei não é responsável pelo pecado, mas sim o “homem natural”, “adâmico” (7.16-20). O pecado “habita”, reside, no crente (7.17). A realidade da queda pressupõe que todo o homem está corrompido – “sei que nada de bom habita em mim” (7.18). Vontade, mente, emoções, coração, corpo – tudo está comprometido pelo pecado! João Calvino: “O bem que ele quer fazer, não o faz; o mal que não quer, é precisamente o que faz. Porque, por mais corretamente sejam os crentes influenciados, ainda têm consciência de sua própria debilidade, e não consideram nenhuma de suas obras como isentas de falha. (...) Concluímos, pois, que suas melhores obras são sempre corrompidas por alguma marca de pecado, de forma que não alimentam nenhuma esperança de recompensa, exceto até onde Deus os perdoa”. Em 7.20 é destacada a força irresistível da natureza pecaminosa que ainda está no crente.

b. A dupla realidade dos crentes que estão debaixo da lei (7.21-25)

O apóstolo passa a falar, nesta parte, do conflito mental entre dois princípios (7.21-24): o “mal” e o “íntimo do meu ser” (Gl 5.17). Paulo nos ensina que este fato ocorre pela coexistência de duas leis na vida dos cristãos (7.21-25). Estas são opostas entre si e ele as chama de “lei do pecado” (7.23) e “lei de Deus” (7.22). Ele chega mesmo a afirmar que estas duas leis (ou naturezas) distintas vivem em guerra neste nosso corpo mortal (7.23), pois são antagônicas entre si.⁶ Assim, agora, o pecado nas vidas dos cristãos é um tirano, cujas ordens odiamos e desprezamos. Quando o obedecemos, não reconhecemos como nossos os atos decorrentes desta obediência (7.20, 24).

Mas será que Paulo está ensinando que temos que experimentar sempre a derrota, agora, em nossa vida? Paulo nos mostra como a vitória acontece, no próximo capítulo desta carta. Por ora ele nos diz, com uma exclamação (7.25a), que ao receber a graça de Deus, oferecida em Cristo, e ao viver sob o seu senhorio, nós começamos a trilhar pelo caminho da santificação, da vida no Espírito Santo, e assim, de uma vida vitoriosa.

⁴ James D. G. Dunn chama atenção para “a tensão escatológica de ser surpreendido entre as duas épocas, a de Adão e a de Cristo”. Ele acredita que Paulo está dando voz a sua experiência de cristão convertido, que de fato morreu em Cristo para o pecado, mas que ainda não tem plena participação na ressurreição. Assim, ele “está suspenso (aliás, muito desconfortavelmente) entre a morte e a ressurreição de Cristo”. Conseqüentemente o “eu” do crente está “dividido, oscilando entre as duas épocas, dividido entre o fato de pertencer a Cristo e pertencer a este mundo”. Trata-se da “bilateralidade da experiência cristã”, que se encontra simultaneamente em Adão e em Cristo, vivendo tanto a escravidão como a libertação. E o angustiante grito do verso 24 é um pedido por “escapar da tensão de estar oscilando entre as duas épocas”.

⁵ C. E. B. Cranfield: Estes versos de Romanos 7 “retratam vividamente o conflito interior que caracteriza o verdadeiro cristão, conflito este que só é possível em quem se encontra sob a ação do Espírito Santo e cuja mente é renovada sob a influência do evangelho”.

⁶ Este ensino relata a mesma constatação que Paulo faz em sua carta aos Gálatas: “A carne [nossa natureza adâmica] milita contra o Espírito [nossa nova natureza gerada pelo Espírito], e o Espírito contra a carne, porque são opostos entre si; para que não façais o que porventura seja do vosso querer” (Gl 5.17).

Vemos, desta forma, que a pergunta aflita que Paulo faz: “Desventurado homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte”? (7.24),⁷ tem a sua resposta no verso seguinte: “Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor” (7.25a). Este é o fim de todo o argumento. Em Cristo, esta situação desagradável terá sua resolução definitiva – a realidade da ressurreição – a redenção final – irá prevalecer. João Calvino: “Esta passagem de Paulo é digna de nota no que serve para destruir toda a glória da carne”. Ainda assim, o apóstolo reconhece que a tensão está presente (7.25b).⁸ João Calvino: “Neste breve epílogo, Paulo nos ensina que os crentes jamais alcançam a meta da justiça enquanto habitam a carne, senão que prosseguirão em seu curso até despirem-se do corpo”.

Sinclair Ferguson: “Paulo reconhece que ele vive no contexto do conflito entre dois domínios opostos. Há mais do que uma mera contradição expressa neste ponto de vista; não é, porém, entre o que Paulo diz em Romanos 7 e o que ele diz no capítulo 6 ou 8. A contradição existe no íntimo do próprio Paulo, e vem a lume em Romanos 6 e 8, tanto quanto em Romanos 7. O conflito cósmico final sofre um transbordamento em nosso mundo, na colisão desta presente era com o estabelecimento da era vindoura da igreja de Deus. Estas duas dimensões, porém, têm seu campo de batalha e aliados no recôndito da existência psicossomática do próprio Paulo. Sua mente é renovada pelo Espírito; ele não está na carne, mas no Espírito. Ele, porém, vive no corpo (Gl 2.20) como corpo da morte. A natureza da carne como tal não sofre mudança, como se dá com o corpo físico, mesmo no homem que não vive mais ‘na carne’ no sentido de ser dominado ou de viver segundo a carne. Não obstante, está assegurando o livramento de tudo o que impede a perfeita obediência à lei de Deus. Neste prisma Paulo é capaz de viver com todas as tensões que seu presente contexto cria. (...) ... Aquele que compreende que a habitação sincronizada do Espírito de Cristo e do pecado apresenta uma espantosa contradição – não um mero paradoxo – se vê obrigado a expressá-lo em termos que pendem para o contraditório, e provavelmente o seja. (...) ... Ele está, ao contrário, dando expressão à contradição que é inerente à participação do novo ser em Cristo, anterior ao tempo em que a perfeita e final renovação se concretizasse e ele fosse por Jesus Cristo libertado do corpo da morte. Ainda que se visse resgatado do presente mundo perverso (Gl 1.4), ele não está ainda removido da esfera de sua influência. (...) Assim como Paulo havia morrido para o pecado, todavia não se tinha libertado dele em termos finais, assim também ele reconhece que, como alguém que está no Espírito, ele já morreu para a condenação procedente da lei, mas ainda não se tornou perfeito de acordo com as demandas dela. (...) O crente vive dentro do contexto de uma contradição real, no qual foi introduzido pelo dom do Espírito Santo. Ele foi vendido como escravo do pecado; e a redenção ainda não oblitera as influências dessa servidão – pelo menos, ainda não. (...) Em vez de diminuir o contraste de carne e Espírito, Paulo o afirma enfaticamente. Somente quando Cristo por fim libertá-lo do corpo da morte (7.24) a contradição será finalmente desfeita (cf. 8.23)”.

⁷ O brado de Paulo em 7.24 não é de desespero, mas de não-conformismo com a difícil situação de tensão do presente.

⁸ F. F. Bruce: “Por ora, depois de sua breve indicação de que a situação não é desesperada, Paulo faz um retrospecto para resumir o dilema ético de 7.14-24”.

Vida caracterizada pela habitação do Espírito Santo (Rm 8.1-39)

Franklin Ferreira

No capítulo 7 Paulo se dedicou a ensinar sobre o papel da lei na vida do cristão. Neste referido capítulo, a lei e seus sinônimos são mencionados mais de trinta vezes, enquanto que o Espírito Santo, apenas uma vez (7.6). Entretanto, neste capítulo, o Espírito Santo é mencionado dezenove vezes, mostrando-nos que aqui, a preocupação do apóstolo é com a obra do Espírito Santo.¹

Paulo estabelece um contraste proposital nestes dois capítulos, entre a fragilidade da lei e o poder do Espírito Santo. A lei (que é a plena vontade de Deus para nós) é frágil (incapaz) em ajudar-nos, apenas em face ao pecado que habita em nós (7.17, 20); entretanto, o Espírito que habita em nós (8.9, 11) é agora a razão da nossa vitória sobre a “lei do pecado e da morte” (7.2), bem como, a garantia da futura ressurreição do nosso corpo (8.17) e do recebimento da herança e da glória que agora temos com Cristo (7.17).

Portanto, Paulo chega agora ao ponto maior do seu ensino, e pode responder ao grito aflito do homem pecador: “Desventurado homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte?” (7.24). Somente a vida no Espírito Santo, pode responder a esta pergunta e trazer a vitória ao desventurado coração humano. E esta é a resposta de Romanos: “Porque a lei do Espírito da vida, em Cristo Jesus, te livrou da lei do pecado e da morte” (8.2).

Assim, a vida cristã constitui-se essencialmente em vida conduzida, animada, orientada e enriquecida pelo Espírito Santo. Sem Ele, o discipulado cristão é impossível e caótico, e o que nos resta é mesmo o grito desventurado do peso do pecado.

Este tema dominante aponta outro, que também se destaca neste capítulo, que é a absoluta segurança dos filhos de Deus, segurança esta, que nos é transmitida ou testemunhada pelo “próprio Espírito que testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus” (8.16). A conclusão de Paulo acerca deste fato é espantosa em seu alcance: “Ora, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo; se com ele sofremos, também com ele seremos glorificados” (8.17). Participar da mesma herança e glória de Cristo é algo inimaginável aos nossos olhos mortais, mas é a realidade deste caminho de graça.

Por esse motivo, ou seja, pela segurança que o Espírito traz à nossa vida, podemos suportar com perseverança os “sofrimentos do tempo presente”, pois já podemos olhar para a incomparável “glória a ser revelada em nós” (8.18). Em nossa difícil caminhada atual, o Espírito Santo nos “assiste em nossa fraqueza”, e até mesmo ora e intercede por nós! (8:26). Por isso podemos perguntar, já sabendo a resposta: “Quem será contra nós”?, Quem nos acusará”?, Quem nos condenará”?, e, principalmente, “Quem nos separará do amor de Cristo”?

A resposta de Paulo é a razão da nossa absoluta segurança: “Em todas estas coisas, porém, somos mais que vencedores, por meio daquele que nos amou” (8.37). E este amor, que é a razão da graça, e esta graça que provém da cruz, e esta cruz que foi, que é, e que continuará sendo, a causa primária pela qual pessoas completamente desprovidas de qualquer mérito como todos nós, podem ter a certeza, de que “nada poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor” (8.39).

A estudarmos este capítulo, veremos que Paulo o divide naturalmente em três partes: A primeira, descreve as diferentes facetas do ministério do Espírito de Deus (8.1-17), que liberta, habita, santifica, guia, testifica e finalmente ressuscita os filhos de Deus. A segunda, trata da futura glória dos filhos de Deus (8.18-27), retratada como uma libertação final da qual toda a criação irá participar. E na terceira parte, Paulo enfatiza o inabalável amor de Deus (8.28-39), que sempre age para impedir que qualquer coisa que seja, possa nos separar desse fato incompreensível e imerecido que é o Seu amor.

¹ Segundo C. E. B. Cranfield, este é o capítulo que mais ressalta o Espírito Santo em toda a Escritura. Em Romanos podemos perceber esta ênfase: do capítulo 1 ao 7, o Espírito é mencionado cinco vezes. Do capítulo 9 ao 16, oito vezes. Só no capítulo 8 o Espírito é mencionado dezenove vezes! O capítulo 8 todo trata do tema da vida no Espírito. Paulo almeja a glória da salvação dos crentes, e não a memória depressiva que tinha acabado de destacar (Rm 7).

1. O ministério do Espírito de Deus (8. 1-17)

Paulo inicia este capítulo fazendo um sumário do que já ensinara anteriormente: “Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (8.1). Esta é uma forma negativa de afirmar o mesmo fato já ensinado em 5:1: “Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo”. O apóstolo recapitula o ponto central de sua carta, que é o fato de estarmos agora inocentados diante do tribunal de Deus. Mas esta é uma realidade apenas para “os que estão em Cristo Jesus”.

“Estar em Cristo”, ou simplesmente, “em Cristo”, são expressões muito usadas por Paulo em suas cartas, indicando o fato fundamental da nossa identificação com a obra de Cristo na cruz. É da cruz que provém a graça em todas as suas formas, e sem ela em nossas vidas, e sem nossas vidas nela, é impossível alcançar qualquer bênção de Deus.

Paulo afirma no verso 3 que foi na cruz que nossa carne (vida) enferma pelo pecado, teve a conseqüente penalidade paga através da vida do “Filho” enviado como homem para solucionar o problema do pecado humano. Assim, Deus fez com que a nossa condenação fosse paga através da “carne” (da vida) do seu filho na cruz. Essa é a graça da cruz, através da qual podemos agora receber as bênçãos do Espírito Santo enviado por Jesus.²

Assim, Paulo parte da origem de toda a obra da cruz para nos mostrar agora, como esta mesma cruz tem também o poder de nos fazer vitoriosos. E isso acontece através do ministério do Espírito Santo que produz em nós os seguintes fatos:

a. A libertação do Espírito (8.2-4)

Cabe aqui a pergunta: Que libertação é esta produzida pelo Espírito Santo? De que Ele nos liberta? Paulo responde: “da lei do pecado e da morte” (8.2b). Isto significa não estar mais “debaixo da lei”, isto é, deixar de depender da lei, tanto para a justificação como para a santificação. E esta libertação ocorre através do que Paulo chama de “a lei do Espírito da vida”.

Assim, o que Paulo nos ensina, é que a encarnação e a expiação realizada por Jesus na cruz (8.3b), possibilitou a que Ele mesmo nos enviasse o Espírito Santo, que nos capacita a cumprir o preceito da lei (8.4), que desta forma pode produzir vida. Paulo faz deliberada alusão a “enfermidade da lei”, para demonstrar mais uma vez que a impotência da lei não é intrínseca, não reside nela mesma, mas em nós, em nossa natureza humana caída. Foi o que ele quis dizer com “porquanto o que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne” (8.3a).

Assim, a lei que é “santa, justa e boa” (7.12), pois é a expressão da perfeita vontade de Deus para nós, encontra em nós o pecado e o condena. E neste sentido, ela é “lei do pecado e da morte”. Ela não produz o pecado, ela apenas o aponta e o condena. Entretanto, com a presença do Espírito Santo em nós, essa mesma lei já não produz condenação, pois este (o Espírito Santo), faz com que “o preceito da lei se cumpra em nós” (8.4a), produzindo desta forma, vida. Por este motivo, a lei é agora chamada pelo apóstolo de “lei do Espírito da vida”.

John R. W. Stott: “Se relembrarmos a passagem inteira que vai de Romanos 7.1 até 8.4, o lugar constante da lei na vida do cristão deveria estar bem claro em nossa mente. Nossa libertação da lei (proclamada, por exemplo, em 7.4, 6 e em 8.2) não nos deixa livres para desobedecer a ela. Pelo contrário, a obediência à lei por parte do povo de Deus é tão importante para Deus que ele enviou seu Filho para morrer por nós e seu Espírito para viver em nós, a fim de assegurar essa obediência. A santidade é fruto da graça trinitária: é o Pai que envia o seu Filho ao mundo e seu Espírito aos nossos corações”.

² A lei tinha a propriedade de mostrar o pecado, mas não era capaz de nos livrar dele, não por causa de alguma imperfeição, mas por causa da limitação de nossa natureza adâmica (“enfraquecida pela carne”). Já a lei do Espírito nos conduz para longe do pecado, que no íntimo detestamos (8.3). Foi pela encarnação (“à semelhança do homem pecador”) e obra de seu próprio Filho que Deus providenciou a solução do problema. Paulo está dizendo que na crucificação do Filho de Deus encarnado, o pecado foi julgado e condenado, e por isto não há qualquer condenação para aqueles que estão em Cristo.

b. A mente do Espírito (8.5-8)

Nestes versos, encontramos uma nova antítese proposta pelo apóstolo Paulo. Ele contrapõe aqui, carne (*sarx*) e Espírito (*pneuma*). Assim, é importante saber o que Paulo quis dizer com estes termos. O termo grego *sarx* (carne) não representa o nosso corpo humano, com seus instintos e apetites, mas sim, tudo o que compõe a nossa natureza humana, que é descrita pela Bíblia como corrupta, irredimida, caída e ego-cêntrica. É o nosso ego dominado pelo pecado. Já *pneuma* (Espírito), não é uma referência ao espírito humano, mas, a própria pessoa do Espírito Santo, que não somente regenera, mas também habita na vida dos que se entregam ao senhorio de Jesus.

Paulo fala então de uma característica antagônica entre aqueles que têm a mente “inclinada” para a “carne”, ou para o “Espírito”, ou seja, dos que possuem o senhorio da *sarx*, ou do *pneuma*. Assim essa “inclinação” é uma expressão da nossa natureza básica, que nos faz desejar uma coisa ou outra. Segundo Paulo (8.6) essas inclinações tem conseqüências eternas; a da carne resulta em morte, e a do Espírito, em vida.

Paulo nos ensina ainda nestes versos, que a inclinação da carne é “inimizade contra Deus” (8.7), pois a nossa natureza decaída se opõe contra Deus, contra o seu reino e contra a sua vontade (contra a sua lei). De modo oposto, os que tem a mente regenerada pelo Espírito, sentem um íntimo prazer na lei de Deus (7.22). A conclusão é que “os que estão na carne”, que são os que vivem dominados pela sua natureza humana caída, não regenerada, sem o Espírito Santo de Deus, “não podem agradar a Deus” (8.8).

Portanto, Paulo nos apresentou nestes versos duas categorias de pessoas: os não regenerados (que estão na carne), e os regenerados (que estão no Espírito). Estes possuem duas disposições de mente (inclinação) distintas, que os levam a dois distintos padrões de comportamento, que os levam a viver “segundo a carne” ou “segundo o Espírito”.

c. A habitação do Espírito (8.9-15)

Paulo agora aplica as verdades que vinha ensinando em termos gerais, aos seus leitores em termos pessoais: “Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito” (8.9a). Paulo ensina aqui uma verdade fundamental da fé cristã, ou seja, a habitação do Espírito Santo em nossas vidas é o fato que nos identifica como verdadeiros cristãos (9b), pois se alguém não o tem, “esse tal não é dele”. Isto deixa bem claro que o “dom do Espírito” é uma bênção de caráter inicial e universal, recebida assim que nos arrependemos e cremos em Jesus. John R. W. Stott: “O objetivo disso não é confundir as pessoas da Trindade, identificando o Pai com o Filho ou o Filho com o Espírito. É, isto sim, enfatizar que, embora eles sejam eternamente distintos em sua maneira pessoal de ser, compartilham também da mesma essência divina e da mesma vontade. Por isso são inseparáveis. Aquilo que o Pai faz, ele o faz através do Filho, e o que o Filho faz, ele o faz por meio do Espírito. Na verdade, onde quer que um esteja, ali estarão também os outros dois”.

Obviamente, a partir deste ponto muitas outras manifestações de poder do Espírito ocorrerão na vida dos que creram, mas esta experiência pessoal de se tornar habitação do Espírito, é um privilégio de todo o crente desde o início. Conhecer a Cristo e ter o Espírito são uma experiência única e inseparável.

Na seqüência, Paulo destaca duas conseqüências desta habitação do Espírito em nossa vida. Nos versos 10 e 11, ele começa com uma oração condicional relativa a este fato: “Se, porém, Cristo está em vós” (8.10a), e “Se habita em vós o Espírito” (8.11a). Essas duas conseqüências são:

Vida e ressurreição eterna (8.10-11) – Paulo afirma isso com base na habitação do Espírito Santo em nós. Ele diz: “o corpo na verdade, está morto por causa do pecado, mas o espírito é vida, por causa da justiça” (8.10). Nesta frase Paulo usa a expressão “por causa do/a” duas vezes, para indicar o seu pensamento. Assim, ele nos ensina que o nosso corpo está destinado à morte física, por causa do nosso pecado em Adão, mas o nosso espírito foi vivificado por causa da justiça conquistada por Cristo na cruz, ou seja, pelo fato de que agora estamos em Cristo.

Mas Paulo estende o seu ensino, mostrando-nos que a habitação do Espírito, produz não somente um espírito humano já agora vivificado, mas também, a futura ressurreição deste nosso corpo ainda mortal. E a nossa garantia ou penhor deste fato, é que “esse mesmo Espírito Santo que ressuscitou a Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita” (8.11).³

Vida atual de justiça (8.12-13)⁴ – Paulo coloca este fato como um dever que agora temos, não ao nosso antigo “ego decaído” (carne), que nos conduzia à morte, mas à habitação presente do Espírito em nós, que nos permite mortificar os feitos deste “corpo do pecado” (8.12-13). O termo “mortificar”, usado pelo apóstolo, não significa masoquismo (alegrar-se no sofrimento auto-infligido), nem também, asceticismo (negar que temos um corpo com apetites naturais saudáveis), mas sim, no repúdio radical aos “feitos do corpo”, ou seja, do mal que ainda reside em nós. Este é um ato tão radical, que Paulo o descreve com o sentido de “fazer morrer”. Em Gl.5:24, ele se refere a esse mesmo ato como “crucificar a carne, com as suas paixões e concupiscências”.⁵

Paulo nos diz ainda, que isso só é possível “pelo Espírito”, que agora habita em nós. No entanto, essa é uma situação que requer a nossa participação ativa, rejeitando o pecado em todas as suas formas e manifestações que venham a ocorrer em nós. Este ato de “mortificação” produz um maravilhoso resultado mencionado pelo apóstolo: “certamente, vivereis”. Esta é a vida plena no Espírito, que nós podemos experimentar já agora em nossa vida física.

d. O testemunho do Espírito (8.14-17)

Estes versículos enfatizam ou apontam para o fato de que, uma vez salvos e regenerados, somos agora filhos de Deus. E essa condição privilegiada tem a ver com a obra do Espírito Santo. O parágrafo inteiro aborda o testemunho que Ele dá de nós, e a garantia que assim, ele nos proporciona. O verso 16 enfatiza este fato dizendo: “O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus”.

Esse forte relacionamento filial que o Espírito Santo produz em nós, é demonstrado em cada um destes versos. O verso 14, nos mostra o fato de que, assim como um pai humano guia e protege seus filhos, muito mais o nosso pai celestial faz a cada um de nós. E, Ele o faz, através do seu Espírito Santo que habita em nós.

O verso 15 nos diz que, como nosso Pai, Ele nos fez perder o medo que tínhamos da escravidão do pecado, e nos adotou como filhos verdadeiros, que possuem agora tal intimidade que podem se dirigir a ele dizendo *abba*, Pai. Esta é uma palavra aramaica que nunca era usada pelos judeus para se dirigirem a Deus, pois ela demonstrava excessiva intimidade. Eles a usavam apenas nos relacionamentos familiares afetivos entre pais e filhos.

Jesus se dirigia a Deus utilizando freqüentemente este termo, revelando sua grande intimidade com o Pai (Mc 14.36). Este é, portanto, um outro efeito do testemunho do Espírito em nosso coração, que nos transmite tal grau de confiança em nosso relacionamento com Deus, que agora temos a ousadia, o direito e principalmente, a intimidade filial de chamá-lo de “paizinho”, “papai”, ou “meu pai”, que é o mesmo que dizer, *abba*, Pai.⁶

³ Rm 8.1-11 não elimina a distinção entre Cristo e o Espírito como pessoas separadas na trindade. Antes, Paulo ensina que o Pai (“daquele que ressuscitou”), Cristo e o Espírito Santo trabalham juntos na aplicação da redenção ao crente.

⁴ Rm 8.12-17 é uma transição entre o primeiro parágrafo e o próximo (8.18-25). Paulo continua falando do Espírito Santo, mas agora destaca nossa filiação, antes de discorrer sobre a glória.

⁵ Este ensino é o mesmo que Jesus nos transmitiu em Mc 8.34: “Se alguém quer vir após mim, a si mesmo se negue, tome a sua cruz e siga-me”. Carregar a cruz simboliza seguir a Jesus até o local da execução, que em nosso caso, significa fazer morrer os atos do nosso corpo que sirvam a nós mesmos e não a Deus.

⁶ Sinclair Ferguson: “Esse extraordinário uso da linguagem infantil (‘Pai’) é tão notável que tem às vezes obscurecido a força do ensino de Paulo; pois o verbo que ele usou, ‘clamar’ (*krazein*), é vigorosamente onomatopéico e indica a presença de intensa emoção. É usado na Septuaginta como um alto brado e intensa emoção (Jó 35.12; Sl 3.5, LXX) e, similarmente, no Novo Testamento, é usado para descrever o agudo brado do endemoninhado geraseno (Mc 5.5), os gritos estrepitosos do espírito que possuía o menino epilético (Mc 9.26), os gritos do cego Bartimeu (Mc 10.47-48) e o clamor de Jesus na cruz (Mt 27.50). A atmosfera aqui não é de tranquilidade, mas de crise”.

8.16 nos ensina que a presença do Espírito Santo em nós tem o poder de transmitir ao íntimo do nosso ser, à nossa alma, ao nosso coração, em fim, a todo nosso ser, que agora nós “somos filhos de Deus”. O texto diz que o Espírito “testifica com o nosso espírito”, ou seja, comprova através deste testemunho íntimo acerca desta nossa nova e imutável posição diante de Deus.

Sicclair Ferguson: “O problema é que essa consciência, constantemente, é embotada, e os filhos de Deus podem até mesmo achar-se duvidando de seu gracioso status e privilégios. Entretanto, o que Paulo está dizendo é que, mesmo no momento [de] mais [densas trevas] (...), há um testemunho cooperativo e afirmativo dado pelo Espírito. Encontra-se no próprio fato de que, embora seja ele quebrantado e esmagado, tomado de temores e dúvidas, o filho de Deus, não obstante, em sua necessidade, clama: ‘Pai!’, tão instintivamente como um filhinho que, quando cai e se fere, grita com linguagem semelhante: ‘Papai, ajude-me!’ A certeza da filiação não é reservada para um cristão altamente santificado; é o direito de primogenitura até mesmo do crente mais frágil e oprimido. Eis sua glória”.

Por último, 8.17 nos fala de outra característica da nossa filiação à Deus, que é o direito à herança do Pai. Da mesma forma como os filhos humanos, os filhos gerados pelo Espírito também possuem direito à herança do seu Pai. E que bendita herança teremos! O texto nos diz que a mesma herança de Jesus, pois somos co-herdeiros com ele junto ao Pai. Paulo arremata seu pensamento, nos ensinando que por ora, enquanto em vida, a nossa caminhada é a mesma de Jesus, ou seja, a do sofrimento das aflições desta vida; de igual modo, o nosso destino é o mesmo d’Ele, pois seremos com ele glorificados.

John R. W. Stott: “É a presença fundamental dele [do Espírito Santo] em nós, habitando nosso ser, que faz a diferença fundamental entre Romanos 7 e Romanos 8”.

2. A Glória dos Filhos de Deus (8.18-27)

Paulo encerrou o parágrafo anterior falando-nos acerca do sofrimento, que é um fato inerente à vida do cristão, e que nos conduz à futura participação da glória de Jesus (8.17b). Assim, ele mudou o seu assunto, do ministério presente do Espírito Santo na vida do povo de Deus, para a glória futura dos filhos de Deus. Certamente que foi o fato do apóstolo relacionar sofrimentos com glória, que o levou a constituir este assunto como o tema desta seção (8.18-27).

O apóstolo menciona primeiramente, os sofrimentos e a glória da criação de Deus (19-22), e depois os sofrimentos e a glória dos filhos de Deus (23-27). Acerca deste assunto, ele faz as seguintes colocações gerais:

Os sofrimentos e a glória são companheiros inseparáveis – Assim foi na experiência de Cristo, e assim será também na experiência do seu povo (8.17b). Os sofrimentos e a glória formam em nossas vidas um casal cuja união é indissolúvel enquanto vivermos. O apóstolo Pedro falando acerca deste mesmo assunto, afirmou: “Ora, o Deus de toda a graça, que em Cristo vos chamou à sua eterna glória, depois de terdes sofrido por um pouco, ele mesmo vos há de aperfeiçoar, firmar, fortificar e fundamentar” (1Pd 5.10).

Os sofrimentos e a glória caracterizam duas eras distintas – Paulo contrasta claramente estas duas eras nas vidas dos cristãos (8.18). Os sofrimentos, ele diz, fazem parte do “tempo presente”. Estes sofrimentos incluem não apenas a oposição do mundo, mas também a nossa fragilidade humana, tanto física como moral, que se deve à nossa condição presente de pessoas que aguardam a redenção final do nosso corpo. A glória, diz Paulo, é o indizível resplendor de Deus, seu ser eterno, imortal e incorruptível. Um dia, no final dos tempos, essa glória será revelada em nós (8.18b), pois participaremos dela e seremos transformados por ela (1Ts 1.10; 1Jo 3.1-2).

Os sofrimentos e a glória não podem ser comparados – É o que Paulo afirma: “Porque para mim tenho por certo que os sofrimentos do tempo presente não podem ser comparados com a glória a ser revelada em nós” (8.18). Sofrimentos e glória são inseparáveis, mas não são comparáveis. Em 2Co 4.17, Paulo avaliou estes dois fatos em termos de peso, dizendo: “Porque a nossa leve e momentânea tribulação

produz para nós eterno peso de glória, acima de toda comparação”. Assim, estes dois fatos são contrastados pelo apóstolo. As tribulações, “são leves e momentâneas”, e a nossa glória futura é eterna e incomparável.

Os sofrimentos e a glória são compartilhados tanto pela criação como pelos filhos de Deus – Paulo afirma, que tanto “a criação” (a terra com tudo o que ela contém, tanto os seres animados, quanto os inanimados), como “os filhos de Deus” (o povo de Deus), participam no tempo presente dos sofrimentos, gemidos e angústias provocadas pela maldição do pecado (8.22-23). E também, de igual modo participarão da “liberdade da glória dos filhos de Deus” (8.21b), no momento da redenção final.

Assim, veremos o que Paulo nos ensina acerca dos dois fatos marcantes deste parágrafo, que são:

a. O sofrimento e a glória da criação de Deus (8.20-22)

Nestes versículos, Paulo personifica a “criação”, como muitas vezes nós personificamos a natureza. E acerca dela, ele faz três declarações:

A criação foi submetida à vaidade (futilidade) – Esta referência do verso 20, aponta para o passado, quando Deus amaldiçoou toda a terra pelo pecado humano (Gn 3.17-19). Assim, o juízo de Deus sobre o pecado de Adão recaiu também sobre a “ordem natural”, que tornou-se uma “nulidade”, conforme outro significado para a palavra grega traduzida por “vaidade”. A expressão “...por causa daquele que a sujeitou”, indica de modo claro, que este foi um juízo de Deus que atingiu também toda a “criação”.

A criação será libertada da decadência – O verso 21 encerra uma esperança que aponta para o propósito divino de redimir a “criação” da escravidão da decadência. Esta ocorreu com a maldição do pecado humano, e a natureza passou a se decompor, e a morrer, seguindo o mesmo processo de morte da criatura humana. Paulo avança dizendo-nos que esta redenção será para “a liberdade da glória dos filhos de Deus” (8.21b). Vemos assim, que a “criação” deverá participar da futura glória dos filhos de Deus, que é em si a glória de Cristo. Esta esperança de que a natureza será renovada é parte integrante da visão profética do Antigo Testamento, onde a erradicação dos elementos nocivos é bem destacada (Is 65.17-25; Is 35.1-10; Is 11.6-10). Igualmente o Novo Testamento fala de um momento no qual Deus “fará novas todas as coisas”(Ap 21.5).

A criação geme e suporta angústias no momento presente – Paulo nos falou que no passado a “criação” foi submetida à futilidade, que no futuro ela será redimida juntamente com os “filhos de Deus”, e agora ele nos fala que no presente, este fato está acontecendo (8.22). E ele nos diz que “a criação geme e suporta angústias até agora”, ou seja, que este fato vem acontecendo desde que ocorreu a decadência humana. Mas este fato nos é apresentado como um processo de parto, no qual as dores e os gemidos prenunciam a nova ordem a ser criada por Deus (Ap 22.1-4).

b. O sofrimento e a glória dos filhos de Deus (8.23-27)

Agora Paulo nos relaciona com a criação, referindo-se aos que foram regenerados e que agora são primícias do Espírito Santo (8.23a). Assim, ele nos diz que também nós gememos em nosso íntimo, aguardando o momento final da redenção dos nossos corpos e da nossa definitiva adoção. Todos os cristãos vivem sob uma bendita tensão entre um “já agora” (um reino já inaugurado em nossos corações), e um “ainda não” (uma redenção completa ainda futura). O suspense deste período transitório nos faz gemer e nos traz sofrimentos.

Paulo destaca nestes versos (23-27), através de cinco afirmações, os diferentes aspectos dessa nossa transitória situação:

Nós já temos os primeiros frutos do Espírito (8.23a) – Paulo afirma que nós “temos as primícias do Espírito”. As primícias (*aparche*), era ao mesmo tempo o início da colheita e a garantia de que no devido tempo viria a colheita completa. Talvez Paulo estivesse pensando no fato de que foi exatamente durante a “Festa das Semanas” (que em grego se chamava “Pentecoste”), na qual se comemorava a ceifa dos

primeiros frutos, que o Espírito Santo foi concedido. Embora nós não tenhamos recebido ainda nossa adoção e redenção final, nós já recebemos “os primeiros frutos” (o Espírito Santo), que é uma garantia do recebimento do total da colheita.

Nós ainda gememos interiormente (8.23b) – Um dos motivos do nosso gemido é a nossa fragilidade e mortalidade física. Mas não é só este corpo fraco que nos faz gemer; é também a nossa natureza caída(sarx), que não nos deixa portar-nos como deveríamos e que nos impediria completamente de fazê-lo, não fosse o Espírito que habita em nós (7.17, 20). Assim, nós almejamos que a nossa carne (sarx) seja destruída e que o nosso corpo (soma) seja transformado. Nossos gemidos expressam tanto o nosso sofrimento presente como o nosso anseio futuro.

Nós ainda esperamos ansiosamente a nossa adoção e redenção final (8.23c) – Assim como a “criação” sofredora aguarda com “ardente expectativa”, a revelação dos filhos de Deus, nós também, cristãos sofredores, aguardamos ansiosamente a nossa adoção como filhos e a nossa redenção física. É claro que já fomos adotados como filhos (8.15), e temos já a nossa alma redimida. Mas existe uma relação Pai-filho muito mais rica, e uma redenção que é plena em seu poder e efeito; estes fatos ocorrerão somente quando formos revelados plenamente como seus filhos (8.19).

Nós já fomos salvos nesta esperança (8.24a) – Nós “fomos salvos” é um tempo aoristo. Ele indica que no passado nós fomos definitivamente libertados da culpa e da escravidão aos nossos pecados, bem como, do justo juízo de Deus sobre eles (Ef 2.8). Entretanto, os últimos vestígios do pecado não foram ainda erradicados da nossa personalidade humana; a nossa carne(sarx) ainda não foi destruída e o nosso corpo também não foi ainda redimido. Fomos salvos, portanto, na esperança da nossa libertação final, e assim, com os “olhos da fé”, enxergamos o que agora ainda não vemos com os nossos olhos físicos.

Nós aguardamos todos estes fatos pacientemente (8.25b) – Aguardamos com uma intensa expectativa que é capaz de manter a esperança, e esperamos com grande paciência sem perder de vista a esperança. Este equilíbrio é na verdade difícil de ser alcançado. E é nesta nossa fraqueza e fragilidade que necessitamos orar assistidos intimamente pelo Espírito Santo (8.26), “que intercede por nós sobremaneira, com gemidos inexprimíveis”,⁷ pois Ele sabe que nós não somos capazes de “orar como convém”. E assim, podemos chegar à vitória, pois é “segundo a vontade de Deus que ele intercede pelos santos” (8.27). Assim, os gemidos da “criação” e dos “filhos de Deus”, pelo seu atual estado de imperfeição, são amparados e consolados pelos “gemidos inexprimíveis” do Espírito Santo, nos fazendo aguardar com paciência a concretização de todos estes fatos.

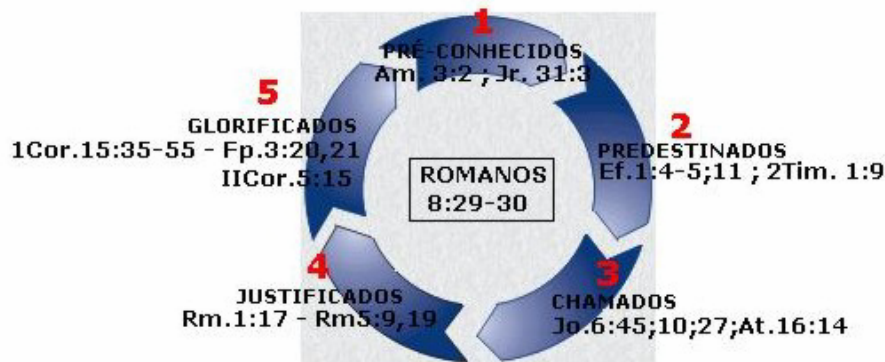
3. O Inabalável Amor de Deus (8.28-39)

No tempo presente o povo de Deus passa por sofrimentos e gemidos e é sustentado pela esperança da glória. Entretanto, nestes versículos, Paulo nos mostra que esta esperança cristã está solidamente firmada no inabalável amor de Deus. Paulo nos transmite este fato sob três perspectivas diferentes. Ele começa com cinco convicções inabaláveis (8.28), no que se refere a Deus fazer todas as coisas funcionarem para o bem do seu povo; continua com cinco afirmações incontestáveis (29-30), relativas aos sucessivos estágios do seu propósito salvador, e conclui com cinco perguntas sem resposta (31-39), nas quais ele desafia qualquer um a contradizer as verdades que ele expressa.

⁷ Os “gemidos inexprimíveis” não querem representar o falar em línguas (glossolalia), e sim a obra de intercessão do Espírito Santo diante de Deus Pai – não diante das pessoas que o ouvem.

A CADEIA QUE NÃO SE ROMPE

Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou.



NOTAS SOBRE A CADEIA DE EVENTOS: Aqueles a quem Deus : 1) Antes conheceu, foram 2) selados e ordenados, e a seu tempo, 3) foram chamados e 4) justificados, e 5) glorificados. Esta cadeia é tão indissolúvel que o último elo aparece como um fato consumado. Isso devido ao fato de que os quatro elos anteriores não se romperem de forma alguma. O número exato daqueles a quem Deus conheceu antes da fundação do mundo serão glorificados, nem um a mais, nem um a menos, e todos eles deverão passar e passarão por estas cinco etapas. Como exemplo, para efeito de ilustração, suponhamos que Deus preconheceu 100 pessoas, então Ele predestinou as 100, chamou as 100, justificou as 100 e glorificou as 100. Nenhum a mais será incluído, nenhum dos 100 será excluído. Ele dará salvação a cada pessoa sobre a qual Ele houvera posto em Seu coração (no amado) antes que o mundo existisse. Cada pessoa que tem sido chamada pelo Espírito Santo e justificada pela fé, pode ter a segurança de que Deus o tem amado desde antes da fundação do mundo, e de que tem sido ordenada para a vida eterna. Como se prova em Romanos 8:29-30, o ser "chamado" e justificado é o resultado e, portanto, a evidência de haver sido predestinado para a glória eterna. (Extraído do Livro ROMANOS - UM BOSQUEJO EXPLICATO - David N. Steele e Curtis C. Thomas).

a. Cinco convicções inabaláveis (8.28)

A primeira coisa que nós sabemos é que Deus age em nossas vidas, ou seja, ele age incessantemente, energicamente e propositadamente em favor do seu povo. A nossa segunda convicção inabalável é que Deus age para o bem do seu povo. Tudo o que Deus faz é bom em si mesmo, e, portanto, a sua ação visa a nossa salvação final. Nossa terceira convicção é que Deus age para o nosso bem em todas as coisas. Todas as coisas incluem também os sofrimentos pelos quais temos de passar (8.17), os gemidos que expressam a nossa expectativa pelo momento final da nossa adoção (8.23), e tudo o mais que nos ocorre nesta vida, pois todas estas coisas fazem parte do plano eterno de Deus para nós. Nossa quarta convicção é que Deus age em todas as coisas para o bem daqueles que o amam. Essa ação de Deus em “todas as coisas” não indica uma salvação de caráter universal, ou melhor, não indica que todos serão salvos no final das contas. O texto nos diz que Ele age para o bem daqueles que o amam, ou seja, ele age em favor dos seus filhos, daqueles que são o seu povo. Nossa quinta e última convicção é que fomos chamados segundo o propósito de Deus. Assim, ficamos sabendo aqui, que Deus tem um propósito salvador para as nossas vidas, e age sempre de acordo com este propósito. A nossa vida não é sem propósito, pois Deus está no comando dirigindo cada situação de acordo com o seu objetivo final.

b. Cinco afirmações incontestáveis (8.29-30)

Agora, Paulo esclarece o que quis dizer com o “propósito de Deus” (8.28). E ele o faz através de cinco afirmações:

Aos que de antemão conheceu (presciência) – Paulo coloca toda a sua ênfase na livre iniciativa da graça de Deus (8.29a). A “presciência” revela o amor peculiar e soberano de Deus. No hebraico o verbo “conhecer” expressa muito mais do que mera cognição intelectual; ele denota um relacionamento pessoal de cuidado e afeição. Portanto, se Deus “conhece” as pessoas, ele sabe o que passa com elas; e quando se diz que ele “conhecia” os filhos de Israel no deserto, isto significa que ele cuidava e se preocupava com eles. Na verdade, Israel foi o único povo dentre todas as famílias da terra a quem Javé “conheceu”,⁸ ou seja, amou, escolheu e estabeleceu com ele uma aliança. O significado de “presciência” no Novo Testamento é

⁸ Foi essa a declaração de Moisés ao povo de Israel: “Não vos teve o Senhor afeição, nem vos escolheu porque fôsseis mais numerosos do que qualquer povo, pois éreis o menor de todos os povos, mas porque o Senhor vos amava e, para guardar o juramento que fizera a vossos pais, o Senhor vos tirou com mão poderosa e vos resgatou da casa da servidão, do poder de Faraó, rei do Egito” (Dt 7.7-8).

similar. “Deus não rejeitou o seu povo [Israel], o qual de antemão conheceu”, isto é, a quem ele amou e escolheu (11.2).⁹ A única fonte de eleição e predestinação divina é o amor divino.

Também os predestinou (predestinação) – O verbo “predestinou” é uma tradução de *proorizo*, que significa “decidiu de antemão”. Esta ênfase na decisão ou escolha soberana e graciosa de Deus é reforçada pelo vocabulário com o qual ela está associada. Por um lado, ela é atribuída ao “prazer” de Deus, a sua “vontade”, “plano” e propósito” (Ef 1.5, 9, 11; 3.11), e por outro lado, já existia “antes da criação do mundo” (Ef 1.4) ou “antes do princípio das eras” (1Co 2.7; 2Tm 1.9; cf. 1Pd 1.20; Ap 13.8). Paulo menciona dois propósitos da “predestinação” (8.29b). O primeiro é nos fazer em conformidade com a imagem do seu filho, ou de forma mais simples, nos tornar como Jesus. O outro propósito é que Jesus passe a ser “o primogênito entre muitos irmãos”, desfrutando todos da comunhão dessa nova e grande família de Deus.

A esses também chamou (chamado) – O chamado de Deus (8.30a) é a aplicação histórica da sua predestinação eterna. Seu chamado chega às pessoas por meio do evangelho; quando esse evangelho é anunciado a elas com poder e elas lhe respondem com a obediência da fé, aí é que se sabe que Deus as escolheu. Assim, a evangelização (o anúncio do evangelho), longe de se tornar supérflua em virtude da “predestinação de Deus” é indispensável, pois é exatamente a pregação o único meio estabelecido por Deus para que o seu chamado chegue às pessoas e desperte a sua fé.

A esses também justificou (justificação) – O chamado efetivo de Deus capacita aqueles que o ouvem a crer; e aqueles que crêem são justificados pela fé (8.30).

A esses também glorificou (glorificação) – Este é o estágio final do processo da salvação. A glória de Deus é a manifestação do seu esplendor, é a revelação da própria essência de Deus, da sua natureza e de tudo o que ele é. Paulo nos ensina nesta carta, que esta foi também a perda essencial que nos ocorreu através do pecado (3.23), ou seja, perdemos a essência do caráter de Deus, já que fomos originalmente criados à sua imagem e semelhança. Entretanto, a nossa justificação, primeiro passo deste processo salvífico, já nos permite olhar com intensa alegria e esperança para o momento da restauração desta glória perdida (5.2).

Esta bênção final é uma das promessas desta carta: “se com ele sofremos, também com ele seremos glorificados” (8.17b). Paulo menciona aqui (8.30b) que, “aos que justificou, a esses também glorificou”. James Denney: “O tempo [verbal] da última palavra [que está no chamado ‘pretérito profético’] é impressionante. É a mais ousada antecipação de fé que o próprio Novo Testamento contém”. Assim, podemos entender, que o mesmo Deus que nos absolveu de toda e qualquer condenação, irá completar a sua obra, nos dando junto a ele um novo “status” de vida por ocasião do seu reino.

c. Cinco perguntas sem resposta (8.31-39)

Paulo introduz esta seção final com uma pergunta conclusiva: “Que diremos, pois, à vista destas coisas”? Ou seja, à luz de todas as convicções inabaláveis que agora possuímos (8.28), e também, do nosso conhecimento atual do propósito eterno de Deus para o seu povo (8.28b-30), o que podemos dizer?

Ele responde à sua própria pergunta, com outras cinco perguntas retóricas, para as quais na verdade, não existem respostas dentro do entendimento humano comum, pois elas contêm verdades espirituais eternas, só possíveis de serem compartilhadas (e não entendidas), por aqueles que, em face da graça de Deus, agora fazem parte e são alvos desta mesma graça comum. Assim, Paulo lança as seguintes perguntas-desafio:

Se Deus é por nós, quem será contra nós? (8.31b) – A essência desta pergunta está contida neste “se”, partícula condicional que está implícita também, em todas as demais perguntas. Se Paulo não colocasse esta partícula, “se Deus”, a pergunta ficaria, “Quem será contra nós”?, e, nesse caso, nós teríamos uma enxurrada de respostas.

⁹ John Murray: “‘Conhecer’ ... É usado em um sentido praticamente sinônimo de ‘amar’ ... Portanto, ‘aqueles que ele conheceu de antemão’ ... é virtualmente equivalente a ‘aqueles que ele amou de antemão’”. Presciência é “amor peculiar e soberano”.

O mundo nos odeia, o nosso pecado é um poderoso adversário, a morte continua sendo uma inimiga (derrotada, mas ainda não destruída), e aquele que tem o poder da morte, o diabo e seus anjos malignos, trabalham todo tempo para nos derrotar. Muitas vezes estamos rodeados pelos fatos mencionados no verso 35b: tribulação, angústia, perseguição, fome, nudez, perigo ou espada, e não temos a menor condição de enfrentá-los.

Mas aqui existe e ocorre a intervenção da graça: Deus é por nós! Para esta pergunta (quem será contra nós) não existe resposta humana, ou melhor, existe apenas o reconhecimento do fato sobrenatural de que os eleitos de Deus não poderão ser derrotados por qualquer dos fatos mencionados ou, por outros mais, não mencionados.

Aquele que não poupou o seu próprio Filho, antes, por nós o entregou, porventura, não nos dará graciosamente com ele todas as coisas? (8.32) – Novamente se faltasse aqui, a partícula condicional “se” esta pergunta não teria o mesmo efeito de calar quem quer que seja. Esta partícula está implícita, e aponta para a cruz. Paulo raciocina aqui, como os rabinos judaicos, do maior para o menor, ou seja, do mais difícil para o mais fácil. Este maravilhoso “se” (se Deus não poupou o seu próprio Filho) aponta novamente para o alto preço que Deus teve que pagar, para termos agora esta certeza solene. Deus já realizou na história esta entrega de “puro amor”, do seu bem mais precioso, o que lhe foi infinitamente mais difícil do que nos dar agora a graça de todas as demais coisa que temos como dádivas e bênçãos da cruz.

Octavius Winslow: “Quem entregou Jesus para morrer? Não foi Judas, por dinheiro; nem Pilatos, por medo; nem os judeus, por inveja; mas foi o Pai, por puro amor!” E esse amor, comprovado na cruz, é a nossa garantia da contínua e constante graça de Deus atuando sempre em nossas vidas.

Quem tentará acusação contra os eleitos de Deus? (8.33) – Aqui o argumento de Paulo é que nenhuma acusação pode ser formulada contra nós, uma vez que Deus, o supremo juiz, já nos declarou justos diante do seu tribunal. Também aqui, se esta questão fosse formulada do seguinte modo: “Quem tentará acusação contra nós”?, certamente muitas vezes se levantariam contra nós. A nossa consciência nos acusaria, o diabo, que a Bíblia chama de “o acusador de nossos irmãos” (Ap 12.10), nos acusaria, além de muitas pessoas que certamente teriam prazer em nos apontar um dedo acusador.

Entretanto, nenhuma destas acusações tem condições de subsistir, pois Deus nos escolheu (somos os seus eleitos), e nos justificou, dizendo-nos que desde agora nenhuma condenação existe em seu tribunal contra nós, pois Ele agora nos vê “em Cristo Jesus” (8.1).

Quem os condenará? (8.34) – Muitos gostariam de nos condenar; algumas vezes o nosso próprio coração nos condena. Para não falar dos inimigos do evangelho, e de todos os demônios do inferno. Mas todas estas condenações não podem agora surtir qualquer efeito, pois Cristo morreu em nosso lugar exatamente para nos livrar de toda e qualquer condenação.

Mas a “graça da cruz” foi muito além deste fato. Cristo ressuscitou possibilitando a nossa justificação e o novo “status” da reconciliação com Deus, que nos permite acesso a uma nova vida de comunhão com o Pai. Outro fato de extrema importância mencionado aqui, é que Jesus está, agora, à direita de Deus, intercedendo constantemente por nós e pelas nossas fraquezas. Com tal advogado, resta repetir a pergunta: “Quem nos condenará?”

Quem nos separará do amor de Cristo? (8.35a) – Esta última pergunta alcança o ponto mais alto entre todas as perguntas anteriores. Talvez, por este motivo, Paulo descreva com tantos detalhes a impossibilidade deste fato ocorrer. Assim, ele faz uma amostragem de adversidades e adversários que poderiam ser considerados capazes de interpor-se entre nós e o amor de Deus (8.35-39). E a sua resposta é convicta e clara: “Em todas estas coisas, porém, somos mais que vencedores, por meio daquele que nos amou” (8.37).

Mas Paulo quer externar aqui (8.38-39), de modo até mesmo radical, todo o alcance e poder que esta convicção traz ao coração daquele que crê em Jesus. Assim, ele menciona todos os fatos, circunstâncias e criaturas possíveis e imagináveis (como desejando que nada absolutamente ficasse de fora), que poderiam se constituir em um impedimento entre nós e o amor de Cristo, e afirma categórico que nenhum destes fatos “poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor”.

É assim, com esta garantia maior do amor de Cristo, que nós podemos repetir agora, concordando plenamente com Paulo, que “os sofrimentos do tempo presente não podem ser comparados com a glória a ser revelada em nós” (8.18b).

John R. W. Stott: “As cinco indagações de Paulo não são arbitrárias. Todas elas têm a ver com o tipo de Deus em quem nós cremos. Juntas afirmam que absolutamente nada pode frustrar o propósito de Deus (já que ele *é por nós*), ou invalidar sua generosidade (já que ele *não poupou a seu próprio Filho*), ou acusar ou condenar seus eleitos (pois ele já os *justificou* por meio de Cristo), ou separar-nos do seu amor (porque ele o revelou em Cristo). (...) Nossa certeza consiste, não em nosso amor por ele – pois é um amor falho, débil e inconstante – mas em seu amor por nós; este, sim, é inabalável, fiel, perseverante. Diante disso, a assim chamada doutrina da ‘perseverança dos santos’ deveria ganhar um outro nome: doutrina da perseverança de Deus com os santos”.

O propósito da eleição de Deus (Rm 9.1-33)

Franklin Ferreira

Paulo se defronta nos capítulos 9 a 11 com um problema que o afligia constantemente. Como seria possível entender que o seu povo, tão privilegiado pelas bênçãos de Deus (9.4-5), deixasse de reconhecer o seu Messias? Já que o evangelho havia sido “outrora prometido nas Sagradas Escrituras” (1.2), e manifestado na presente dispensação pelo testemunho da “lei e dos profetas” (3.21), por que os judeus não o aceitaram? Como é possível conciliar a atitude do “povo da aliança”, com a consumação histórica desta mesma aliança em Jesus?

Assim, cada um destes três capítulos trata de um aspecto diferente da relação de Deus com Israel, relativas ao seu passado, presente e futuro. No capítulo 9 Paulo focaliza o problema da incredulidade deste povo dentro do propósito da eleição de Deus; no capítulo 10 o apóstolo enfoca a culpa de Israel e o desapontamento de Deus com a desobediência do seu povo; e no capítulo 11 ele analisa o futuro escatológico do povo judeu, mostrando-nos o desígnio eterno de Deus para eles.

A rejeição do povo judeu ao Messias, evidenciada diversas vezes durante o ministério de Jesus (Lc 19.41-44; Mt 23.37-39), não era um problema de pequena monta. Como Paulo poderia explicar o difícil problema da concretização das promessas de Deus a este povo? As promessas foram revogadas em face da rejeição agora consumada do Messias? Deus se voltara, agora, exclusivamente para os gentios, abandonando em definitivo o povo da promessa? Essas e outras questões são levantadas pelo apóstolo nestes três capítulos, mostrando a sua intensa preocupação com o seu povo.

Em cada um dos capítulos que compõem a análise desta difícil questão, ele inicia mostrando o seu envolvimento pessoal, a sua sincera preocupação e a sua grande dor. No capítulo 9 ele diz: “tenho grande tristeza e incessante dor no coração; porque eu mesmo desejaria ser anátema, separado de Cristo, por amor de meus irmãos, meus compatriotas, segundo a carne” (9.2-3). No capítulo 10 ele diz: “Irmãos, a boa vontade do meu coração e a minha súplica a Deus a favor deles são para que sejam salvos” (10.1). E, finalmente, no capítulo 11, ele faz uma pergunta final e decisiva: “Pergunto, pois: terá Deus, porventura, rejeitado o seu povo? De modo nenhum! Porque eu também sou israelita da descendência de Abraão, da tribo de Benjamim” (11.1).

Assim, como é possível conciliar os privilégios de Israel e sua rejeição do evangelho? Como é possível explicar o “endurecimento” (11.25) deste povo em relação ao Messias tão anunciado pelos profetas no Antigo Testamento? É deste mistério que Paulo se ocupa agora, dirigindo a si mesmo, ou ao seu interlocutor imaginário, quatro questões.¹

1. Primeira pergunta: a promessa de Deus falhou? (9.1-13)

Como já vimos anteriormente, Paulo demonstra nos primeiros versos (9.1-5) deste capítulo, toda a sua tristeza e perplexidade pela atitude recalcitrante de Israel em relação ao evangelho. Ele relembra como este povo fora abençoado pela eleição divina: “São israelitas. Pertence-lhes a adoção e também a glória, as alianças, a legislação, o culto e as promessas; deles são os patriarcas, e também deles descende o Cristo, segundo a carne, o qual é sobre todos, Deus bendito para todo sempre. Amém!”

Assim, Paulo relaciona aqui (9.4-5) pelo menos oito bênçãos concedidas pela graça divina a este povo, bênçãos que nenhum outro povo obtivera de Deus. A última destas, a “linhagem humana do seu messias”

¹ Para alguns, Romanos 9 a 11 não passa de um “parêntesis”, um “desvio” ou “apêndice”. Martin Lloyd-Jones denomina estes capítulos “uma espécie de pós-escrito”, que lida com um tema específico. Outros, como K. Stendahl, vão para o extremo oposto: dizem que esta divisão constitui o coração da epístola e que a única função dos capítulos restantes seria de introdução e conclusão. Entre estes dois extremos, a maioria dos comentaristas reconhece que, longe de ser uma digressão, na verdade os capítulos 9 a 11 de Romanos são uma parte integrante do desenrolar do argumento do apóstolo e constituem uma parte essencial da carta. A questão da rejeição da justiça de Deus por Israel é inevitável para o apóstolo. O destino de Israel não pode ser desprezado.

(9.5a),² agora por eles rejeitado, é que deve ter provocado a pergunta do seu interlocutor imaginário (que deve estar reproduzindo os questionamentos reais que Paulo ouvia freqüentemente dos seus discípulos): “A promessa de Deus falhou?” Este não é o “povo da promessa”, a quem Deus prometera abençoar?

Paulo responde dizendo que nós nem podemos pensar que a palavra de Deus possa falhar (9.6a). E sua explicação para este fato envolve a existência do Israel espiritual, dentro do Israel nacional. Paulo já havia ensinado nesta carta (2.28-29), que o ritual externo da circuncisão não fazia de um judeu “na carne”, um verdadeiro judeu, mostrando-nos que para Deus, o “verdadeiro judeu”, é aquele que o é interiormente, no coração e no íntimo do seu espírito; Paulo afirma que este “judeu” foi circuncidado no coração.

Agora Paulo retoma esta conceituação dizendo: “nem todos os de Israel são, de fato, israelitas” (9.6b). O ensino do apóstolo é o mesmo do capítulo anteriormente mencionado. Existe, segundo Paulo, um “Israel espiritual”, constituído por aqueles que à semelhança de Abraão, aceitaram as promessas pela fé. Paulo ilustra a sua argumentação com dois fatos conhecidos do Antigo Testamento. O primeiro, encontrado em Gênesis 21.12, refere-se à família de Abraão. Este teve dois filhos: Isaque (com Sara, sua esposa) e Ismael (com Agar, uma egípcia serva de Sara). Entretanto, o texto citado diz que “por Isaque será chamada a tua descendência”, fazendo uma referência direta aos “filhos da promessa” (9.7).

Assim, o que Paulo está nos ensinando aqui, é que existe uma clara diferença entre os “filhos naturais” (dos quais Ismael fazia parte), chamados pelo apóstolo de “os da carne” (9.8a), e os “filhos da promessa” (9.8b), numa clara referência à “palavra da promessa” sob a qual nasceu Isaque (9.9), passagem que Paulo usa citando Gênesis 18.10.

O segundo fato usado como ilustração pelo apóstolo (9.10) refere-se à família de Isaque e seus dois filhos, Esaú e Jacó, cujo relato encontra-se em Gênesis 25:21-23. E Paulo nos mostra, que assim como Deus escolheu a Isaque e não a Ismael para ser o objeto da sua promessa, assim também, escolheu a Jacó e não a Esaú. Mas aqui, existem alguns fatos marcantes desta escolha divina. Neste exemplo, ambos (Esaú e Jacó) eram filhos da mesma mulher (Rebeca), eram gêmeos, e principalmente (9.11), não tinham ainda nascido (e, portanto, revelado o seu bom ou mau caráter), e Deus já fizera a sua escolha soberana: “O mais velho será servo do mais moço” (9.12).

Assim, Paulo nos ensina que a escolha de Isaque (e não Ismael), e a de Jacó (e não Esaú), nada teve a ver com eles próprios, ou com qualquer coisa que tivessem feito ou deixado de fazer, mas com a mente, a vontade e a soberania “daquele que chama”, para que o “seu propósito quanto à eleição, prevalecesse” (9.11b).

² John Stott diz: “As palavras finais do versículo 5 dizem: ‘que é Deus acima de tudo, bendito para todo sempre. Amém!’ A questão é se estas palavras se referem a Cristo ou a Deus o Pai. E a dificuldade de discernir ao certo deve-se à ausência de pontuação no manuscrito original. Cabe a nós suprir essa falha. Quanto a isso, existem três posições. A primeira, que nos foi legada pela Igreja Primitiva através dos chamados Pais Gregos, aplica todas as três expressões – ‘Deus’, ‘acima de tudo’ e ‘bendito para todo sempre’ – a Cristo, como na ARA, ERA e NVI. A segunda posição aplica essas expressões a Deus Pai. Colocando-se um ponto final depois de ‘Cristo’, o que vem a seguir passa a ser uma oração independente: ‘Deus, que é acima de tudo, bendito para todo o sempre’. Ou, como na BLH: ‘Que ele, o Deus que governa sobre todos, seja louvado para sempre! Amém’. A terceira maneira de se entender a passagem é um tanto comprometedora, pois aplica a expressão ‘acima de tudo’ ou ‘sobre todos’ a Cristo, enquanto as palavras restantes são aplicadas a Deus Pai (como, por exemplo, no Novo Testamento Vivo: ‘... e o próprio Cristo foi um de vocês – um judeu no que diz respeito à natureza humana, Ele agora reina sobre todas as coisas. Glória a Deus para sempre’). Na verdade, a questão não é se Paulo teria descrito a Cristo dessa forma, como alguém que está ‘acima de tudo’ (pois ele sempre afirmou a soberania universal de Cristo), mas sim se ele o teria chamado de ‘Deus’ e conferido a ele louvor eterno. O argumento usado é que Paulo geralmente se refere a Jesus como ‘Filho de Deus’ (por exemplo, 1.3s, 9; 5.10; 8.29), ou então ‘seu próprio Filho’ (p. ex. 8.3, 32), mas não como ‘Deus’; além disso, normalmente as doxologias bíblicas são dirigidas a Deus e não a Jesus. Por outro lado, Paulo confere a Jesus o título divino de ‘Senhor’, chama-o de ‘Senhor dos vivos e de mortos’ (14.9), afirma sua pré-existência, apresenta-o tanto ‘em forma de Deus’ como ‘igual a Deus’, e declara que ‘em Cristo habita corporalmente toda a plenitude da divindade’. Estas expressões lhe conferem honras e poderes que correspondem a chamá-lo de ‘Deus’. Além do mais, Hebreus 13.21 parece conter uma doxologia dedicada a Cristo. Para Charles Cranfield, é ‘virtualmente certo’ que Paulo descreveu propositadamente a Cristo como ‘Deus acima de tudo, bendito para sempre’. Ele acrescenta: ‘Não existe ... nenhuma base confiável para se negar que aqui Paulo esteja afirmando que Cristo – que, no que concerne a sua natureza humana, é de raça judaica – é também Senhor sobre todas as coisas e, por natureza, Deus bendito para todo o sempre’.”

Com estas ilustrações, Paulo quer enfatizar o seu ensino básico, e responder a pergunta inicial: “A promessa [palavra] de Deus falhou?” Não, ela não falhou. Apenas ela se cumpre no Israel espiritual, escolhido pelo seu eterno propósito da “eleição”, dentro do Israel físico ou literal (9.11b). Uma vez mais esta abençoada carta de Paulo enfatiza que, a nossa salvação, se deve inteiramente à sua graça, vontade, iniciativa, sabedoria e poder. Resumindo, se deve inteiramente à vontade soberana de Deus.

Esta difícil questão da “eleição divina”, não pode ser explicada e nem mesmo entendida por nós, pois Deus não nos revela na sua Palavra os princípios segundo os quais ele faz a sua escolha. F. F. Bruce disse: “Se Deus não revela os princípios segundo os quais Ele faz Sua escolha, isto não é razão para pôr em dúvida a Sua justiça. Ele é misericordioso e compassivo porque Sua vontade o é. A qualidade da misericórdia não é imposta à força, muito menos quando é Deus que mostra misericórdia. Pois se fosse compelido por alguma coisa alheia a Ele, a ser misericordioso, não somente a Sua misericórdia deixaria de ser misericórdia, mas também Ele mesmo deixaria de ser Deus”. John Stott também diz: “A eleição é uma peça fundamental e indispensável na adoração cristã, no decorrer do tempo e da eternidade. Faz parte da essência da adoração dizer: ‘Não a nós, Senhor, não a nós, mas ao teu nome dá glória’. Se nós fossemos os responsáveis por nossa própria salvação, seja no todo ou mesmo em parte, seríamos justificados ao entoar os nossos próprios louvores lá no céu. Mas isto é inconcebível. O povo redimido de Deus passará a eternidade louvando a ele, humilhando-se perante ele em grata adoração, atribuindo a ele e ao Cordeiro a sua salvação e reconhecendo que somente ele é digno de receber todo louvor, honra e glória. E por que isso? Porque a nossa salvação se deve inteiramente a sua graça, vontade, iniciativa, sabedoria e poder”.

2. Segunda pergunta: Deus é injusto? (9.14-18)

Levando-se em conta que a promessa de Deus não falhou, mas cumpriu-se em Abraão, Isaque, Jacó e em sua linhagem espiritual, não seria “o propósito de Deus conforme a eleição”, intrinsecamente injusto? Não estaria Deus sendo injusto, escolhendo alguns para serem salvos e deixando outros de lado? Este é o segundo questionamento que Paulo faz agora: “Que diremos, pois? Há injustiça da parte de Deus?” (9.14a).³

Paulo responde a este difícil questionamento, usando como sempre a Escritura Sagrada. Ele cita dois textos retirados do livro de Êxodo. No primeiro, Deus diz a Moisés: “Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão” (Êx 33.19). Aqui, mais uma vez, Paulo deixa claro um ensino que percorre toda esta carta: A ação de Deus em salvar os pecadores não se baseia em justiça, mas sim em misericórdia. Se a base da salvação fosse a justiça, todos nós estaríamos irremediavelmente condenados. É isso o que Paulo diz, com outras palavras: “Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia” (9.16). Ou seja, a salvação não depende do desejo ou do esforço humano (o que acarretaria méritos, caso fosse esta uma base possível para a salvação), mas sim, “de usar Deus a sua misericórdia”.⁴

³ A Bíblia ensina-nos que não podemos julgar a Deus por sua eleição. Deus é bom e justo. Sua santidade e perfeição são proeminentes em sua revelação aos seus filhos. Seu amor é inquestionável, mediante a revelação que ele faz de si mesmo no seu filho Jesus Cristo, que morreu em nosso favor (Êx 34.6-7; Lv 11.44-45, 19.2; Jo 1.14, 3.16; Rm 5.7-8; 1Jo 4.8; Ap 15.3-4). Um crente não julga a Deus pelo que ele faz, mas simplesmente crê, e submete-se alegremente à sua boa e santa vontade.

⁴ Chegamos então àquela palavra incômoda: “aprouver” (9.15), que pode ser assim traduzida: “Terei misericórdia de quem eu quiser ter misericórdia, e terei compaixão de quem eu quiser ter compaixão”. O versículo fala primeiro da misericórdia, usando uma expressão que significa uma compaixão “de coração”, um sentimento profundo que move Deus a uma ação em favor do objeto por ele considerado. A expressão denota uma identificação de Deus com a nossa miséria e desgraça, que brota do mais íntimo de seu ser santo e benigno. Logo depois lemos acerca da compaixão de Deus, no original, a manifestação prática de seu sentimento de misericórdia. Entendemos então, que o Senhor sente nossa miséria de modo real e profundo, buscando agir para ajudar-nos. Observemos, no entanto, que essa ação de Deus vincula-se àquela expressão paulina: “aprouver”, ou “quiser”. Aqui reside o ponto de discussão e controvérsia, e o corolário da doutrina reformada: Deus salva a quem ele quer. Ele é soberano. Ele escolhe quem quiser, e ninguém pode julgá-lo por isso. Ele tem misericórdia e demonstra compaixão por quem ele quer e não somos dignos de questioná-lo por isso. Ele é Deus e somos criaturas. Ele não nos deve satisfações. Sua soberania é perfeitamente equilibrada com sua santidade e bondade, de modo que ele jamais fará nada pecaminoso, ou injusto, ou fora dos seus parâmetros de infinito amor. O texto de 9.16-18 desfere o golpe de misericórdia nas pretensões do orgulho humano. A base de nossa salvação, não é o nosso querer, mas o fato de Deus usar o seu favor para conosco. Sua graça operou em nós, circunstâncias foram criadas, o Evangelho foi pregado, o Espírito Santo visitou-nos e fez-nos nascer de novo, convencendo-nos do peca-

Charles Spurgeon disse: “Nessas palavras, o Senhor reivindica, da forma mais clara possível, o direito de outorgar ou reter sua misericórdia, de conformidade com sua própria vontade. Assim como um monarca está investido da prerrogativa de conceder vida ou morte, assim também o Juiz de toda a terra tem o direito de poupar ou condenar o culpado, conforme Lhe parecer melhor. Os homens, por causa de seus pecados, perderam todo o direito diante de Deus e, portanto, merecem a perdição eterna. E, se todos eles buscarem seus direitos na presença dEle, não encontrarão qualquer fundamento para suas reivindicações. Se o Senhor age para salvar alguém, Ele o faz de modo que os objetivos de sua justiça não sejam distorcidos. No entanto, se Ele acha melhor deixar os condenados sofrerem a justa sentença, ninguém pode chamá-Lo a juízo. Tolos e imprudentes são todos os discursos que se referem aos direitos dos homens serem colocados na mesma condição diante de Deus. Ignorantes, se não forem algo pior, são as contenções contra a graça discriminadora de Deus; tais contenções expressam a rebeldia da natureza humana orgulhosa contra o trono e a autoridade de Jeová. Quando Deus nos mostra nossa ruína completa, nosso infeliz merecimento e a justiça do veredicto divino contra o pecado, nunca mais contestamos a verdade de que o Senhor não tinha qualquer obrigação de salvar-nos; não murmuramos diante do fato de que Ele resolveu salvar outros, como se estivesse nos causando dano, mas sentimos que, se Ele desejou volver-se para nós, isso foi um ato espontâneo de bondade imerecida da parte dEle, pelo que bendiremos para sempre o seu nome. Como poderão aqueles que são objeto da divina eleição adorar de forma suficiente a graça de Deus? Eles não têm motivo para se gloriarem, pois a soberania divina exclui com eficácia qualquer motivo. Somente o Senhor deve ser glorificado; a própria noção do mérito humano será lançada na vergonha eterna. Nas Escrituras, não existe uma doutrina que seja mais humilhante ao homem do que a da eleição; uma doutrina que mais promova a gratidão e, conseqüentemente, seja mais santificadora. Os crentes não devem temê-la, e sim regozijarem-se nela, em adoração”.

No segundo texto de Êxodo, Paulo recorre ao que a “Escritura diz a Faraó”: “Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que o meu nome seja anunciado por toda terra” (Êx 9.16). No contexto histórico em que Faraó enfrentou as pragas enviadas por Deus, ele sempre se recusou a humilhar-se diante do poder de Deus, endurecendo o seu coração (Êx 7.13-14; 8.15, 19). Portanto, foi ele próprio quem manteve o seu coração endurecido diante das grandes manifestações do poder de Deus; como um ato de juízo, Deus abandonou-o à sua própria obstinação, da mesma forma (como Paulo ensinou, no início desta carta), que Deus abandonou os homens na sua obstinada desobediência (1.24, 26, 28).⁵ Como diz Leon Morris: “Nem aqui, nem em nenhum outro lugar, se vê que Deus endurece alguém que já não tenha antes endurecido a si mesmo”.

No verso 18, Paulo sumariza o que foi dito nos dois textos citados: “Logo, tem ele misericórdia de quem quer [a mensagem dada a Moisés] e também endurece a quem lhe apraz [a mensagem dada a Faraó]”. Assim, portanto, Deus não é injusto. O que Paulo já demonstrou cabalmente até aqui é que todos nós, sem exceção alguma, somos culpados e merecemos apenas a condenação de Deus. Assim, quer recebamos o que merecíamos (ou seja, juízo), quer recebamos o que não merecíamos (isto é, misericórdia), em nenhum dos casos Deus estará sendo injusto. Entretanto, esta questão envolve um grande mistério, que vai além da nossa atual compreensão humana; este é, sobretudo, um ato da soberania de Deus, e como tal deve ser aceito, na certeza de que Ele é fiel e justo em tudo o que faz.⁶

do, da justiça e do juízo. Recebemos a fé para crermos em Cristo e nossa vontade foi atraída com os laços de amor do Evangelho do amor de Deus. A regeneração decorre da graça e misericórdia divinas e não de nossas decisões isoladas. A vontade humana, na conversão, reage estimulada pelo chamado eficaz do Espírito Santo, de modo que podemos afirmar que, de certo modo, o homem é o agente da fé, cujo objeto é Cristo. No aspecto último, porém, esta fé, é “dom de Deus”.

⁵ Deve ser notado que quando Deus “endureceu” o coração de Faraó (9.18), ele não criou nenhum mal, mas entregou Faraó aos seus maus desejos já existentes, como um ato de julgamento.

⁶ Fica, no entanto, o espaço para um questionamento crucial: Se isso é assim, não se tornam inúteis os diversos textos da Escritura que fazem apelo à nossa vontade, e que afirmam que todo aquele que buscar, achará a salvação? Os textos que apelam à nossa vontade para que busquemos ao Senhor e nos consagremos a ele, as passagens bíblicas que alertam-nos para o perigo de sermos condenados, caso não exercitemos nossa vontade em servir ao Senhor, são os instrumentos que o Espírito Santo usa para testemunhar a vontade de Deus aos perdidos e constranger e santificar aos eleitos. É pela Palavra que os filhos de Deus são limpos e santificados. Por isso, afirmamos que a doutrina da eleição não contradiz os ensinamentos bíblicos acerca da necessida-

Em suma, Paulo ensina acerca de uma eleição incondicional. Deus escolheu Jacó e rejeitou Esaú independentemente de seu comportamento, ou melhor, de suas obras (9.11-12). A escolha decorre do propósito de Deus, “aquele que chama”. Isso quer dizer que Deus escolhe por sua pura graça e vontade e não porque ele prevê que nós iremos crer. Em linguagem teológica, afirmamos que a eleição de Deus baseia-se em sua soberania, e não em sua onisciência. Ele não escolhe porque sabe quem vai crer. Pelo contrário, ele sabe quem vai crer porque ele já escolheu. A fé é decorrente do decreto divino e não vice-versa.

3. Terceira pergunta: por que Deus ainda nos culpa? (9.19-29)

Aqui Paulo reproduz o terceiro questionamento do seu interlocutor imaginário, que lhe diz: “De que se queixa ele ainda? Pois quem jamais resistiu à sua vontade?” Ou, em outras palavras: “É justo que Deus nos julgue e condene, se é ele quem decide todas as coisas?” Em face desta questão, Paulo apresenta três respostas, “todas elas concernentes a quem é Deus. Os nossos problemas, na maioria das vezes, surgem e parecem insolúveis porque nós temos uma imagem distorcida de Deus” (John Stott):

Deus tem sobre nós o direito que o oleiro tem sobre o barro (9.20-21) – Nesta sua primeira resposta, Paulo usa a metáfora do oleiro extraída de Isaías 45.9. O profeta diz: “Ai daquele que contende com o seu criador! E não passa de um caco de barro entre outros cacos. Acaso, dirá o barro ao que lhe dá forma: Que fazes? Ou: A tua obra não tem alça”. A ênfase deste texto recai sobre aquele que “contende com Deus”, que questiona o que Deus faz e como ele o faz.

E essa é a intenção de Paulo nestes versos; repreender a rebelião do coração humano que se recusa a reconhecer que Deus é Deus, bem como, a reconhecer a sua própria condição de criatura⁷ e de pecador. Paulo diz isso claramente: “Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus” (9.20a)? Devemos ressaltar aqui que o apóstolo não está censurando aquele que expressa a sua perplexidade, através de perguntas sinceras, mas aquele que confronta a Deus de modo irreverente e impertinente. Devemos nos lembrar que muitos profetas do Antigo Testamento (como Habacuque e Jonas, por exemplo) externaram sua perplexidade por não compreenderem o propósito divino acerca de determinadas situações.

Entretanto, esta analogia (como sempre ocorre com qualquer outra analogia bíblica), não deve ser vista na similaridade de todos os seus detalhes. Nem Isaías nem Paulo estão comparando o ser humano ao inanimado e desprezível barro usado pelo oleiro. A intenção de Paulo ao reproduzir esta analogia de Isaías, foi apenas a de fazer calar a boca daqueles que se rebelam desafiadoramente contra Deus. Assim como o barro não pode questionar o oleiro acerca do que e de como ele, o oleiro, dispõe do seu barro (9.21), assim também nós não podemos questionar a Deus no que ele pode ou deve fazer com o seu poder e com a sua misericórdia. “Na soberania aqui reivindicada”, escreve Charles Hodge, “quem está em questão é Deus como governante moral, e não Deus como criador”. Em lugar alguma se sugere que Deus teria o direito de “criar seres pecadores a fim de puni-los”, mas sim que ele tem o direito de “lidar com os pecadores conforme ele queira”, seja perdoando-os ou punido-os.

Como disse Charles Spurgeon: “Não existe atributo de Deus que ofereça mais conforto aos seus filhos do que a doutrina da soberania divina. Nas circunstâncias mais adversas, nos mais graves problemas, eles crêem que a soberania divina ordenou as suas aflições, acreditam que ela os governa e os santificará completamente.. Não existe outra coisa pela qual os crentes devam contender com mais seriedade do que pelo assunto referente ao domínio de seu Senhor sobre toda a criação o reino de Deus sobre todas as obras de

de de obediência, vigilância e santidade. O axioma permanece firme: o autor e consumidor da fé, o único responsável por nossa salvação, é Deus. Somente ele, que ministra a nós a sua graça livre e soberana. Nossos corações orgulhosos e pecaminosos estão dispostos a dobrar-se diante dessa revelação? Esse é exatamente o louvor que se encontra na alma quebrantada dos verdadeiros crentes em Cristo (Rm 11:33-36).

⁷ Se de uma certa forma, nós somos o barro do oleiro divino, que cria com o seu poder os vasos que bem quer, isto significa que somos seres criados por ele. Esta questão tão óbvia nos remete à nossa criação, quando a Escritura nos ensina que Ele nos criou à sua imagem e semelhança (Gn 1.26). Desta forma, nós somos portadores da imagem de Deus (mesmo que distorcida pelo pecado), e como Ele, somos seres racionais, responsáveis, morais e espirituais, capazes assim, de dialogar com Ele, explorar a sua revelação, e até mesmo, pensar tal como Ele.

suas mãos e pelo assunto referente ao trono de Deus e ao seu direito de assentar-se sobre esse trono. Por outro lado, não há outra doutrina mais odiada pelos incrédulos, nem uma verdade com a qual eles mais brincam do que a grande e estupenda, porém correta, doutrina da soberania do infinito Jeová. Os homens permitem que Deus esteja em qualquer lugar, exceto em seu trono; que Ele esteja em sua oficina, moldando o mundo e criando estrelas, ou em sua entidade

filantrópica para distribuir suas esmolas e dispensar sua generosidade. Os homens admitirão que Deus sustenta a Terra e as estrelas no céu e governa as ondas do oceano que se movem incessantemente. Mas, quando Ele ascende ao seu trono, suas criaturas rangem os dentes. E, quando proclamamos um Deus entronizado e seu direito de realizar o que deseja com suas próprias coisas, seu direito de dispor de suas criaturas como Ele acha melhor, sem consultá-las a respeito do assunto, então, nesse momento somos execrados e vaiados, e os homens fecham seus ouvidos para nós, pois o Deus que está no trono não é o Deus que eles amam. Eles não O amam quando Ele se assenta no trono, com o cetro em suas mãos e a coroa sobre a cabeça. No entanto, apreciamos falar sobre o Deus que está assentado no trono. Este é o Deus em quem nós cremos”.

Deus revela a sua natureza tal como ela o é (9.22-24) – Paulo repete nestes dois versículos a expressão “dar a conhecer”. Em 9.22 Paulo diz que “Deus, querendo mostrar a sua ira e dar a conhecer o seu poder”; e em 9.23 ele diz que “a fim de que também desse a conhecer as riquezas da sua glória”. Assim, no primeiro destes versos, Deus revela a sua ira e poder em relação aos “vasos de ira”, e no segundo, Ele revela “as riquezas da sua glória”, em relação aos “vasos de misericórdia”. Desta forma, Paulo deixa implícito, que se Deus (partícula condicional usada no início do verso 22) age em perfeito acordo com a sua natureza, ou seja, de acordo com a sua ira (contra o pecado humano), e de acordo com a sua misericórdia (em favor do homem pecador), não se pode fazer objeção alguma.

Aqui deve ser feita uma ressalva. Em 9.22b são mencionados os “os vasos de ira, preparados para a perdição”, mas devemos afirmar que Deus nunca preparou ninguém para a destruição. O texto não informa, contudo, quem foi o agente responsável por tal preparação. Poderíamos pensar, no entanto, que estes “preparados para a perdição”, são aqueles que decidiram por opção própria por praticar o mal, recebendo a justa condenação divina por sua opção.

Em contrapartida, os “vasos de misericórdia”, foram por Ele preparados de antemão para a sua glória (9.23b). Portanto, fica claro agora, a referência de Paulo ao fato de haver Deus “suportado com muita longanimidade os vasos de ira”. Esta é uma referência aos gentios, aos quais Ele queria estender a sua misericordiosa salvação. Isto é confirmado em 9.24, onde é dito que os “vasos de misericórdia” são todos os seus eleitos, chamados tanto dentre os judeus como também dentre os gentios.⁸

Deus revelou estes fatos através da Escritura (9.25-29) – Paulo utiliza inicialmente, dois textos do profeta Oséias, para explicar a surpreendente inclusão dos gentios por Deus. O pano de fundo histórico destes textos foi o casamento desse profeta com uma “esposa adúltera” (Gômer), cujos filhos simbolizavam o infiel reino do norte (reino de Israel). Assim, estes se chamavam “Jezreel” (castigo pelo sangue), “Lo-Ruama” (desfavorecida) e “Lo-Ami (não-meu-povo). Deus estava profetizando diretamente acerca do destino da casa de Israel, castigada pouco tempo depois através do sanguinário exército assírio, perdendo desta forma o “favor de Deus”, que passou a tratá-los como se não fossem seu povo.

Entretanto, os textos utilizados por Paulo mostram um Deus já disposto a favorecer futuramente a Israel, pois é dito: “Chamarei meu povo ao que não era meu povo; e amada, à que não era amada” (Os 2.23), e também, “no lugar em que se lhes disse: Vós não sois meu povo, ali mesmo serão chamados filhos do Deus vivo” (Os 1.10).

⁸ Quanto a Romanos 9.22-23, segundo G. T. Thomson e F. Davidson, “o mistério da predestinação deve ser mantido aqui, todavia não parece haver nenhum apoio para se dogmatizar acerca da predestinação para a condenação, enquanto a pré-ordenação paralela é declarada sem sombra de dúvida”. A ênfase aqui está na paciência de Deus.

Paulo entendeu que estes textos se cumprem de modo mais pleno, na atual dispensação da graça, com a inclusão dos gentios no plano da salvação.⁹ Estes que “antes estavam longe, mas que agora foram aproximados pelo sangue de Cristo” (Ef 2.13). Assim, estas profecias revelam o eterno propósito de Deus em exercer a sua misericórdia sobre aqueles que antes não eram seu povo.

Voltando-se agora para a presente situação de rejeição de Israel (9.27), Paulo cita outros dois textos do profeta Isaías. Novamente, o contexto histórico destes textos é o da mesma apostasia nacional, com o reino do Norte (Israel) abandonando por completo ao seu Deus. O texto citado pelo apóstolo (Is 10.22-23), contém a promessa de Deus que apesar da destruição provocada pelos Assírios, o Senhor salvaria um remanescente fiel (9.27-28), que daria continuidade às promessas realizadas aos patriarcas, constituindo-se estes na verdadeira descendência espiritual de Abraão (9.29), conforme o afirma Paulo citando Isaías 1.9.

Assim, Paulo comprova através da Escritura, que Deus chamaria para tomar lugar em sua mesa muitos que anteriormente não faziam parte do seu povo escolhido (Mt 8.11), ao passo que os “filhos do reino”, seriam rejeitados (Mt 8.12) até que ocorra o seu futuro restabelecimento (Rm 11.15). E as promessas aos “filhos do reino”, seriam, enquanto isso, mantidas através do “remanescente fiel” (9.27b).

4. Quarta pergunta: que diremos, pois? (9.30-33)

Havendo analisado a rejeição de Israel com base na eleição divina, o apóstolo chama a atenção para o lado humano do processo. Nem todos os de Israel eram da promessa. Deus salvaria apenas os escolhidos, enquanto que condenaria aqueles que estavam “preparados para a condenação”. A perspectiva até aqui tem sido a da ação de Deus na salvação, e não podemos deixar de afirmar o claro ensino de sua escolha ser incondicional e livre. Paulo encerra nestes versos a sua argumentação deste capítulo, cuja tônica é principalmente a incredulidade de Israel como nação e a condição de minoria do remanescente fiel. E o que dizer dos gentios, agora alcançados em grande número pela graça anteriormente destinada à Israel? Como este fato ocorreu? Ou, “Que diremos, pois, a isto?” (9.30a).

Paulo contrapõe os dois grupos (gentios e Israel) pela forma como ambos foram alcançados ou rejeitados pelo propósito divino em nos salvar pela graça que provém da cruz. Os gentios, diz Paulo, que nem mesmo buscavam (e também não conheciam) esta justiça de Deus, a alcançaram pelo único caminho possível ao homem, ou seja, pela fé (9.30b).

Já Israel, que conhecia o propósito divino, mas que buscava a justiça (justificação) pela observância da lei (que buscava a lei de justiça), não a alcançou, pois ninguém pode satisfazer completamente à lei de Deus (9.31).

Paulo faz então, uma pergunta retórica: “Por que não a alcançaram?” (9.32a). Sua resposta aponta para a insensatez do caminho percorrido por Israel, ou seja, buscavam alcançar a justificação pela prática das “obras de justiça”, que os levassem a ficar em conformidade com a lei, como se esse fosse o meio proporcionado por Deus para se atingir a salvação. Assim, o caminho percorrido por Israel, “não decorreu da fé, e sim como que das obras” (9.32a).

E Paulo acrescenta ainda, “tropeçaram na pedra de tropeço” (9.32b). O que Paulo quis dizer com isso? Em outra passagem, ao se referir à sua pregação do evangelho, Paulo diz: “mas nós pregamos a Cristo crucificado, escândalo para os judeus, loucura para os gentios” (1Co 1.23). A cruz de Cristo foi um fato inaceitável (e por isso um escândalo) para os israelitas, que não conseguiram entender como o messias prometido poderia morrer na cruz, fato que a lei apontava como abominável, constituindo-se em uma verdadeira maldição (Dt 21.22-23). Além disso, não entendiam também como a morte de Cristo poderia nos fazer “cumprir a lei” (Rm 8.4), mostrando mais uma vez que a lei não era o caminho para se obter a justiça divina.

⁹ Para se entender o uso que Paulo faz destes textos, é preciso lembrar que, de acordo com o Novo Testamento, as profecias do Antigo Testamento geralmente se cumprem de três maneiras. A primeira é imediata e literal (na história de Israel); a segunda é intermediária e espiritual (em Cristo e sua igreja); e a terceira é definitiva e eterna (na consumação do Reino de Deus). Um bom exemplo são as profecias relativas à reconstrução do templo.

Assim, a cruz foi uma “pedra de tropeço” para eles. Mas por que exatamente as pessoas (e Israel) tropeçam na cruz? Porque ela destrói os alicerces de nossa justiça própria, ou seja, ela nos diz que nunca conseguiremos fazer coisa alguma que nos faça alcançar méritos diante de Deus, para obter desta forma a salvação.

Calvino diz: “Se porventura não reconhecermos que somos pecadores privados e destituídos de qualquer justiça propriamente nossa, obscurecemos a dignidade de Cristo, a qual consiste em ser ele luz, salvação, vida, ressurreição, justiça e medicina para todos nós. Para que é ele tudo isso, senão para dar vida ao cego, restauração da liberdade ao condenado, vida ao morto, ressurreição ao que é reduzido a nada, purificação ao que se acha coberto de imundícia, cura e saúde ao que se acha saturado de todo gênero de enfermidades? Realmente, se porventura somos achados a reivindicar alguma justiça por meio de nossos próprios recursos, então estaremos em alguma medida lutando contra o poder de Cristo, já que o seu ofício consiste tanto em despedaçar toda a arrogância da carne quanto em aliviar e consolar aos que labutam e se acham sob pesado fardo”.

Foi provavelmente para prover base bíblica ao seu ensino, que Paulo citou Isaías 28.16 (9.33). E a aplicação que ele faz deste texto é que Deus colocou na obra de Jesus na cruz, um sólido fundamento (uma rocha) para alcançarmos a justificação. Mas a cruz pode ser tropeço ou escândalo para alguns, e razão de fé e confiança para outros. O texto diz: “aquele que nela crê não será confundido” (9.33b), ou seja, não serão jamais abalados nessa sua fé, nem jamais ficarão decepcionados por depositarem a sua confiança nessa sólida rocha proporcionada pela graça divina.

A conclusão é simples: os não-crentes merecem o juízo. Eles intencionalmente rejeitam o Evangelho. Chegamos aqui, à antinomia¹⁰ da doutrina da salvação: Deus é inteiramente responsável pela eleição, enquanto os homens são inteiramente responsáveis por sua condenação.¹¹ Daí termos de admitir que a eleição é, em última análise, um mistério divino, uma revelação cuja plenitude jamais poderemos alcançar (Rm 11.33). Esse fato, no entanto, não nos exime de percebê-la na Palavra de Deus, nem de ensiná-la com convicção. Tudo o que é necessário para nossa salvação e edificação na fé, foi revelado no Evangelho, e isso deve ser proclamado, mesmo que parece loucura para uns e escândalo para outros, que preferem uma religião confinada aos estreitos limites da razão humana. Esta análise, então, nos conduz às seguintes verdades:

- Os judeus não creram no Evangelho porque foram endurecidos por Deus, que em sua eleição soberana escolheu alguns para a salvação e determinou a outros para a perdição.
- O processo da eleição não elimina a responsabilidade humana, de modo que tais réprobos agiram segundo os seus próprios corações. Foram desobedientes, orgulhosos e transgrediram a Palavra de Deus. Por isso o Senhor é justo em condená-los.

¹⁰ J. I. Packer chama essa dificuldade – a reconciliação da soberania divina com a liberdade humana – de antinomia (ou paradoxo): uma aparente contradição entre conclusões que parecem igualmente lógicas, racionais, ou necessárias. Ele diz: “Uma antinomia existe quando um par de princípios ficam lado a lado, aparentemente irreconciliáveis, mas ambas inegáveis. Existem razões irrefutáveis para se crer em ambos; ambos descansam sobre evidências claras e sólidas; mas é um mistério como um pode se encaixar no outro. Você vê que cada um deles deve ser a verdade em si mesma, mas você não entende como podem ser a verdade quando aceitos conjuntamente”. “A física moderna enfrenta uma antinomia, em tal sentido, no estudo que faz da luz. Existem evidências irrefutáveis de que a luz consiste de ondas, e evidências também irrefutáveis de que ela consiste de partículas. Aparentemente não se pode entender como a luz pode consistir de ondas e de partículas ao mesmo tempo, mas as evidências estão ali, e assim nenhuma delas pode ser abandonada em favor da outra”.

¹¹ Poucos pregadores tiveram tanta oportunidade de manter esse equilíbrio como Charles Simeon de Cambridge, na primeira metade do século XIX. Ele viveu e ministrou numa época em que a controvérsia entre arminianos e calvinistas era acirrada, e advertia sua congregação quanto ao perigo de sacrificar as Escrituras e dar prioridade a um sistema teológico. “Quanto eu me deparo com um texto que fala sobre a eleição”, ele disse a J. J. Guernsey em 1831, “deleito-me na doutrina da eleição. Quando os apóstolos me exortam ao arrependimento e à obediência e apontam para minha liberdade de escolha e ação, eu me dedico a esta faceta da questão”. Para justificar o seu comprometimento com ambos os extremos, Simeon valia-se às vezes de uma ilustração emprestada da Revolução Industrial: “Assim como as engrenagens de uma complicada máquina podem mover-se em direções opostas e mesmo assim prestar-se a um fim comum, também muitas verdades aparentemente opostas podem ser perfeitamente conciliáveis entre si, e igualmente prestar-se aos propósitos de Deus no cumprimento da salvação do ser humano”.

- Deus, então, é justo em condenar os réprobos e misericordioso em salvar a alguns.
- Nós, em nossa limitação e finitude, não temos como julgar a Deus, nem como buscar entender os seus desígnios, que são infinitos, santos, justos e bondosos.
- Conforme os planos do Senhor, os eleitos são santificados e moldados conforme o caráter de Cristo, honrando a Deus com suas vidas transformadas.
- Devemos glorificar ao Senhor por sua transcendência. Dele, por meio dele e para ele são todas as coisas. Dele é a glória eternamente.

Uma última questão deve ser mencionada. A doutrina da eleição não gera frieza na evangelização e nas missões. Pelo contrário, grandes e poderosos movimentos de pregação do Evangelho deram-se em períodos de firme ênfase nas doutrinas da graça. Presbiterianos, luteranos, episcopais, batistas testemunham isso. George Whitefield pregava as doutrinas da pura graça a multidões de cinco mil pessoas, com centenas de conversões. Charles Spurgeon, denominado de “Príncipe dos Pregadores”, pregava todos os domingos de manhã para multidões de seis mil ouvintes, que às vezes acampavam na neve para conseguir lugar para ouvi-lo. Seu tema constante: o evangelho da graça. E todos esses homens eram como chamas que não se consumiam, cheios de fervor e fogo espiritual, que choravam dia e noite, pregando com todo o vigor o Evangelho e sendo instrumentos de Deus para a transformação de vidas.

A desobediência de Israel (Rm 10.1-21)

Franklin Ferreira

Neste capítulo Paulo deixa o passado (onde ele enfatizou o propósito de Deus, conforme a eleição) e volta-se para o presente, onde ele manifesta a sua própria esperança de que os israelitas ainda venham a ouvir e crer no evangelho. Este é, na verdade, um clamor que existe dentro do seu coração que o leva a orar constantemente pelo seu povo: “Irmãos, a boa vontade do meu coração e a minha súplica a Deus a favor deles são para que sejam salvos” (10.1).

Certamente que Paulo entende muito bem o estado mental dos israelitas. Quando ele diz: “Porque lhes dou testemunho de que eles têm zelo por Deus, porém não com entendimento” (10.2), provavelmente está descrevendo com exatidão a sua própria atitude antes do encontro que teve com o Cristo ressurreto. Em Gl 1.13-14, Paulo fala do seu extremado zelo e sua grande dedicação ao estudo e à prática da religião judaica, fato que o levou a perseguir intensamente à nascente igreja cristã. Suas palavras, nestes versículos, bem demonstram quem era Saulo, o fariseu: “Porque ouvistes qual foi o meu proceder outrora no judaísmo, como sobremaneira perseguia eu a igreja de Deus e a devastava. E, na minha nação, quanto ao judaísmo, avantajava-me a muitos da minha idade, sendo extremamente zeloso das tradições de meus pais”.

Em Fl 3.6, ele diz ainda: “quanto ao zelo, perseguidor da igreja; quanto à justiça que há na lei, irrepreensível”. Assim, podemos ver que ele também havia dado com os pés contra “a pedra de tropeço” (9.32-33), até que caíram as escamas dos seus olhos e sua vida recebeu nova orientação (At 9.1-20). Agora, talvez Paulo se perguntasse: “se isso aconteceu comigo, fariseu zeloso, e ferrenho seguidor da lei e das tradições do judaísmo, por que não poderia acontecer com o restante do meu povo?”

No centro do pensamento do apóstolo, provavelmente se passava a idéia de que também ele, anteriormente, agia sem entendimento, “desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria” (10.3a) justiça, ou seja, procurando obter a justificação através da prática radical da lei.

Desta forma, Paulo, neste capítulo, centraliza a sua argumentação acerca da desobediência de Israel, no fato central da existência de apenas dois caminhos (ou meios) para a obtenção da justiça divina: o da lei e o da fé (10.5-10). Baseado neste fato central, é que ele nos mostra o motivo pelo qual Israel “tropeçou na pedra de tropeço”, que é também, hoje em dia, a mesma pedra de tropeço para muitos.

1. Formas alternativas de justiça (10.1-13)

Nestes versículos Paulo enfatiza a falta de entendimento dos israelitas: “Porque lhes dou testemunho de que eles têm zelo por Deus, porém não com entendimento” (10.2). Conforme já vimos na introdução, Paulo conhecia bem esta atitude obsessiva do seu povo, por ter ele procedido anteriormente de igual modo (At 26.9-11).

Assim, agora o apóstolo pode entender que a atitude do povo judeu, tanto quanto a sua anteriormente, devia-se à sua ignorância acerca do caminho estabelecido por Deus para a salvação do homem. Deste modo, eles agiam de modo até feroz e brutal em relação ao evangelho, com base nesta falta de entendimento, e não propriamente com base na perversidade de suas mentes. Julgavam, ao agirem de modo implacável com a igreja, estarem servindo com zelo e afeição à verdadeira causa de Deus.

Paulo nos esclarece mais acerca desta falta de entendimento do povo de Israel, quando contrasta a “justiça de Deus”, com a “sua própria justiça” (10.3). O apóstolo está ensinando aqui, o mesmo que nos ensina em Fl 3.9, quando ele diz: “e ser achado nele, não tendo justiça própria, que procede de lei, senão a que é mediante a fé em Cristo, a justiça que procede de Deus, baseada na fé”.

Assim, Paulo afirma que os israelitas desconhecaram o caminho estabelecido por Deus, e estabeleceram o seu próprio caminho que provê a justiça que “procede de lei”. Paulo afirma (10.3b) que eles “não se sujeitaram à (justiça) que vem de Deus”, a qual é baseada apenas na fé em Cristo.

Neste ponto, é certamente oportuno ouvir o que Calvino disse acerca deste assunto: “Aqueles, pois que querem ser justificados por si mesmos jamais se submetem à justiça procedente de Deus, porquanto o primeiro passo para obtermos a justiça divina consiste em renunciarmos a nossa própria justiça”.

Podemos notar ainda, que no proposital contraste entre a justiça de Deus e a justiça humana, o apóstolo nos ensina que uma se opõe à outra, pois não podem ambas se manter unidas; deste modo, a justiça de Deus é subvertida assim que o homem estabelece a sua própria justiça. Além disso, Paulo caracteriza a justiça divina como aquela que é um “dom divino” (10.3b), em contraste com aquela que o homem busca dentro de si mesmo, que ele chama de justiça humana.

Entretanto, devemos desfazer em nós a idéia, de que esta falta de entendimento acerca do meio estabelecido por Deus para a salvação do homem, seja um problema exclusivo do povo judeu. Sobre isso, John Stott disse: “Essa ignorância quanto ao verdadeiro caminho para Deus e esta trágica adoção do caminho falso não são, de maneira alguma, prerrogativa do povo judeu. Encontram-se amplamente divulgadas entre religiosos de todas as crenças, inclusive cristãos confessos. Todos os seres humanos, cientes de que Deus é justo e eles não – já que ‘não há nenhum justo, nem um sequer’ (3.10) – vivem naturalmente em busca de uma justiça que lhes possa dar condições de apresentar-se diante de Deus”.

Portanto, temos diante de nós apenas duas opções possíveis. A primeira é tentar construir a nossa própria justiça através de nossas boas obras e observando os preceitos religiosos. Isso, porém, está fadado ao fracasso, uma vez que aos olhos de Deus, como disse o profeta Isaías, “todos nós somos como o imundo, e todas as nossas justiças, como trapo da imundícia; todos nós murchamos como a folha, e as nossas iniquidades, como um vento, nos arrebatam” (Is 64.6). A outra opção, é submeter-nos à justiça de Deus, aceitando-a como uma dádiva procedente da graça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo.

10.4 esclarece bem acerca do erro cometido por aqueles que procuram estabelecer a sua própria justiça. Paulo disse: “Porque o fim (*telos*) da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê”. A palavra grega utilizada para “fim” (*telos*) possui dois significados: alvo ou término. O primeiro significado nos ensina que Cristo é a meta visada pela lei, no sentido de que Ele é a encarnação da perfeita justiça (o homem perfeito), pois ele veio para “engrandecer a lei e fazê-la gloriosa” (Is 42.21). Foi o próprio Senhor Jesus quem disse: “Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas; não vim para revogar, vim para cumprir” (Mt 5.17). E assim, a lei é cumprida também na vida daqueles que estão “em Cristo Jesus” (8.3-4).

O segundo significado de *telos*, que é a ênfase principal destas palavras de Paulo, é que Cristo é o “término da lei”, no sentido de que, com Ele, a velha ordem (da qual a lei fazia parte), foi eliminada, para ser substituída pela nova ordem do Espírito. Nesta nova ordem, a vida e a justiça são acessíveis mediante a fé em Cristo; portanto, ninguém precisa (nem pode) tentar obter essas bênçãos por meio da lei.

Entretanto, devemos entender bem o significado deste sentido da palavra *telos*. Quando Paulo escreveu que nós “morremos” para a lei e fomos “libertados” dela (7.4, 6), e que, portanto, já não estamos “debaixo da lei, e sim da graça” (6.15), ele estava se referindo à lei como a forma de sermos justificados com Deus. Por este motivo é que Paulo acrescenta em 10.4b, “para justiça de todo aquele que crê”, ou seja, para que haja salvação para todo aquele que crê em Jesus. Assim, quando se trata de salvação, Cristo e a lei são alternativas incompatíveis. Se a justiça é decorrente da lei, então ela não vem através de Cristo; entretanto, se ela se dá através de Cristo, então não é decorrente da lei.

A lei foi a revelação da vontade de Deus para o homem; Cristo é a revelação da sua graça soberana, na forma de uma dádiva que foi a vida do seu próprio filho. No momento em que Cristo consumou a nossa salvação por meio da sua morte e ressurreição, ele aniquilou a lei que tinha essa função.

A partir de 10.5 Paulo passa a detalhar a questão que ele já vem debatendo nesta carta, acerca das “formas alternativas de justiça”. E ele o faz, contrastando a “justiça que vem da lei” (10.5), com a “justiça que vem da fé” (10.6), usando como sempre a Escritura Sagrada como base da sua argumentação.

Assim, ele cita primeiramente a Moisés em Lv 18.5, que disse: “Portanto, os meus estatutos e os meus juízos guardareis; cumprindo-os, o homem viverá por eles. Eu sou o Senhor”. Com esta passagem da Palavra, o apóstolo está ancorando a sua argumentação acerca da “justiça que vem da lei”. E o que Moisés ensina neste texto, é que o caminho para a vida (para a salvação) passa pela obediência à lei.

Paulo citou este mesmo versículo (Lv 18.5), em Gl 3.12, onde ele disse: “Ora, a lei não procede de fé, mas: Aquele que observar os seus preceitos por eles viverá”. Mas, neste contexto de Gálatas ele mencionou antes (Gl 3.10-11), o seguinte fato: “Todos quantos, pois, são das obras da lei estão debaixo de maldição; porque está escrito [Dt 27.26]: Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas escritas no Livro da Lei, para praticá-las. E é evidente que, pela lei, ninguém é justificado diante de Deus, porque o justo viverá pela fé”.

Assim, o que Paulo quis ensinar nesta passagem de Gálatas, é que se alguém procura a justiça da lei (obras da lei), deve obedecer integralmente ao que a lei prescreve. Por este motivo, Paulo acrescenta que é evidente, que desta forma ninguém será justificado, pois nenhum homem jamais conseguirá satisfazer plenamente à lei de Deus.

É por este motivo também, que Paulo já havia ensinado nesta carta, que a lei era inútil para nos salvar (Rm 8.3), pois, já que nós a desobedecemos sempre, ao invés de trazer-nos vida ela nos coloca debaixo de sua maldição. Desta forma, se pode concluir que, “a justiça que vem da lei”, não é na verdade, uma opção válida para se obter a salvação.

Prosseguindo na sua argumentação (10.6-8), o apóstolo cita novamente a Moisés, agora em Dt 30.11-14, que diz: “Porque este mandamento que, hoje, te ordeno não é demasiado difícil, nem está longe de ti. Não está nos céus, para dizeres: Quem subirá por nós aos céus, que no-lo traga e no-lo faça ouvir, para que o cumpramos? Nem está além do mar, para dizeres: Quem passará por nós além do mar que no-lo traga e no-lo faça ouvir, para que o cumpramos? Pois esta palavra está mui perto de ti, na tua boca e no teu coração, para a cumprires”.

Podemos observar que Paulo personifica (10.6a) a “justiça que vem da fé”, que passa então a falar e proclama uma mensagem diferente (10.6b-8). Em se tratando de salvação, ela coloca diante de nós, não a lei, mas Cristo, garantindo-nos que, ao contrário da lei, Cristo não é algo inatingível, mas está à nossa disposição agora, imediatamente.

A colocação de Paulo é propositalmente absurda e desnecessária: “Quem subirá ao céu?, isto é, para trazer do alto a Cristo; ou: quem descerá ao abismo?, isto é, para levantar Cristo dentre os mortos” (10.6b-7). Obviamente, não existe necessidade alguma de escarmos as alturas ou mergulharmos nas profundezas em busca de Cristo, pois ele já veio, morreu e ressuscitou, e assim, temos já agora pleno acesso a ele.

A mensagem positiva da “justiça que vem pela fé”, é esta: “A palavra está perto de ti, na tua boca e no teu coração; isto é, a palavra da fé que pregamos. Se, com a tua boca, confessares Jesus como Senhor e, em teu coração, creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo. Porque com o coração se crê para justiça e com a boca se confessa a respeito da salvação” (10.8-10).

Assim, o apóstolo extrai da passagem de Deuteronômio citada, usando as ênfases de que a palavra está bem perto, na “boca” e no “coração”, o mais simples, o mais primitivo e o mais básico de todos os credos cristãos: “Se você confessar com a boca que Jesus é Senhor e crer em teu coração que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo”. E neste credo é de vital importância a fé interior (coração) e a confissão pública (boca), como Paulo nos ensina na sequência em 10.10: “Porque com o coração se crê para justiça e com a boca se confessa a respeito da salvação”.

O conteúdo da crença e o da confissão, é o mesmo e está implícito neste credo apostólico, e é o fato de que Jesus Cristo morreu, ressuscitou, foi exaltado e por isso, agora reina como Senhor, e concede a salvação a todo aquele que nele crê.

Nestes versículos ainda existe uma aparente contradição que deve ser entendida. Quando Paulo cita esta passagem de Deuteronômio, ele, além de citar apenas uma pequena parte de todo o texto, ainda faz uso de um texto acerca da lei que deve ser obedecida, e aplica-a ao evangelho, no qual se deve crer. Esta pode ser realmente uma contradição, pois Paulo está advogando a “justiça pela fé”.

Entretanto, poderemos entender bem esta questão, se observarmos que o único propósito de Paulo é enfatizar a similaridade existente entre o ensinamento de Moisés e o evangelho dos apóstolos, a qual reside em sua fácil acessibilidade. Moisés estava ensinando que o mandamento de Deus que ele estava transmitindo, não era nem demasiadamente difícil e nem estava fora do alcance de cada um deles; pelo contrário, estava muito perto, na boca e no coração de todos eles, e assim, o seu acesso para que o cumprissem era bem fácil.

De igual modo, aquilo que Moisés disse acerca do mandamento (o seu fácil acesso), Paulo também o diz aqui acerca do evangelho. Este não é algo remoto, inatingível, distante da possibilidade de cada um de nós em alcançá-lo. Ninguém precisa escalar os muros do céu, nem descer às profundidades do *hades*, em busca de Cristo. Ele mesmo veio, e morreu, e ressuscitou, e encontra-se agora a inteira disposição de qualquer um, pela fé. O acesso é imediato, e não precisamos fazer coisa alguma (além de crer), pois Ele já fez tudo.

Os versículos seguintes (10.11-13) reforçam este fato, quando enfatizam através de expressões como, “todo aquele”, e “não há distinção”, que Cristo é não só facilmente acessível, como também, igualmente acessível a todos. N’Ele não há qualquer tipo de favoritismo, seja o judeu ou o grego, seja o rico ou o pobre, enfim, seja qualquer um de nós, Ele é o mesmo Senhor de todos, sempre disposto a abençoar ricamente a todos os que o invocam.

Nestes três versos finais deste parágrafo, Paulo ressalta ainda como Cristo responde àqueles que n’Ele crêm:

- No verso 11, nós cremos n’Ele e como consequência, Ele não deixará que sejamos confundidos ou envergonhados em nossa fé;
- No verso 12, nós o invocamos, e Ele responde nos abençoando ricamente; e
- No verso 13, nós invocamos o Seu nome, e Ele nos salva.

John Stott: “De acordo com esta seção, o que é necessário para se salvar? Primeiro, o próprio Jesus Cristo, como fato histórico, encarnado, crucificado, ressuscitado, Senhor exaltado e acessível. Segundo, o evangelho apostólico, ‘a palavra da fé’ (10.8), que o torna conhecido. Terceiro, o simples crer por parte dos ouvintes, manifesto no ato de invocar o nome do Senhor, combinando fé (no coração) e confissão (com a boca). Mas ainda falta uma quarta coisa, que é o evangelista que proclama a Cristo e insta com as pessoas para que ponham nele a sua confiança. É sobre os evangelistas cristãos que Paulo irá falar no parágrafo seguinte”.

2. A necessidade de evangelizar (10.14-15)

Vimos no ponto anterior como Paulo coloca as bases do plano da salvação. Recordando, ele nos ensina que essas são:

- O próprio Jesus Cristo, como fato histórico, encarnado, crucificado, ressuscitado, exaltado como Senhor, e agora, plenamente acessível a todos os que crêm;
- O evangelho apostólico, a palavra da fé que o torna conhecido (10.8);
- O simples ato de crer, da parte dos ouvintes, manifestado no ato de invocar o nome do Senhor (10.13), através da confissão verbal, e da fé interior no coração (10.9-10).

Agora, no entanto, neste novo parágrafo (10.14-15), Paulo enxerga uma quarta necessidade (ou base) para que esse plano se cumpra plenamente. Ele havia terminado o parágrafo anterior, dizendo: “Porque: Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo” (10.13). E logo vem a sua mente a pergunta: “Como, porém, invocarão?” Assim, ele nos lembra que a quarta necessidade é o evangelista que proclama a Cristo, que exorta as pessoas para que ponham nele a sua confiança.

Baseado nesta necessidade indispensável de evangelizar, Paulo faz quatro perguntas consecutivas:

Como invocarão aquele em quem não creram? (10.14a) – Esta pergunta mostra a necessidade óbvia de que para invocar o nome de Jesus, é necessário que se conheça quem ele é, e o que fez (sua morte, ressurreição, seu senhorio, etc.), o que deve levar a pessoa a crer no seu nome. João Calvino diz: “Esta realização [invocar o nome de Jesus] só é possível a alguém cuja mente já foi grandemente persuadida da clemência divina para com ele, e que, conseqüentemente, ousa firmar sua esperança de que, de alguma forma, Deus tem alguma bênção para ele”.

Como crerão naquele de quem nada ouviram? (10.14b) – Logicamente, o ato de ouvir tem de preceder o ato de crer. E este primeiro ato (ouvir), pressupõe a existência de mensageiros que proclamem a palavra. E esse “ouvir”, se refere ao legítimo conhecimento que devemos possuir de Deus, que consiste naquele que é estabelecido na Sua Palavra. Esta, portanto, é requerida como requisito fundamental de um verdadeiro conhecimento de Deus.

Como ouvirão, se não há quem pregue? (10.14c) – A palavra “pregar”, vem do grego *kerysso*, que significa “anunciar por meio de um arauto”. Nos tempos antigos, quando ainda não haviam os modernos meios de comunicação de massa que temos hoje, o papel do arauto era fundamental. A principal forma de se transmitir notícias eram as proclamações públicas feitas pelo arauto na praça pública ou no mercado da cidade. Sem o arauto, não há notícia, e sem esta, não há ouvinte.

Como pregarão, se não forem enviados? (10.15a) – Aqui os “enviados” são tanto os apóstolos (como Paulo), como os missionários que eram os representantes das igrejas, e, por estas, enviados. A necessidade dos arautos é confirmada com base nas Escrituras: “Como está escrito: Quão formosos são os pés dos que anunciam coisas boas!” (Is 52.7).

Se invertermos a ordem desta seqüência de Paulo, poderemos observar melhor a essência do seu argumento:

Cristo envia seus arautos → os arautos pregam → as pessoas ouvem → os ouvintes crêm e → os que crêm invocam e são salvos.

Quando Paulo iniciou este capítulo, ele expressou o seu profundo desejo no sentido de que o seu povo fosse salvo (10.1). Então, é muito provável que ele estivesse pensando de modo particular neles, quando desenvolveu a estratégia evangelística destes versículos.

3. A razão da incredulidade de Israel (10.16-21)

Agora, o apóstolo volta-se novamente para o seu assunto principal neste capítulo. Se a evangelização na sua época estava ocorrendo através de diversos pregadores, como explicar a obstinada incredulidade de Israel? E ele começa esta seção (10.16-21), afirmando este fato: “Mas nem todos [israelitas] obedeceram ao evangelho” (10.16a). É claro que Paulo se refere aqui ao povo judeu, pois o contexto destes versos se referem à rejeição demonstrada por este povo à pregação do evangelho.

Paulo demonstra que a incredulidade deles foi predita no Antigo Testamento, quando cita a pergunta retórica de Isaías (53:1): “Senhor, quem acreditou na nossa pregação” (10.16b)? O apóstolo volta à sua argumentação feita na seção anterior, resumindo novamente (10.17) que “a fé acontece nos corações daqueles

que ouvem a pregação da palavra de Cristo” (palavra da qual Cristo é, ao mesmo tempo, o conteúdo e o autor).

Mas, se a Palavra estava sendo proclamada, por que então os israelitas não creram? Como resposta, Paulo levanta três explicações possíveis, sendo as duas primeiras imediatamente rejeitadas por ele mesmo.

Eles não ouviram a pregação do evangelho? (10.18) A resposta do apóstolo é enfática e decisiva (10.18a), descartando completamente esta possibilidade como justificativa. E como prova da sua decidida resposta, ele cita o Salmo 19:4: “Por toda a terra se fez ouvir a sua voz, e as suas palavras, até aos confins do mundo” (10.18b).

A citação deste Salmo é até certo ponto surpreendente, pois o seu contexto é o de que os céus e o firmamento proclamam, dão um testemunho universal, da glória do seu criador; no entanto, Paulo está falando aqui, do fato de a mensagem do evangelho ter-se espalhado pelo mundo todo.

John Stott diz: “Creio ser perfeitamente razoável supor que o que ele [Paulo] fez foi transferir do contexto da criação para a igreja uma eloqüente linguagem bíblica acerca do testemunho global, tomando a primeira como símbolo da segunda. Se Deus deseja que a revelação geral de sua glória seja universal, quanto mais deve almejar que a revelação específica de sua graça seja igualmente universal”.

Mas, fica ainda uma questão: “será verdade que o evangelho se fez ouvir por toda a terra, e as suas palavras até os confins do mundo?” (10.18b). Para responder, devemos nos lembrar primeiramente, de que Paulo está aqui se referindo a divulgação das “boas novas” dentro do contexto do povo judeu, isto é, onde quer que existam judeus, e em particular, onde quer que exista uma comunidade judaica, ali o evangelho já foi pregado.

Segundo F. F. Bruce, “parece exagero usar dessa forma a linguagem da citação. Depois de tudo, o Evangelho não fora levado a todas as partes da terra, e nem sequer a todas as terras então conhecidas pelos habitantes do mundo greco-romano. Paulo estava ciente disso. Nessa mesma ocasião, ele estava planejando evangelizar a Espanha, província na qual ainda não era conhecido o nome de Cristo. Tudo que Paulo queria dizer era que, onde quer que houvesse judeus, o Evangelho fora pregado”.

Mas será que Israel não entendeu a mensagem proclamada? (10.19a) Paulo faz nova pergunta retórica: “Pergunto mais: Porventura, não terá chegado isso ao conhecimento [entendimento] de Israel?” Mas Paulo rejeita também esta explicação. E respalda a sua posição apelando para uma citação de Moisés (Dt 32.21): “Eu vos porei em ciúmes com um povo que não é nação, com gente insensata eu vos provocarei à ira” (10.19b).

Neste texto, Moisés se refere aos gentios, chamando-os de “gente sem entendimento” acerca de Deus, e acrescentando também, que eles “não são o povo de Deus”. Assim, já neste texto do Antigo Testamento, Deus nos revela o seu propósito de confrontar o seu “povo escolhido” (Israel) com um povo anteriormente “não escolhido”, para provocar neles duas reações distintas: ciúmes e ira, em face das bênçãos que proporcionaria a estes últimos (gentios).

É importante notar, que esta foi uma “tentativa divina”, de trazer o Seu povo escolhido (Israel) de volta à Sua comunhão. Mas, mesmo assim, eles continuaram rejeitando à mensagem do evangelho, não restando, portanto, qualquer desculpa.

Israel foi rebelde e contradizente à revelação histórica da cruz (10.20-21). Paulo cita (nesta sua derradeira argumentação), o profeta Isaías, num texto (Is 65.1-2) em que este faz ousada declaração contrastando a futura reação dos gentios com a dos judeus em relação à revelação de Deus. Na verdade estas palavras são proferidas diretamente por Javé: “Fui achado pelos que não me procuravam, revelei-me aos que não perguntavam por mim. Quanto a Israel, porém, diz: Todo dia estendi as mãos a um povo rebelde e contradizente” (10.20-21).

Estes versos nos dão uma pálida demonstração da infinita amplitude da graça. Graça esta, que em relação aos gentios se manifestou no fato de que estes, mesmo sem o procurarem, foram por Ele achados através da revelação histórica da cruz (10.20b). Assim, a estes, a Sua graça disse: “revelei-me aos que não perguntavam por mim”.

Quanto aos judeus, a Sua graça revelou-se de modo ainda mais intenso e marcante: “Todo o dia estendi as mãos a um povo rebelde e contradizente” (10.21b). Paulo não deixa aqui, margem para qualquer dúvida; a incredulidade de Israel é função apenas da sua ostensiva rejeição ao evangelho da graça, proclamado por Paulo e por todos os discípulos de Cristo. E é por este motivo, ou seja, pelo fato de que Deus se dispõe, não somente a conceder, mas, na verdade, a derramar a sua graça sobre todos, é que Israel (assim como todos nós) continua debaixo do Seu projeto redentor, como veremos no próximo capítulo desta carta.

John Stott: “Uma das características marcantes de Romanos 10 é que este capítulo está saturado de alusões e citações do Antigo Testamento. Aqui, Paulo cita a Escritura a fim de confirmar ou ilustrar oito verdades, como seja: primeiro, o acesso imediato a Cristo pela fé (6-6 = Dt 30.12ss.); segundo, a promessa de salvação para todo aquele que crê (11 = Is 28.16; 13 = Joel 2.32); terceiro, a gloriosa necessidade de evangelização (15 = Is 52.7); quarto, a indiferença de Israel (16 = Is 53.1); quinto, a universalidade do evangelho (18 = Sl 19.4); sexto, a provocação dos gentios com relação a Israel (19 = Dt 32.21); sétimo, a iniciativa da graça divina (20 = Is 65.1); e, em oitavo lugar, a paciente desolação de Deus, o evangelista (21 = Is 65.2). Assim, a ênfase de Paulo reside não apenas na autoridade da Escritura, mas também na continuidade crucial que liga a revelação do Antigo Testamento com a do Novo Testamento”.

O propósito de Deus para Israel (Rm 11.1-36)

Franklin Ferreira

Nestes três capítulos de Romanos (9 a 11) o enfoque de Paulo permanece o mesmo, e aponta para o trágico paradoxo da situação de Israel, que, não obstante os incomparáveis privilégios concedidos por Deus, permaneceu obstinadamente na incredulidade (9.1-3; 10.1-2).

Nos capítulos anteriores (9 e 10) o apóstolo fez uma avaliação dos motivos que acarretaram esta situação de rejeição do povo judeu. No capítulo 9 Paulo nos ensinou que este fato ocorreu não por infidelidade ou injustiça da parte de Deus (9.6-8), mas sim em decorrência do próprio “propósito de Deus conforme a eleição” (9.11).

Tanto no Antigo Testamento como nos tempos apostólicos o propósito de Deus na escolha do seu povo era salvaguardado por Sua preservação de um remanescente fiel. Ainda neste mesmo capítulo outro motivo crucial para esta trágica situação foi que eles “tropeçaram na pedra de tropeço” (9.32-33), ou seja, rejeitaram a cruz de Cristo, por considerarem esta como um fato amaldiçoado pela lei.

No capítulo 10 Paulo nos ensinou que um outro motivo desta referida situação dos judeus foi sua obstinada rejeição diante das persistentes investidas de Deus em seu favor. O apóstolo deixou bem claro, como a iniciativa da graça de Deus em favor dos judeus foi direta e constante: “Todo o dia estendi as mãos a um povo rebelde e contradizente” (10.21).

Agora, neste capítulo, Paulo nos mostra um fato adicional acerca desta questão: Israel havia realmente tropeçado, mas não caíra a ponto de não poder levantar-se mais. Desta forma, o apóstolo aborda aqui, as implicações atuais e futuras da desobediência de Israel. E ele o faz, através de duas indagações retóricas:

Primeira indagação: “Pergunto, pois: terá Deus, porventura, rejeitado o seu povo” (11.1a)? Esta pergunta traduz a reação normal de qualquer um de nós: já que eles rejeitaram a Deus, Deus também os rejeitou em definitivo. Paulo vai nos ensinar neste capítulo que isto não é verdade. A rejeição divina de Israel é apenas parcial, pois Ele continua trabalhando com o “remanescente fiel” (11.1-10).

Segunda indagação: “Pergunto, pois: porventura, tropeçaram para que ficassem caídos” (11.11a)? Também aqui Paulo nos ensina que a queda de Israel é apenas temporária, pois ocorrerá no futuro uma restauração do povo judeu, que reverterá em bênçãos para o mundo todo (11.11-32).

Assim, o tema deste capítulo é que “a rejeição divina aos judeus não foi nem total nem definitiva”. Ainda existe, no presente, um remanescente israelita fiel, ao qual Deus continua se revelando, e através do qual, Deus mantém as suas promessas; e haverá, no futuro, uma completa restauração de Israel (11.26-27), pois “os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis” (11.29).

1. A situação presente (11.1-11)

Paulo inicia sua exposição com uma pergunta bem direta: “Pergunto, pois: terá Deus, porventura, rejeitado o seu povo?” E antes de qualquer argumentação, responde de modo decidido: “De modo nenhum” (11.1a)! Mas o apóstolo não se limita a fazer simplesmente uma afirmação dogmática, e apresenta na sua argumentação quatro provas para respaldá-la:

Primeira prova: Este primeiro argumento é de natureza pessoal. Paulo se apresenta como um testemunho vivo do que afirma: “Porque eu também sou israelita da descendência de Abraão, da tribo de Benjamim” (11.1b). O que Paulo quer dizer com estas palavras é que ele mesmo, como judeu, era uma testemunha viva de que Deus não havia rejeitado o seu povo. E quem fala aqui, é um antigo e perigoso perseguidor da igreja, o terrível Saulo de Tarso.

João Calvino é bastante enfático: “Antes de entrar no tema em discussão, ele prova de passagem, partindo de seu próprio exemplo, quão absurdo é o pensamento de que aquela nação fora esquecida por Deus. Pau-

lo mesmo era um genuíno israelita, e não um simples prosélito, tampouco um neófito admitido à comunidade de Israel. Por isso, visto que ele fora digno de ser contado no número dos maiores servos escolhidos de Deus, tal fato provava que a graça divina ainda repousava sobre Israel. Ele, pois, tem tal conclusão como algo inquestionável”.

Segunda prova: Aqui, Paulo traz novamente à tona a doutrina da eleição, já anteriormente ensinada por ele (11:29-30). Agora, ele diz: “Deus não rejeitou o seu povo, a quem de antemão conheceu” (11.2a). Em Romanos 8:29 vimos que “conhecer de antemão” implica também em “amar e escolher de antemão”. Estas duas idéias, o “conhecer de antemão” (amar, escolher) e a “rejeição”, são incompatíveis entre si. E Paulo afirma, que apesar de tudo, Israel ainda é o “Seu povo”.

Assim, Paulo ressalta que a rejeição do povo judeu, não poderia anular as promessas de Deus, e menos ainda, a Sua eleição deste povo, mesmo que na época de Paulo ela só se fizesse presente através do “remanescente fiel”.

Terceira prova: Nesta argumentação, o apóstolo usa as Escrituras, citando (11.2b-4) uma situação vivida pelo profeta Elias (1Rs 19.10,18). Este, após uma grande vitória sobre os profetas de Baal, viu-se perseguido pela rainha Jezabel, e fugiu para o deserto, abrigando-se posteriormente em uma caverna no monte Horebe. E ali, clamou a Deus contra Israel, com as palavras que Paulo usa aqui: “Senhor, mataram os teus profetas, arrasaram os teus altares, e só eu fiquei, e procuram tirar-me a vida” (11.3).

Entretanto, a resposta de Deus mostrou que ele estava completamente errado. Ele não era o único sobrevivente fiel. Deus reservara para Si, “sete mil homens que não dobraram os joelhos diante de Baal” (11.4). Aqui, Paulo usa as Escrituras para nos ensinar que mesmo no tempo de Elias, Deus já possuía e trabalhava com um remanescente fiel. E através deste, a Sua eleição e as Suas promessas eram sempre confirmadas.

Quarta prova: Agora, Paulo se volta para o seu próprio tempo de vida (11.5-6), e aplica a mesma doutrina do remanescente fiel que já ensinara: “Assim, pois, também agora, no tempo presente de hoje, sobrevive um remanescente segundo a eleição da graça” (11.5). E este remanescente deveria ser bem considerável, a julgar pelas palavras de Tiago, contando a Paulo que milhares de Judeus já haviam crido naquela mesma ocasião (At 21:20).

Além disso, este remanescente tinha uma característica peculiar, pois havia sido escolhido pela graça (11.5b-6). O que Paulo quer nos ensinar aqui, é que assim como nos dias de Elias, Deus reservara para si, uma minoria fiel, assim também, Ele fez existir agora, pela sua graça, este remanescente ao qual o apóstolo se refere.

E, Paulo insiste em afirmar que a origem desta dádiva, nada tem a haver com a iniciativa de cada um de nós (11.6). A graça de Deus exclui as obras que possamos eventualmente realizar para alcançar o Seu favor. A graça é o único caminho pelo qual Deus se move em nossa direção, e a nossa única e maravilhosa alternativa é receber esta dádiva pela fé em tudo o que Ele já fez.

Paulo faz agora (11.7), um balanço da sua argumentação neste parágrafo (11.1-10): “Que diremos, pois? O que Israel busca, isso não conseguiu; mas a eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos”. Assim, ele passa a aplicar a teologia do remanescente aos seus próprios dias e experiência pessoal. E ele nos ensina, que como nação, Israel falhara, pois buscava a “lei de justiça” (9.31), “desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria justiça” (10.3). Entretanto, Deus os alcançou através da eleição, a saber, através das vidas do remanescente fiel, que foram como ele próprio, escolhidos pela graça (11.5). Os demais, a maioria incrédula de Israel, foram endurecidos por Deus (11.7b).

Já havíamos visto a questão deste “endurecimento do coração” no capítulo 9 desta carta. Mas vale complementar este ensino com a noção de que o processo de endurecimento do entendimento funciona como um processo judicial no qual Deus, em face da obstinada desobediência humana, sentencia as pessoas, ou

o povo (judeu), à sua própria obstinação, o que acarreta a perda completa do entendimento (visão) espiritual. É este o fato que Paulo descreve no início desta carta, com referência aos povos pagãos, que “mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura em lugar do Criador” (1.25-28). O texto diz, que como sentença para este fato, “Deus os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem coisas inconvenientes” (1.28).

Esta foi assim, a sentença de Deus a Israel, entregando-os à sua própria obstinação, o que acarretou o “endurecimento” mencionado no verso 7b. Para melhor explicar o que significa na prática, este “endurecimento”, Paulo usa dois textos do Antigo Testamento que fazem referência a “olhos que não vêem”.

O primeiro, é uma citação de Is 29.10, que diz que “Deus lhes deu espírito de entorpecimento, olhos para não ver e ouvidos para não ouvir, até ao dia de hoje” (11.8), o que significa uma completa perda de sensibilidade espiritual.

O segundo texto citado pelo apóstolo foi extraído do Sl 69.22-23, que retrata no seu contexto original uma experiência de perseguição vivida por um justo. Este, vítima de hostilidade gratuita, ora a Deus para que defenda a sua causa, suplicando que o justo julgamento de Deus recaia sobre seus inimigos. Como este Salmo tem natureza messiânica, Paulo reverte a sua aplicação, pois Israel ao invés de estar sendo perseguido, tornou-se (em sua rejeição) o perseguidor.

Assim, a citação de Paulo (11.9-10) é: “E diz Davi: torne-se-lhes a mesa em laço e armadilha, em tropeço e punição; escureçam-se-lhes os olhos, para que não vejam, e fiquem para sempre encurvadas as suas costas”. Ao que tudo indica, “a mesa” é um símbolo da segurança que temos em nossos lares, junto às nossas famílias, que aqui, se transforma em laço, armadilha, tropeço e punição divina ao povo judeu. Ainda como parte da punição divina, ficariam temporariamente sem entendimento espiritual (olhos que não vêem), e com as suas “costas encurvadas”, que é provavelmente, uma referência ao pesado fardo da rejeição que carregariam daí em diante.

2. A esperança futura (11.11-32)

A primeira pergunta de Paulo neste capítulo (Deus rejeitou o seu povo?) foi respondida de modo claro, com a explicação de que Deus continuava trabalhando com este, na forma de um remanescente fiel, através do qual Ele cumpria as Suas promessas e mantinha a Sua própria eleição deste povo. Mas, o apóstolo afirmou que os demais (que constituem a maioria) foram “endurecidos”, pois perderam a visão espiritual da revelação de Deus. Assim a rejeição divina ao povo judeu foi apenas parcial.

Mas será que esta situação é permanente, não havendo mais esperança nem futuro para Israel, em relação à sua posição de povo escolhido? Paulo faz esta pergunta retórica no verso 11, para nos ensinar agora acerca do propósito futuro de Deus para com Israel: “Pergunto, pois: porventura, tropeçaram para que caíssem (para que ficassem caídos)? A resposta é novamente enfática: “De modo nenhum!”. Assim como no primeiro parágrafo (11.1-10) ele provou que a rejeição divina à Israel era apenas temporária, assim também ele vai provar no atual parágrafo (11.11-32), que esta referida rejeição não é também definitiva.

Eles na verdade “tropeçaram na pedra de tropeço”, mas Deus, por Sua graça, transformou esta queda em bênção para os gentios. Quando vierem a se levantar (e este é o propósito de Deus), virão a experimentar (e levar os gentios a experimentar também) bênçãos ainda maiores do que teriam experimentado se não tivessem caído.

Paulo desenvolve esta nova argumentação através de três tópicos distintos:

Deus preparou-nos uma seqüência de bênçãos (11.11-16) Esta seqüência é bem clara nestes versículos: A transgressão de Israel resultou em salvação para o mundo (gentios); essa salvação dos gentios provocará “ciúmes” em Israel conduzindo-os futuramente à uma plena restauração; essa “plenitude” acarretará para o mundo bênçãos ainda bem maiores.

Assim, esta seqüência é como se fosse uma corrente metafórica de três elos. No primeiro destes, o apóstolo afirma: “Mas, pela sua transgressão, veio a salvação aos gentios” (11.11b). O livro de Atos registra diversas ocasiões diferentes (At 14.1; 18.6; 19.8), nas quais a rejeição dos judeus ao evangelho resultou no oferecimento e aceitação deste pelos gentios. Nestas ocasiões, ocorreu o mesmo fato: os judeus rejeitaram o evangelho, e os gentios o aceitaram. E aqui (11.11b) Paulo transforma este fato em ensinamento teológico, mostrando-nos que Deus transformou o pecado da rejeição de Israel na bênção da salvação dos gentios.

O segundo destes elos, é o fato de que “veio a salvação aos gentios, para pô-los em ciúmes” (11.11b). O que Paulo quer ensinar aqui é que quando Israel notar que as bênçãos da salvação que lhe pertencia originalmente estão sendo desfrutadas pelos crentes gentios, eles vão ficar enciumados, e passarão a desejar estas mesmas bênçãos – e assim, vão se arrepender e crer em Jesus, para poderem desfrutar destas mesmas bênçãos.

Paulo nos mostra agora o terceiro elo desta corrente simbólica. “Ora, se a transgressão deles redundou em riqueza para o mundo, e o seu abatimento, em riqueza para os gentios, quanto mais a sua plenitude!” (11.12). Paulo argumenta aqui como os rabinos israelitas, do negativo para o positivo, ou do menor para o maior. Se Deus usou a transgressão deles para trazer a salvação aos gentios, quanto mais não fará quando ocorrer a sua restauração?

O apóstolo se dirige agora aos crentes gentios, lembrando-os do seu ministério pessoal (11.13-15), o qual ele exercia com todo o empenho possível, de modo a glorificar a Deus. Entretanto, ele ressalta agora, uma espantosa característica adicional do seu apostolado entre os gentios, que é o fato de ele procurar provocar ciúmes no seu povo para “salvar alguns deles” (11.14).

O que Paulo visualiza aqui é o saudável ciúme que os judeus sentiriam ao observarem as bênçãos que os gentios alcançavam através da sua pregação do evangelho. E assim desejariam também esta bênção, e seriam também alcançados pela graça da cruz. E ele conclui o seu pensamento acerca deste terceiro elo, reafirmando o fato de que, se a rejeição do povo judeu foi capaz de trazer a bênção da reconciliação dos gentios com Deus, o seu restabelecimento será capaz de provocar bênçãos de tal ordem, que só podem ser comparadas à nossa nova vida que teremos com Cristo depois da morte (11.15).

Paulo encerra a sua argumentação deste tópico, acrescentando duas pequenas e belas metáforas: uma retirada da vida cerimonial de Israel, e a outra do mundo agrícola (11.16). A primeira é provavelmente uma alusão a Nm 15.17-21, onde os israelitas recebem ordem para oferecer a Deus um bolo feito com massa de farinha da primeira colheita do trigo recém debulhado na eira. A apresentação desse bolo a Deus santifica a fornada toda. Desta forma, aqui, “as primícias da massa” são certamente uma referência àqueles judeus de nascimento que, como Paulo, aceitaram a Jesus como Messias e Senhor. Estes seriam assim uma prova de que a “totalidade da massa” (todo restante do povo judeu) seria igualmente santificada futuramente por Deus.

Na metáfora retirada do mundo agrícola, Paulo nos diz que, assim como uma árvore é, toda ela, de um só caráter ou natureza, assim também, “se for santa a raiz, também os ramos o serão”. Aqui é provável que Paulo esteja pensando nos patriarcas como constituindo a raiz da árvore, cujos ramos são os israelitas da era cristã. Mais adiante neste capítulo (11.28), Paulo faz uma descrição de Israel como “amados por causa dos patriarcas”, numa clara referência à soberana eleição deste povo, como o povo escolhido de Deus.

A alegoria das duas oliveiras (11.17-24) Certamente que a referência anterior à raiz e aos ramos de uma árvore simbólica, levaram Paulo a desenvolver esta significativa alegoria, na qual ele contrapõe duas oliveiras (11.24): uma delas era uma oliveira cultivada (povo de Israel) e a outra, uma oliveira silvestre (mundo gentílico). Pela referência anterior (11.16b), a raiz da oliveira cultivada são os patriarcas, e o seu tronco, a continuidade desta oliveira através dos séculos.

Através desta alegoria, Paulo descreve tudo o que Deus fez, tudo o que Ele estava fazendo, e tudo o que Ele ainda iria fazer, tanto com os judeus, como com os gentios. Primeiramente, com relação aos judeus, o apóstolo afirma que eles são como “ramos que foram quebrados” e separados da boa oliveira (11.17a), falando acerca da punição divina à incredulidade de Israel. Em segundo lugar, a igreja gentílica, são como os ramos de uma “oliveira brava” (mundo gentílico), cujos ramos (aqueles que crêem), foram enxertados no meio do remanescente fiel de Israel (11.17b), tornando-se participantes das bênçãos procedentes e pertencentes (raiz e seiva) ao povo escolhido de Deus.

Paulo aproveita esta rica alegoria, para fazer uma séria advertência à igreja gentílica: “não te glories contra os ramos” (11.18a), ou seja, não fiquem envaidecidos e soberbos pela sua posição atual, voltando-se contra os “ramos naturais” (Israel), criticando-os e desprezando-os (vs.19). Lembrem-se de que a sua atual (da igreja) situação deve-se aos seguintes fatos: (i) “não és tu que sustentas a raiz, mas a raiz, a ti” (11.18b), ou seja, vocês dependem inteiramente da raiz, pois galhos não têm vida própria; (ii) “tu, porém, mediante a fé, estás firme” (11.20b), ou seja, reflitam para o fato de que a sua estabilidade atual deriva-se exclusivamente da fé, que por sua vez procede da graça de Deus. Os ramos naturais foram quebrados somente pela sua incredulidade, e vocês foram enxertados, exclusivamente pela fé; (iii) “Não te ensoberbeças, mas teme” (11.20c), ou seja, não te esqueças do que ocorreu com os ramos naturais (11.21) que não foram poupados por Deus. Logo o mesmo pode te ocorrer, caso não permaneças na fé e no temor de Deus. E esta lembrança deve vir a nossa mente, com base em nossa reflexão acerca do caráter soberano da justiça divina, que inclui tanto a Sua bondade, quanto a Sua severidade (11.22). Severidade com Israel, pela sua incredulidade, e bondade com vocês (igreja gentílica) se permanecerem na fé.

Neste ponto (11.23-24) Paulo se volta às promessas pertinentes ao povo judeu. E, o apóstolo argumenta baseado na palavra “permanecer” (*epimeno*), que pode também ser traduzida por “persistir”, ou, “continuar”. Ele contrapõe o ato de permanecer na fé (igreja gentílica), ou permanecer na incredulidade (11.22b-23a). Assim, quando os judeus se arrependem da sua incredulidade, Deus os enxertará novamente na sua oliveira de origem. E, o nosso Senhor, Jesus Cristo, nos afirmou que este fato se daria com o reconhecimento de Israel a Ele, o seu messias enviado por Deus (Mt 23.37-39).

E a base apresentada pelo apóstolo para este ato, é a ação soberana de Deus agindo “contra a natureza” (11.24). Se Deus, argumenta Paulo, agiu poderosamente ao retirar vocês da “oliveira brava” (mundo pagão) enxertando-vos na boa oliveira (povo de Deus), quanto mais não poderá Ele enxertar novamente aqueles que são ramos naturais, na sua oliveira de origem.

F. F. Bruce diz: “Se os ramos velhos que tinham sido cortados fossem uma vez mais enxertados na árvore de origem e tornassem a produzir fruto, seria um milagre sem precedente na esfera natural. Igualmente, a reincorporação da nação judaica no povo de Deus quando a incredulidade é substituída pela fé, seria um milagre na esfera espiritual. Mas, diz o apóstolo, é um milagre que Deus vai realizar”. Assim, Paulo nos ensina acerca da promessa da futura restauração do povo judeu à sua condição original de povo de Deus, promessa essa que ele vai detalhar no próximo tópico da sua argumentação.

O mistério divino (11.25-32) Paulo se volta novamente aqui, para os seus leitores, seus irmãos, incluindo certamente todos os membros da igreja, tanto os gentios quanto os judeus, pois agora ele irá referir-se ao futuro de ambos: “Porque não quero, irmãos, que ignoreis este mistério, para que vocês não se tornem presunçosos” (11.25a). Paulo já os advertira anteriormente acerca do perigo da vanglória (11.18) e da arrogância (11.20), e agora exorta-os quanto à presunção.

O apóstolo certamente pensa aqui que se os crentes gentios e judeus da igreja de Roma entenderem bem qual é a sua situação (um em relação ao outro dentro do propósito de Deus) nada terão do que se gloriar. E este propósito, Paulo chama aqui de “mistério” (*mysterion*), palavra que é usada no Novo Testamento (1Co 15.51-54; Cl 1.26-28; Rm 16.25-26; Cl 2.2-3; Cl 4.3-4) com o sentido de um segredo ou propósito divino que agora (na dispensação da graça), é plenamente revelado à igreja. A essência deste segredo, em todas estas passagens é Cristo, e algo que ele fez ou fará por sua igreja.

Entretanto aqui, de modo mais específico, este mistério é o que Paulo está para anunciar-lhes, e que consiste basicamente de três verdades:

- Primeira verdade: “que veio endurecimento em parte a Israel” (11.25b), verdade esta, que Paulo já antecipara no versículo 7, quando nos ensinou que a rejeição dos judeus não é total, já que Deus tem um remanescente fiel de Israel reservado para si.
- Segunda verdade: Este endurecimento permanecerá “até que haja entrado a plenitude dos gentios” (11.25c), ou seja, até que se complete o *pleroma* (número total, ou plenitude) que é a totalidade dos gentios que serão alcançados pela pregação do evangelho.
- Terceira verdade: “E, assim, todo o Israel será salvo” (11.26a). Através de toda esta carta aos “Romanos”, o “Israel” mencionado por Paulo significa o Israel étnico, em contraposição às nações gentílicas. E esta é certamente a melhor interpretação para este versículo. O mistério completo que Paulo quer ensinar é então, que o povo judeu permanecerá no atual estado de completa insensibilidade espiritual (endurecidos na mente), até que ocorra a plenitude dos gentios que serão alcançados pelo evangelho, quando então, este “endurecimento” terminará, e “todo o Israel será salvo”.

Mas o apóstolo diz “todo” o Israel. Quem é que está incluído neste termo “todo”? No momento em que Paulo escreve esta carta (e também até os dias atuais), o povo judeu encontrava-se “endurecido”, com exceção do remanescente fiel, e este fato perdurará, até que ocorra a “plenitude dos gentios”. Portanto este termo (todo) deve incluir todo este remanescente fiel, acrescido dos que permanecem até então endurecidos. Assim, o que Paulo deseja ensinar, é que a nação israelita como um todo, mas não necessariamente e literalmente todo e cada um dos israelitas, será salva.

Novamente F. F. Bruce diz: “‘Todo o Israel’ é expressão que aparece repetidamente na literatura judaica, onde não significa necessariamente ‘todo judeu sem uma única exceção’, mas, ‘Israel como um todo’”.¹

E o apóstolo complementa o seu ensino (11.26b-27), dando-lhe embasamento escriturístico, para nos ensinar acerca de que tipo de salvação ele nos fala. E ele cita duas passagens do Antigo Testamento: A primeira é extraída de Is 59.20-21 e diz: “Virá de Sião o Libertador e ele apartará de Jacó as impiedades”. Esta era uma profecia messiânica e que portanto fazia referência à primeira vinda de Cristo. E Isaías nos diz que o Messias expiaria os pecados de Israel. Portanto, Paulo está ensinando em primeiro lugar, que esta salvação a qual ele se refere aqui, é a mesma que todos os cristãos já receberam, ou seja, a salvação que procede da cruz.

Este é um fato importante neste contexto, pois alguns intérpretes insistem em ver aqui uma salvação nacional do povo judeu, de caráter político (um reino davídico terreno), envolvendo a posse total das terras da palestina. Paulo, entretanto, nos fala aqui exclusivamente da salvação dos pecados, pela fé em Cristo, a mesma bênção já alcançada por todos aqueles gentios que creram.

A segunda passagem citada pelo apóstolo é Jr 31.33-34, que diz: “Esta é a minha aliança com eles, quando eu tirar os seus pecados” (11.27). Portanto, esta salvação da qual Paulo fala aqui nos ensina acerca do

¹ Embora que, em Rm 11:25, Paulo faça uma promessa de salvação aos judeus, isto não diz respeito ao Israel político, mas apenas a uns poucos remanescentes eleitos que Deus tem entre os judeus, como o tem entre todas as nações (cf. L. Berkof, *Teologia Sistemática*, pp. 705). Isto pode ser asseverado pelo contexto no qual nos é dito que: a) existe um resto dentre o povo judeu que são os escolhidos segundo a eleição da Graça; b) Paulo não tinha nenhuma expectativa quanto à salvação da maioria dos judeus. No capítulo 9.27, se referindo aos que iam ser salvos entre os judeus, cita Isaías: “ainda que o número dos filhos de Israel seja como a areia do mar, o remanescente é que será salvo”; c) a expressão “em parte” ou “uma parte de” (11.25) não só delimita o número dos eleitos que Deus tem no meio dos judeus, como também nos remete ao versículo 7, no qual está dito que os que não foram predestinados à salvação dentre o povo judeu foram endurecidos; e isto, segundo o v. 10, para sempre. d) o fato de Paulo afirmar que todo Israel será salvo, isto não significa a nação de Israel em sua totalidade, nem em sua maioria, mas simplesmente o Israel Espiritual, que é composto pelo número total dos eleitos ou predestinados à salvação (o remanescente).

restabelecimento da aliança de Deus com Israel, quando o “endurecimento” do seu coração se encerrar pela aceitação daquele que tem o poder de nos libertar dos nossos pecados.

Agora Paulo encerra este último tópico (11.25-32) com duas declarações distintas, sendo que ambas ressaltam a base sobre a qual o apóstolo se apóia para afirmar que Deus não rejeitou definitivamente a Israel. A primeira refere-se à soberana eleição de Deus (11.28-29) e a segunda à Sua misericórdia (11.30-32).

Assim, em relação a esta primeira base, podemos observar que Paulo é taxativo: “porque os dons [suas dádivas] e a vocação [seu chamado] de Deus são irrevogáveis” (11.29). A eleição divina é um fato irrevogável, pois envolve Sua fidelidade às Suas promessas e à Sua escolha ou eleição eterna.

E o apóstolo contrapõe dois fatos para mostrar o caráter irreversível da escolha divina: o evangelho e a eleição. Assim ele diz: “Quanto ao evangelho, são eles inimigos por vossa causa; quanto, porém, à eleição, amados por causa dos patriarcas” (11.28). O que Paulo afirma, é que no presente, os israelitas são inimigos (se opõem) tanto dos cristãos (que vivem e pregam o evangelho), como principalmente d’Ele mesmo, Deus. Neste caso, encontram-se temporariamente sob a ira divina.

Entretanto, Paulo logo contrapõe a este fato, outro de natureza ainda maior e também irreversível, ao qual ele dá grande ênfase: “quanto, porém, à eleição, amados por causa dos patriarcas”. Na verdade, são dois os fatos pelos quais eles continuam a ser amados: um, é a própria eleição divina, de natureza absolutamente irrevogável. E o outro, também de fundamental importância, são as promessas feitas aos patriarcas, promessas estas, que envolvem a fidelidade de Deus à Sua própria palavra, sendo assim, também de caráter imutável.

A segunda declaração do apóstolo (11.30-32), contém um fundamento básico para crermos que Deus tem um futuro para o seu povo (tanto judeus como gentios): é a soberana e maravilhosa misericórdia de Deus. O que Paulo afirma (em outras palavras) é que foi por causa do Israel desobediente que os outrora desobedientes gentios receberam misericórdia; da mesma forma, é em razão desta mesma misericórdia para com os desobedientes gentios, que os agora desobedientes judeus, também receberão futuramente a misericórdia de Deus.

Desta forma, Paulo nos ensina qual é o parâmetro divino ao lidar Ele com os seus escolhidos. Quando ele disse: “Porque Deus a todos encerrou na desobediência”, ele quis afirmar o que já estudamos anteriormente nesta carta, ou seja, como nenhum de nós é capaz de obedecer à Sua lei, todos somos inapelavelmente condenados por esta, e assim, todos carecemos igualmente da imerecida graça divina, que se revela através da Sua misericórdia para com todos nós.

Resta apenas entender a afirmação de que “todos” estão encerrados na desobediência, para que Deus possa usar de misericórdia para com “todos”. Será que Paulo nos fala aqui, de uma salvação de caráter universal? Certamente que não, pois esta carta se refere a um “dia da ira e da revelação do justo juízo de Deus” (2.5), no qual alguns irão receber “ira e indignação”, “tribulação e angústia” (2.8-9).

Assim, podemos observar que Paulo não se refere neste versículo (11.32) a “todos os homens”, pois ele usa para a palavra “todos” a expressão grega *tous pantas*, que significa “os todos” o que neste contexto se refere aos dois grupos contrastados neste capítulo: os judeus e os gentios. Desta forma, o que Paulo ensina, é que Deus usa a Sua misericórdia para com todos (os que crêem) sem distinção (judeus ou gentios), e não para com todos sem exceção.

Com relação às dificuldades especiais que apresentam os conteúdos desta divisão principal desta carta, Adolf Pohl diz: “Pode causar muita estranheza que Paulo, sem comentários, alinha lado a lado duas séries de afirmações aparentemente inconciliáveis. Na primeira rodada fala do poder exclusivo de determinação de Deus e, agora, a partir de Rm 9.30, da responsabilidade e culpa do ser humano. Por mais sistemático que isso pareça, porém ambas são verdadeiras. Sem onipotência, Deus não seria Deus, e sem responsabilidade o ser humano não seria ser humano. Se liquidássemos uma verdade com a outra, ou seja, se sacrifi-

cássemos a imagem bíblica de Deus por causa do ser humano, ou se deixássemos de lado a figura bíblica do ser humano por causa de Deus, para daí confeccionar uma filosofia que nos serve, a partir de uma verdade unilateral e isolada, cairíamos em terreno estéril”.

3. A Maravilhosa Sabedoria dos Desígnios Divinos (11.33-36)

Neste texto parece-nos que Paulo se ajoelha em profunda e reverente adoração diante da maravilhosa sabedoria dos desígnios de Deus. O que encontramos aqui é uma profunda e reverente liturgia de adoração. Olhando para tudo o que disse, o apóstolo destaca a incompreensibilidade de Deus (11.33), a independência de Deus (11.34s) e a centralidade de Deus (11.36). Tudo isso vem como resposta, em adoração, ao conhecimento do plano salvador de Deus em Jesus Cristo.

Paulo nos ensina ainda que não podemos separar a nossa crença em Deus (a teologia), da nossa vida de adoração a Deus (nosso culto a Deus). As duas coisas são inseparáveis, pois não podemos adorar a um Deus que desconhecemos, como também, não podemos apenas ter conhecimento de Deus sem adorá-lo com todas as forças da nossa alma. R. C. Sproul diz: “Em teologia, precisamos de professores que mostrem um alto grau de habilidade e conhecimento aliado a um amor profundo por Deus. Amar a Deus não é uma barreira prejudicial a uma correta compreensão das coisas de Deus. Pelo contrário. Um coração que esteja inclinado para Deus irá apenas realçar o conhecimento de Deus dos teólogos. O professor G. C. Berkouwer da Universidade Livre de Amsterdã certa vez observou numa aula, ‘Senhores, todos os grandes teólogos começaram e terminaram a sua obra com uma doxologia!’ A doxologia – os escritos dos grandes mestres exalam o espírito da doxologia. As suas obras vão além da análise e da exposição e chegam até o louvor. Leia as obras do apóstolo Paulo, o primeiro teólogo da igreja. No meio de seu tratado mais rigoroso sobre a eleição, ele interrompe o fluxo de seu pensamento, para exclamar: ‘Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria, como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e quão inescrutáveis os seus caminhos!’ (Rm 11.33). Encontramos o mesmo espírito da doxologia nos gigantes da história da igreja. Não podemos deixar de mencionar Agostinho, Atanásio, Anselmo, Aquino, Lutero, Calvino e Edwards, para falar dos melhores. Nenhum deles é infalível. Podemos encontrar os pontos de desacordo entre eles. Todavia há uma notável e profunda unidade entre eles em relação às doutrinas essenciais da fé”.

Assim, tudo o que nos resta é fazer como Paulo, e derramarmos o nosso coração em plena adoração diante do Pai. Pelo que devemos adorá-lo? Certamente que por tudo o que Ele é, por todas as coisas maravilhosas que Ele faz, pela Sua sabedoria e riqueza em abençoar-nos, pelos Seus insondáveis juízos e desígnios, enfim, por que a nossa vida procede d’Ele, existe n’Ele e voltará para Ele! A Ele, portanto, devemos render toda a glória para sempre e eternamente! Este deve ser o nosso estilo de vida; vida prostrada em adoração, louvores, glórias e aleluias, pois Ele é o “o Alfa e o Ômega, o Primeiro e o Último, o Princípio e o Fim” (Ap 22.13).

Os novos relacionamentos do cristão (Rm 12.1-21)

Franklin Ferreira

Paulo encerrou no capítulo anterior sua longa e profunda exposição das doutrinas básicas do cristianismo. Este é, provavelmente, em todo o Novo Testamento, o mais completo ensinamento teológico e doutrinário acerca deste maravilhoso mistério de Deus, que é a fé cristã.

Entretanto, uma das características marcantes do ensino de Paulo, é que ele sempre relaciona doutrina e dever, fé e conduta (Ef 4.1; Cl 3.5-11). Portanto, ele passa deste capítulo em diante, da exposição bíblica para a exortação, e do ensinamento teológico para o discipulado cristão diário. Paulo se preocupa, nestes capítulos (12-15), não apenas com uma ética pessoal ou individual do cristão, mas principalmente, com o modo ou estilo de vida da nova comunidade que Jesus estabeleceu com sua morte e ressurreição.

Assim, através de exortações, incentivos e aconselhamentos, o apóstolo caracteriza os novos relacionamentos do cristão em face às bênçãos recebidas da graça que provém da cruz, graça esta tão bem detalhada pelo apóstolo nos capítulos anteriores (1-11). Ele passa a nos ensinar de agora em diante, que existem implicações práticas que são inseparáveis da fé cristã, que nos leva a viver um estilo de vida completamente diferente daquele que antes vivíamos, e que passa a nos caracterizar como membros do corpo de Cristo, parte integrante desta nova e abençoada família que é a igreja.

Portanto, Paulo passa a descrever os novos relacionamentos básicos do cristão; e ele o faz, seguindo uma ordem de prioridade, mas enfatizando todos os aspectos como igualmente importantes em nosso discipulado diário. Assim, neste capítulo, o apóstolo inicia nos exortando à um relacionamento integral com Deus, no qual tanto o nosso corpo com a nossa mente passam por transformações renovadoras, que nos levam a experimentar as verdadeiras e grandes bênçãos da Sua perfeita vontade para nós (12.1-2).

Na seqüência (12.3-8), Paulo nos ensina acerca da nossa postura pessoal no corpo de Cristo, principalmente em relação aos dons espirituais que recebemos de Deus, que devem obviamente abençoar e enriquecer a igreja como um todo.

A seguir (12.9-16), o apóstolo se detém no nosso relacionamento de família de Deus, onde o amor deve ser a marca distintiva e característica da mesma graça que todos recebemos e agora compartilhamos. Por último (12.17-21), Paulo nos exorta a olharmos para as pessoas que nos cercam, com o coração decidido a compartilhar a graça que recebemos, o que nos levará a um relacionamento abençoador, onde a paz deve predominar, e onde o mal que certamente enfrentaremos será sempre vencido pelo bem que Jesus colocou em nossas vidas.

Desta forma, Paulo nos coloca primeiramente diante de um novo relacionamento com Deus, que se reflete em todas as demais áreas de relacionamentos da nossa vida, sejam estas, a nossa interação na igreja, ou no mundo em que vivemos, no qual agora exerceremos uma cidadania consciente, aproveitando da melhor maneira possível o tempo presente de vida que o Senhor nos tem dado.

1. Nosso relacionamento com Deus (1.1-2)

Paulo se dirige aqui, a todos os que foram alcançados pelas “misericórdias de Deus”, e que agora vivem sob a Sua graça; e ele nos faz uma profunda exortação: “Rogo-vos, pois irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional. E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus”.

O apelo de Paulo nos alcança assim, em duas áreas da nossa vida: o nosso corpo e a nossa mente; áreas estas, distintas, mas ao mesmo tempo inseparáveis, pois compõe o todo do qual somos constituídos, corpo e mente, ação e reflexão, movimento e razão.

No tocante ao nosso corpo, parece que Paulo relembra o culto cerimonial do Antigo Testamento no qual o sacrifício (geralmente um cordeiro) oferecido a Deus deveria ser de uma vida da qual o sangue seria derramado; este sacrifício deveria também ser “sem mácula”, sem imperfeições físicas, para que fosse santo e agradável a Deus (Lv 1.1-17). Assim, o nosso culto equivalente é aquele em que nós, em pura gratidão à ação da misericórdia de Deus em derramar a Sua graça em nossas vidas, nos oferecemos como um sacrifício vivo, que agora é santo e agradável a Deus, em função da obra de Jesus na cruz.

Este culto que oferecemos, é também descrito pelo apóstolo como “racional”, que é tradução da palavra grega *logikos*. Assim, é um culto do qual participa a nossa mente, o nosso entendimento, pois este é um ato de adoração consciente e inteligente; é desta forma, um culto espiritual, em oposição ao culto cerimonial da antiga aliança.

Este culto que agora somos nós, a nossa própria vida oferecida a Deus, tem implicações éticas muito grandes. Ele é um culto que oferecemos através do nosso corpo, porque tem que se expressar em atos concretos de vida santa para com Deus e de vida atuante de serviço para com o nosso próximo (Jo 13.17). No primeiro aspecto, “mortificamos” os atos errôneos do nosso corpo, pela ação constante e poderosa do Espírito Santo em nossa vida (8.13), e no segundo, os atos do nosso corpo são agora “instrumentos de justiça” (6.13).

E isto significa na prática, que os nossos pés andarão em Seus caminhos, que os nossos lábios falarão a verdade, que as nossas línguas serão instrumentos de cura, que os nossos braços abraçarão os solitários e os rejeitados, que os nossos ouvidos ouvirão o clamor dos desamparados, e os nossos olhos se voltarão sempre para Deus, com humildade e adoração. Este é o verdadeiro discipulado cristão, que se apresenta aqui, como um culto racional, no qual a nossa posição ou atitude é ao mesmo tempo a de sacerdotes e oferta, pois nos oferecemos a Deus, e somos nós próprios a oferta deste culto.

No tocante à nossa mente, o apelo de Paulo é para que ela seja “transformada” e “renovada” de acordo com a vontade de Deus (12.2). O apóstolo nos coloca aqui, diante de dois padrões ou parâmetros completamente opostos, mas entre os quais os cristãos sempre têm que viver. De um lado, os parâmetros de conduta “deste século” (literalmente, desta era, ou deste mundo), e do outro, os parâmetros da “vontade de Deus” (que é boa, agradável e perfeita).

Em relação ao primeiro, Paulo nos diz com veemência: “não vos conformeis”, e em relação ao segundo, ele afirma com convicção: “transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis”.¹ Ainda quanto a “transformação” (ou renovação) que deve ser operada em nós ela é fundamentalmente uma transformação do caráter e da mente humana, que se reflete imediatamente em sua conduta, que, por sua vez, não mais aceita (não se conforma) para si a conduta observada na sociedade humana da geração em que vivemos. E essa transformação só pode ocorrer efetivamente em nossas vidas, pela atuação poderosa e regeneradora do Espírito Santo, aliada à revelação objetiva da Sua vontade nas Escrituras Sagradas.

Certamente que foi por este motivo que Karl Barth se referiu à ética cristã como “a grande confusão”, ou “atrapalhação”, dada a sua capacidade de desafiar, descontrolar e interromper o modo “normal” de vida da sociedade humana. Ele disse: “se estivermos convencidos de que é absolutamente necessário recorrer à ética nova, inteiramente, totalmente diversa dos conceitos do mundo, se não pudermos, em sã consciência, alegar que a criação de tal ética seria mero diletantismo, coisa inócua, desnecessária e até extravagante, então nada nos resta senão aceitar e enfrentar o transtorno, a perturbação, a ‘atrapalhação’ que esta nova ética traz e impõe à vida que ‘poderíamos’ levar segundo nossas inclinações materiais, porquanto esta ética que o ‘novo Apóstolo’ preconiza, exige que entreguemos aquilo que temos como sendo nosso

¹ Deve ser notado que através de toda a Escritura Sagrada somos advertidos a não andarmos conforme os costumes e padrões do mundo que nos cerca. Em Lv 18.3-4, por exemplo, o povo de Deus recebeu a seguinte ordem: “Não fareis segundo as obras da terra do Egito, em que habitastes, nem fareis segundo as obras da terra de Canaã, para a qual eu vos levo, nem andareis nos seus estatutos. Fareis segundo os meus juízos e os meus estatutos guardareis, para andardes neles. Eu sou o Senhor, vosso Deus”.

(ou melhor, aquilo que ‘outrora’ tivemos como sendo nosso) em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, buscando com empenho os dons mais excelentes, para que sejamos ‘um’ em Cristo”.

2. Nosso relacionamento pessoal (12.3-8)

Paulo nos convoca agora a uma profunda reflexão acerca da nossa própria identidade e dos nossos dons. Com a mente transformada e renovada pelo poder regenerador do Espírito Santo, podemos agora, olhar para nós mesmos com a mesma humildade da mente de Cristo (Fl 2.5-8). O que o apóstolo recomenda é: “não pense de si mesmo além do que convém; antes, pense com moderação, segundo a medida da fé que Deus repartiu a cada um” (12.3).

Aqui, as instruções de Paulo se ancoram nestas duas expressões: “além do que convém”, e “pense com moderação”. E estas, transmitem um claro ensinamento, qual seja: precisamos ter uma auto-imagem precisa, equilibrada e principalmente, moderada, acerca do papel que o Senhor tem para nós, tanto individualmente, como coletivamente, como unidade integrante que somos do corpo de Cristo.

E o apóstolo nos diz que devemos fazer isso, de acordo ou “segundo a medida da fé que Deus repartiu a cada um” (12.3b). A “medida da fé” indica o poder espiritual que Deus concedeu a cada um de nós, para desempenharmos a nossa responsabilidade pessoal na igreja. E nesta a diversidade é a marca da ação da graça divina, pois Ele nos capacita individualmente com distintos dons, para assim podermos cooperar para o bem do todo, de toda a coletividade que é o corpo de Cristo.

Paulo confirma este fato com a sua conhecida ilustração dos diversos membros existentes no corpo humano (12.4-5), que é uma óbvia analogia entre este e a comunidade cristã. E o que ele quer destacar nesta analogia é a mutualidade (todos os membros formam um só corpo) e a diversidade (os membros tem funções diferentes) do corpo humano em comparação com a igreja.

Mesmo que sejam muitos os membros que componham a igreja, diz Paulo, e nem todos estes tenham a mesma função (tal como no corpo humano), mesmo assim, “somos um só corpo em Cristo e membros uns dos outros” (12.5b). Esta é uma imagem que permite que entendamos que dependemos uns dos outros, pois existe uma unidade orgânica na igreja (tal como existe no corpo humano), e que enriquecemos uns aos outros, pois existe uma diversidade abençoadora de dons (como os diversos membros do corpo humano) dentro da pluralidade dos seus membros. Assim, formamos um todo, que se interessa e abençoa a cada parte, e uma parte que procura enriquecer o todo.

E isto é feito através da diversidade dos dons que nos são concedidos pela graça de Deus (12.6), dons estes, que devem ser exercidos com a uma atitude consciente de que sejam proveitosos para o bem comum do corpo como um todo.

Paulo relaciona aqui (12.6-8) sete destes dons, com uma pequena recomendação referente ao exercício de cada um deles:

- Profecia – seja exercido segundo à proporção da fé, ou seja, de acordo ou em concordância com a fé cristã, o que levará o profeta a certificar-se de que a sua mensagem não contradiz de maneira alguma à fé cristã;²

² A função do profeta (*prophêteian* = profecia) era transmitir as revelações divinas de significação temporária que proclamavam à igreja o que ela deveria saber e fazer em circunstâncias especiais. Sua mensagem era de edificação, exortação e consolação (1Co 14.3). Às vezes estas mensagens possuíam um caráter preditivo (At 11.28; 21.10). Os profetas têm o segundo lugar de importância nos escritos de Paulo, logo depois dos apóstolos (1Co 12.28; Efésios 2.20). Estes profetas da igreja primitiva freqüentemente parecem ter sido pregadores itinerantes, indo de igreja em igreja, edificando os crentes na fé em Cristo, e instruindo as igrejas locais. Esses profetas do Novo Testamento exerciam o seu ofício exclusivamente através da escolha divina pelo exercício do dom carismático, o qual seria examinado e julgado pelos cristãos, conforme veremos posteriormente nas instruções de Paulo aos coríntios. A profecia deveria ser exercida “segundo a proporção da fé”. Esta expressão pode ser identificada com o sentido de que as revelações transmitidas pelo profeta deveriam estar de acordo com a verdade já revelada. Neste caso a palavra “fé” significaria o conjunto doutrinário elaborado a partir da pregação doutrinária dos apóstolos. Então a revelação profética deveria estar em conformidade com o ensino dos apóstolos. Outra interpretação é a que identifica “segundo a

- Ministério (ou serviço) – seja exercido com dedicação;³
- Ensino – seja exercido com esmero, ou seja, desenvolvendo e cultivando este dom;⁴
- Exortação – seja exercido com dedicação;⁵
- Contribuição – seja exercido com liberalidade;⁶
- Liderança – seja exercido com diligência ou zelo;⁷ e
- Misericórdia - Seja exercido com alegria, cuidando de qualquer um que esteja passando por necessidades ou tribulações de qualquer natureza.⁸

A ênfase do apóstolo não é dar uma definição dos dons, mas sim no seu exercício no contexto de comunhão e serviço, e a fonte destes dons é a graça de Deus (12.6).

3. Nossos relacionamentos na Igreja (12.9-16)

Paulo se dirige agora à igreja, comunidade onde o amor *ágape* deve predominar, pois este é o amor de Deus demonstrado na cruz (5.8) e em consequência, derramado em nossos corações (5.5) pelo Espírito Santo. Este amor manifestado e exercitado na igreja é a essência do discipulado cristão, e portanto, deve permear, moldar e dominar todos os nossos relacionamentos.

medida da fé”, com o dever do profeta exercer o seu dom espiritual de conformidade com a sua proporção da fé, ou seja, de acordo com o seu desenvolvimento espiritual.

³ Para descrever este dom Paulo usa a palavra *diakonia*, que tem como sentido “prestar um serviço a outras pessoas”, mas que também é aplicado à distribuição de comida, ao socorro e à administração, e à administração de esmolas visando atender às necessidades materiais de outros. Esse serviço geralmente no Novo Testamento aparece vinculado a alguma forma de ministração física, embora possa também referir-se à alguma forma de serviço espiritual. Segundo Paulo, aquele que possui esse dom, deve colocá-lo em prática, ou seja, é um dom exercido por meio da prática e não de meras palavras. A tendência mais natural para a compreensão quanto ao exercício desse dom aponta para o atendimento das necessidades materiais básicas dos outros cristãos, tais como alimento e vestuário.

⁴ Em contraste com o profeta, o mestre não proferia revelações novas, mas expunha e aplicava a doutrina cristã confirmada, e seu ministério provavelmente se confinava à congregação local (At 13.1; Ef 4.11). Há, portanto, uma íntima relação entre os dons de profecia e ensino (*didaskalia*). O profeta era um pregador da Palavra; o mestre explicava aquilo que o profeta expunha, reduzia-o a declarações doutrinárias e aplicava-o a situação em que a igreja vivia. Parece correto deduzir-se que Paulo certamente possuía tal dom, pois ele frequentemente está envolvido no livro de Atos com este ministério do ensino (11.25, 26; 15.35; 18.11; 20.20; 21.28; 28.31).

⁵ O dom da exortação (*paráklêsis*) tem o sentido literal de “apelar a alguém” ou “chamar alguém ao lado”, tendo a conotação de persuadir, consolar e animar os outros com nossas palavras. Embora o grego traga uma apresentação bastante simples em Romanos 12.8 (“aquele que exorta, na exortação...”), podemos entender exortação como uma forma convincente de pregação ou ensino, ou então com o sentido de encorajamento. Este carisma, entretanto, pode denotar uma ação mais pessoal, como no caso de José (At 4.36, 37), a quem os apóstolos deram o apelido de Barnabé, que “quer dizer filho de exortação”, e que demonstrou na prática o porquê de tal apelido, animando o recém-convertido Saulo integrando-o entre os cristãos (At 9.26,27), ou então, mais tarde, amparando o jovem João Marcos após ter sido rejeitado como missionário por Paulo (At 15.36-40). Este era um ministério estreitamente ligado ao do profeta e mestre cristão.

⁶ E um pouco difícil encontrar uma designação única para este dom registrado no verso 8. O verbo grego é *metadídômi*, o qual tem o sentido de dar compartilhando o que tem com outros. No texto ele vem acompanhado de *haplótêti*, que pode significar “sinceridade, generosamente, liberalmente”. Indica que aquele que possuía este dom precisaria exercê-lo em sua máxima amplitude, ou seja, exercendo-o com generosa liberalidade para com o necessitado. É bastante interessante notar como os cristãos primitivos superabundavam na maneira como ajudavam os mais pobres, isto é bem evidente no registro do livro de Atos (2.45; 4.32-34). *Haplótêti* também é traduzido por “simplicidade”. Neste caso, o apóstolo poderia estar sugerindo que aquele que possuísse este dom deveria exercê-lo sem o desejo de receber glória ou destaque por parte das outras pessoas, mas ofertando na simplicidade de quem serve.

⁷ Para designar este dom, Paulo usa o verbo grego *proístêmi*, o qual tem o significado de “estar no primeiro lugar, presidir”, ou ainda “ser cuidadoso, ser atencioso, aplicar-se a, tomar posição em frente, assumir a direção”. Esta palavra diz respeito à aspectos administrativos da vida da igreja local. Evidentemente, as pessoas com este dom aos poucos iriam se firmando na comunidade e ocupando funções de maior importância. Este dom evidentemente estava associado à liderança presbiteral/diaconal na igreja primitiva (At 20.28; 1Tm 3.1, 4-5, 12). Aqui Paulo diz que aqueles que possuíam tal dom deveriam exercê-lo com diligência (*spoudê*). Estes deveriam liderar com o maior cuidado e atenção, preocupando-se com os mínimos aspectos de sua função, ou em outras palavras, levando muito a sério tal responsabilidade dada por Deus.

⁸ O último dom mencionado pelo apóstolo Paulo neste trecho é o dom de misericórdia (*eleôn*), o qual traz o sentido de “praticar atos misericordiosos”, “ter compaixão de alguém, compadecer-se”. Estes atos de misericórdia como dom espiritual deveria ser exercido com alegria, nunca com tristeza. Paulo enfoca que aqueles que possuem tal dom devem ter o coração repleto de grande alegria em serem instrumentos de Deus para amenizarem a dor de alguém.

Nestes versículos, o apóstolo usa a expressão “uns aos outros” por três vezes (10a, 10b, 16a), ensinando-nos que a igreja deve ser um lugar de comunhão, reciprocidade, ou mutualidade, ou seja, um lugar onde eu procuro abençoar e edificar a vida do meu irmão, e ele, igualmente, procura abençoar e edificar a minha vida.

Para esta grande família constituída por Jesus, Paulo usa, no grego, termos descritivos, tais como *philostorgos* (amor dos pais pelos filhos) e *philadelphia* (amor entre irmãos de sangue), para demonstrar o “amor aconchegante” que deve predominar entre os que agora fazem parte do corpo de Cristo. Todas as exortações deste trecho referem-se às diversas formas de manifestação desse amor *ágape*, manifestações práticas deste amor, que são virtudes cristãs que devem ser cultivadas entre nós. Paulo as descreve através das seguintes palavras:

- Sinceridade – É o amor sem hipocrisia (*anypokritos*), sem fingimento, no qual nós não estamos representando uma peça teatral (12.9a).
- Discernimento - É a nossa capacidade em separar o mal do bem, detestando o primeiro e apegando-nos ao segundo (12.9b).
- Afeição – É o amor-afeição, que se revela no carinho com que devemos tratar os nossos irmãos de fé. Paulo usa aqui, duas palavras gregas para descrever esta virtude. A primeira é *philostorgos*, que indica o amor dos pais pelos filhos, e a segunda é *philadelfia*, que significa o amor carinhoso que deve existir entre os irmãos de sangue (12.10a).
- Honra – É a atitude de honrarmos ao nosso irmão mais do que a nós mesmos; e nós devemos exercê-lo de forma mútua, honrando-nos uns aos outros (12.10b).
- Zelo – É a atitude de dedicação a esta comunhão mútua da igreja que nos leva a exercê-la com o fervor do Espírito Santo, como um compromisso prático do nosso serviço ao Senhor (12.11).
- Paciência – É uma virtude que pode ser demonstrada através das expectativas geradas pela esperança, no meio das tribulações e na perseverança que devemos ter em orar sempre, sem nunca esmorecer (12.12).
- Comunhão – É uma virtude que pode ser entendida através da palavra grega usada aqui, *koinoneo* (compartilhar), palavra esta derivada de *koinonia* (comunhão). Esta virtude revela a atitude de participar dos sofrimentos do nosso irmão, de chorar com ele, de orar por ele, e principalmente, de repartir com ele os nossos recursos para amenizar as suas necessidades (12.13a).
- Hospitalidade – É uma virtude que deve ser praticada, provendo um abrigo seguro a nossos irmãos visitantes (12.13).
- Boa vontade – É o desejo que deve haver em nossos corações de abençoar a todos, principalmente em relação aos que nos perseguem. O Antigo Testamento nos ensina que fazendo isto “amontoaremos brasas vivas sobre as suas cabeças”, provocando neles uma intensa vontade de conhecer o evangelho (12.14 cf. Pv 25.21-22).
- Simpatia – É a atitude que nos leva a nunca ficar distante dos que choram e dos que se alegram; muito pelo contrário, devemos nos identificar com as experiências alegres ou amargas dos que nos cercam, revelando a nossa solidariedade em qualquer destas situações (12.15).
- Harmonia – É a coerência das nossas atitudes, em tratar a todos de igual modo, com o mesmo amor, demonstrando unidade de sentimentos, pensamentos, e crença na fé que é comum a todos nós (12.16a).
- Humildade – Esta é a virtude que nos leva a ter comunhão prioritária com aqueles irmãos mais humildes, de posição social inferior, diante dos quais não nos portamos como pessoas muito sábias e orgulhosas (12.16b).

Estas são as formas práticas através das quais devemos nos relacionar em nossas comunidades cristãs. Elas revelam o nosso grau de comunhão com Deus, pois são todas elas, virtudes que se derivam da graça que recebemos de Deus, graça imerecida que precisa e deve ser compartilhada no seio do corpo de Cristo.

4. Nossos relacionamentos com o mundo (12.17-21)

Paulo se volta agora, ao difícil aspecto do nosso relacionamento com os que ainda não pertencem à fé cristã. Este fato é bem marcante nestes versos, pois ele usa expressões tais como, “fazer o bem perante todos os homens” (12.17b), e “tende paz com todos os homens” (12.18b).

Assim, o apóstolo ressalta aqui a nossa interação com o mundo que nos cerca, mundo este muitas vezes hostil ao povo de Deus. E é certamente por este motivo, que este parágrafo contém termos tais como, “vingança”, “ira”, “retribuição”, e “inimigo”, pois o apóstolo tem o propósito de nos ensinar a postura cristã diante da hostilidade do mundo, no qual lidamos com pessoas nem sempre dispostas à atitudes de paz.

Com propósitos pedagógicos, Paulo contrasta o bem e o mal, ao longo de todo este texto, e se acrescentarmos a este parágrafo o verso 14 deste mesmo capítulo veremos que ele nos transmite o seu ensino através de quatro atitudes que devemos ter, frente às oposições que sempre enfrentaremos:

Não amaldiçoem (12.14) – Além de não usarmos a nossa boca para proferir maldições contra aqueles que nos perseguem, Paulo nos ensina a atitude contrária, ou seja, usar nossas palavras para abençoar estas vidas, para que também venham a ter o entendimento espiritual que nós temos agora, e recebam a mesma graça.

Não retribuam a ninguém mal por mal (12.17-18) – Aqui também, ao invés de retribuir na mesma moeda, nossa atitude deve ser novamente contrastante, ou seja, à ação do mal contra nós, contra-atacamos com uma outra ação na qual procuramos beneficiar de alguma forma estes que assim nos atingem. E Paulo é bastante enfático quando nos recomenda todo empenho possível (“esforçai-vos”) nesta reação cristã diante do mal, e que estas não façam qualquer distinção, alcançando igualmente a “todos os homens”. Entretanto, a recomendação do apóstolo avança para um outro passo bastante positivo, que deve ser a nossa atitude de pacificadores em um mundo que deseja, almeja e planeja esta paz, mas que não a consegue nem a possui.

Nunca procurem vingar-se (12.19-20) – A razão objetiva apresentada por Paulo, para não revidarmos diante dos ataques da hostilidade humana, é o fato de que a vingança e a retaliação (punição) pertencem a Deus (12.19b), fato que ele afirma baseando-se em Dt 32.35. Entretanto, ele apresenta duas “contrapartidas” ou alternativas positivas que devem ser o nosso caminho diante de situações semelhantes: a primeira é dar lugar à ira de Deus (12.19a), e a segunda é a ordem de servirmos aos nossos inimigos (12.20).

Quanto à primeira alternativa, devemos nos lembrar que a ira de Deus é exclusivamente a Sua santa reação ao pecado em todas as suas formas e onde quer que ele se manifeste. É uma reação sem a nossa explosão emocional, sem os nossos motivos escondidos, sem a nossa inveja e corrupção, enfim, é uma reação santa, pura e perfeita, respaldada pelo fato de que Ele conhece tudo e todas as coisas, avaliando e julgando com plena justiça. Assim, ao darmos lugar à ação da ira de Deus, permitimos que Ele exerça a Sua perfeita justiça, que no tempo presente é algumas vezes exercida pelos poderes coercitivos do estado, que são seus ministros na realização deste propósito (13.4), e no tempo futuro, que esta justiça se concretize no “dia da ira de Deus”, quando se revelará o seu justo julgamento (2.5).

Quanto à segunda alternativa, que é a ordem de servirmos aos nossos inimigos, esta acarreta uma consequência só possível mediante a graça divina, pois ao revidarmos o mal, com assistência, com comida para o faminto, e com água para o sedento, nós certamente “amontoaremos brasas vivas sobre a sua cabeça” (12.20b). Estas “brasas vivas” são certamente simbólicas da ação que a graça de Deus exercerá sobre estes, pois ela provocará, ou um intenso remorso e vergonha, por um “inimigo” retribuir com bondade à sua maldade, ou, terá ele a sua consciência fustigada por um testemunho vivo da graça de Deus. Em qualquer das situações, o objetivo é o mesmo: fazer com que mais uma pessoa experimente a maravilhosa graça do nosso Pai.

Não se deixem vencer pelo mal (12.21) – Esta última exortação de Paulo, é uma síntese de tudo o que ele nos ensinou até aqui, neste parágrafo. Quando porventura, retribuímos o mal com o mal, através de atos de vingança, retaliações e maldições, estamos sendo vencidos pelo mal, e passamos a ser mais um entre os muitos malfeitores que engrossam as terríveis estatísticas que o mal em todas as suas formas acarreta à humanidade. Se por outro lado abençoarmos aos nossos inimigos, se retribuirmos suas ações maléficas com o bem, se conseguirmos servi-los saciando sua fome e sua sede, estaremos vencendo o mal com o bem.

Além disso, esta nossa ação cristã proporcionará aos nossos desafetos o que talvez seja a sua única oportunidade de conhecer a grandeza da graça de Deus. É assim, através da graça, que o mal é vencido pelo bem.

Os novos relacionamentos do cristão (Rm 13.1-14)

Franklin Ferreira

Neste capítulo Paulo continua dentro do mesmo assunto iniciado no capítulo anterior, ou seja, os relacionamentos básicos do cristão. Em Romanos 12 o apóstolo abordou quatro destes relacionamentos: com Deus (1-2), com nós mesmos (3-8), uns com os outros na igreja (9-16) e com o mundo que nos cerca.

Agora, neste capítulo, Paulo analisa mais três importantes relacionamentos: com o estado (13.1-7), ensinando-nos acerca de uma cidadania consciente, com o nosso próximo (13.8-10), onde o amor nos faz cumprir a lei, e com o tempo de vida que o Senhor nos tem dado (13.11-14), tempo este que antecede a sua vinda.

Tudo indica que o cuidadoso tratamento que Paulo dá a esta passagem foi decorrente de fatos ocorridos em função da pregação do evangelho naquela época em particular, embora em todo tempo estes mesmos problemas estejam em evidência. Alguns cristãos daquela época acreditavam (como também muitos hoje em dia) que o reino de Cristo só será devidamente exaltado quando os poderes terrenos forem completamente suprimidos. Os que criam desta forma pensavam que só poderiam desfrutar da liberdade que Cristo lhes conquistara na cruz, quando se livrassem do jugo de toda e qualquer servidão humana.

Estas considerações, embora corretas em se tratando do reino escatológico de Cristo, constituíram-se em um erro que dominou a mente dos cristãos da época de Paulo, mais do que a de quaisquer outros, pois consideravam ser uma desgraça que eles, descendentes de Abraão, cujo reino havia florescido antes da vinda de Cristo, estivessem vivendo agora, depois da vinda do messias, em estado de servidão à Roma.

Um outro fator que contribuiu para afastar tanto os judeus quanto os gentios convertidos, dos seus governantes, foi o fato de que estes odiavam o seu estilo de vida piedoso, e por isso perseguiam a igreja cristã primitiva com sentimento de extrema hostilidade. E este fato, os levava a pensar que seria um absurdo reconhecer como legítimos estes senhores, reis e governantes que tudo faziam para destruir o reino de Cristo, o único Senhor do céu e da terra.

Este é, provavelmente, o pano de fundo histórico das preocupações que levaram Paulo à estas detalhadas instruções, tão pertinentes aos nossos dias, com o foram naqueles, em todas as demais ocasiões da história da igreja.

1. Nosso relacionamento com o Estado (13.1-7)

É certo, pelo contexto deste capítulo, que Paulo usa aqui, a palavra *exousiai* (autoridades no plural) com o sentido de autoridades governamentais, que exercem o governo de estados ou de quaisquer organismos que detém o poder de governar as pessoas na sociedade humana.

O princípio básico que Paulo estabelece aqui segue o que Jesus já estabelecera antes, quando disse: “Daí a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mc 12.17). O que este texto nos ensina, é que a igreja e o estado têm papéis diferentes, e que os cristãos individualmente, têm deveres tanto para com Deus como para com o estado. Assim, nestes versículos (1-7), Paulo aprofunda este relacionamento dos cristãos, ensinando-nos acerca do papel dado por Deus ao estado, e também, do que se espera dos cristãos em relação a estes poderes constituídos. Mas a ênfase do apóstolo é acerca da cidadania individual de cada um de nós, e não propriamente com relação a alguma teoria quanto às relações igreja-estado.

Assim, o que Paulo nos ensina acerca deste assunto, inclui ou compreende dois importantes princípios:

Deus é a fonte de toda autoridade e também o que delega toda autoridade (13.1-4) – Paulo estabelece este princípio claramente quando nos diz: “Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas” (13.1). Este é na verdade um princípio de aplicação universal, pois o apóstolo nos diz: “todo homem”. Assim, o que Paulo nos ensina primeiramente, é que a origem de toda e qualquer autoridade humana, é Deus, pois

Ele é o único que detém o poder (*exousia*) absoluto em toda a criação. Foi isso o que ele quis dizer com: “não há autoridade que não proceda de Deus” (13.1a).

Em segundo lugar o apóstolo nos diz também que é Deus que delega toda autoridade a qualquer governante humano. As palavras de Paulo são: “as autoridades que existem foram por ele instituídas” (13.1b).

É em razão deste princípio básico que Paulo recomenda que estejamos sujeitos “às autoridades superiores”. E o apóstolo nos lembra que os desobedientes, que são aqueles que se opõem aos governantes humanos, se opõem, na verdade, em primeiro lugar “à ordenação de Deus”, o que os leva à Sua conseqüente condenação. Assim, podemos concluir, que se o estado e os governantes humanos são instituições divinas nós não podemos (via de regra) desobedecê-los, pois não podemos ser anarquistas ou subversivos em relação à ordenação divina.

Mas “poucas afirmações do Novo Testamento têm sido objeto de tanto abuso como este”, diz Oscar Culmann. Ele pensa principalmente no abuso de justificar a submissão passiva aos ditames de governos totalitários. O contexto próximo, bem como o contexto geral dos escritos apostólicos, esclarecem que o Estado tem direito de exigir obediência somente dentro dos limites dos propósitos para os quais foi instituído por Deus. Paulo nos diz que se procedermos de modo incorreto, estas referidas autoridades nos punem, mas se fizermos o bem teremos o seu louvor. Este é claramente o propósito ideal de Deus ao instituir toda e qualquer autoridade. Assim, quando estas se desviam deste ideal, e invertem o poder dado por Deus, enaltecendo, por exemplo, aqueles que fazem o mal, e castigando os que praticam o bem, as autoridades já se colocam em posição contrária à disposição divina. Assim, a exceção a este princípio bíblico é bastante clara: nós devemos submeter-nos até o momento em que a obediência ao estado e aos seus governantes implique em desobediência a Deus.¹

Nossa submissão às autoridades demonstra a nossa submissão à Deus (13.5-7) – Paulo estabelece aqui, um novo princípio acerca da nossa submissão às autoridades, quando diz: “É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência” (13.5).

Com estas palavras, Paulo está nos ensinando que a nossa atitude de submissão revela a nossa submissão, não apenas às autoridades constituídas, mas principalmente e primariamente à autoridade de Deus. E o apóstolo deixa isto bem claro quando diz: “mas também por dever de consciência” (13.5b), ou seja, pelo entendimento da nossa consciência acerca do fato de que, as autoridades terrenas às quais devemos obedecer foram constituídas por Deus.²

Paulo (assim como Pedro) procura deixar claro que a nossa motivação básica em obedecer às autoridades não pode, ou não deve ser o “temor da punição” (13.5a).³ Os parâmetros de vida do cristão estão tão acima dos parâmetros e leis das autoridades humanas, que quando viermos a sofrer, não será por falta de submissão às autoridades e sim, pela nossa plena submissão à vontade soberana de Deus, que nos leva a glorificar e exaltar o nome de Cristo em qualquer situação.

¹ Esta exceção tem uma base bíblica bem fundamentada. E um dos melhores exemplos, foi a situação ocorrida com os apóstolos em relação às autoridades judaicas reunidas no Sinédrio (At 5.27-29). Estas (através do sumo sacerdote) os interrogaram acerca da sua desobediência à ordem expressa de que não pregassem acerca do nome de Jesus. A resposta de Pedro e dos demais apóstolos presentes foi: “Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens”. Como a ordem das autoridades judaicas se opunha à ordem divina para que pregassem acerca de Jesus (At 5.19-20), Pedro não teve dúvidas acerca do caminho a seguir. Esta exceção pode ser confirmada ainda, através de diversas outras passagens que ilustram este mesmo fato (Ex 1.17; Dn 3.14-18; Dn 6.5-23; At 4.18-20). Mesmo assim, em cada uma destas passagens citadas, os servos de Deus envolvidos tinham o propósito básico de demonstrar a sua submissão a Deus, e não a sua oposição ao governo instituído.

² Foi este mesmo princípio que o apóstolo Pedro quis estabelecer quando disse: “Sujeitai-vos a toda instituição humana por causa do Senhor, quer seja ao rei, como soberano, quer às autoridades, como enviadas por ele, tanto para castigo dos malfeitores como para louvor dos que praticam o bem” (1Pd 2.13-14). O que Pedro quis dizer aqui, é que em face ao nosso conhecimento, de que foi o Senhor (por causa do Senhor) que constituiu (enviadas por ele) as autoridades e instituições humanas sobre as nossas vidas, nós devemos nos submeter a elas em função da nossa submissão primária e básica a Ele, Deus.

³ Pedro nos diz: “Não sofra, porém, nenhum de vós como assassino, ou ladrão, ou malfeitor, ou como quem se intromete em negócios de outrem; mas, se sofrer como cristão, não se envergonhe disso; antes, glorifique a Deus com esse nome” (1Pd 4.15-16).

Paulo conclui o seu ensinamento, com a expressão, “Por esse motivo...” (13.6a), ou seja, porque reconhecemos por trás da autoridade humana, a suprema autoridade divina, é que cumprimos com os nossos deveres para com o estado (13.7), sejam estes tributos, impostos, respeito e até mesmo a honra em reconhecer que estes agem como “ministros de Deus”.

2. Nosso relacionamento com o próximo (13.8-10)

Paulo volta-se agora, para os deveres dos cristãos como indivíduos, principalmente para com o nosso dever de amar ao nosso próximo. Em relação a este fato, ele faz três observações:

O amor é uma dívida que nunca se paga (13.8) – Paulo já vinha falando anteriormente (6-7), da nossa obrigação em pagar os impostos e tributos devidos ao estado. Aqui, no entanto, ele nos fala de uma dívida que nunca conseguiremos saldar: é o nosso dever de amar ao nosso próximo. O sentido é claro: devemos amar ao nosso próximo, com o sentimento de que sempre estaremos aquém do que o Senhor deseja que o façamos, e por isso em débito ou em dívida para com este alvo.

A intenção de Paulo com esta exortação é impedir que possamos pensar que já amamos alguém o suficiente, por termos feito isso ou aquilo por este alguém, e, portanto, possamos pensar que podemos agora parar de amar este alguém. Assim, se nos sentirmos verdadeiramente e constantemente em débito neste aspecto, seremos impulsionados a amar sem limitações de qualquer natureza; a amar sempre e constantemente.

O amor é o cumprimento da lei (13.8a-9) – A colocação de Paulo é até certo ponto surpreendente. Se por um lado, devemos viver sempre na certeza de que o nosso amor para com o próximo nunca é o suficiente, e estaremos sempre em dívida neste aspecto, por outro ele nos diz aqui, que “quem ama o próximo tem cumprido a lei”.⁴

Entretanto esta afirmativa do apóstolo tem que ser entendida à luz dos seus ensinamentos acerca da lei nesta carta. Assim, podemos nos lembrar que em Romanos 7 ele nos ensinou que nós somos incapazes de cumprir a lei, devido à nossa natureza egocêntrica e caída (7.22-24). E em Romanos 8 ele nos falou acerca da graça de Deus que nos enviou Jesus, para nos resgatar da maldição da lei, e fazer com que, agora, através do poder do Espírito Santo, o preceito da lei se cumprisse em nós (8.3-4). Assim, podemos entender que o mesmo Espírito Santo que nos concede o poder para cumprir o preceito da lei é também o mesmo que nos concede a capacidade de amar ao nosso próximo, ato visto pelo apóstolo como de cumprimento da lei.

O amor não pratica o mal contra o próximo (13.9-10) – Quando Paulo cita a lei (13.9), ele o faz com a intenção de mostrar que o cumprimento desta livra o nosso próximo de coisas nefastas como o adultério, assassinato, roubo, cobiça e tantas outras coisas que se voltam contra a integridade física e moral daqueles que nos cercam. Assim, como o amor nos impede de realizar qualquer destes atos, e nos leva a realizar atos positivos, como buscar o bem do nosso próximo e ajudá-lo em toda e qualquer necessidade, enfim, de amá-lo como a nós mesmos, estaremos através deste amor *ágape*, cumprindo a lei (13.10).

3. Nosso relacionamento com o tempo (13.11-14)

Nestes versículos, Paulo se volta para a questão tão importante do nosso tempo de vida. Principalmente, quando visto da perspectiva da oportunidade de pregarmos o evangelho enquanto temos tempo para fazê-lo sem obstáculos e embaraços. Mas, parece que o apóstolo se preocupa principalmente em estabelecer

⁴ Em certa ocasião do ministério de Jesus os fariseus resolveram experimentá-lo com a seguinte pergunta: “Mestre, qual é o grande mandamento na lei? Respondeu-lhe Jesus: Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos depende toda a lei e os profetas” (Mt.22:35-40). Assim, o que Jesus quis nos ensinar, é que todo o conteúdo e propósito da lei (que é a vontade de Deus), e toda revelação contida nos Profetas (que é a revelação da Sua vontade), dependem do nosso amor a Deus e ao próximo.

um estilo de vida para os cristãos, em função também, da perspectiva da segunda vinda de Cristo; assim, esses versos têm um tom de alerta, de vida vigilante, preparada e desperta.

Assim, ele nos diz quanto a questão do nosso tempo de vida: “E digo isto a vós outros que conheceis o tempo: já é hora de vos despertardes do sono; porque a nossa salvação está, agora, mais perto do que quando no princípio cremos” (13.11). Esta frase aponta para a necessidade de vivermos em atitude de vigilância, despertos, vivendo intensamente a vida cristã.

E a razão objetiva apresentada pelo apóstolo, é o fato de que “a nossa salvação está, agora, mais perto”. A salvação é vista de um modo muito amplo na teologia do Novo Testamento. Ela ocorre quando cremos na obra de Cristo (a nossa justificação), ela continua ocorrendo vida afora, quando buscamos mais e mais da presença de Cristo (a nossa santificação) e ela aponta para um momento futuro, quando “o veremos como ele é” (a nossa glorificação).

Parece que a intenção de Paulo aqui é fazer com que vivamos o momento presente na saudável expectativa desta salvação escatológica (8.24), que ele descreveu anteriormente em termos de libertação e glória e também, da nossa adoção final como filhos de Deus, quando então a redenção dos nossos corpos finalmente ocorrerá (8.21-23). Assim, esta nossa herança está cada dia mais perto do momento em que inicialmente cremos, e esta deve ser a nossa perspectiva em nossa vida atual. Logo o dia chegará, e estaremos recebendo todas as plenas bênçãos da salvação.

E ele confirma esta interpretação, quando diz (13.12a): “Vai alta a noite [o atual mundo de trevas em que vivemos], e vem chegando o dia [da volta de Cristo]”. Esta é a conhecida tensão em que todos os cristãos vivem, premidos entre o “já agora” que inclui todas as bênçãos que já recebemos em função da primeira vinda de Cristo, e o “ainda não” resultante da expectativa daquelas bênçãos que receberemos por ocasião da sua segunda vinda.⁵

Mas o alerta de Paulo é para o agora, para o nosso presente momento de vida, quando ele nos diz que em função desta abençoada expectativa, devemos viver um estilo de vida que implique em:

Deixarmos as obras das trevas e revestir-nos das armas da luz (13.12b) – Assim, somos vistos como guerreiros que se afastam a cada dia mais do mal, e avançam lutando com as armas concedidas por Jesus (Ef 6.11-13), que nos permitirão “resistir no dia mau” e “permanecer inabaláveis”.

Andarmos dignamente, como em pleno dia (13.13a) – Aqui, Paulo fala acerca do comportamento apropriado daqueles que agora têm o esclarecimento e o conhecimento da luz de Jesus. Este fato acarreta o nosso total afastamento daquelas atitudes provenientes da falta de entendimento, que são classificadas nas Escrituras como “obras das trevas”, próprias de quem vive na escuridão (orgias, bebedices, contendas, ciúmes, etc.).

⁵ A Escritura divide a história em “este mundo” e “a era vindoura”, e os autores do Novo Testamento deixam claro que esse tempo vindouro (ou Reino de Deus) foi inaugurado por Jesus. Assim, no momento presente, duas épocas se sobrepõem. Vivemos entre o “já” e o “ainda não”. Aguardamos com expectativa o retorno triunfal de Cristo, quando a velha era finalmente desaparecerá, o período sobreposto terminará e a nova era do Reino de Deus se consumará. Esse dia se aproxima mais e mais. Somos chamados a viver à luz desse dia, a conduzir-nos no decorrer da noite como se o dia já tivesse amanhecido, a desfrutar do “já” do reino inaugurado na certeza de que breve chegará aquilo que “ainda não é” – a consumação do Reino. Muitos teólogos da atualidade escreveram sobre essa tensão na vida cristã. Oscar Cullmann deu-nos uma analogia interessante dessa tensão. Referindo-se à terminologia da Segunda Guerra Mundial, Cullmann sugere que nós, cristãos, estamos vivendo entre o Dia D e o Dia da Vitória. O Dia D foi a batalha decisiva da Segunda Guerra Mundial, mas o inimigo não depôs suas armas antes do Dia da Vitória. Para nós, embora nossos inimigos espirituais já tenham sido vencidos de forma decisiva por Jesus Cristo, ainda restam, aqui e ali, bolsões de resistência, ainda há batalhas a serem travadas, ainda há guerrilheiros a serem subjugados. Satanás sabe que está vencido; mesmo assim, continua lutando. Por um lado, já temos a salvação, mas por outro lado ainda estamos aguardando a nossa salvação. “Já” temos a nova vida, “ainda não” temos a perfeição. Com base na promessa da consumação da salvação (13.11b; 5.9s), os cristãos romanos são encorajados a viver (“andar”) num mundo corrompido com decência, “como em pleno dia” (13.13).

Vestirmo-nos da natureza de Jesus Cristo (13.14a) – Que significa um discipulado diário e constante por toda a vida, através do qual nos aproximamos do que Ele é. Nesta busca incessante em obedecer, andar e satisfazer a nosso Senhor, não podemos admitir que a nossa natureza caída e egocêntrica (a carne) tenha qualquer possibilidade de nos derrotar (13.14a), o que só conseguiremos andando no poder do Espírito Santo (8.13).

As marcas do cristianismo (Rm 14.1-23)

Franklin Ferreira

Neste capítulo Paulo passa a tratar de uma questão de grande importância, referente aos que compartilham a mesma fé em Cristo. É a questão da liberdade que temos em Cristo, de desfrutar do que nos cerca (contanto que isento de atos pecaminosos) sem inibições e tabus tão comuns no meio da comunidade cristã.

Paulo era também, neste aspecto, exemplo de um cristão legitimamente emancipado destes tabus, pois desfrutava plenamente da liberdade que Cristo lhe concedera. Adaptava-se ao modo de viver dos judeus, quando se achava numa sociedade judaica, tanto quanto, ao modo de vida dos gentios quando vivia entre estes. E isto não significava obviamente, a falta de um caráter cristão bem definido, e não era resultante também, de uma personalidade volúvel que facilmente se adapta a qualquer situação.

Antes, esta liberdade que notamos em Paulo, devia-se a uma personalidade cristã amadurecida, equilibrada, capaz assim, de gozar de toda liberdade que lhe fora concedida pela graça de Deus. Entretanto, esta liberdade sempre tinha para ele um importante limite, que era o interesse maior da propagação do Evangelho, que visava o bem supremo daqueles que eram por este alcançados.

Este era um limite que ele próprio se impunha, pois sabia que nem todos tinham a maturidade espiritual que ele já alcançara. Muitos eram ainda, “débeis na fé” (14.1), imaturos e carentes de instrução, devendo, portanto, serem acolhidos pelos demais com carinho, compreensão e muito aconselhamento. Com esses, recomenda Paulo, deve-se evitar os debates inúteis acerca de certas questões da vida diária, para as quais eles não estão ainda preparados.

Esses são aqueles nossos irmãos sempre indecisos, sensíveis e cheios de escrúpulos, que se deixam abater facilmente pela atitude livre e decidida daqueles mais maduros, diante de situações que não representam realmente qualquer desobediência à vontade de Deus. Na época de Paulo, haviam duas áreas que provocavam atitudes discordantes: uma era acerca do que se devia ou não comer (14.2), e a outra, referia-se à observância religiosa de certos dias (14.5), considerados por alguns como mais sagrados. Ambas, eram questões conflitantes (pois judeus e gentios viviam lado a lado nas igrejas), provenientes do entendimento que alguns judeus convertidos ainda possuíam acerca da observância destes aspectos da legislação mosaica.

A questão levantada pelo apóstolo é assim, acerca da atitude a ser obedecida por aqueles mais maduros na fé. Deveriam eles, no meio de tão diversas convicções, pôr-se a debater estas questões polêmicas, determinados a convencer os mais fracos do seu erro? As exortações contidas neste capítulo, acerca destas questões, apontam para duas “marcas do cristianismo”, que devem existir onde quer que se pretenda viver a fé cristã de modo pleno: a liberdade e o amor que Jesus nos conquistou na cruz.

Liberdade para entender que somos livres para comer ou para beber, contanto que o nome de Cristo não seja desonrado; amor para compreender a fraqueza daquele irmão que está muitas vezes dando os seus primeiros passos na fé, fraqueza esta, que deve ser entendida pelo nosso amor, que se revela acolhedor, e que muitas vezes se priva até mesmo do que é lícito, em amor por estes mais fracos. São estes os ensinamentos básicos do cristianismo, que veremos agora nestas edificantes exortações de Paulo.

1. A liberdade cristã (14.1-12)

A exortação básica de Paulo nestes versículos, em relação aos mais fracos na fé, é positiva e simples: “Acolhei ao que é débil na fé, não, porém, para discutir opiniões” (14.1). Ou, em outras palavras, “aceitem [recebam], ou não ignorem o que é mais fraco, sem contudo discutir assuntos controvertidos”.

Esta é uma atitude de amor para com estes, em face de que ainda estão começando a caminhar na fé cristã; assim, a nossa atitude acolhedora deve incluir um genuíno respeito às suas opiniões próprias, enquanto aguardamos o tempo certo para aconselhá-los, de forma que venham a alcançar uma atitude mais amadurecida em relação a estas diversas questões.

Paulo fundamenta esta exortação aos mais maduros, através de quatro verdades teológicas, que nos ensinam, por que devemos receber ou aceitar esses irmãos:

Aceitem os mais fracos, porque Deus os aceitou (14.2-3) – Nestes versículos, Paulo contrasta as diferentes atitudes dos extremos que sempre são encontrados nas comunidades cristãs: os fortes e os fracos. E o apóstolo escolhe o exemplo da comida (que poderia ser qualquer outro exemplo), para ilustrar o seu pensamento. Assim, diz ele, o forte “crê que de tudo pode comer, mas o débil come legumes” (14.2). O primeiro já vive na liberdade que Cristo lhe conquistou, e não tem mais escrúpulos desnecessários em relação à comida. O segundo, come apenas legumes, não propriamente por questões de saúde, mas porque este é o único modo de garantir que não comerá carne impura.

A exortação do apóstolo abrange ambas as situações, pois quem come, não pode desprezar o que não come, considerando-o infantil ou coisa semelhante; por outro lado, o que não come, também não pode julgar o que come, considerando-o, quem sabe, como um apóstata em relação às leis cerimoniais judaicas.

E a razão apresentada, para que não ocorra nem o desprezo, nem a condenação, é que Deus acolheu (aceitou), tanto a um quanto ao outro (14.3b); ora, se Deus nos aceitou assim, como nós somos, como poderemos nós rejeitar ao nosso irmão? Este é na verdade, um princípio seguro para nortear nossas relações: olhar para a atitude de Deus em relação aos nossos irmãos, e proceder de igual modo.

Aceitem os mais fracos, porque Cristo morreu e ressuscitou para ser o Senhor de cada um deles (14.4-9) – O que Paulo nos ensina aqui, é que não podemos interferir no relacionamento de Cristo com um outro servo Seu, usurpando assim o papel de Jesus na vida do nosso irmão. A pergunta de Paulo é bem clara: “Quem és tu que julgas o servo alheio?” Assim, aprendemos, que é apenas o Senhor que pode aprovar ou não (está em pé ou cai) a conduta do nosso irmão, sendo Ele poderoso para sustentá-lo em qualquer situação.

Paulo usa aqui, uma segunda ilustração acerca do relacionamento entre o forte e o fraco na fé. Trata-se de guardar ou não os dias sagrados (14.5), provavelmente, as festas sagradas judaicas (páscoa, pentecostes, festa dos tabernáculos, etc.). E as atitudes são aqui, igualmente opostas: uns (os fortes) não fazem diferença entre um dia e outro, pois julga ambos igualmente sagrados; entretanto, outros (os fracos), observam de modo especial cada um desses dias.

Aqui, a orientação de Paulo a ambos, é que reflitam em suas próprias mentes, e caso decidam-se a consagrar determinados dias, é ao Senhor que estarão consagrando, da mesma forma que os que não fazem esta separação, estarão consagrando de modo igual qualquer dia ao Senhor. Assim, o apóstolo estende este princípio a qualquer outra situação: O que come de tudo, dá graças, e come confiante na bênção de Jesus, e o que não come, também agradece, oferecendo sua abstinência como adoração a Deus (14.6).

E a base teológica para este procedimento é apresentada pelo apóstolo nos versos 7-9. Todos nós vivemos e morremos para Deus. Se estamos vivos, nossa vida deve ser vivida no Senhor e para o Senhor; e quando viermos a morrer, nossa vida passará a ser vivida exclusivamente com Ele. E este é o profundo fundamento apresentado por Paulo, para uma questão tão simples da nossa vida diária: Jesus morreu e ressuscitou, para “ser Senhor tanto de mortos como de vivos” (14.9). Por ser Ele o nosso Senhor, devemos viver para Ele; e por ser Ele igualmente Senhor do meu irmão mais fraco, devo respeitar o Seu senhorio sobre a vida deste meu irmão.

Aceitem os mais fracos, porque eles são seus irmãos (14.10a) – Paulo nos faz aqui, duas perguntas diretas: “Por que julgas e por que desprezas o teu irmão?” Assim, o apóstolo se fundamenta em nossos profundos laços familiares, para nos exortar a uma atitude amigável, carinhosa e compreensiva para com aqueles que ainda estão começando a caminhar na fé.

Aceitem os mais fracos, porque todos nós iremos comparecer diante do tribunal de Deus (14.10b-12) – Este quarto fundamento teológico, tem íntima relação com o ato de julgarmos a nossos irmãos, mencionado anteriormente. Paulo não está falando aqui, obviamente, do saudável exercício da nossa capacidade crítica, através da qual podemos aconselhar nossos irmãos, edificando assim as suas vidas. A sua referência é ao ato de julgar, através do qual estabelecemos juízos e condenações. Esta é uma prerrogativa exclusiva de Deus, e Paulo corrobora este fato citando Is 45.23: “Por minha vida, diz o Senhor, diante de mim se dobrará todo joelho, e toda língua dará louvores a Deus” (14.11).

Com esta passagem, Paulo demonstra a prerrogativa universal de Deus, de estabelecer juízo e julgamento, fazendo com que todos nós, individualmente, venhamos a dobrar nossos joelhos em louvores à sua majestade. Desta forma, como cada um de nós dará conta a Ele (14.12), individualmente, devemos deixar que apenas Ele exerça a Sua prerrogativa de julgar a quem quer que seja.

2. O amor para com os mais fracos (14.13-23)

Paulo continua nestes versículos, falando acerca do nosso relacionamento com os que são mais fracos na fé. Mas aqui, as suas exortações envolvem tanto as nossas atitudes (não desprezá-los ou condená-los), quanto as nossas ações (não levá-los a tropeçar).

Assim, o apóstolo parte de uma ação negativa, que nós não mais devemos fazer (julgar uns aos outros), para uma positiva, que é o firme propósito que assumimos de não pormos qualquer obstáculo no caminho do irmão mais fraco (14.13b). Paulo faz uma ressalva, de que está falando de coisas que nos são perfeitamente lícitas. No contexto destes versículos, cujo pano de fundo é o cerimonial da lei judaica, no que se refere às comidas impuras, e à observância de dias sagrados, ele diz: “Eu sei e estou persuadido, no Senhor Jesus, de que nenhuma coisa é de si mesma impura” (14.14a). É claro que Paulo está falando desses atos cerimoniais, e não de fatos morais.

Mas logo o apóstolo se volta para o mais fraco, que neste contexto é aquele irmão judeu, convertido à fé cristã, mas ainda apegado aos rituais mosaicos. Este ainda considerava certas comidas como impuras (14.14b), pois a sua consciência o faz crer que é assim. Este fato coloca os mais fortes diante de um dilema, pois se por um lado não vêm em determinadas situações qualquer mal, por outro lado convivem com alguns mais fracos que não pensam de igual modo. O que fazer então?

Novamente, Paulo fundamenta suas exortações em três princípios teológicos: o primeiro, é o nosso dever de amar fraternalmente a todos: “Se, por causa de comida, o teu irmão se entristece, já não andas segundo o amor fraternal” (14.15a). Assim, este é um forte motivo para abdicarmos de certas coisas que nos são lícitas, no caso em que estas perturbam a consciência do irmão mais fraco. E este “se entristece”, não apenas por ver aquele que ele considera como maduro fazendo alguma coisa que ele condena, mas, principalmente, porque ele é induzido a seguir o exemplo deste, contra a sua própria consciência.

O segundo princípio apresentado aqui é o fato fundamental de que Cristo morreu também, por este irmão mais fraco (14.15b). Ora, a argumentação de Paulo é assim bem clara: se Cristo deu a sua vida, também por este mais fraco, por que motivo então, o mais forte não pode fazer um pequeno sacrifício (nada comparável ao de Cristo) para edificar a vida deste que é agora parte do mesmo corpo? Assim, ao evitar certas coisas que lhes são lícitas, os “mais fortes” contribuem para o discipulado daqueles que ainda são fracos na fé, que entretanto, devem ser aconselhados com amor para que venham a compreender plenamente o que nos é ou não lícito fazer.

Paulo avança, apresentando um terceiro princípio teológico para fundamentar as suas exortações: “Porque o reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo” (14.17). O que ele quer nos ensinar aqui, é que vivemos na igreja, diante de um fato maior que são os valores supremos do reino, como a justiça que nos salvou (a justificação), a paz que Cristo nos deu, reconciliando-nos com Deus, e as alegrias que agora temos como fruto da ação de Espírito Santo.

Assim, perante estes tão elevados valores, o que é a comida ou a bebida que possa perturbar a paz e destruir a edificação comum dos que fazem parte deste mesmo reino (14.18-20)? A conclusão é que, se algumas destas coisas lícitas, faz o irmão mais fraco tropeçar, o que é mais forte deve delas se abster para evitar que estes, que estão engatinhando na fé, tropecem e percam as alegrias abençoadoras do reino (14.21).

Paulo conclui (14.22-23) este parágrafo, fazendo-nos uma recomendação de ordem bem pessoal: “A fé que tens, tem-na para ti mesmo perante Deus” (14.22a), ou seja, se você é um cristão amadurecido e crê que pode comer de qualquer coisa, faça desta maneira, mas apenas entre você e Deus; por outro lado, se você crê que deve evitar algum tipo determinado de alimentação, faça isto, mas apenas entre você e Deus. Não há necessidade alguma em divulgar estes seus pontos de vista, e muito menos, de impô-los às outras pessoas.

Paulo contrapõe o cristão maduro (aquele que não se condena), com o cristão imaturo (aquele que tem dúvidas). O primeiro é “bem-aventurado”, pois age em concordância com a sua consciência, que não o condena, tornando-o livre para seguir a sua vida sem qualquer sentimento de culpa (14.22b). O segundo (o imaturo), que vive atormentado pelos sinais confusos que a sua própria consciência lhe transmite, é condenado se comer (pela sua própria consciência, e não por Deus).

Aqui, é importante ressaltar, o importante papel que a nossa consciência tem diante de nós mesmos e diante de Deus. Ela (a consciência), foi santificada pelo Espírito Santo, e embora não seja de modo algum infalível, é mesmo assim usada por Deus para nos alertar ou corrigir, e até mesmo, para nos conduzir diante de determinadas situações. Desta forma, o cristão fraco, que eventualmente age contra a sua própria consciência, peca, pois age contra o seu próprio modo de crer (14.23).

Este é, muitas vezes, o motivo pelo qual pessoas ainda imaturas na fé vivem carregadas de fardos pesados, pois as suas consciências enfraquecidas os acusam constantemente acerca de certos atos cometidos, atos estes que muitas vezes são perfeitamente lícitos.

Uma conclusão à Epístola (Rm 15.1-16.27)

Franklin Ferreira

Neste capítulo, Paulo consolida as suas exortações anteriores (14) acerca da liberdade e do amor que deve existir na comunidade cristã, baseando-se no exemplo de Cristo. O apóstolo usa assim, expressões marcantes para ilustrar o seu pensamento: “Porque também Cristo não se agradou a si mesmo; antes, como está escrito: As injúrias dos que te ultrajavam caíram sobre mim” (15.3), e, “portanto, acolhei-vos uns aos outros, como também Cristo nos acolheu para a glória de Deus” (15.7).

Quem mais, além de Jesus, estava completamente livre de inibições de qualquer ordem? Contudo, quem teve o maior cuidado em tolerar as fraquezas alheias do que ele? Assim, o apóstolo caminha aqui, através de uma sólida base de argumentação. E este é, sem dúvida, o modo de agir de Cristo, que acolheu-nos quando éramos ainda pecadores, colocando a vontade de Deus antes de tudo o mais, agradando a Ele, Deus, e doando-se em sacrifício a todos nós.

Assim, Paulo se dirige aqui, aos que já são maduros na fé cristã, fazendo uma importante exortação: “Ora, nós que somos fortes devemos suportar as debilidades dos fracos e não agradar-nos a nós mesmos”. A intenção do apóstolo é a mesma do capítulo anterior, ou seja, fazer-nos andar juntos, amparando-nos mutuamente na vida cristã diária, visando a edificação do nosso próximo (15.2).

Assim, observamos neste texto, diversas expressões que se referem à mutualidade que deve existir no corpo de Cristo, no tocante ao mesmo sentimento (15.5), à uma adoração a Deus concordante, como que realizada a uma só voz (15.6), e ao ato de nos acolhermos com amor uns aos outros, nos momentos difíceis e aflitivos de nossas vidas (15.7). Estes atos de amor e compreensão entre os que agora fazem parte de uma mesma família, falam mais do que qualquer outra coisa, acerca do modo cristão de viver. Estas são assim, as bases das exortações que passaremos a estudar a seguir.

1. O exemplo de Cristo (15.1-13)

Paulo se dirige novamente, aos que já são maduros (fortes) na fé: “Ora, nós que somos fortes devemos suportar as debilidades dos fracos e não agradar-nos a nós mesmos. Portanto, cada um de nós agrade ao próximo no que é bom para edificação” (15.1-2).

O apóstolo relaciona nestes versículos, três responsabilidades dos mais fortes:

Primeira: Os mais maduros devem suportar as debilidades dos que estão começando a caminhar na fé (15.1a). O verbo “suportar” é tradução do termo grego *bastazō*, que tem dois significados: ou agüentar (no sentido de tolerar), ou carregar (no sentido de dar suporte). Este último significado parece ser o melhor neste contexto, pois a força de um, compensa (dá suporte) à fraqueza do outro.

Segunda: Os mais fortes não devem agradar a si próprios (buscando apenas os seus próprios interesses), mas viver respeitando a consciência fraca dos menos maduros (15.1b).

Terceira: Os mais fortes devem procurar o que seja bom para edificar a vida dos mais fracos (15.2). Este ato de edificar deve certamente incluir exortações fraternas e o aconselhamento, como forma de fortalecer as suas consciências, para que também alcance maior maturidade na fé.

Paulo novamente fundamenta estas exortações, nas próprias atitudes de Cristo que ele cita por quatro vezes neste texto. Por que devemos suportar as debilidades dos mais fracos, e não agradar-nos a nós mesmos?

Porque Cristo não agradou a si mesmo (15.3-4) – Pelo contrário, Ele deu-se, esvaziou-se da Sua própria glória, humilhando-se para nos servir (Fl 2.6-8). E Paulo cita o Sl 69.9, para mostrar-nos que este ato de Cristo foi tão plenamente identificado com a vontade de Deus, que Ele, Jesus, é visto afirmando que os

insultos que seriam dirigidos a Deus, caíram sobre ele (15.3b). De igual modo, nós devemos seguir este exemplo de Cristo, e servir com humildade a nossos irmãos mais fracos.

Porque é através de Cristo que adoramos em espírito de unidade (15.5-6) – E o que Paulo nos ensina aqui, é que em Cristo, e na unidade que temos no seu corpo (a igreja), nós possamos ter o mesmo sentimento e pensamento acerca do que é essencial na fé Cristã, pois o apóstolo não está nos ensinando que devamos pensar de igual modo acerca de tudo. Esta é, segundo Paulo, uma condição básica para que possamos adorar e glorificar a Deus a “a uma voz” (15.6), tanto os fortes quanto os fracos na fé.

Porque Cristo acolheu-nos a todos, tanto os fortes quanto os fracos (15.7) – O argumento de Paulo aqui, é definitivo e taxativo: “acolhei-vos [aceitai-vos] uns aos outros, como também Cristo nos acolheu para a glória de Deus”. Assim, o que Paulo ensina, é que da mesma forma como todos nós fomos aceitos (justificados) diante de Deus, por meio de Jesus (sendo nós fracos e desprezíveis pecadores), assim também devemos nós agora exercitar esta mútua aceitação na igreja, fato que levará tanto os fortes, quanto os fracos, a juntos glorificarem a Deus.

Porque Cristo foi constituído por Deus, ministro sobre todos nós (15.8-13) – Parece que Paulo se lembra agora da igreja de Roma, onde cristãos fracos e fortes, que constituíam uma comunidade tanto de judeus quanto de gentios, estariam recebendo em breve esta abençoada carta. E assim ele ensina, que “Cristo foi constituído ministro [*diakonos* = aquele que serve] da circuncisão”, no sentido de que Ele veio para servir (Mt 20.28; Lc 22.27), às ovelhas perdidas da casa de Israel (Mt 15.24), ou seja, para salvá-los através da sua vida.

Entretanto, neste contexto, Paulo engloba na sua argumentação, tanto os judeus, quanto os gentios. Em relação aos judeus, Cristo ministrou (serviu) em “prol da verdade de Deus” (15.8b), ou seja, para confirmar a veracidade e fidelidade de Deus, em relação às promessas feitas aos patriarcas. Entretanto, em relação aos gentios, não havia da parte de Deus, qualquer aliança estabelecida, sendo estes alcançados exclusivamente em função da Sua misericórdia (15.9b). Por este motivo, Paulo faz quatro citações do Antigo Testamento (15.9, 10, 11, 12), nas quais os gentios são vistos louvando e adorando a Deus, porque agora compartilham da mesma esperança conquistada por “aquele que se levantou para governar os gentios” (15.12).

Assim, em relação aos judeus, a *diakonia* de Cristo foi exercida em função das promessas, e em relação aos gentios, esta mesma *diakonia*, foi exercida exclusivamente pela graça; graça esta, por sua vez, que emana também, exclusivamente da misericórdia divina. Agora, no entanto, judeus (promessa) e gentios (graça) se encontram juntos em uma única comunidade, a igreja de Cristo, e nesta, tanto os fortes, quanto os fracos, são igualmente alcançados pela abençoada *diakonia* de Cristo.

Pode haver motivo maior para nos aceitarmos, procurando nos edificar mutuamente? Paulo nos diz (15.13), que a esperança que agora temos nas bênçãos do reino, nos torna (os fortes e os fracos) cheios de gozo e paz na fé comum que possuímos, e na qual andamos pelo poder do Espírito Santo.

2. Um ministro de Cristo entre os gentios (15.14-21)

Após realizar o seu ensino teológico-doutrinário (1-11), que é certamente o mais completo e profundo do Novo Testamento, e também, de ministrar importantes exortações dirigidas à todas as comunidades cristãs (12-15:13), Paulo inicia aqui suas despedidas nesta carta. Assim, ele passa a se dirigir aos cristãos da igreja de Roma, em tom coloquial e fraterno, chamando-os de irmãos (15.14), e afirmando conhecer o fato de que eles eram uma comunidade madura na fé, plena da bondade e do amor de Cristo, e cheia do Seu conhecimento, o que os tornava aptos a se aconselharem mutuamente.

Parece que ele sente-se um pouco ousado (15.15a), por lhes falar tão diretamente, já que esta igreja não havia sido fundada por ele, sendo que lá não estivera nem mesmo por uma só vez; mesmo assim, o apóstolo aproveita esta sua carta, para lembrá-los acerca do seu ministério específico entre os gentios, fato que ele atribui como resultante da graça por ele recebida de Deus (15.15b).

Agora, quando Paulo vai descrever as características deste seu ministério tão peculiar, ele o faz usando uma bela imagem retirada do ritual do sacrifício levítico. Paulo se declara aqui, um *leitourgos*, termo grego que era usado na vida comum para designar um funcionário público (13.6), mas que em toda a literatura bíblica do Novo Testamento, é usado exclusivamente para designar os serviços rituais e religiosos. Assim, vemos este termo aplicado tanto ao sacerdócio judaico (Hb 10.11), quanto a Jesus, o nosso grande sumo-sacerdote (Hb 8.2).

Assim, no imaginário de Paulo, ele aqui se apresenta como um sacerdote levítico, cujo serviço sacerdotal era proclamar o Evangelho entre os gentios, e cuja oferta era a vida dos convertidos, que se constituíam agora em um sacrifício aceitável (imaculado e puro) a Deus, por terem as suas vidas santificadas pelo Espírito Santo (15.16). O apóstolo tem deste modo, muitos motivos para glorificar a Deus, e ele o faz através deste seu “serviço sacerdotal” (15.17).

Mas Paulo está disposto a falar apenas sobre o que Cristo estava fazendo, usando-o como Seu instrumento, com o objetivo de conduzir os gentios à obediência resultante da fé, que ocorria no seu ministério através da pregação da palavra, e das ações advindas das manifestações do poder de Deus, na forma de milagres e prodígios realizados pelo Espírito Santo (15.18-19a).

Assim, como consequência deste ministério poderoso, ele já divulgara o Evangelho desde Jerusalém e circunvizinhanças, até ao Ilírico,¹ sempre dentro da sua estratégia evangelística de não pregar onde Cristo já fora anunciado (15.19b-20), fato que parece ter sido inspirado pela mensagem do profeta Isaías (Is 52.15): “Hão de vê-lo aqueles que não tiveram notícia dele, e compreendê-lo os que nada tinham ouvido a seu respeito (15.21).

3. Os planos e projetos de Paulo (15.22-33)

Paulo fala a eles, igreja romana, acerca dos seus projetos ministeriais, começando pelo fato de que nunca havia estado em Roma, por motivo do exercício deste mesmo ministério nas regiões mencionadas. Entretanto, tendo completado a evangelização destas referidas regiões, ele planejava estar com eles, em Roma, a caminho de um outro alvo evangelístico que era a Espanha, outra região onde ninguém havia ainda anunciado o Evangelho (15.22-24).

O apóstolo contava com o apoio da igreja romana nesta sua empreitada, mas antes, ele diz que tinha que se dirigir à Jerusalém, a serviço das igrejas da Macedônia e Acaia, para entregar uma oferta levantada por estas igrejas para os crentes pobres que viviam em Jerusalém (15.24b-26).

Paulo considerava esta oferta, como uma dívida destas igrejas gentílicas, que, por terem participado “dos valores espirituais dos judeus”, agora retribuíam servindo-os com os seus bens materiais (15.27). Assim, após esta sua planejada passagem por Jerusalém, ele pensava em estar com eles, em toda a plenitude das bênçãos de Cristo (15.28-29).

Paulo encerra este parágrafo, suplicando que eles lutassem em oração com ele, e a favor dele, para que não fosse impedido em seus projetos pelos rebeldes que viviam na Judéia, e que a oferta que ele levava fosse bem aceita pelos santos de Jerusalém (15.30-31). Desta forma, ele pensava que ao chegar a Roma pudesse ter momentos de grande refrigério e comunhão com toda aquela amada igreja, a qual ele deseja a presença constante do Senhor de toda paz (15.32-33).

4. Saudação de vários amigos (16.1-24)

O capítulo final da Epístola aos Romanos é notável pelo grande número de crentes que são mencionados. Esses versículos nos dão um certo discernimento quanto ao calor das relações pessoais do apóstolo, bem como quanto à comunhão dos crentes primitivos. Terminada a carta, foi ela entregue a uma senhora chamada Febe, que, estando de partida para Roma, faria com que ela chegasse ao seu destino.

¹ Região onde hoje fica a Albânia, a Macedônia e Kosovo.

Também serviria para recomendar sua portadora aos irmãos cristãos daquela cidade, abrindo-lhe as portas a alguns confortos que a igreja (que no princípio se reunia nos lares mais espaçosos dos irmãos) lhe poderia oferecer em seus objetivos. Em 16.17-20, o apóstolo faz uma advertência final sobre os que “causam divisões e colocam obstáculos ao ensino” na igreja (não são os “fracos na fé” do capítulo 14). Aparentemente, Paulo indica que o espírito de divisão dos tais é pecaminoso. Ele também faz uma menção ao “ósculo santo”, o “beijo da paz”, que até hoje desempenha um papel na liturgia da Igreja Oriental (1Co 16.20; 2Co 13.12; 1Ts 5.26; 1Pe 5.14). Em 16.21-24, os companheiros de Paulo saúdam a igreja em Roma. O apóstolo usava regularmente um secretário (Tércio), identificando as epístolas como suas mediante uma breve introdução escrita de próprio punho (1Co 16.21; Gl 6.11; Cl 4.18; 2Ts 3.17).

5. Doxologia (16.25-27)

Paulo termina com um hino de exaltação por causa do evangelho. Os temas deste hino levam a epístola a uma adequada conclusão. Em particular, ele chama a atenção para o seu próprio ensino do evangelho e para o seu poder de edificar, para a revelação do mistério de Deus, para a fé e a obediência entre as nações e para a sabedoria de Deus na redenção.

William Tyndale encerrou seu *Prólogo para a Epístola de São Paulo aos Romanos* (1534) da seguinte forma: “Agora leitor, vai e age com a ordem do escrito de Paulo. Primeiro, contempla-te diligentemente na lei de Deus, e vê ali a tua justa condenação. Segundo, volta os olhos para Cristo, e vê ali a extraordinária misericórdia do teu bondoso e amoroso Pai. Terceiro, lembra-te de que Cristo não fez esta expiação para que voltasses a provocar a ira de Deus. Nem morreu ele por teus pecados para que continuasses vivendo neles. Nem te purificou para que voltasses (como um porco) para o teu antigo lamaçal, mas, sim, para que fosses uma nova criatura e vivesses nova vida, segundo a vontade de Deus, e não segundo a vontade da carne. Sê diligente, pois, para não suceder que, por tua negligência e ingratidão, venhas a perder de novo este favor e esta misericórdia”.